

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

**AS "PERIGOSAS" RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTO
POPULAR/COMUNITÁRIO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL NA ILHA DE SANTA CATARINA**

Tereza Mara Franzoni

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

AS "PERIGOSAS" RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTO
POPULAR/COMUNITÁRIO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL NA ILHA DE SANTA CATARINA

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do grau de Mestre em
Antropologia Social

Tereza Mara Franzoni

Florianópolis, novembro de 1993.

As "perigosas" relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina

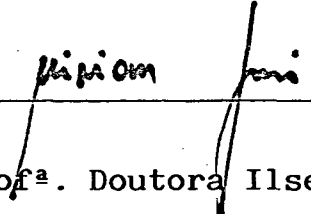
TEREZA MARA FRANZONI

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE e aprovada em sua forma final pela seguinte banca examinadora:

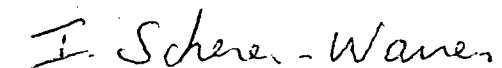
Prof. Doutor Rafael José de Meneses Bastos



Prof^a. Doutora Miriam Pillar Grossi



Prof^a. Doutora Ilse Scherer Warren



Para Zelma, Orlando e Saul.

AGRADECIMENTOS

Ao Rafael, interlocutor privilegiado no processo de discussão deste trabalho - que fez dele, sem dúvida, um esforço coletivo - pela presença constante e carinhosa insistência:

A Míriam, pela cumplicidade e crítica as minhas reflexões durante todo o mestrado.

A Lia e ao Rogério, que tão bem conhecem os "rituais" acadêmicos, pelo incansável empréstimo do computador, tão valioso nestes "tempos modernos".

A Glória, pela grato presente de conclusão do trabalho.

A Nana e a Bina, pelas várias noites que perderam digitando os primeiros e confusos manuscritos desta pesquisa.

Aos amigos, por eles mesmos. E, em especial aos amigos do CECA/SC pela compreensão, cumplicidade e impaciência.

RESUMO

Este trabalho trata das relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal, nos anos de 1989 e 1990, na Ilha de Santa Catarina. Tem como referência comparativa a década de 80, período em que este movimento se constituiu num novo interlocutor da administração, em suas relações com a "população". Procura mostrar como as relações informais existentes entre os dois "atores" estudados são determinantes da própria constituição dos movimentos e de novas possibilidades de negociação com a administração.

A discussão sobre as relações informais é feita à partir da reflexão sobre a tensão entre a "ética burocrática" e a "ética hierárquica". Neste sentido desenvolve a discussão sobre os diferentes significados que assume a categoria nativa *autonomia* e a forma como são tratadas as relações entre administração e movimento, onde a passagem de um "pólo" (administração) a outro (movimento), é considerada significativamente "perigosa".

A pesquisa estabelece um diálogo com os estudos sobre os "novos movimentos sociais" procurando mostrar a contribuição do trabalho de campo, desenvolvido pela antropologia, para estes estudos. Toda a dissertação é permeada pelas reflexões da autora sobre suas próprias ambiguidades decorrentes de seu envolvimento com os grupos que pesquisou e da busca de manter em seu texto a "polifonia" encontrada em campo.

ABSTRACT

This work deals with the relationships between the popular/communitary movement and the public municipal administration, during 1989-1990, in Florianópolis, Santa Catarina. The decade of the 1980's is used as a comparative reference, as it was in this period that this movement became a new interlocutor between the administration and the "population". It tries to show how the existing informal relations between the two "actors" on focus are determining factors for both the constitution of the movements themselves, and for the new possibilities of negotiation with the administration.

The point of departure of the study of informal relations is the reflection on the tension existing between "burocratic ethics" and "hierarchical ethics". In this sense, it develops the discussion about the different meanings that the native category of autonomy takes on, and the way in which the relations between administration and movement are dealt with, where the passage from one "pole" (administration) to another (movement) is considered significantly "dangerous".

The research establishes a dialogue with works about "new social movements" aiming to show the contribution of the anthropological field work to these studies. The whole work is permeated with the reflections of the author about her own ambiguities due to her involvement with the groups that she worked with, and the attempt to reflect in the text the "poliphony" found in the field.

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - SOBRE O CONTEXTO; UMA PEQUENA INTRODUÇÃO.....	11
I.1 - Fragmentos.....	12
I.2 - As cidades: Desterro e Florianópolis.....	19
I.3 - Inscrições no presente.....	27
CAPÍTULO II - O PRETEXTO DAS RELAÇÕES: UMA OCUPAÇÃO ORGANIZADA.....	36
II.1 - Meu próprio pretexto.....	40
II.2 - Os caminhos da ocupação organizada.....	42
II.3 - Sobre algumas "relações perigosas".....	48
II.4 - A formação do grupo de apoio.....	52
II.5 - O grupo dos moradores: contra representação.....	59
II.6 - O encontro com o prefeito.....	65
II.7 - Significados e mudanças.....	73
II.8 - O culto.....	78
CAPÍTULO III - A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	85
III.1 - O administrador; "progamas" e "projetos".....	90
III.2 - Os projetos e os vereadores de oposição.....	96

III.3 - Administradores-empresários e suas idéias.....	110
III.4 - Administradores e técnicos.....	115
III.5 - Afinidades e Instituições.....	119
CAPÍTULO IV - A ADMINISTRAÇÃO E ALGUNS DE SEUS INTERLOCUTORES.....	124
IV.1 - Aspectos da "estrutura" da administração.....	125
IV.2 - Relações de hierarquia e apadrinhamento.....	133
IV.3 - O outro do "Estado": população e movimentos.....	138
CAPÍTULO V - A CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS INTERLOCUTORES.....	148
V.1 - Quatro caminhos, quatro histórias.....	154
V.2 - Dos Fragmentos aos grupos.....	176
V.3 - O movimento na administração do PMDB.....	185
CAPÍTULO VI - SOBRE AS "RELAÇÕES PERIGOSAS" NA CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS INTERLOCUTORES.....	194
VI.1 - A criação da UFECO.....	194
VI.2 - O pessoal da igreja e o Movimento dos Sem teto...	203
VI.3 - A Administração e o Movimento em 1989/90.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
BIBLIOGRAFIA.....	234

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura relatar a pesquisa que iniciei em novembro de 1989, com objetivo de obter o grau de mestre em antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa de campo, iniciada com motivações relativamente diversas das que tenho hoje ao introduzir este texto, foi concluída nos primeiros meses de 1991. No entanto, a escrita sobre o campo, de forma contínua e sistemática, inicia apenas no verão de 1992, quando após um ano de trabalho com dedicação exclusiva numa pequena Organização Não Governamental da *Ilha*, retomo as atividades da dissertação com dedicação aproximada de 20 horas semanais. Este processo, do qual falo com mais vagar nesta introdução, imprimiu suas próprias tonalidades ao trabalho, possibilitando inclusive a reelaboração de seus objetivos.

O trabalho trata das relações entre movimento popular/comunitário e a administração pública municipal, durante os anos de 1989 e 1990, na Ilha de Santa Catarina. Tem como referência a década de 80, período em que este movimento se constituiu num novo interlocutor da administração. No decorrer do texto procuro mostrar como as formas tradicionais da relação administração-"população" tais como o *apadrinhamento* e a tensão entre a "ética burocrática" e a "ética hierárquica" (Da Matta, 1990) estão profundamente imbricadas no processo de constituição destes novos interlocutores. Neste sentido são considerados os aspectos próprios do funcionamento da administração e da diversidade que lhe é própria, além das variantes específicas que são

colocadas por cada nova equipe administrativa que assume a prefeitura. Da parte do movimento são consideradas também suas divisões em diferentes grupos, suas redes de relações e influências, e a forma como procuram negociar sua legitimidade (Bourdieu, 1989), tanto com a administração como com o grupo que representa.

Para aprofundar a discussão sobre as relações informais com a administração, destaco a participação dos técnicos da prefeitura, em atividades e reuniões próprias do movimento, num processo de negociação de suas próprias identidades (Goodenough, 1965), onde a passagem de um pólo (administração) a outro (movimento), é considerada significativamente "perigosa" (Douglas, 1966). A ligação informal entre os dois pólos relacionais, articulada por estes técnicos e pelas diferentes relações pessoais aí estabelecidas, possibilitou, a meu ver, novas formas de atuação destes movimentos e, principalmente uma linguagem comum nos processos de negociação com a administração. O trabalho procura assim estabelecer um diálogo com os estudos sobre os "novos movimentos sociais" procurando desenvolver aspectos pouco considerados nestes estudos tais como: a ausência de considerações analíticas sobre as administrações locais (Cardoso 1983); os diferentes significados assumidos pela categoria/valor *autonomia*; e a consideração das relações informais como fatores determinantes.

O percurso da pesquisa, é revelador de algumas de suas próprias armadilhas e dos motivos em nome dos quais seus objetivos foram sendo alterados. Hoje, ao olhar meu próprio trabalho de forma retrospectiva, posso dizer que ele se dividiu

basicamente em cinco momentos diferenciados. O primeiro momento, inicia no segundo semestre de 1989. Um ano bastante denso no que se refere as polêmicas geradas em torno dos projetos apresentados pela administração municipal. A imprensa noticiava com frequência opiniões, propagandas e controvérsias em torno da administração que, apesar das contestações, via pouco a pouco todos os seus projetos aprovados. Ao final daquele ano os contestadores da administração haviam criado vários espaços de discussão envolvendo as mais diversas *entidades* populares e comunitárias além de interessados de origens diversas. Espaços que se tornaram mais frequentes no ano seguinte, quando inclusive alguns deles deram origem a redes e articulações relativamente permanentes.

Foi no contexto descrito acima que elaborei meu projeto de pesquisa com o objetivo de compreender os discursos (Foucault, 1979) que se instauravam sob os projetos e políticas públicas daquela administração municipal. Um dos lemas de propaganda da administração fazia parte do título de meu projeto "Ilha de Santa Catarina, a Construção do Paraíso Internacional". Neste período eu realizei várias visitas a setores da administração pública municipal e a instituições a elas vinculadas com o objetivo de coletar textos, dados, projetos, e entrevistas para a pesquisa. O material resultante desta etapa era bastante denso, mas apontava questões que não se encaixavam a um "modelo" de discurso ou prática administrativa. Havia uma série de opiniões divergentes, práticas aparentemente contraditórias, conflitos internos e relações estabelecidas sob os mais diferentes critérios. Mais do

que oferecer-me respostas, esta primeira etapa me proporcionou dúvidas.

A alternativa escolhida por mim para aprofundar as questões levantadas pelas visitas à administração, foi estabelecer um contraponto, procurando ouvir não só as falas que vinham da administração, mas aquelas que estavam "contra" ela. Passei então a acompanhar vários dos grupos que se reuniam com o objetivo de discutir e contestar os projetos da prefeitura. Nos períodos mais tensos cheguei a participar de quatro ou cinco reuniões por semana. Bastava ir numa delas para saber de mais duas ou três que iriam acontecer. Eram reuniões de partidos políticos, de associações de moradores, de sindicatos, de pesquisadores, de vereadores e de grupos que se mesclavam. Algumas se realizavam nas universidades, outras em sindicatos, na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa etc. As pessoas que delas participavam se renovavam constantemente, mantendo porém um pequeno grupo fixo em cada conjunto de reuniões. Havia também algumas pessoas que se encontravam em quase todas elas. Eu passei a ser olhada como estando neste último grupo, sendo reconhecida por muitos de seus participantes como fazendo parte dos contestadores dos projetos da administração.

Nestas muitas reuniões era comum a presença de funcionários da prefeitura e de várias outras instituições governamentais orientando as discussões ou esclarecendo aspectos de determinadas políticas e projetos adotados pela administração. Não eram reuniões da prefeitura, e no início eu fiquei meio confusa sobre a condição em que aqueles técnicos ali estavam. Eles diziam: "quando elaboramos este projeto ..." e

ao mesmo tempo diziam "a ideologia dos projetos do Amim". Além disto, fui percebendo que apesar dos convites extensivos a todos, determinadas pessoas só iam a determinadas reuniões e haviam polêmicas privilegiadas entre determinados grupos. Na época selecionei 9 pessoas entre os participantes daquelas reuniões, os quais pude entrevistar posteriormente. Nas entrevistas procurei saber sobre os grupos que ali se encontravam, suas histórias e sua relação com a administração local. Esta foi a segunda etapa da pesquisa. Através dela, uma nova problemática se configurou, qual seja a da relação entre aquela administração específica e os *movimentos populares e comunitários* que a estavam contestando. Esta nova problemática me possibilitou aprofundar muitas das questões colocadas no primeiro momento.

No final de 1990, quando eu já havia dado por encerrado meu trabalho de campo, e começava a sistematizar os dados coletados, surgiu a oportunidade de acompanhar um processo de negociação entre administração municipal e um grupo de ocupantes que haviam se instalado num terreno da prefeitura. Todo o processo de negociação estava sendo mediado por grupos do movimento popular/comunitário e sindical, além de algumas igrejas e partidos políticos. Estavam reunidos, numa situação de conflito direto, praticamente todos os "personagens" da trama que eu começava a montar com os dados de minha pesquisa. Era uma oportunidade muito rica e que, ao mesmo tempo, me colocava numa situação que se assemelhava a ambiguidade da situação dos técnicos da prefeitura. Naquele momento eu estava, ao mesmo tempo, realizando minha pesquisa e representando um dos grupos que fazia parte do conjunto de

mediadores nas negociações com a prefeitura. Este período foi relativamente curto (dois meses), porém bastante intenso e se transformou no que hoje chamo de terceira etapa da pesquisa, possibilitada pela "prorrogação" do trabalho de campo.

A quarta etapa, por sua vez, se constitui num profundo distanciamento, contrastado pela presença avassaladora do "objeto de estudo" em minhas relações de emprego e amizade. O ano de 1991 foi o período em que me afastei quase que completamente do trabalho da dissertação. Em função do término da bolsa de financiamento, cedida pela CAPES, comecei a trabalhar com dedicação integral no CECA/SC (Centro de Assessoria Popular e Alternativa), uma pequena "organização não governamental" de Florianópolis, da qual eu fazia parte. Esta organização propunha-se prestar "assessoria" aos movimentos sociais locais, principalmente na área de "cidadania e políticas públicas". O CECA/SC iniciava, naquele ano, sua entrada no cenário das relações entre movimentos e administração, e eu, como uma das "representantes" do CECA/SC passei a me encontrar com muitos de meus entrevistados, visitar várias instituições e me colocar no processo de negociações e conflitos entre os grupos e pessoas sobre as quais eu estava a escrever. Do ponto de vista da pesquisa este foi um momento de perplexidade e agonia.

A retomada da dissertação deu-se no início de 1992, com a redução de minha carga horária no CECA/SC para meio período, e a carinhosa insistência de Rafael, meu orientador, para que eu escrevesse enfim meu trabalho. A escrita, última etapa da pesquisa, realizou-se entre início de 1992 e agosto de 1993, quando enfim concluí o trabalho. Estes dois últimos anos,

incorporaram muitas das reflexões do trabalho que desenvolvi no CECA/SC, principalmente no que se refere as nossas próprias ambiguidades, nossas múltiplas identidades, nosso encantos e desencantos. A ordem de apresentação dos capítulos da dissertação não segue, contudo, o caminho desenvolvido pela pesquisa. O trabalho escrito procura colocar o leitor, logo de início, no meio da cena, inteirando-o do objeto da pesquisa e suas problemáticas.

Foi também durante a escrita que tive a preocupação de garantir no texto a "polifonia" (Caldeira, 1988) do trabalho de campo. As primeiras versões dos textos escritos se dividiam entre a tentativa de minha quase completa ausência, onde outras falas burbulhavam no texto, e a presença esmagadora de minhas vontades, relações pessoais, medos e dúvidas. A dificuldade de uma relação mais equilibrada com os dados da pesquisa parecia ainda maior em função das diferenciadas relações que estabeleci durante o trabalho de campo. No primeiro momento, por exemplo, minhas opiniões divergiam por completo daquelas apresentadas por meus entrevistados, no segundo minha reação era de compreensão e cumplicidade. A reflexão sobre este processo, auxiliada pela discussão metodológica trazida pela antropologia, se deu principalmente durante a elaboração e reelaboração dos textos escritos, quando, de certa forma, eu também precisava me colocar distante e me analisar em campo, tal qual meus entrevistados¹.

1. Os comentários de Caldeira (1988) sobre o livro de Vicente Crapanzano (Waiting) e os dilemas dos antropólogos na "Pós-modernidade"; o livro "A Política dos Outros" (1984), desta mesma autora, com seu detalhamento e cuidado no trabalho dos significados da política, do "poder" e dos governantes; e a coletânea organizada por Cardoso (1986) com preciosas reflexões principalmente no campo da antropologia urbana, foram algumas das leituras que contribuíram nestas reflexões.

O texto final da dissertação estabeleceu assim sua própria ordem. O primeiro capítulo, um dos últimos a ser escrito, procura adiantar ao leitor elementos e características sobre a *Ilha* e seus habitantes, "pintando" o cenário onde se desenvolve a trama. A história da *Ilha* é usada como um recurso que possibilita uma visão dinâmica do contexto e dos processos que envolvem as relações entre administração e "população", introduzindo a problemática das situações de conflitos de terras na *Ilha*. Esta problemática é o pretexto sobre o qual se desenvolvem os acontecimentos descritos no segundo capítulo. O capítulo dois, introduz o leitor no tema propriamente dito da dissertação, a partir de uma situação específica de negociação e conflito em torno da *ocupação* de um terreno da prefeitura por um grupo de famílias pobres. Com ele, procuro mostrar ao leitor uma situação onde movimento e administração se constituem como "pólos" relacionais complexos, permeados por um conjunto de relações informais que os aproximam mas que são consideradas, por ambos os "pólos", relações "perigosas".

A partir do terceiro capítulo, cada um destes "polos" passam a ser tratados separadamente. O capítulo três, apresenta a administração municipal de 1989, com alguns de seus principais projetos. Neste capítulo estão concentrados basicamente os dados da primeira etapa da pesquisa, incorporando contudo, a reflexão sobre a redefinição do recorte do objeto. Parte do conteúdo dos projetos, a polêmica gerada em torno deles e algumas das características do funcionamento da administração, são aqui trabalhadas. O capítulo quatro aprofunda o terceiro, incorporando na discussão alguns autores

que ajudam a refletir as transformações da administração em sua relação com a "população" e as tensões entre as duas "éticas" estabelecidas nesta relação: a "ética burocrática" e a "ética hierárquica". Neste capítulo é introduzido outro "pólo" da relação, apresentando o movimento popular/comunitário como uma nova forma da "população" relacionar-se com a administração.

O quinto capítulo dedica-se basicamente ao movimento, procurando apresentá-lo de forma plural e, como no caso da administração, dinâmica. Para isto utilizo quatro histórias de referência através das quais procuro manter a pluralidade das visões sobre o movimento, seus diversos grupos e as relações com a administração no decorrer de sua história. Neste capítulo identifico conceitos e concepções que foram se estabelecendo nas relações entre estas pessoas e grupos com a administração, dentre os quais, a idéia de autonomia. Por fim, o sexto e último capítulo. Nele falo dos dois principais interlocutores da administração em 1989/90 - no que se refere ao movimento popular/comunitário local -, a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias e o Movimento dos Sem Teto. Busco nos relatos as diferenças e semelhanças destes dois grupos em suas relações com a administração. A leitura dos dois últimos capítulos permite comparar as relações entre movimento e administração em dois períodos diferentes, com duas equipes administrativas diversas. A primeira, assumiu em 1985 e tinha como partido político de referência o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), a segunda assumiu em 1989 e tinha como referência o PDS-PFL (Coligação do Partido Democrático Social com o Partido da Frente Liberal).

Aí novamente aparecem comparações significativas no que se refere a idéia de *autonomia* e a construção de uma identidade contrastiva em relação a administração.

Quanto a forma de apresentação do texto propriamente dito cabe uma pequena observação sobre o uso do itálico. Optei, na medida do possível, por manter as categorias nativas em itálico, utilizando-as em meu texto na forma como meus entrevistados a utilizam, nomeando com elas aquilo que é por eles assim nomeado. Algumas das categorias, no decorrer do próprio texto, vão sendo explicitadas em seus múltiplos significados, outras, merecem de minha parte pequenas notas de roda pé que ajudam o leitor a situá-las em seu contexto. Este é o caso, por exemplo das categorias *Ilha*, *liderança*, *autonomia*, *Estado*², *movimento popular* e *movimento comunitário*. Aos poucos, o próprio texto (contexto?) possibilita ao leitor a compreensão de seus significados. Particularmente no caso das duas últimas categorias citadas, ainda que as tenha utilizado da mesma forma que as demais categorias, criei com elas um termo de referência, que não é uma categoria nativa, ainda que delas tenha se originado: movimento popular/comunitário. Este termo, freqüentemente utilizado por mim no decorrer do texto, refere-se, em conjunto, aos grupos do *movimento popular* e aos grupos do *movimento comunitário*.

2. O uso da categoria *Estado*, com letra maiúscula, refere-se ao próprio significado que lhe é dado por meus entrevistados. O *Estado* (com maiúscula) não é simplesmente a administração pública, nem tão pouco o grupo de novos administradores que se renovam a cada eleição, não é também o Estado de Santa Catarina - também usado com maiúscula por exigência da gramática portuguesa - e, no entanto, tem a ver com tudo isto. É algo mais, dotado de vontade própria, características específicas e contra o qual se constituiu o movimento.

CAPÍTULO I

SOBRE O CONTEXTO: UMA PEQUENA INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o trabalho de campo propriamente dito, refiz algumas leituras sobre a *Ilha*. Na época, preocupei-me mais com os dados sobre a administração pública e o "planejamento urbano", deixando de lado os textos mais históricos. No entanto, a medida que avançava nas entrevistas e observações, percebi que muitas referências me remetiam a um passado não tão recente. Categorias, lembranças, distinções e mesmo processos importantes revelavam lacunas em meu olhar tão contemporâneo.

Ainda que um resgate da história da *Ilha* não me parecesse necessário para atingir os objetivos da pesquisa, a seleção de algumas informações, guardadas na história escrita, mostraram-se importantes. Era preciso, ainda que sem aprofundá-los, explicitar determinados processos de caracterização étnico-espaciais¹ da *Ilha*, inscritos nos acontecimentos históricos. As origens de alguns mecanismos administrativos da *Ilha*, a "modernização" da Primeira

1. O termo "étnico-espaciais", que utilizo sem maiores preocupações conceituais, tem como objetivo chamar atenção para o aspecto étnico dos conflitos de determinação dos usos e valores dos espaços, visíveis tanto nos acontecimentos históricos, como em alguns dos processos que pude acompanhar durante o trabalho de campo. A inspiração para o uso deste termo, deu-se através da leitura da introdução do livro "Farra do Boi" escrita por Meneses Bastos (1993), na época ainda datilografada, na qual chama atenção para o caráter fricativo da *Farra*. Ao desenhar o mapa de ocorrência da *Farra*, por exemplo, o autor mostra que suas áreas de exclusão na *Ilha* são justamente "áreas propriamente urbanas, cujo solo sofre apropriação e uso de serviços, residencial e turísticos", e no *Continente*, seus limites são "os 'paredões' italiano, alemão e gaúcho" (p.8), o que faz apontar um "nexo fundamental" da geografia do Boi, qual seja, "... sua pertinência diacrítica à identidade açoriano-catarinense e aí, tipicamente ilhoa (masculino, ilhéu)" (p.8-9), com suas formas de apropriação e de uso do solo altamente distintivas.

República e a intensificação do fluxo migratório na segunda metade do século XX, por exemplo, foram processos que introduziram elementos nas questões com as quais eu estava diretamente envolvida na pesquisa.

Nas poucas leituras que fiz em busca das referências acima, foi possível descortinar outras *Ilhas*, outras práticas administrativas, outras revoltas e grupos de contestação. No entanto não me cabe resenhar aqui toda esta história, minha incursão no passado escrito foi breve demais para isto. Não resisti contudo à tentação de selecionar das histórias, pequenos fragmentos que pudessem apresentar o contexto da pesquisa de forma mais densa. Este capítulo, introdutório, tem assim o objetivo de fornecer ao leitor pequenas noções histórico-culturais sobre a *Ilha* e seus habitantes. Estas noções, por mim selecionadas, pretendem chamar a atenção do leitor, sobre como foram se inscrevendo, ao longo do tempo, espaços, conflitos, e poderes que parecem hoje tão eternos e cristalizados.

I.1 - Fragmentos

A Ilha de Santa Catarina localiza-se a meia altura do litoral do Estado. Possui uma forma alongada no sentido longitudinal com aproximadamente 60 Km de extensão e uma área de 410 Km². Além disto possui 19 pequenas ilhas que estão a sua volta. Em se tratando de tempos geológicos, seu formato atual é bastante recente, originada de um pequeno arquipélago, ela foi se constituindo através da expansão de cordões

arenosos acomodados por processos de sedimentação eólica e aluvial (Rohr, 1977). Este tipo de formação geológica configurou uma paisagem bastante peculiar. Duas cristas de montanhas se estendem por todo o comprimento da *Ilha* rodeadas por extensas planícies sedimentares, duas grandes lagoas, baías, manguezais, rios e vastas e pequenas praias arenosas alternadas por enseadas, pontais rochosos e diques. Nos morros, predominava a mata tropical atlântica, antigamente rica em caça. A vegetação litorânea, por sua vez, foi formada por vários tipos de mangues, vegetação que geralmente está associada a diversas espécies de moluscos e crustáceos. Atualmente a mata tropical atlântica está restrita à parte mais alta de alguns morros. Enquanto os mangues, também bastante prejudicados pelos processos de ocupação humana mais recentes, mantêm ainda hoje um importante papel no ciclo alimentar da população da *Ilha* (Beck, 1979).

Os primeiros conflitos étnico-espaciais que se tem notícias na *Ilha*, deram-se entre europeus e populações tupi guaranis por eles aqui encontradas². Ainda que não se tenha notícia de qualquer forma de hostilidade dos guaranis para com os europeus, à medida que estes últimos começaram a aprisioná-los, para vendê-los como escravos nos mercados de São Vicente e Bahia de todos os Santos e, à medida que os processos de contato foram se generalizando, estes grupos indígenas foram

2. Sabe-se porém que os primeiros ocupantes da Ilha de Santa Catarina não foram os guaranis, mas os "homens do Sambaqui", que aqui chegaram a aproximadamente 5.000 anos (Santos, 1977), e que eram assim chamados em função dos casqueiros de conchas que deixavam amontoados após extrair deles sua alimentação e nos quais foram encontrados ossos humanos e fragmentos de utensílios (Rohr, 1960: 7).

levados ao quase total desaparecimento do litoral catarinense, já no final do século XVII (Santos, 1974)³.

O processo de colonização e desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina, nos dois séculos que se seguiram ao "descobrimento do novo mundo", estiveram intimamente ligados a sua posição geográfica. A *Ilha* foi eleita, por Portugal e Espanha, ponto estratégico para apoiar a movimentação de navios com destino ao pacífico e ao próprio Prata. O que fez dela, motivo de grande disputa entre as duas coroas⁴. Apesar de a *Ilha* ter sido visitada desde o século XVI, geralmente para o abastecimento dos navios, a primeira tentativa significativa de colonização, foi a de Francisco Dias Velho, entre 1673 e 1675, quando aqui fundou o povoado de Nossa Senhora do Desterro⁵, nome que manteria até alguns anos após a Proclamação da República (Cabral, 1979).

Com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, situada na entrada do Rio do Prata, Desterro consolidou sua importância estratégica para Portugal. No início do século XVII foi elevada à categoria de vila, separando-se da jurisdição da vila de Laguna. Isto aconteceu em 23 de março de

3. Sobre a organização social e política dos Tupi Guaranis, as mudanças ocorridas em função da colonização européia e, principalmente, sua relação com o litoral, ver *Terra sem mal: o profetismo Tupi Guarani* (Clastres, 1978).

4. Para resolver as diferenças diplomáticas em relação à divisão das terras a serem exploradas - principalmente "as índias" -, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas em 1494. Entretanto, não havia ficado claro a fixação efetiva dos limites. Após o "descobrimento" da América, a *Ilha* tornou-se motivo de polêmica entre os dois reinos, acreditando cada um que ela lhe pertencia. A briga sobre a posse da *Ilha* teve uma pequena trégua entre os anos de 1580 e 1640, durante o período de unificação das duas coroas, sob o reinado de Felipe II de Espanha. Com a restauração da coroa portuguesa, Portugal reinicia seus planos para a conquista do extremo sul do Brasil (Santos, 1974).

5. Tem-se conhecimento de dois outros nomes que foram anteriormente atribuídos a *Ilha* pelos Tupi Guaranis, eram eles: "Meiembipe" = lugar acima do rio e "Jurerê Mirim" ou "Juru Mirim" = boca pequena, fazendo alusão ao estreito que a separa do continente.

1726, quando foi eleita a primeira Câmara Municipal, qual seja, o poder municipal local que na época reunia as autoridades que hoje dividimos em três poderes (executivo, legislativo e judiciário)⁶. Logo em seguida, a *Ilha*, tornou-se sede da capitania de Santa Catarina, para onde foi enviado o primeiro governador que iniciou uma série de construções para abrigar a sede do governo, entre elas a igreja matriz, a casa do governador e quatro fortalezas que deveriam proteger a *Ilha* (Cabral, 1979)⁷. Estas construções, seguidas de outras, posteriores, que vieram a sediar a representação do governo imperial na capital da província, centralizando em torno da praça os poderes terrenos e celestiais, estabeleceram um grande contraste entre a *Ilha* e as cidades criadas pelos novos migrantes europeus, principalmente alemães, vindos nas intensas migrações da segunda metade do século XIX, onde a estrutura espacial da cidade não caracteriza uma centralidade pontual (Popini Vaz, 1991: 44).

Como não era possível força militar suficiente para proteger a *Ilha*, a coroa portuguesa resolveu consolidar seu

6. Segundo Jali Meirinho (1991: 128-30), o primeiro poder de âmbito local da *Ilha* foi constituído de um Juiz Ordinário (presidente), um vereador, um procurador e um escrivão, todos eleitos pela assembleia dos "homens bons e povo", ou seja, aqueles que já haviam ocupado cargos na municipalidade, clérigos e oficiais militares, incluindo aqueles que estavam ocupando os cargos. Na época, a Câmara incumbia-se de todos os assuntos de ordem local, fossem eles administrativos, judiciais ou policiais.

7. Para o sistema defensivo da *Ilha* foram erguidas 4 fortalezas, sendo 3 ao norte e uma ao sul. No entanto, elas em nada protegeram a *Ilha*, pois o sistema defensivo de fogo cruzado não funcionou - os canhões não tinham potência suficiente para alcançar os navios que entravam na baía. Em fevereiro de 1777, por exemplo, quando a esquadra espanhola chegou à praia de Canasvieiras, o exército português não pôde resistir e a população fugiu para o continente. Comicamente, o exército espanhol não tinha como manter seu domínio já que todo o seu contingente destinava-se à colônia de Sacramento, reembarcou então suas tropas e seguiu seu destino, deixando novamente a *Ilha* nas mãos de seus antigos moradores. Longe de serem usadas para a defesa da população, as fortalezas serviram como prisões, lazaretos e porto de quarentena nas épocas de epidemias. Além disto, no início da república, serviram também como local de execução daqueles que se rebelaram contra os governantes.

domínio realizando o maior empreendimento migratório que se tem notícia nesta época, com objetivos de colonização. Ela determinou, através do Conselho Ultramarino, a vinda de famílias açorianas e madeirenses⁸ para a Ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande do Sul. Entre 1748 e 1756 devem ter chegado a *Ilha* cerca de 5.000 pessoas, estabelecendo aqui, por definitivo, a "colonização açoriana". Os colonos açorianos, seguindo as instruções da metrópole, se agruparam em pequenas povoações, chamadas *freguesias*. As *freguesias* se caracterizavam por uma praça em quadro, com 500 palmos de face, numa das quais se localizava uma pequena capela, tal o modelo do núcleo do poder administrativo na *Ilha* (Santos, 1974). Ao longo da estrada foram distribuídas as terras entre as famílias. Contudo a distribuição das terras não foi satisfatória⁹, pois o terreno era pequeno e a qualidade do solo ruim, para os propósitos daqueles colonos. Desta forma, a pesca, que era uma atividade complementar, combinada ao cultivo de pequenas hortas destinadas ao consumo próprio, passa a ser uma atividade de igual ou maior importância.

A administração da *freguesia* reproduzia em pequena escala a estrutura de poder encontrada em volta da principal praça da *Ilha*. Nesta época, a Câmara nomeava, entre os

8. Desde o século XV, o Arquipélago dos Açores e Madeiras fora povoado pelos portugueses e, na época da migração para Desterro, as ilhas vinham apresentando uma densidade demográfica muito elevada. Com a migração para a Ilha de Santa Catarina, Portugal resolvia dois problemas de uma só vez (Santos, 1974).

9. Sobre a distribuição de terras na *Ilha*, Laura Hübner (1981:16) cita uma carta escrita pelo Vice Rei Marquês de Lonradio em 1779: "... A ilha se repartia de tal modo que todos ficavam desacomodados porque, na exceção de alguns poucos, aos mais, deram porções de terras muito pequenas, e muitos ficaram sem ter nenhuma". Sobre as dificuldades do projeto colonizador em Desterro, ver também o livro Negro em Terra de Branco (Pedro et alii, 1988).

moradores de cada *freguesia*, as autoridades necessárias à manutenção da ordem naquele local¹⁰. Com a colonização açoriana foram fundadas as *freguesias* de Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades, hoje Santo Antônio de Lisboa (1750), Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (1809), São João Batista do Rio Vermelho (1831), São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835)¹¹. As demais *freguesias* foram fundadas à medida que os açorianos foram ampliando sua ocupação na *Ilha*, totalizando, ao final do século XIX, dez *freguesias*¹². A divisão administrativa da *Ilha* em *freguesias* foi posteriormente incorporada pelas administrações modernas com o nome de distritos, sob administração das *intendências*. Quanto as autoridades locais permanecem o padre, a polícia e o administrador (na figura do *intendente*).

Até o final do século XVIII, mesmo com o aumento da população e o início de uma atividade agrícola mais regular - ainda que bastante precária para comercialização -, a *Ilha* serviu apenas para atender às necessidades estratégicas e administrativas de Portugal, ficando sua população subordinada à administração dos comandantes militares da província. Este

10. Sobre a administração das *freguesias* nos fala Jali Meirinho (1991: 129):

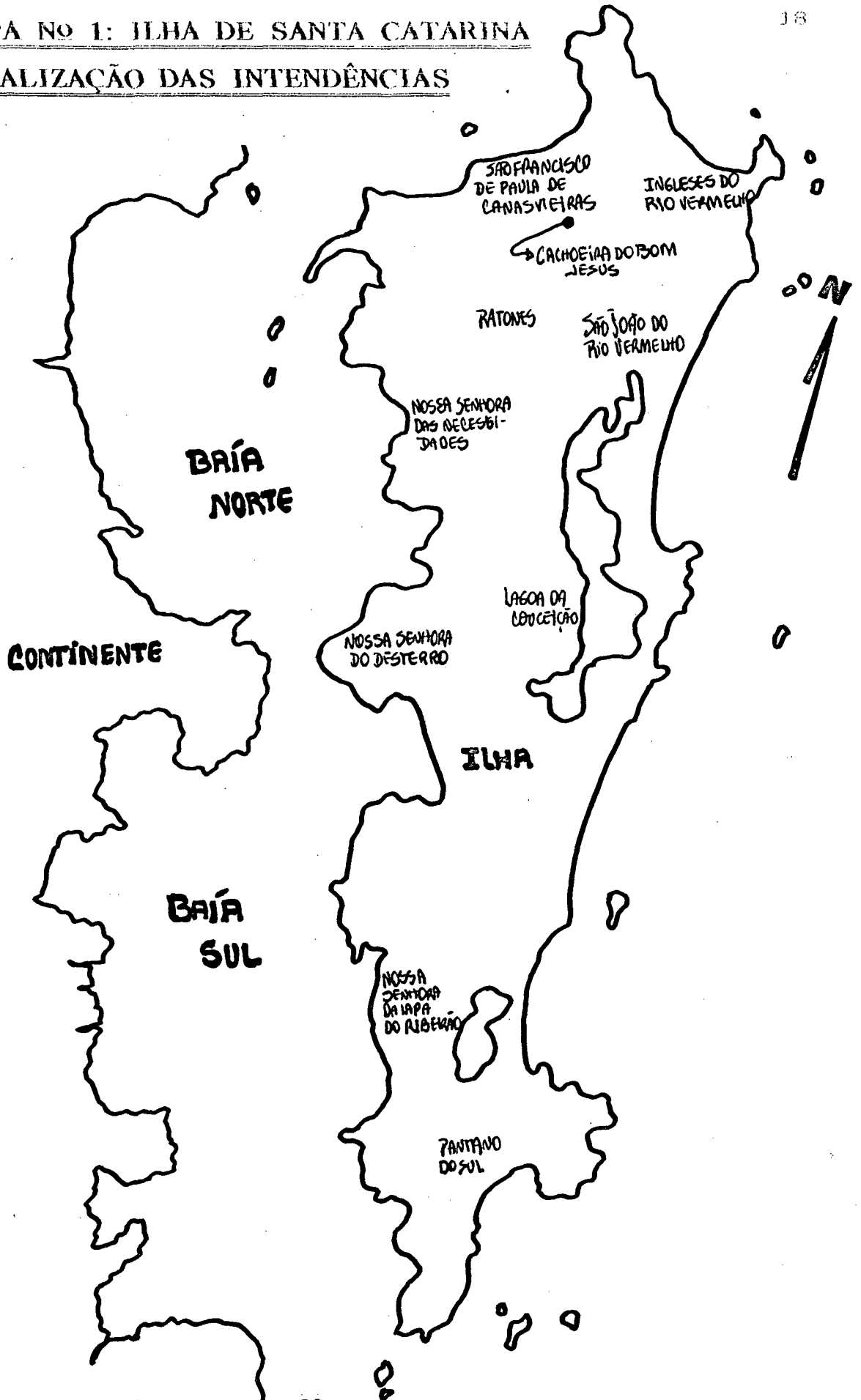
"Desdobrava-se o município nas *freguesias* para onde a Câmara nomeava as autoridades locais, assim denominadas: Almotacés - espécie de inspetor de aplicação exata dos pesos e medidas e a taxaço dos gêneros alimentícios; Juiz de Vintena - administrava a justiça em uma área que englobasse 20 fogos, isto é 20 residências; Juiz Padaneio - uma espécie de Juiz de pequenas causas, porque atendia as partes de pé e proferia o julgamento rápido; os Quadrilheiros - guardas de polícia. Ainda nas *freguesias* existia os Juizes de Ofício para as diferentes categorias profissionais como das tecedeiras, dos carpinteiros, sapateiros, ferreiros, serralheiros, etc."

11. Na época da colonização açoriana já havia a *freguesia* de Nossa Senhora do Desterro, que compreendia o núcleo inicial da população ilhoa e algumas famílias espalhadas pela *Ilha* morando próximo as fortificações construídas por Silva Paes (Beck, 1979).

12. As demais *freguesias* criadas foram: Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Pântano do Sul e Ratores.

MAPA Nº 1: ILHA DE SANTA CATARINA

LOCALIZAÇÃO DAS INTENDÊNCIAS



quadro só se altera no século seguinte, quando Desterro passa a assumir funções comerciais mais significativas.

I.2 - As cidades: Desterro e Florianópolis

Em 20 de março de 1823, Desterro é elevada à categoria de cidade, tendo seu perímetro urbano definido, processo que ocorreu com a maioria das capitanias e vilas após a Proclamação da Independência do Brasil. A administração da cidade sai das mãos dos altos comandos militares e passa para as mãos dos comerciantes, classe mais abastada de Desterro (Hübner, 1981). Na época, a *Ilha* possuía o principal porto de Santa Catarina, exercendo funções de intermediária no comércio exportador a nível local e escoando a maior parte da produção litorânea¹³. O fortalecimento de uma "burguesia comercial" começa a aparecer na cidade, conforme registram Popini Vaz (1991) e Coradini (1992), através de sua intervenção na paisagem urbana. Na cidade surgem os sobrados e as chácaras, o bonde puxado a burros e a iluminação nas ruas. Passa a ocorrer então uma influência significativa do modelo de cidade europeu.

Nesta época, Desterro já apresentava uma concentração populacional significativa¹⁴ o que fazia com que,

13. A posição de porto mais importante foi mantida por Desterro até o final do Império. A partir deste período, com o avanço tecnológico, as embarcações aumentam o seu calado e, devido à profundidade do canal de acesso ao porto de Desterro, as embarcações com mais de 13,5 palmos (2,97 metros), não conseguiam chegar ao porto. As obras de drenagem só vieram a acontecer em 1907, quando outros portos de Santa Catarina já haviam assumido bem mais importância (Hübner, 1981:23-42).

14. A estimativa de população para 1866 era de 6.474 habitantes, conforme o governo provincial, passando a 11.400, no censo de 1890 (Popini Vaz, 1991: 34).

como outras cidades, tivesse uma série de problemas decorrentes do modo de vida desta população. As epidemias e doenças desconhecidas eram constantes e causavam muitas mortes entre os desterrenses. Era comum nesta época, jogar-se o lixo e os despejos humanos nas praias, local onde também chegavam e eram expostos os alimentos comercializados na *Ilha*, além disto, os quintais e ruas também eram lugares de despejo de dejetos e águas servidas, o que facilitava a propagação de várias doenças. A isto se acrescentava o fato de que, na época, muito pouco se sabia sobre os processos de transmissão e contágio¹⁵.

As tentativas de remediar os problemas enfrentados pelas cidades, aliadas às necessidades de fortalecimento da República recém proclamada (no final do século), caracterizaram-se no Brasil por uma série de tentativas de profundas reformas urbanas e sociais, marcadas por um forte discurso modernizante. Estas políticas de saneamento e modernização, tiveram na capital federal, Rio de Janeiro, seu principal alvo (Araújo, 1989). Em Desterro, as "reformas", se comparadas às demais capitais, foram significativamente pequenas. Entretanto, também por aqui, a administração da cidade passou a desenvolver suas principais políticas com a justificativa de "higienizar" e "modernizar" a cidade,

15. Nos séculos XVIII e XIX as praias não disfrutavam do menor prestígio entre as cidades litorâneas, ao contrário, era o lugar do lixo e do despejo dos vasilhames com material fecal (Cabral, 1979). Acreditava-se em Desterro, assim como em muitos outros povoados, que as doenças eram transmitidas pelo "miasma", substância que estava no ar, se propagava com os ventos e exalava estranhos odores. Em 1955, por ocasião de uma epidemia de cólera, a Câmara Municipal indicou a construção de 4 pontes sobre diferentes pontos da marina para o despejo dos dejetos e, além disso, um serviço de carroça para recolher o lixo nas casas, de forma que ao soprar dos ventos, a população não fosse tomada de estranhas doenças (p. 180).

estabelecendo uma série de leis que procurava atingir diretamente os hábitos da população.

Ao falar das reformas urbanas aqui ocorridas durante a primeira república Araújo (1989), procura mostrar que a partir do final do século XIX e início do XX, se instala na *Ilha*, assim como nas demais capitais do país, "imagens", "discursos", "valores" e "práticas" que visavam basicamente o "controle" dos hábitos e espaços da população. A consequência mais visíveis deste período, segundo Araújo, foi a segregação dos setores mais pobres da população, com sua progressiva expulsão do perímetro urbano¹⁶. -Se por um lado, Araújo mostra com detalhes as inúmeras leis e proibições das tentativas de "remodelar" Desterro, a forma como apresenta este período, parece encobrir os conflitos que, com certeza, uma "remodelação" de costumes e espaços deste nível, acarretou. Na busca de alguns elementos destes conflitos, encontrei na leitura de Cabral (1979), uma constante recusa da população em aceitar as leis e as proibições. Este autor demonstra no decorrer de seu livro, que apesar das constantes insistências da câmara, das prisões e das multas, os ilhéus só atendiam os ditames da lei, nos períodos das violentas epidemias, quando o medo tomava conta da *Ilha*, e o perigo, para tudo servia de desculpa¹⁷. Cito aqui um "pequeno" trecho:

"Não obstante as providências e as sugestões, continuou o vexo de se ir jogando o lixo por toda a parte e, anos seguidos e variados - 1870, 1884, 1885 e outros - as mesmas reclamações de

16. Segundo Araújo, a expulsão da população pobre do perímetro urbano deu-se através da demolição de suas casas - consideradas insalubres -, da proibição do acesso aos espaços públicos - praças, parques e bondes - e da erradicação de seus meios de subsistência da cidade - proibição da criação de galinhas e outros animais no perímetro urbano.

17. Sobre o século XIX, falando especificamente sobre as mulheres de Desterro, Joana Maria Pedro (1992), mostra também que mais do que de "ordem", este século viveu da "transgressão".

sempre se repetiam: a Junta de Saúde, pedindo efetivas medidas sobre os despejos, ainda feitos em lugares fora dos indicados; a Câmara, publicando e divulgando o eternamente desobedecido artigo 30 do código de posturas, que multava em 5 mil réis os que fizessem as suas despejas fora dos referidos e chamados lugares apropriados; o Inspetor de Saúde, dr. José do Rego Raposo, reclamando sobre os montes de matérias fecais existentes da Praia do Mercado; da imprensa, denunciando parte disso tudo, porque não lhe era possível denunciar tudo. E *et ceteras*, muitos *et ceteras*. A municipalidade poderia ter ficado rica se aplicasse as sanções previstas - que ninguém parecia temer e, se houve multas, eram elas relaxadas, pois a politicagem se metia no meio - e os processos de ludibriar a autoridade iam cada vez mais se aperfeiçoando. A única maneira de ver a coisa melhorar um pouco era aparecer uma epidemia ... Epidemia braba mesmo - cólera, febre amarela, febre cerebral - pois isso de bexigas ou coisas parecidas já não assustava a quem quer que fosse. Epidemia que matasse, quando já estivesse ceifando vidas na cidade. Aí toda a gente punha a boca no mundo, tomada de temores mais que justificados, para reclamar, para acusar as autoridades pelas conseqüências da sua ignorância, da sua má vontade, da sua inconsciência, isoladamente ou aliadas umas as outras."(Cabral, 1979: 181-2)

Penso que as contribuições, tanto de Araújo como de Cabral, devem ser olhadas em conjunto, procurando com elas, compor a visão sobre o tão conturbado final do século XIX e começo do XX. A determinação dos espaços e dos costumes, a meu ver não se dá unicamente pela imposição de uma determinada ordem ou pela sua transgressão, também pensada num único sentido, mas, justamente pela resultante das relações estabelecidas entre as várias ordens, modelos, costumes e práticas que se tentam impor. Assim, a implantação de determinados hábitos se dão a partir de tensões "negociadas" em conflito e cuja resultante é aquilo que permanece, já negociado, modificado pelo próprio conflito, parcialmente aceito pelas forças que antes se degladiavam.

Neste sentido, parece-me apropriada a idéia de "acontecimento" explicitada por Foucault (1979). Para ele, o "acontecimento" - seja ele um momento, um conjunto de normas

ou a instituição de determinadas concepções - é "uma relação de forças que se inverte ... uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada". O "acontecimento" é a resultante de um conflito anterior, que nem sempre aparece quando o olhamos apenas como um fato já estabelecido, como se apenas uma das forças houvesse se imposto. Como se a regra ou a lei fosse vontade apenas daqueles que governam e como se as práticas pudessem ser lidas apenas pelo que está escrito na lei.

Em Desterro, as muitas tentativas de mudanças tiveram uma espécie de "coroamento simbólico", homenageando a República, com a mudança do nome da cidade. Após a Proclamação da República, aconteceram várias revoltas, entre elas a "Revolução Federalista", um dos episódios mais controvertidos do estado, e um momento de profunda cisão entre as elites brasileiras. Tendo sua origem no Rio Grande do Sul, em 1893, o movimento se estendeu para Santa Catarina e, em pouco tempo, os revoltosos do "Governo Federalista Catarinense", declararam Desterro "capital do estado separado da união enquanto o Marechal Floriano Peixoto se achasse no exercício da presidência da república" (Pereira. 1976: 95). Porém, com a chegada da força militar republicana na Ilha de Santa Catarina, a revolução não durou muito. Quase 200 pessoas foram levadas à fortaleza de Anhatomirim, onde foram sumariamente fuziladas (Santos, 1974: 92)¹⁸.

18. Entre os fuzilados estavam vários "cidadãos ilustres" de Desterro, pessoas que ocupavam cargos importantes e bem relacionados na sociedade local (Cabral, 1979: 567-72). Muitas famílias perderam seus filhos e pais. Esta história ficou gravada na memória dos ilhéus, e ainda hoje se encontram administradores cujos antepassados foram fuzilados na Ilha de Anhatomirim.

Com a vitória dos republicanos, Desterro recebeu o nome de Florianópolis, sancionado pelo governador, já eleito constitucionalmente, Hercílio Pedro da Luz, em 1^o de outubro de 1894, numa homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (Meirinho, 1991: 136). Florianópolis não é contudo, ainda hoje, um nome muito usado por aqui. Quando muito, chama-se assim o bairro central da cidade, onde estão as casas de comércio, repartições públicas e pouca gente mora. A antiga Desterro, é por aqui chamada simplesmente de *Ilha*, ou Ilha de Santa Catarina. Na *Ilhá* se vive, e sobre ela se contam histórias, quem não mora na *Ilha*, mora no *Continente*. De Florianópolis falam os estrangeiros e os governantes, através de seus mapas e placas que conduzem à cidade. De Florianópolis falamos também nós, os pesquisadores, em nome da precisão dos dados, das estatísticas e dos limites formais.

Na década de 20, deste século, Florianópolis já apresentava em seu perímetro urbano as características das modernas cidades brasileiras¹⁹. A década de 30, no entanto, influenciou a cidade de uma maneira bastante peculiar. A Revolução de Trinta, trouxe o fortalecimento do comércio. O antigo porto de Desterro, perdeu sua importância - as ligações com o mercado nacional, passaram a ser estabelecidas através de rodovias, diretamente ligadas aos centros produtores do

19. No início do século foram iniciadas várias obras: as primeiras redes de água encanada (1908); a iluminação pública através de energia elétrica (1910); a construção da rede de esgoto (1913-17); a reconstrução da Inspetoria de Higiene passando a chamar-se Diretoria de Higiene do Estado (1918); a fundação da Sociedade de Medicina do Estado (1919); o governo do estado contrata os serviços da Fundação Rockefeller para o saneamento do litoral catarinense e da *Ilha* (1919); iniciam-se as obras da Avenida Hercílio Luz que inicialmente iria chamar-se "Avenida do Saneamento"; é inaugurado o Asilo de Mendicância Irmão Joaquim (1902), o Asilo de órfãos São Vicente de Paula (1910); instala-se a Prefeitura de Polícia, com a qual se cria o Serviço Médico Legal de Polícia e o Gabinete de Identificação Estatística e Criminal (Araújo, 1989).

interior do estado - e a manutenção de Florianópolis passou a se dar basicamente graças ao crescimento do setor público, pela injeção de recursos federais e estaduais, e pela pequena produção agrícola e industrial. Com o crescimento do setor público e suas necessidades, o comércio acabou se tornando a principal atividade econômica de Florianópolis.

Contudo, o comércio vai crescer ainda mais a partir da segunda metade deste século - aí se inicia o que Popini Vaz (1991) chama de "segunda fase do período rodoviário"²⁰ -, marcando a reintegração da capital às demais atividades econômicas do estado, a intensificação do fluxo migratório para a cidade e o crescimento acentuado do setor público com enormes repercussões em toda a região polarizada. Esta foi a época de grandes obras infra-estruturais de transporte rodoviário: a BR-101 (ligando o litoral) e a BR-470 (ligando o interior) no âmbito federal; a pavimentação de várias rodovias estaduais; a ampliação dos serviços de transporte; a construção de avenidas; o aterro da baía Sul; a ponte Colombo Salles; a avenida Beira Mar Norte; a ligação com as antigas *freguesias*, agora chamadas de balneários e praias; tudo isto regado à injeção de muitos recursos estaduais e federais para Florianópolis (Popini Vaz: 51).

Neste processo, onde Florianópolis compartilhou com o país violentas transformações, a população urbana teve seu crescimento acelerado em decorrência das correntes migratórias

20. Para este autor, o "período rodoviário" propriamente dito inicia-se na década de 20, com a inauguração da ponte Hercílio Luz (1926), indo sua primeira fase até a década de 50, quando começa sua segunda fase com o processo de integração rodoviária. Na primeira fase Florianópolis manteve-se por sua função administrativa, principalmente a partir da "Revolução de Trinta que define a importância da atuação do Estado no país ... devolvendo a primazia das atividades urbanas de Florianópolis ao setor público" (p. 51).

de populações pobres e de um outro fluxo migratório, de funcionários de nível médio e suas famílias, em função da ampliação do setor público. A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) e de várias outras empresas estatais, propiciou o crescimento das camadas médias (ou classes médias) multiplicando as áreas loteadas, os bairros residenciais, os prédios de apartamentos, as empresas e o comércio. Enquanto a população migrante pobre, multiplicou as áreas de periferia urbana e a mão-de-obra barata para a construção civil e outros setores.

Esta configuração, novamente num final de século, tornou mais conflituoso os processos de uso e ocupação do solo, agora não só no perímetro urbano, que se ampliou consideravelmente, mas em toda a *Ilha*. Com a crescente valorização do solo urbano, várias atividades foram segregadas do *Centro* - lembrando as descrições de Araújo sobre o final do século passado - e foram também definidos "padrões de predominância de algumas atividades" (Popini Vaz, 1991: 38), expulsando as outras para áreas distantes. Passa a ocorrer na *Ilha* uma valorização imobiliária crescente aliada a explosão do turismo, que aqui tem a "natureza" como objeto de consumo privilegiado. Nestes novos processos de re-definição dos espaços, os "atores" dos conflitos se multiplicaram e tornaram-se mais diversificados, ilhéus e "estrangeiros" assumem características diversas. Lembro novamente aqui da *Farra do Boi* (Menezes Bastos, 1993), cuja história de repressão recente nos remete as transformações que descrevi acima:

27

"Noto que os habitantes do "Conjunto Guarani" são vistos basicamente como invasores pelos nativos do lugar. Eles - pelos nativos chamados de eles, em contraposição ao nós que os aponta a si mesmos - são a recordação presente de uma história de desterro e de desapropriação, uma história que transformou chacareiros auto-suficientes em assalariados pobres, matos e campos verdejantes em ruas cinzentas." (p. 3) "... onde há ilhéu, haverá mato e campo -

terreno baldio, no mínimo - e gentes suficientemente "atrasadas" para aí brincar. Nesta geografia, pois, já o sinal de que a *Farrá* é também um instrumento de preservação do verde." (p. 9)

I.3 - Inscrições no presente

Atualmente o município de Florianópolis, do qual a *Ilha* constitui a maior parte do território, está inserido num "aglomerado urbano" composto por mais 4 municípios: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José. A "aglomeração", segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, que assim a classifica, é uma micro-região com características que se aproximam de uma "região metropolitana"²¹, ou seja, que sofrem um crescimento urbano acelerado, decorrendo daí uma série de processos comuns e divisão de funções complementares entre as cidades que a compõe. No entanto, segundo Marcon (1987), o processo de desenvolvimento econômico dos municípios da aglomeração urbana de Florianópolis é bastante desigual, reconhecendo-se fortes "desequilíbrios" entre seus municípios. Florianópolis é caracterizada nesta região pela condição de capital do estado, concentrando serviços e "poderes representativos de decisão".

21. Conforme o IBGE (1990), há na região sul duas "regiões metropolitanas", as de Porto Alegre e Curitiba. A micro região de Florianópolis está a caminho de se tornar uma "região metropolitana", não tendo ainda, índices suficientemente elevados para tal categoria. Daí chamá-la de "aglomeração",

Basicamente a aglomeração corresponde a expansão urbana que se processa a partir da capital.

A "aglomeração de Florianópolis" possui um crescimento relativo de 80% da população urbana, tomados entre 1970 e 1980, conforme a tabela abaixo. No que se refere às características da população migrante são, na sua maioria de origem urbana, caracterizando-se três fluxos básicos: aqueles que vêm preencher os cargos públicos administrativos, os estudantes universitários e o "tradicional rural-urbano ou urbano-urbano" (Marcon, 1987). Os dois primeiros casos vêm morar preferencialmente na *Ilha*, os últimos se localizam nos demais municípios da "aglomeração". A maior parte da população da região concentra-se nos municípios de Florianópolis e São José, apresentando um crescimento bastante elevado na cidade de Palhoça que funciona como uma das "cidade dormitório" da região. É em Florianópolis que preferencialmente esta população procura emprego, pois aí concentram-se as principais repartições públicas, casas comerciais e hotéis.

População total por município em 1980 e crescimento relativo da população urbana total entre 1970 e 1980 em "%" *

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>	<u>CRESCIMENTO</u>
Biguaçu	16.101	158,4%
Florianópolis	161.773	33,7%
Palhoça	35.089	450,0%
Santo Amaro	5.884	128,7%
São José	79.200	169,6%
Aglomeração (total)	298.04	80,0%

* Fonte: Geografia do Brasil - Região S ul, V. 2, IBGE.

Conforme citei anteriormente, o desenvolvimento da "aglomeração de Florianópolis" teve um salto significativo na década de 60, com a implantação de diversas repartições administrativas estaduais, que além de expandirem as oportunidades de emprego, alargaram o mercado para atividades comerciais e de serviços. A implantação de várias rodovias e, mais recentemente, a expansão crescente da indústria do turismo também foram fundamentais para a formação do quadro atual. A PEA - população economicamente ativa - no setor terciário, onde se concentram as atividades referidas acima, alcançou, em 1980, 71% da população total do aglomerado, o que aliás tem causado sérios problemas de tráfego no trajeto *Ilha-Continente*²², considerando que 45% de seus habitantes residem fora de seu núcleo, a *Ilha* (IBGE, 1990). Outro setor com significativa expressão na "aglomeração", é o setor industrial, no ramo de móveis e vestuário. Estas atividades, localizadas basicamente no município de São José, ocupam 24% da PEA do "aglomerado", representando 12,4% da renda micro-regional. A agricultura, por sua vez, é praticamente inexpressiva, representando apenas 3,7% da renda micro-regional.

Esta mesma divisão entre as atividades econômicas é, de certa forma, encontrada no município de Florianópolis²³. Dos 239.651 habitantes do município, em 1988, 204.360 (85,2%) foram catalogados pelo Instituto de Planejamento Urbano de

22. A ponte Hercílio Luz, primeira ponte que ligou a *Ilha* ao *Continente*, foi interditada para o tráfego de carros, ônibus e caminhões, ficando apenas para os caminhantes e pequenos veículos. As demais pontes: Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, possuem 4 pistas cada uma, porém, nos horários de pico, as filas já demonstram sua incapacidade de atender à demanda existente.

23. Chamo atenção aqui para o fato de que os dados obtidos para o município de Florianópolis são mais recentes do que aqueles citados para a aglomeração de Florianópolis.

Florianópolis (IPUF, 1988), como população urbana, enquanto apenas 35.291 (14,8%) estão como população rural. Na *Ilha*, onde se concentra a maior parte do território, fica também a maioria da população do município com 160.721 moradores. No município, o setor primário, historicamente assentado na combinação entre a pesca artesanal e as pequenas propriedades, nas quais podiam se encontrar pequenas hortas e alguns animais destinados ao consumo próprio (com um pequeno excedente para a comercialização). Era a atividade predominante da população local, no entanto, atualmente, no campo da economia formal, este setor é considerado muito pouco significativo para o município. O dado que aparece como mais relevante nas estatísticas, é que o número de estabelecimentos de pequeno porte (até 10 hectares) vem sofrendo uma queda acentuada nas últimas décadas, podendo-se mesmo falar, num desaparecimento da pequena propriedade (IPUF, 1988). Este processo, foi possivelmente acelerado com a chegada de novos moradores ao município, principalmente na *Ilha*, a partir da década de 60. Nesta época os funcionários das empresas e repartições estatais, recém instaladas, invadiram com seus "loteamentos", "conjuntos residenciais", "terrenos" e "bairros" os antigos *sítios* que compunham as *freguesias* mais próximas do perímetro urbano da *Ilha*.

Os *sítios*, além de se constituírem como o espaço de suprimento de necessidades tais como alimentação e habitação, constituíam-se também, espaço de produção da vida simbólica, do modo de viver ilhéu. Com a chegada das "propriedades", suas cercas e suas proibições, brincadeiras como a do *boi no*

*campo*²⁴, por exemplo, passam a ser cada vez mais expropriadas de seu antigo espaço, cerceadas em outros e, até mesmo, proibidas de serem executadas²⁵.

O processo descrito acima, foi também acelerado pelo desenvolvimento do turismo na *Ilha*, com o crescente número de construções e casas para os veranistas, além de toda a estrutura urbana que as tem acompanhado, transfigurando por completo as antigas comunidades pesqueiras do interior da Ilha. Os descendentes de açorianos foram assim, em grande parte, rapidamente expropriados de seus *sítios*. Uns destinados à especulação imobiliária a longo prazo, outros imediatamente loteados e vendidos. Houve com isto, uma desarticulação das antigas unidades de produção: a pesca artesanal, a agricultura, a produção de artefatos diversos, da farinha de mandioca e dos derivados da cana-de-açúcar (Beck, 1979). Atualmente, a agricultura e a pesca, enquanto setor primário da economia formal, são os que menos absorvem mão-de-obra em Florianópolis, e vem apresentando uma queda bastante acelerada nos últimos anos. Entre 1975 e 1980, por exemplo, o número de pessoas ocupadas neste setor teve um decréscimo de 62,21% (IPUF, 1988)²⁶.

24. Sobre a brincadeira *boi no campo* e seus significados para a cultura açoriana na *Ilha*, ver Menezes Bastos (1990) e (1993) e Lacerda (1990).

25. Sobre a polêmica recente em torno da brincadeira *boi no campo*, o posicionamento de alguns dos envolvidos e suas conseqüências, ver Chaves (1992) e Menezes Bastos (1993). Vale a pena aconselhar uma leitura atenta e comparativa entre estes dois textos, pois possuem posicionamentos bastante diversos a cerca desta questão.

26. Esta avaliação feita pelo IPUF, no entanto, não considera um dado que é possível observar com frequência na *Ilha*. Existe um número significativo de funcionários públicos, pedreiros, vigias noturnos, policiais e outros que mantém o "hábito" de pescar, seja a noite ou durante o dia, como forma de complementar a cesta alimentar de sua família e também de se "divertir", mantendo-se assim, diverso de seus outros. Caberia aqui um estudo que pudesse demonstrar a importância da pesca na alimentação da população ilhoa e na permanência de seus traços diacríticos em relação as outras populações que aqui se instalaram. Acredito que uma pesquisa

Os filhos e netos dos ilhéus, não mais herdeiros da terra, passaram a ser absorvidos pelo mercado de trabalho de maneira diferenciada. Alguns, visualizando o desenvolvimento do turismo na região, abriram pequenos negócios que vieram a se tornar grandes e, como se diz por aqui: "se fizeram na vida". Construíram restaurantes, hotéis, bares, farmácias, grandes e pequenas lojas. Mas, a grande maioria, passou para a condição de assalariado, em serviços considerados inferiores como: empregadas domésticas, faxineiras, arrumadeiras, garçons, atendentes de comércio e outros. Tornaram-se também funcionários públicos porém, em grande parte, com habilitações correspondentes a um baixo, ou quando muito médio, nível de salarial. Com uma formação escolar bastante limitada e uma habilitação profissional restrita a experiência familiar e suas tradições, os ilhéus, descendentes de açorianos, passaram a disputar o mercado de trabalho em desvantagem com relação aos profissionais de nível médio e superior, seus filhos e demais estudantes universitários, que vieram "fazer a vida na capital"²⁷.

O setor industrial do município, é também bastante modesto. Formado em geral por empresas de pequeno porte, absorve um contingente relativamente pequeno de mão-de-obra. Representa apenas, em relação ao estado de Santa Catarina,

neste sentido viria a contestar a imagem apresentada pelos dados das pesquisas governamentais. Infelizmente não tenho conhecimento de pesquisa neste campo, ficando aqui apenas algumas intuições.

27. Apesar de não ter encontrado nenhuma pesquisa sobre a ocupação dos ilhéus descendentes de açorianos no mercado de trabalho, é possível observar, tomando como exemplo a Universidade Federal de Santa Catarina e a ELETROSUL, ambas instaladas na Ilha por volta da década de 60, a predominância de ilhéus - moradores do interior da Ilha, filhos e netos de ilhéus -, nos serviços de limpeza e alimentação e nas funções de menor nível salarial. Esta é contudo uma observação pouco sistemática, carecendo de maiores estudos.

1,10% da mão-de-obra ocupada (IPUF, 1988). A prioridade do desenvolvimento do turismo na capital tem imprimido certos condicionamentos a este setor. Por um lado, há um campo propício para o desenvolvimento da indústria da construção civil. Por outro lado, há uma limitação do tipo de indústria a ser instalada na *Ilha*, priorizando-se o setor de vestuário e informática como alternativas industriais não poluentes²⁸.

A maioria da população do município de Florianópolis, trabalha no setor de serviços. Este setor, emprega também, muitos moradores de outros municípios, fazendo da *Ilha*, o núcleo destas atividades na região. No entanto, este setor, ainda que majoritário, está também sujeito a marcante sazonalidade imprimida pela atividade turística desenvolvida na *Ilha*. Assim, se de um lado o desenvolvimento do turismo gera uma série de empregos durante o verão ilhéu, por outro lado, a duração destes empregos restringe-se a um pequeno período, gerando, nos demais meses do ano, muitos desempregos e falências de pequenos negócios.

28. A prioridade a este tipo de atividade industrial se dá através de incentivos em termos de infra estrutura para a instalação da indústria e da isenção de impostos para o setor. Um folheto de propaganda intitulado "TECNÓPOLIS O melhor lugar para o empresário ter um estilo de vida mais soft", distribuído pelo governo do estado e pela prefeitura municipal para o público empresarial, continha o seguinte texto:

"O Governo do Estado definiu em lei que software, sendo criação intelectual, esta totalmente isento de ICMS. Pela legislação municipal, há total isenção do IPTU e o ISS é reduzido pela metade. Para as empresas de hardware, o Programa de Modernização da indústria catarinense - PROHIC -, proporciona a postergação do recolhimento do ICMS por até sete anos."

Cabe esclarecer que ICMS é o Imposto de Circulação Sobre Mercadorias; IPTU é o Imposto Predial e Territorial Urbano; e ISS é o Imposto Sobre Serviços.

População economicamente ativa entre 1970 e 1980 *

SETOR DE ATIVIDADES	1970		1980	
	número	%	número	%
Agropecuária e extrativismo	3490	8,52	1869	2,62
Indústria (transf. e const.)	6826	16,86	8905	12,47
Outras indústrias	-----	-----	4080	5,71
Comércio de Mercadorias	4552	11,25	7689	10,77
Transportes e comunicação	2319	5,73	3208	4,49
Prestação de serviços	7590	18,75	15436	21,62 >
Atividades sociais	6819	16,84	12409	17,38
Administração pública	6220	15,36	9799	13,72
Outras atividades	2669	6,59	8010	11,22
TOTAL	40485		71405	

* Censo Demográfico 1970/80, IBGE - (IPUF, 1988)

A busca de alternativas de emprego e melhores condições de vida tem levado a uma incessante procura das cidades, principalmente quando isto se dá devido ao violento processo de expropriação do campo e, mais recentemente, de outras cidades. Florianópolis, por ser capital do estado, tende a atrair um número bastante grande de migrantes. A *Ilha*, por sua vez, durante o verão, apesar do aumento de seu já elevado custo de vida, amplia grandemente sua capacidade de absorver mão-de-obra não especializada, fortalecendo ainda mais a falsa imagem de sua capacidade permanente de oferecimento de empregos e melhores condições de vida²⁹.

As áreas ocupadas pela população de baixa renda, principalmente no que se refere aos migrantes que chegam a Florianópolis são preferencialmente três: As áreas de morros, com altura média de 150 metros que circundam o núcleo urbano

29. Marcon (1987), citando Hélio Romito de Almeida (1982), estima que 50% dos migrantes vindos para a capital pertencem as classes de baixa renda, "engrossando os contingentes da pobreza urbana", 30% estariam entre os "pobres remediados" e 20% entre o segmento da população de classe média".

da *Ilha*; as antigas áreas rurais periféricas ao centro, geralmente planas; e as marginais das vias de acesso à cidade na área continental do município (Marcon, 1987). Mais recentemente estas populações têm ocupado terrenos de praias e áreas de manguezais, também em situações bastante precárias³⁰. Esses tipos de ocupação têm sido motivo de profundos conflitos entre vários setores da sociedade local. Conflitos que aliás têm trazido à tona as múltiplas visões quanto às possibilidades e destinos do uso do "solo urbano" na *Ilha* e no *Continente*, assim como, quanto as concepções de "desenvolvimento" para a cidade.

30. Os dados sobre o déficit habitacional no município são bastante controvertidos. Estudos da COHAB - Companhia de Habitação - estimaram em 1985 um déficit de 1.930 casas no município, no entanto, o IBGE, já em 1977, havia estimado este déficit em 6.500 unidades e, a própria COHAB, em 1986, divulga que foram construídas 51.107 novas casas entre 1980 e 1985, num período onde se constituíram 135.657 novas famílias, havendo aí uma demanda, só neste período, de 42.563 novos imóveis (Marcon, 1977:58-59). Além disto, o IPUF que havia registrado um déficit habitacional de 2.170 domicílios em 1980, revela que, num levantamento realizado em 1982 em algumas "áreas carente", dos 6.220 domicílios levantados, cerca de 45% eram "casas em situação precária" (IPUF, 1988). Neste quadro fica quase impossível estabelecer uma referência a não ser aquela dada pela própria "visibilidade" comparativa da memória daqueles que aqui viviam há 10 ou 20 anos atrás e da dimensão que tomaram os conflitos em torno do problema da habitação no município.

Capítulo II

O PRETEXTO DAS RELAÇÕES: UMA OCUPAÇÃO ORGANIZADA

Os processos de ocupação do espaço no município de Florianópolis, conforme algumas das referências que estabeleci no primeiro capítulo, instituíram, no decorrer do tempo, sua própria ordem com o estabelecimento da hierarquização dos espaços e da segregação, ou incorporação, dos grupos que os ocupavam. Por um lado, os espaços foram sendo ocupados conforme as necessidades históricas e culturais dos primeiros moradores, os fluxos migratórios e o aumento da população; por outro, concomitantemente, haviam as tentativas das administrações régias/públicas para ordenar estes espaços. As relações entre ocupantes e políticas administrativas nem sempre foram muito amistosas, gerando, como foi possível mostrar, vários conflitos.

A ordem das administrações convencionou-se chamar "ordem legal", ainda que atualmente o legislativo esteja relativamente separado do executivo, e que se observe muitos desencontros entre eles. Supõe-se com isto que a administração, fale pela lei e de acordo com ela. Como sinônimo de "ordem legal", usa-se também o termo "ordem regular" com o qual se contrapõe ao que os administradores chamam de ocupações, casas e terrenos, "irregulares" ou "desordenados". De um lado a "ordem" sob o domínio das administrações, de outro a "desordem", na qual se incluem todos aqueles que não seguem as regras estabelecidas pelas administrações. Esta forma de ocupação dos espaços "regulares"

e "irregulares", "ordenados" e "desordenados", fazem acontecer a cidade, assim como a vemos, na sua constante mudança de forma.

A administração busca uma regulamentação para o uso do espaço, delimitando as áreas em que se pode ou não morar, onde se pode ou não construir indústrias, onde se pode ou não abrir estradas. As construções "irregulares", não obedecem estas normas, ou, em alguns casos, ocupam terras destinadas à especulação imobiliária ou a outros fins. Nestes casos, estas ocupações são também chamadas de "invasões", fazendo-se com isto referência ao fato de que a terra, "invadida", tem dono e, também, um preço. Talvez por isto, a acusação de "invasor" seja quase que exclusivamente atribuída aos ocupantes pobres.

As "invasões", ou *ocupações* de famílias pobres, até fins da década de 80, praticamente aconteciam de uma mesma forma: uma *ocupação* progressiva. Aparecia uma casa, depois outra, logo em seguida mais outra, ora prá direita, ora prá esquerda, uma casa, ou melhor, um *barraco* após o outro. Depois iam surgindo as vendas e botecos, os espaços para as brincadeiras, as reformas nas primeiras casas e, em pouco tempo, era um bairro, com nome próprio e tudo. Vinha o calçamento da rua principal, os pontos de luz aumentavam, a população crescia. Este tipo de *ocupação* foi crescendo com a cidade, que passou a ser ocupada principalmente pela população marginalizada na área rural e na periferia urbana de outras cidades.

Em julho de 1990, pela primeira vez no Estado de Santa Catarina, entre as *ocupações* "ilegais", houve uma *ocupação*

organizada - assim chamada por seus próprios ocupantes. Não foi uma *ocupação* progressiva, mas aconteceu, literalmente, de um dia para o outro. Na madrugada de 28 para 29 de julho, 100 famílias ocuparam um terreno da Companhia de Habitação - COHAB - destinada à construção de casas populares¹. As famílias se conheciam pois haviam participado de uma série de reuniões para organizar a *ocupação*. Chegaram juntas ao terreno escolhido e, durante a noite, limparam o terreno, demarcaram (delimitaram) cada lote e levantaram as barracas de plástico preto. Na manhã seguinte continuavam a trabalhar, trouxeram as coisas de cada um e começaram a levantar as casas com a madeira disponível, conforme foi descrito no Jornal das Comunidades:

* "Até o último dia 29 de julho, a maioria dos habitantes de Florianópolis só conhecia os acampamentos de sem-terra através da imprensa ou dos barracos de lona que, de vez em quando, se instalavam em frente a Catedral e ao palácio para exigir reforma agrária. Na madrugada daquele domingo, uma centena de famílias sem terra, sem teto e sem medo, ocuparam um terreno da COHAB, no Pasto do Gado, às margens da Via Expressa. Foi a primeira ocupação organizada de terras urbanas da história de Santa Catarina. (...) Os barracos dos acampamentos do Oeste e das comunidades de periferia da Capital tem em comum a sina de abrigar parte dos 300 mil agricultores expulsos da roça, nos últimos oito anos, com o sumiço de 67 mil pequenas propriedades. (...) Somos nós que construímos esta cidade, mas até hoje não nos deram o direito de morar dignamente. Por isto decidimos **OCUPAR, RESISTIR E CONSTRUIR**. (...) Temos direito a água, luz, transporte, saúde, educação e lazer. Lutamos pelo direito de viver como seres humanos." (Jornal das Comunidades, N^o 06, jul/ago 1990)

O Jornal das Comunidades, citado acima, comparava a situação vivida pelos ocupantes urbanos com aquelas

1. Jornal das Comunidades, n^o 06 - jul/ago de 1990 - publicado pela Coordenação da Comissão de Associações de Moradores da Grande Florianópolis. Com uma tiragem de 3 mil exemplares esta publicação é distribuída nas principais localidades e bairros pobres da região. O jornal citado, trazia uma série de fotografias do processo de *ocupação* realizado na referida madrugada, falando da *luta* destas famílias e fazendo uma referência comparativa as *Ocupações* do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

vivenciadas até então apenas pelos ocupantes rurais do Movimento dos Sem Terra. Trazia o jornal, como título de cada uma de suas páginas, as *palavras de ordem* daqueles, introduzindo nelas uma variação adaptativa "*ocupar, resistir e construir*". Da mesma forma como se fala no Movimento dos Sem Terra: "*ocupar, resistir e produzir*"². Curiosamente, a semelhança que havia, tanto na forma de *ocupação* como nas *palavras de ordem*, se estendia também ao nome do movimento que se intitulava responsável pela organização da *ocupação*, o Movimento dos Sem Teto.

Esté capítulo, tem como referência, uma *ocupação organizada*, como aquela descrita acima, acontecida naquele mesmo ano, porém em novembro. Contudo, diferentemente da preocupação que teve o Jornal das comunidades, em descrever o momento da *ocupação* e seus significados para os ocupantes, tratando-os indistintamente, o que me levou a escrever este capítulo, foi justamente o momento posterior à *ocupação*. O momento em que, feita a *ocupação*, iniciam-se as negociações entre Movimento dos Sem Teto, seus aliados e contestadores - entre os demais movimentos sociais locais³ -, e a

2. Sobre a história, o significado e a experiência de *ocupação* no meio rural, realizada pelo Movimento Sem Terra, ver Schwad (1993). Especificamente sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ver Kleba Lisboa (1987).

3. Ainda que o objeto específico desta dissertação seja o movimento popular/comunitário em sua relação com a administração pública municipal, os momentos de encontro entre ambos, observados para a pesquisa, são bem mais complexos, envolvendo outros e múltiplos atores, e, como mostra a experiência antropológica, em nada obedecendo ao recorte do pesquisador. No caso observado estavam envolvidos, por exemplo, tanto o governo do estado como o movimento sindical. Cabe observar que um setor significativo deste último, principalmente a partir de 1990, passou a acompanhar com frequência as atividades públicas do movimento popular/comunitário. Parece ser inclusive, a partir deste período, que começam a aparecer nos documentos e folhetos de propaganda dessas entidades, o termo "sindicato cidadão". Procurando contemplar esta diversidade, sem contudo aprofundá-la, utilizo o termo movimentos sociais, seguindo a tradição sociológica, para referenciar-me, ao mesmo tempo, ao movimento

administração pública encarregada de resolver o "problema". É o momento onde acontecem as reuniões entre os representantes dos ocupantes - ambos tratados por mim como grupos que guardam uma especificidade própria em relação as *entidades* que representam -, os representantes de alguns outros setores e categorias solidários ou contrários à *ocupação* e os representantes da prefeitura municipal de Florianópolis⁴. A *ocupação organizada* é assim, o pré-texto a partir do qual se estabelecem as relações.

II.1 - Meu próprio pretexto

O acompanhamento das reuniões de negociações da *ocupação* de novembro, aconteceu num momento em que eu já estava praticamente concluindo o trabalho de campo. Já havia

popular/comunitário e ao movimento sindical. Da mesma forma que detalho quando assim se faz necessário.

4. Em sua análise crítica de Weber, Bourdieu (1982), chama atenção para alguns aspectos que considero importantes para esclarecer o que aqui estou chamando de especificidade dos representantes. Segundo Bourdieu, Weber, ao procurar estabelecer a "eficácia das crenças religiosas", foi por vezes levado a uma exaltação do carisma, chegando a considerá-lo "a força revolucionária especificamente 'criadora' da história" (p. 79). No entanto, é o próprio Weber, que segundo Bourdieu, fornece os meios de escapar a alternativa simplista que fica entre a ilusão da autonomia absoluta do discurso religioso e a teoria reducionista que o considera como reflexo direto das condições econômicas e sociais. Segundo ele, as duas posições não consideram os "porta-vozes especializados, investidos de poder" com práticas e discursos específicos (p. 79). Considerando estes "agentes", Bourdieu trabalha não só com a igreja, e seu papel na "manutenção da ordem", como também com os "profetas", o homem das situações "extra-ordinárias". Para Bourdieu, se por um lado o profeta é aquele que "possui a aptidão de nomear o inominável" (p. 73), ele só possui resultado em sua ação à medida que a situação que o envolve é também extraordinária, e que aqueles que o ouvem são "espíritos de antemão convertidos" (p. 78). Daí porque, ao falar de representação política, Bourdieu (1989), diz que a análise da luta política não pode estar separada da análise das relações de poder mais amplas, das "determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político" (p. 163). Da mesma forma, o que chamo de especificidade dos representantes, pretende chamar atenção para sua autonomia relativa e seu trabalho na elaboração da ação dos movimentos ou instituições que representam, sem descartar os limites em que se encontram, conforme cada situação.

feito todas as entrevistas e começava a escrever os primeiros textos sobre o material coletado. Nesta época, já envolvida em atividades extra pesquisa eu iniciava, junto com alguns amigos, o trabalho de implantação de um "centro de assessoria e documentação popular", o CECA/SC⁵, uma pequena "organização não governamental" - nome sob o qual se tornaram conhecidos estes tipos de *entidades* de assessoria. Começávamos então a nos reunir e a representar o CECA/SC em muitos encontros dos movimentos sociais locais. Numa destas ocasiões recebemos o convite para participar da reunião do *grupo de apoio* de uma *ocupação organizada* que acabava de acontecer em Florianópolis. Foi desta reunião e de suas subseqüentes, que retirei o material necessário para escrever a maior parte deste capítulo.

Na primeira reunião que participei, pude reconhecer vários de meus entrevistados e, com eles, muitos dos grupos do movimento popular/comunitário sobre o qual começava a escrever. Minha posição não deixava de ser ambígua. Possivelmente, na condição apenas de pesquisadora, não teria a oportunidade de acompanhar estas reuniões, para as quais se convidavam apenas os pares. E, no entanto, eu era, para alguns dos presentes, apenas a pesquisadora que os havia entrevistado, já que o CECA/SC, *entidade* que eu representava,

5. A sigla CECA/SC, inicialmente significava "Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria: núcleo de Santa Catarina", tal qual o CECA existente no estado do Rio Grande do Sul - *entidade* da qual, obteve uma espécie de "tutela" provisória -. Atualmente, os membros do CECA, se auto denominam "CECA/SC - Um Centro de Assessoria Popular e Alternativa". A história do CECA/SC no que se refere as suas ambigüidades e conflitos identitários, dos quais compartilhei com grande cumplicidade, ainda está por ser contada. No entanto, sobre sua pequena trajetória contada na versão um pouco "mítica" de alguns de seus fundadores, vale a pena ler o trabalho de Sandro Sell e Siomara Marques (1992). Ele me exime, neste momento, da necessidade de entrar em maiores detalhes sobre o CECA/SC.

ainda não era muito conhecida, existindo apenas através das pessoas que dela participavam, na história de cada um de seus membros. Eu era, ao mesmo tempo, "representante", portanto "objeto" de observação, e pesquisadora, ou seja, "sujeito" observador. As relações de pesquisa se complexificaram, incorporando novos elementos e novas ambiguidades.

A ambigüidade das situações em que me encontrei, fez com que eu resistisse, por muito tempo, em escrever este capítulo, a princípio pensei inclusive em colocá-lo apenas como um apêndice. Só agora, após muitos meses, é que optei por apresentá-lo aqui, na porta de entrada deste trabalho. Com isto pretendo apresentar os "atores" em relação, numa situação bastante significativa, pois conflitiva e tensa. Quanto à história de cada um dos "atores", contarei com mais vagar, nos capítulos que a elas se destinam. Por um lado este é o último momento de trabalho de campo, rico em sínteses sobre os momentos anteriores, por outro este é um momento privilegiado para o estudo das relações entre os "atores" propostos, pois os encontra numa situação limite de confronto.

II.2 - Os caminhos da ocupação organizada

A história dos processos que deram origem a primeira *ocupação organizada*, conforme me contaram seus iniciadores, acompanha, de certa forma, a história dos conflitos entre as *ocupações "ilegais"* pobres - em suas tentativas de melhorias e "regularização" das terras - e as tentativas das administrações públicas para "ordená-las" ou despejá-las. Os

pequenos grupos de moradores, organizados nestas localidades para obterem melhorias em seus bairros, estabeleceram certas redes de comunicação e solidariedade entre si, a partir de outras redes, já existentes, de reuniões e encontros de setores da igreja católica que atuavam junto a estas localidades. Havia de um lado um processo de reivindicação e, de outro, a busca da garantia de permanência no local, principalmente em função das ameaças de despejo que rondavam as localidades mais pobres e mais recentes. Ou seja, aquelas que ainda não haviam criado laços internos de organização e mobilização, e não possuíam mecanismos de influência no plano da cidade.

A medida que as ameaças de despejos começaram a se tornar mais freqüentes nestas localidades, houve, por parte de alguns de seus moradores a busca em criar redes de solidariedade com outras localidades, que passavam por situações parecidas, e com setores da igreja católica que atuavam em seus bairros. Os referidos setores da igreja, acionavam então profissionais e outros setores da sociedade que, através da imprensa e outros meios, "faziam o barulho contra a prefeitura". Isto fez com que os casos de despejo, que envolviam um número significativo de famílias, não fossem mais olhados como problemas de indivíduos isolados, mas transformados em "problemas sociais". Desta forma, se por um lado havia o discurso de que a prefeitura devia despejar os ocupantes "irregulares", por outro passou a ser contemplado neste discurso o fato de que cabia também a ela, alojar estes ocupantes em outro lugar.

No entanto, nem sempre as negociações eram favoráveis aos ocupantes, os processos de "reassentamento" eram por demais morosos. Muitas vezes os terrenos destinados pela prefeitura, ou pelo governo do estado, ficavam muito distantes da cidade - o que encarecia demais a vida de seus pobres moradores -; a água, luz e o calçamento prometidos nunca chegavam e a vida no novo local tornava-se mais difícil e mais cara do que a da antiga *ocupação*. Eram comuns os casos de venda, ou mesmo abandono das casas destes locais e o retorno para novas situações de *ocupação* mais próximas da cidade. Agravando este quadro, do ponto de vista dos ocupantes e daqueles que com eles buscavam soluções, o resultado das eleições de 1988, para prefeito do município, em nada lhes ajudava, ao contrário.

Em janeiro de 1989, assumia à prefeitura uma nova equipe administrativa, que tinha como plataforma política tornar Florianópolis uma "Capital Turística Internacional", ou seja, um local de grande atrativo para os turistas (e dólares) estrangeiros. Para atingir tal objetivo a nova administração propunha uma série de projetos para "modernizar" e trazer o "progresso" para Florianópolis, assim como, limpar a cidade de tudo que pudesse lhe fazer parecer atrasada⁶. Isto significou, já aos primeiros meses de administração, a construção de uma

6. No dia 23 de março de 1989, dia do aniversário da cidade de Florianópolis, o jornal local O Estado, publicou um encarte especial, contendo entrevistas com os principais idealizadores da proposta de governo desta administração. Nestas entrevistas, entre as quais encontrava-se também a do prefeito, aparecem sinônimos à expressão "capital turística internacional", tais como: "polo turístico internacional" e "paraíso internacional", aliando a elas, constantemente, idéias como "progresso" e "modernidade", usadas como sinônimos, contrapostas as idéias de "atraso", "estagnação" e "retrocesso".

nova imagem para a cidade - com especial referência a *Ilha*⁷ - através de um verdadeiro "bombardeio" publicitário na televisão e nos jornais locais, com repercussão nacional.

Por um lado, o novo prefeito apresentou à Câmara de Vereadores uma série de projetos turísticos de polêmica repercussão política - os quais desencadearam vários protestos públicos, formais e informais, assim como a rearticulação, e criação, de uma série de grupos contestatórios no município. Por outro lado, a prefeitura, iniciou um "programa de limpeza" na capital, promovendo, de uma só vez, inúmeras tentativas de despejos nas localidades de *ocupações* pobres, recém instaladas. Lembrando os administradores do final do século XIX, que pretendiam "higienizar" e "modernizar" Desterro, os novos administradores, imbuídos do mesmo propósito de "modernização", tentavam "limpar" a cidade da miséria, da sujeira e de seus "perigos"⁸. Ou seja, daquilo que a própria cidade produz mas sobre o qual não quer falar, ver ou tocar.

7. No mesmo jornal referido na nota anterior, a *Ilha* aparece com destaque na maioria das descrições, sendo ela seu objeto privilegiado. O termo "paraíso internacional" e "ilha da magia", além de estabelecerem o destaque na *Ilha* aparecem relacionados com as palavras "natureza" e "progresso", contrapondo a visão de alguns dos contestadores desta administração que aliam "progresso" à "destruição da natureza".

8. Assim que a nova administração assumiu, iniciou os processos de tentativas de despejo das *ocupações* pobres mais recentes. Apesar do intento não ter resultado em muitos despejos, as tentativas persistiram nos anos seguintes, porém, tendo reduzido significativamente suas investidas. No início do segundo ano da administração, outro "processo de limpeza" teve início na capital. A prefeitura retirou o depósito de lixo municipal (aterro sanitário) da *Ilha* e o colocou, através de um acordo bastante polêmico, num município vizinho. Além disto, com objetivo de "varrer" o crime da capital, a prefeitura obteve ajuda do governo do estado que realizou vários investimentos na polícia militar, ostentando para a população a força que tinha esta corporação. Um exemplo significativo, no que se refere aos objetivos de "limpeza" dos sinais de atraso, foi a perseguição policial contra a *farra do boi* (Menezes Bastos, 1993), manifestação cultural tradicional na região, que passou a ser tratada, com mais veemência neste período, como uma "manifestação de barbárie" e "violência".

De certa forma, foi a soma de um conjunto de fatores que possibilitou o acontecimento das *ocupações organizadas*: a existência de uma rede de comunicação e solidariedade interna e externa às localidades em questão; o apoio de setores da igreja católica nestes locais e seu poder de influência junto a outras formas de articulação política na sociedade envolvente; um certo acúmulo de resultados positivos por parte destas localidades nas reivindicações e lutas junto à administração pública anterior; a incorporação, por parte da sociedade local, de uma nova forma de olhar o problema do elevado fluxo migratório e das situações de despejo - como "problemas sociais", portanto de responsabilidade do *Estado*⁹ - ; a formação de uma série de grupos contestatórios que, por oposição às políticas da equipe administrativa que assumira em 1989, formavam uma espécie de bloco de *oposição*, acionado em ações e momentos específicos contra a prefeitura; e, por fim, o agravamento do conflito a partir do aumento significativo e inesperado das tentativas de despejo sem que houvesse, por parte dos setores envolvidos, uma visualização de possibilidades de negociação junto àquela administração.

No ano de 1989, este quadro fez com que, houvesse não só o fortalecimento dos grupos de moradores e demais apoiadores, como também a ampliação das redes de solidariedade e espaços de encontros com outros grupos, que por oposição à administração pública municipal, se colocavam ao lado - ainda que a relatividade desta posição deva ser devidamente

9. Através do uso da categoria *Estado*, bastante comum entre meus entrevistados, como sinônimo de administração pública (estadual ou municipal), introduzo um de seus significados nativos. No entanto, será possível ver no decorrer da dissertação, que esta é uma categoria de múltiplos significados, e bastante usada nos processos de definição e diferenciação de grupos no interior do movimento popular/comunitário.

resguardada - dos mesmos setores que contestavam as tentativas de despejo nas "*ocupações irregulares*". No entanto, ainda que fortalecidos, estes últimos se encontravam numa posição relativa em relação às iniciativas de despejo. Conforme disse-me um dos entrevistados "o grupo de lideranças¹⁰ corria de um lado para o outro, dando uma de bombeiro, tentando apagar o fogo", ou seja, a iniciativa da ação era da prefeitura, que criava a situação de impasse, deixando ao grupo de *lideranças* apenas a possibilidade de reagir, em resposta.

Com o objetivo de inverter as posições do jogo, saindo da situação de reação, é que o grupo de *lideranças*, escolheu a alternativa da *ocupação organizada*, marcando sua primeira ação, justamente com a *ocupação* de um terreno do governo do estado, destinado à construção de habitações populares. Escolhiam o terreno, que a eles era destinado pelo próprio governo do estado, iniciavam a construção de suas próprias casas, para as quais o governo e a prefeitura diziam não dispor de recursos, e organizavam o espaço ocupado praticamente da mesma forma utilizada pelos técnicos e engenheiros contratados pelas administrações públicas (com lotes padronizados, ruas regulares, e áreas específicas para o lazer e o convívio comum). A visão daqueles barracos de plástico preto, organizados tal qual os conjuntos habitacionais construídos pelas administrações públicas, deixou muita gente perplexa.

10. A categoria *lideranças*, refere-se aqui ao conjunto de moradores que representavam as localidades envolvidas e, juntamente com eles, aos religiosos, *educadores populares*, profissionais voluntários e representantes de outros grupos que estavam diretamente envolvidos contra as tentativas de despejo. Ao falar em *liderança*, os meus entrevistados estão supondo a existência de uma categoria complementar que lhe dá sentido, qual seja, a *base*. Elas aparecem, muitas vezes, como sinônimos de "representantes" e "representados". Porém, este não é seu único significado, ou pelo menos, não parece ser tão preciso.

Era uma *ocupação* "organizada", "regular" e praticamente "legal", já que o terreno ocupado era, por direito, daqueles que o haviam ocupado. Estes ocupantes de terras urbanas, da mesma forma que seus precursores do campo, confundiam, pela situação de impasse que haviam criado, quem tentasse distinguir o que ali era certo ou errado, o que era de direito ou não. A polêmica havia sido criada, o impasse era público e as possibilidades de negociação, agora entre grupos devidamente identificados, estavam estabelecidas. Não havia um consenso sobre o qual fosse possível um julgamento a priori, onde os termos estivessem claros para as partes envolvidas. Tanto as administrações estadual e municipal como os ocupantes e seus apoiadores, ambos em posições contrapostas, reivindicavam para si o direito a decidir sobre o uso daquele terreno, portanto o reconhecimento da "legalidade" de sua posição¹¹.

II.3 - Sobre algumas "relações perigosas"

Quanto à descrição do processo de organização propriamente dito de uma *ocupação organizada*, não é meu objetivo tratar aqui. No entanto, farei pequenas considerações sobre algumas de suas peculiaridades, principalmente aquelas que se referem aos aspectos "perigosos" - no sentido usado por

11. Para entender melhor a posição em que os ocupantes se colocaram, talvez o exemplo do "ladrão de gado" Nuer, relatado por Evans-Pritchard (1978: 173-82), possa ser uma comparação esclarecedora. Numa tribo Nuer, um "ladrão de gado" acredita que está pegando aquilo que lhe é devido, ou seja, que está saldando uma dívida a seu modo, pois o homem que lhe deve o gado não o pagou espontaneamente. Assim, conforme explica Evans-Pritchard (p. 173), "o problema legal consiste em saber se ele tem razão em sustentar a existência da dívida e se deveria ter levado os animais que levou". No caso Nuer, a decisão não está entre o certo e o errado, mas em saber quem tem mais razão. De uma forma parecida, a *ocupação* de um terreno destinado, teoricamente àqueles que o haviam ocupado, organizado da mesma forma que era considerada a correta, estabelecia a dúvida, restando aos juizes do caso saber quem ali tinha mais razão.

Douglas(1966)¹² -- das relações, e redes de informações necessárias para a organização destas *ocupações*. Estes aspectos vão aparecer tanto na organização, como na *ocupação* propriamente dita, "encarnando-se", posteriormente, nos próprios ocupantes.

Chamo atenção de coisas que são conhecidas, tanto pelos organizadores das *ocupações* como pela administração pública e que, no entanto, não são ditas ou mesmo consideradas nos processos de interações entre ambos. Falo das relações não formalizadas, pessoais, das relações que são estranhas aos costumes estabelecidos e "perigosas" se não forem guardadas as devidas distâncias. Refiro-me às relações que possibilitam informações sobre coisas que só devem ser ditas em determinados lugares e sabidas por determinadas pessoas, como, por exemplo, as informações sobre a localização e o uso destinado a determinadas "terras públicas" - ou seja, de propriedade das administrações públicas -, ou ainda, o conhecimento de determinadas formas de organizar o espaço construído (ou, em construção). Tais como as relações de solidariedade e cumplicidade entre funcionários e técnicos da administração pública e migrantes pobres das periferias urbanas, ou as relações de proximidade e intimidade entre religiosos, candidatos e militantes de partidos políticos ou "cargos de confiança" das administrações públicas.

12. Douglas (1966), vai citar uma série de exemplos onde a idéia de perigo, está diretamente relacionada a idéia de desordem, ou seja, tudo aquilo que está fora de seu lugar, que não pode ser dito, que não pode ser ordenado. O perigo está também nos estados de transição, nos estados de marginalidade e em tudo que com eles se relaciona, daí porque as pessoas se afastam dos marginais e temem que sua aproximação possa ser perigosa ou trazer-lhes ameaças, tais como as bruxarias (Douglas, 117:40).

Para organizar uma *ocupação* as *lideranças* do Movimento dos Sem Teto, estabeleceram relações de confiança e troca de informações com vários *técnicos* da prefeitura, que forneceram a eles algumas das orientações necessárias, pesquisaram sobre a viabilidade da *ocupação*, os planos para o local e, enfim, colocaram à disposição do movimento não só os seus conhecimentos enquanto engenheiros, arquitetos, profissionais da saúde e outros, como também as informações e experiências possíveis apenas aos funcionários da prefeitura ou do governo do estado. Além destes, outros profissionais assessoraram o movimento, participaram de suas reuniões e ajudaram a decidir, não só o local mas a própria forma de *ocupação* - a divisão dos terrenos, a localização das casas e a linearidade de padrões - , diferente das *ocupações* "irregulares", igual aos conjuntos habitacionais do governo.

Quando o grupo das famílias *sem teto* realizou a *ocupação organizada* que posteriormente acompanhei, a forma de ocupar e o desenho da *ocupação* já estavam prontos. Cada família já sabia de que tamanho seria seu lote, onde ficaria sua casa e quais seriam seus vizinhos. Na noite da *ocupação*, tal como os construtores de um edifício, eles mediram os espaços e deram múltiplas dimensões aquilo que há dias já estava no papel. Clandestinamente, "na calada da noite", os ocupantes construíram sua pequena vila. Com os troncos, lonas de plástico preto e cordas fizeram as casas, com os cordões fizeram as cercas e, com elas, os limites entre a casa e a rua. Ao amanhecer, a *ocupação* estava pronta.

A *ocupação* foi feita sobre um terreno da prefeitura de Florianópolis, localizado numa área de alto valor imobiliário

e para o qual estava projetada a passagem de uma importante via de acesso para a capital. O terreno ficava praticamente no centro do bairro, um bairro de ruas pavimentadas, largas e regulares com casas de alvenaria, muitas com dois pavimentos, bem muradas e gradeadas. Uma primeira olhada era suficiente para concluir que a vila de barracos pretos, que ali amanhecera sem aviso, estava "fora de seu lugar". Eram 48 novas famílias que em nada se pareciam com as outras famílias que moravam naquele bairro. Quando os primeiros moradores acordaram, e viram seus novos vizinhos, a primeira providência foi chamar a polícia, de modo que tirassem "aquela gente", dali.

No domingo, primeiro dia da *ocupação*, além da polícia chegaram também os repórteres dos principais jornais locais. Tiraram muitas fotos e entrevistaram ocupantes e moradores. A televisão também veio filmar algumas cenas mas privilegiou a entrevista com os moradores e *lideranças* locais. A notícia se espalhou e os moradores faziam uma espécie de reconhecimento do local ocupado. Faziam caminhadas em torno da *ocupação*, contavam aos vizinhos, e estes aos outros. Passavam ao longe, olhavam de lado e comentavam em baixa voz. Em alto e bom tom eram ditas apenas ofensas e acusações, estas sim eram faladas de modo que todos ouvissem.

A *ocupação* parecia ser vista pelos moradores como a pior ameaça que aquele bairro já havia sofrido, o que parece ter sido assim considerado também pelos governantes à medida que os pedidos dos moradores (policciamento e reforço da iluminação na área) foram atendidos com uma urgência não muito comum aos serviços públicos locais. Não havia dúvida de que os

ocupantes representavam para os moradores a ameaça de inúmeros e inimagináveis perigos e que eles deveriam ser isolados, observados e controlados, além de estabelecidas as precauções e proibições necessárias, sob pena dos próprios moradores e seu bairro serem "contaminados" (Douglas, 1966)¹³ por "aquela gente". O medo da "contaminação" aparecia tanto na ostensividade das relações com os ocupantes como nas declarações aos jornais. Nelas, os ocupantes eram chamados de marginais, ladrões, vadios, e motivo de perigo para o bairro, assim como, causadores da desvalorização das casas e terrenos das redondezas. Assim, o simples fato de estarem ali, colocava em risco a vida e a propriedade dos que ali moravam.

II.4 - A formação do grupo de apoio

A reação dos moradores do bairro e a imediata resposta da administração, assim como as declarações na imprensa, começaram a preocupar as lideranças dos ocupantes. O que fez com que convocassem, entre sua "rede de influências" uma reunião para segunda feira à noite. Para esta foram convidados sindicatos, associações de moradores, centros de assessoria

13. A literatura antropológica é rica em exemplos deste tipo de comportamento em relação às situações "não estruturadas" (Turner, 1974). Falando sobre a liminaridade e a *comunitas* Turner fala das constantes reações sofridas por cada uma delas:

"Minha opinião, em resumo, é que na perspectiva daqueles aos quais incumbe a manutenção da 'estrutura', todas as manifestações continuadas da 'comunitas' devem aparecer como perigosas e anárquicas e precisam ser rodeadas por prescrições, proibições e condições. E, como afirmou recentemente Mary Douglas (1966), aquilo que não pode, com clareza, ser classificado segundo os critérios tradicionais de classificação, ou se situe entre fronteiras classificadoras, quase em toda a parte é considerado 'contaminador' e 'perigoso'" (p. 133).

Diz Douglas, no livro citado, que "os perigos da poluição assaltam quando a força foi atacada" (p. 129). Possivelmente foram estes sentimentos que "assaltaram" os moradores que viviam em torno da ocupação.

popular, religiosos católicos e protestantes, setores da pastoral católica, partidos políticos, políticos e outros.

Esta reunião tinha como objetivo a criação de um *grupo de apoio*, formado por "representantes da sociedade civil", para acompanhar as negociações junto à prefeitura e para criar uma espécie de *lóbi* junto à imprensa e à própria administração. Procuravam com isto criar uma "opinião pública" favorável aos ocupantes, através de notas à imprensa, cartas de esclarecimentos à população e declarações de apoio. Além disto, o *grupo de apoio* também tinha como uma de suas funções, fornecer apoio material para a compra de novos plásticos (lonas para as barracas) e remédios para os ocupantes, pois além do conflito com os moradores, a temperatura havia baixado e começava a chover de maneira constante na capital. Muitas lonas de plásticos estavam rasgando com o vento e várias crianças da *ocupação* haviam ficado doentes.

Os convidados para fazerem parte do *grupo de apoio*, na sua maioria, eram pessoas conhecidas pelas *lideranças*. E eram identificados, em relação à prefeitura, como fazendo parte da *oposição*. Os motivos desta identificação eram vários e específicos para cada pessoa, ou grupo que representava. Podia ser pelo partido político do qual fazia parte, pela história do grupo em que se encontrava, por alguma ação contestatória da qual havia participado ou, simplesmente, por afinidade às pessoas que os convidaram o que, por dedução, os colocava contra seus "inimigos". A oposição em relação à prefeitura, no entanto, não era suficiente para estabelecer a homogeneidade de opiniões entre os convidados, assim como para apagar antigas diferenças.

Na primeira reunião, sobre a qual fiquei sabendo apenas através de relatos, duas foram as principais polêmicas que marcaram posições diferenciadas entre os presentes. Após a apresentação da situação e das dificuldades por parte dos representantes dos ocupantes, iniciou-se a primeira polêmica, ou seja, a discussão entre os representantes dos ocupantes e os representantes do conselho comunitário local (dos moradores) que também estavam entre os convidados. Para explicar sua não participação naquele grupo, o conselho comunitário perguntava aos representantes dos ocupantes, por que os *sem teto* vinham pedir o apoio deles agora, se antes nunca haviam feito nada em conjunto, nenhuma atividade, nenhuma discussão; se nenhuma das iniciativas do conselho comunitário, nem da federação da qual faziam parte, havia sido objeto de atenção dos *sem teto*; o que lhes dava então, o direito de pedir-lhes este apoio?

Estas perguntas, que poderiam parecer de pouca importância diante da emergência da situação da *ocupação*, relevavam muitas coisas sobre a impossibilidade de conciliação, naquele momento, entre os grupos que apoiavam os *sem teto* e os grupos das relações do conselho comunitário (dos moradores). Eram perguntas que, tinham por trás de si toda uma história de cisões e conflitos do movimento popular/comunitário¹⁴ e que, naquela situação colocava

14. O conselho comunitário do bairro em questão era filiado a UFECO, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, federação que reúne várias associações de moradores e conselhos comunitários do município. Os representantes desta federação, e muitos de seus filiados, compartilham contra as *lideranças* do Movimento dos Sem Teto muitas divergências. Na história que me foi contada sobre a origem de cada um destes grupos, por ambos os lados, UFECO e Movimento dos Sem Teto, um dos momentos mais críticos é justamente o momento em que, fazendo parte de uma mesma *articulação*, os dois grupos estabelecem entre si uma ruptura que passa a marcar suas próprias identidades.

conselho comunitário (dos moradores) e Movimento dos Sem Teto, em lados opostos. As perguntas deixaram bem claro, naquela reunião que o conselho (dos moradores) iria ficar contra o movimento dos ocupantes.

A segunda polêmica que envolveu a atenção dos presentes, deu-se entre representantes dos ocupantes e os vereadores. Estes últimos, ainda que manifestassem seu total apoio aos ocupantes, e sua histórica oposição à prefeitura da *direita*, eram favoráveis a retirada da população daquele terreno. Explicaram que há muito estava previsto para o local uma estrada de grande importância para a capital, uma reivindicação da população. Havia então, a necessidade de se negociar com a prefeitura um outro local. Reclamaram também que o grupo não os havia procurado, poderiam ter estudado outras alternativas, outras propostas. Por fim, colocaram que numa situação destas teria que se levar em conta as necessidades da cidade como um todo.

Esta polêmica, no entanto, diferentemente da primeira, foi tratada com mais cautela. Nem ocupantes, nem vereadores, pretendiam estabelecer uma ruptura, a exemplo do conselho comunitário. Os vereadores pareciam querer demarcar algumas diferenças, e estabelecer sua posição no grupo. Entre os vereadores presentes¹⁵ e o Movimento dos Sem Teto também havia uma série de divergências. Alguns vereadores acreditavam que o Movimento dos Sem Teto estabelecia para com eles uma "relação

15. Cabe dizer que a posição defendida pelos vereadores, que criou um certo mal estar na reunião, não aparecia, para o conjunto dos presentes, como sendo a posição efetiva de seus partidos, à medida que, entre os demais participantes do grupo, havia vários *militantes* e mesmo representantes dos mesmos partidos, que aliás ficaram bastante incomodados com a manifestação de "seus" representantes parlamentares.

utilitarista", ou seja, não os consideravam parceiros de discussão, não os convidavam para as reuniões ou para discutir possíveis projetos, queriam apenas que eles encaminhassem os projetos sem sequer discutir. A meu ver, era contra os limites de seu papel de representantes (re-apresentadores de propostas e decisões), como atores de uma peça cujo texto já está dado, que se rebelavam os vereadores, ainda que dentro dos limites do grupo.

Ao final, criou-se o *grupo de apoio* que passou a se reunir periodicamente, às vezes diariamente, e que chegou a ter aproximadamente 30 *entidades*¹⁶ além de algumas "personalidades" como padres e vereadores. O conselho comunitário (dos moradores) não integrou o grupo, ao contrário representava a insatisfação dos moradores que revoltaram-se contra a *ocupação*. Os *vereadores de oposição*¹⁷ permaneceram no grupo, ainda que demonstrassem um certo incômodo ao terem que se submeter a determinadas decisões com as quais não haviam concordado. As *entidades*, por sua vez, dividiam-se nas funções de "apoio", os sindicatos, "primos ricos", davam dinheiro, fotocópias, papel, tinta etc..., as pequenas associações e

16. *Entidades* era o termo constantemente utilizado para designar de forma genérica o conjunto de instituições (igrejas, partidos), sindicatos, centros de assessoria (CECA/SC, por exemplo), associações de moradores, movimentos (Movimento dos Sem Teto), grupos (de educadores, de religiosas), e outros que viessem a fazer parte do *grupo de apoio*. O termo *entidade*, no entanto, é também utilizado, em outras ocasiões, para designar de forma específica associações que trabalhavam junto ao movimento popular/comunitário ou sindical que possuam reconhecimento jurídico formal, ou seja: associações de moradores, conselhos comunitários, sindicatos, centros de assessoria, e outros, diferenciando-os dos partidos políticos, das igrejas e do *Estado*.

17. O termo *oposição*, parecia referir-se predominantemente à relação entre os partidos em que se encontravam estes vereadores e os partidos que se encontravam na prefeitura, durante o processo eleitoral. Digo isto porque entre os "opositores" encontravam-se partidos que haviam concorrido uns contra os outros em várias eleições, porém todos contra os partidos daquela administração. Além disto, ainda que nem todos os *vereadores de oposição* ali estivessem, os outros continuavam sendo chamados desta forma, sob a acusação de não fazer jus ao nome.

centro de assessoria, podendo dar uma contribuição financeira mais modesta, contribuíam com pequenos serviços como elaborar os textos, avisar os outros das reuniões, dar telefonemas e discutir notas. Aos religiosos, que na aparência não se diferenciavam dos demais, eram reservadas algumas funções de coordenação e os momentos de orações e de "vigílias" durante à noite junto aos ocupantes.

A segunda reunião foi marcada para uma das salas da catedral metropolitana de Florianópolis e nela encontravam-se aproximadamente 40 pessoas. Foi neste momento que comecei a "participar" do *grupo de apoio*, e no qual me apresentei como integrante do CECA/SC, ou seja, de uma das *entidades* que apoiavam a *ocupação*. Desde o momento que cheguei pude sentir a preocupação que pesava sobre aqueles que estavam mais envolvidos com a *ocupação*. Olhavam-se e trocavam comentários freqüentemente. A reunião teve início com uma rodada de apresentações. Sentados, num grande círculo, um a um falava seu nome e a *entidade* que ali representava. Alguns levavam apenas segundos, outros, pelo que pude reparar os mais conhecidos entre os presentes, falavam um pouco mais.

Os representantes dos ocupantes iniciaram o relato dos acontecimentos que se desenrolaram após a *ocupação*. Entre eles não havia nenhum ocupante propriamente dito, apenas integrantes do Movimento dos Sem Teto e de outras *entidades* a ele ligadas - a exemplo do CAPROM e do CEDEP¹⁸. Os ocupantes apareciam no relato sob a terceira pessoa: "eles falaram",

18. Tanto o CAPROM, Centro de Apoio e Promoção do Migrante, como o CEDEP, Centro de Educação e Evangelização Popular, são centros de assessoria que trabalham junto ao Movimento dos Sem Teto.

"eles sentiram", "eles correm perigo" ... Havia um forte tom de preocupação e cada fato recebia, por parte do relatante, uma gravidade própria. Contaram que a situação havia ficado bastante tensa e as tentativas de intimidação, constantes. A polícia militar, com duas viaturas, vigiava permanentemente o local, passando inclusive no meio da *ocupação*, numa pequena rua, antiga passagem dos moradores, que fora mantida pelos ocupantes. A vigilância não permitia que entrasse qualquer "mudança" (móveis, fogões, roupas em quantidade etc), nem tão pouco madeira com as quais se pudesse arrumar os barracos ou iniciar uma construção.

Contaram, nos relatos, que policiais civis - alguns fizeram referência a "P2", policiais militares que trabalham clandestinamente - travestidos de moradores e transeuntes, haviam feito muitas perguntas aos ocupantes e várias vezes tentaram intimidá-los e ameaçá-los; a polícia militar passava "roçando o carro" na perna dos ocupantes, procurando instaurar, segundo os relatos, um clima de medo e conflito. À medida que os relatos iam sendo feitos, o clima de preocupação parecia generalizar-se e a seriedade tomava conta dos pronunciamentos. Cabe dizer que nestes momentos pouco havia de discordâncias entre uma fala e outra, sendo os encaminhamentos praticamente consensuais. Outro relato falou sobre as constantes ameaças que uma moradora vinha sofrendo por estar cedendo água aos ocupantes; um outro sobre o caso dos funcionários da CELESC, Centrais Elétricas de Santa Catarina - empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado -, que haviam trocado todas as lâmpadas dos postes

próximos à *ocupação*, por lâmpadas mais potentes, "jogando uma iluminação forte na área".

Ao final dos relatos havia tensão e seriedade no ar, só os mais conhecidos, entre os presentes, falavam. Os mais envolvidos com a *ocupação*, logo disseram o que precisava ser feito e as comissões de trabalho que precisavam ser criados. Logo em seguida outros representantes dos sindicatos maiores e os vereadores anexaram mais algumas tarefas importantes, além de se comprometerem de imediato com as tarefas principais. Aos demais, restava se incorporar aos grupos criados e assumir pequenas tarefas. Ao final da reunião, todos se cumprimentavam, muitos já se conheciam de outros lugares, de outras reuniões. Comentavam sobre atividades das quais haviam participado juntos e pareciam guardar entre si, naquele momento, muita harmonia. A tensão dos relatos parecia ter feito com que deixassem de lado as diferenças, procurando no outro aquilo que havia de comum, de concordâncias. De certa forma, o medo dos moradores e sua reação, através da polícia e da imprensa, ressaltando o lado "marginal" e "perigoso" dos ocupantes, parecia ter fortalecido o *grupo de apoio* que ao identificar-se com os ocupantes e mesmo com sua liminaridade, em oposição àqueles que estavam contra eles, haviam se tornado mais coesos.

II.5 - O grupo dos moradores: contra representação

Entre os moradores que estavam contrários à *ocupação*, também se formou uma espécie de "grupo de apoio", no caso,

formado por alguns moradores, pelo conselho comunitário, e por algumas pessoas de influência junto à administração pública. O grupo dos moradores, parecia ter como objetivo reunir as principais *lideranças* e grupos do bairro para, de alguma forma, intervir junto aos outros vereadores (aqueles que não estavam no *grupo de apoio* dos ocupantes) e junto à prefeitura, para tirar os "invasores" daquele local. Digo "pareciam ter" pois o acompanhamento que pude fazer deste grupo foi apenas através de suas declarações públicas e daquilo que outros me falavam.

Observar o conflito entre grupos que passam por momentos de muita tensão, no próprio momento do conflito, significou, ter que assumir uma posição, e condicionar o ponto de vista dos fatos a partir daí. No momento anterior da pesquisa, quando realizei as entrevistas, minha posição enquanto pesquisadora parecia menos ambígua, o que me possibilitou transitar entre diversos grupos e ouvir várias versões sobre acontecimentos que já haviam se passado. Os conflitos estavam relativizados pelo tempo e pelo próprio momento das entrevistas, quando muitos dos grupos já realizavam atividades conjuntas. O *grupo de apoio*, de cujo acompanhamento resultou este capítulo, com o tempo foi se tornando um espaço de avaliação, de definição de estratégias e de tomada de decisões. O grupo estabelecia critérios de diferenciação entre o que era *sigiloso* e o que era *público*. A presença no grupo estava condicionada a critérios como *confiança* e *solidariedade* e a manifestações públicas de apoio. Acredito que a tentativa de transitar também pelas reuniões do grupo de moradores, e deles adquirir confiança, teria

comprometido a relação que até então eu vinha estabelecendo com o *grupo de apoio* dos ocupantes¹⁹.

Através dos comentários e avaliações realizadas no *grupo de apoio* dos ocupantes, das notícias de jornal e dos momentos de discussão pública, fiquei sabendo que o grupo de moradores fora formado, por *lideranças* dos grupos da igreja local - cujo padre apoiava os ocupantes -, pelo funcionário de uma estatal - filiado a um dos maiores sindicatos que apoiava a *ocupação* -, por eleitores dos *partidos de oposição* - cujos vereadores e representantes estava no grupo dos ocupantes -, além do conselho comunitário, entre vários outros moradores. Enquanto o padre, o pastor, o sindicato, os vereadores e representantes partidários apoiavam os ocupantes, alguns dos fiéis, seguidores, sindicalizados, filiados e eleitores, diretamente relacionados com os efeitos das decisões tomadas por seus representantes, organizavam o *movimento de oposição*.

Esta situação me pareceu privilegiada para observar a relação entre representantes e representados ou, como falam meus entrevistados, entre *lideranças* e *base*. O tipo de delegação de poder que conhecemos, tanto nos partidos políticos como nos movimentos sociais, dá ao eleito um poder que vai muito além daquilo que lhe é possível delegar no momento da escolha. Desta forma, as situações, as negociações

19. O respeito aos critérios estabelecidos, foi uma referência importante para o fortalecimento da minha relação com os participantes do grupo. No entanto, foi também motivo de muita dúvida na hora em que me pus a escrever e revisar este capítulo. Muitas vezes me questionei sobre o que eu poderia ou não falar e o que ainda colocava meus entrevistados, e os ocupantes, num terreno "perigoso". Com o tempo, fui vendo que muita coisa havia se tornado pública - sobre as quais, portanto, já se podia falar. Outras, que inicialmente pareciam de domínio restrito, circulavam livremente em documentos, boletins informativos e outros meios. Por fim, também o tempo emprestou-me um pouco de distância, e me permitiu elaborar algumas apreciações, e falar sobre coisas que até então não me atrevia.

e as decisões são tomadas a partir de outras referências que não apenas aquelas restritas ao momento da delegação. Diz Bourdieu (1989: 177) que as posições dos representantes políticos são tomadas por uma espécie de combinação entre os "interesses de seus clientes" e a "consciência de sua posição na estrutura do campo político". Ou seja, as ações e discursos dos representantes estão marcados por uma duplicidade, resultante da própria duplicidade dos campos de referência. Por um lado os representantes não podem fugir por completo aos interesses de seus representados - mesmo que estes estejam distanciados e diluídos numa homogeneidade que só toma corpo naqueles -, por outro lado, o "campo político", como diz Bourdieu, possui uma dinâmica de oposições e alianças, num conjunto de interesses próprios que buscam a permanência e a legitimidade no próprio campo, e que acaba sendo também determinante nas tomadas de decisões.

Neste sentido, no que se refere ao *grupo de apoio*, o caso do sindicato e do padre local parecem ser significativos. O sindicato, aparentemente, não possui uma relação direta com a *ocupação*. Do ponto de vista de sua definição formal ele é uma *entidade de classe*, ou seja representa uma categoria funcional, em sua relações com o respectivo patrão ao qual esta submetida. A entrada do sindicato no *grupo de apoio* deu-se pelo convite feito por *entidades* do movimento popular/comunitário com as quais sua diretoria vinha realizando atividades e por outros sindicatos que, como ele, são filiados a mesma central sindical. Esta última, por sinal, também fazia parte do grupo de apoio juntamente com os

partidos políticos aos quais alguns dos diretores do sindicato estavam filiados.

No entanto, ainda que o apoio à *ocupação* não passasse diretamente pelo papel do sindicato enquanto *entidade* de classe, a importância de sua manifestação evocava, diretamente, o seu papel de representante de uma categoria de numerosos trabalhadores em nome da qual eles falavam. O morador à ele sindicalizado, era o único representado desta *entidade*, pelo menos que se tinha conhecimento, que dependia diretamente da decisão a ser tomada, tendo, de sua parte, uma posição bastante clara sobre o assunto. Na época da eleição do sindicato este morador havia apoiado aquela diretoria, sendo dela conhecido. Além disto, este morador era também uma *liderança* do bairro e sua posição sobre o assunto era de conhecimento público. Estes fatos não fizeram, contudo, que o sindicato alterasse sua posição.

O outro caso foi o do padre local. A maior parte de seus fiéis, moradores do bairro em questão, eram contrários à *ocupação*, e foram exigir-lhe pessoalmente que parasse de apoiar "aquela gente". O padre passou a receber uma série de ameaças, o que fez com que, mesmo permanecendo no *grupo de apoio* ele mudasse significativamente sua posição. Seu constrangimento foi imediato. Restringiu sua participação nas discussões internas do grupo, tendo sido desaltorizado a agir como "representante" de seus "fiéis". E, ainda que o padre possuísse a "autoridade" que lhe era atribuída pela igreja católica, o reconhecimento desta "autoridade", por parte dos moradores, não fora o esperado. Tal como o sindicato, o padre também fazia parte de uma espécie de rede na qual transitavam

vários dos participantes do *grupo de apoio* e, principalmente possuía relações de trabalho e amizade com algumas das *lideranças e assessores* do Movimento dos Sem Teto.

A ajuda do padre e a de outras religiosas que moravam no bairro era de grande importância para o *grupo de apoio*. Desde o início se colocou à disposição dos ocupantes, assim como a estrutura de sua igreja. No entanto, à medida que a pressão dos fiéis foi se tornando mais forte, o padre, em conjunto com o *grupo de apoio*, decidiu que sua contribuição deveria se dar de forma menos visível, ou seja, ele deveria "se expor menos". Esta decisão prevaleceu mesmo durante a realização de uma celebração religiosa, organizada pelo *grupo de apoio* na capela do referido padre, onde a celebração foi ministrada por padres e pastores de fora da localidade, cabendo a este padre, o papel de filmar a celebração que era realizada por outros em sua própria capela.

Se por um lado a pressão do morador sindicalizado não foi suficiente para intervir na posição de seu representante, por outro, a pressão dos moradores "fiéis" alterou de forma significativa a posição do padre, que teve que se abster justamente de suas manifestações públicas em relação a *ocupação*, ou seja, de seu papel de "representante da comunidade". Neste sentido, ainda que a não atualização dos mecanismos de representação possa levar a uma "cômoda" delegação de poder, esta delegação pode tornar-se, por vezes, "incômoda", quando o representante se volta, diretamente, contra o representado, levando este a questionar o próprio fundamento da representação, qual seja, o poder que ele próprio lhe dá.

"O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe" (Bourdieu, 1989:188)

Quando o morador sindicalizado e os moradores "fieis" falaram contra seus representantes, foi como se tivessem tomado de volta suas vozes, apresentando-se por si mesmos. Tanto a direção do sindicato como o padre falavam como se não houvesse discordâncias e fragmentação entre seus representados, falavam numa única voz. Quando as vozes representadas se tornaram múltiplas, apresentando-se por si mesmas, instauraram a polêmica.

II.6 - O encontro com o prefeito

No terceiro dia da *ocupação* realizou-se a reunião com a prefeitura. Estavam presentes ocupantes e moradores, seus respectivos representantes e autoridades envolvidas. A reunião realizou-se na sede do conselho comunitário (dos moradores) que ficava relativamente próxima da *ocupação*. Havia aproximadamente 50 pessoas. Diferente da disposição das reuniões do *grupo de apoio*, onde as cadeiras eram dispostas num grande círculo, na reunião com a prefeitura as cadeiras estavam divididas em dois grupos. Algumas, colocadas atrás de pequenas mesas, eram reservada aos representantes e autoridades, como numa espécie de palco, as outras, em número bem maior, foram dispostas em várias fileiras de frente para as mesas, como se fosse a platéia.

Na "mesa" sentaram-se o prefeito, um de seus secretários, o procurador geral do município e uma representante dos ocupantes, não sendo ela porém ocupante mas membro do CAPROM. Os demais presentes dividiam-se por agrupamentos nas cadeiras enfileiradas uniformemente. De um lado estavam alguns ocupantes, na maioria mulheres e crianças, de outro lado os moradores, também na maioria mulheres; espalhados entre os dois grupos estavam as *lideranças* locais e as *lideranças* de fora, na sua maioria homens. A presença de uma mulher na mesa, falando em nome dos *sem teto* era, de certa forma, algo incomum pois a maioria das *lideranças* do grupo de apoio e do próprio Movimento dos Sem Teto eram homens²⁰.

Ainda que as negociações fossem se dar entre autoridades municipais e ocupantes, estes últimos tinham como aliados uma outra autoridade, que durante as falas, assim fez questão de se apresentar. Falo da autoridade religiosa, ou da figura da igreja como poder religioso, que, através de seus representantes, se fez presente na reunião. A mulher que representava os ocupantes era reconhecida como sendo uma religiosa que trabalhava junto aos *sem teto*. Um dos coordenadores do grupo de apoio era um padre que trabalhava junto às localidades de periferia urbana da capital, o padre do bairro havia se colocado como possível mediador das negociações, um grupo de religiosas que morava no bairro

20. O "cenário" da reunião fora montado, como que para uma representação artístico-teatral. Os representantes, em lugar de destaque, encenariam a negociação entre dois grupos, cujos papéis estavam devidamente delimitados. A platéia, dividida, poderia se manifestar com pequenas falas, aplausos, e vaias; "atores" de menor importância (representantes de grupos específicos) ajudariam a compor a "peça", falando do lugar do público, dinamizando a cena com suas falas ensaiadas. Assim como na distinção teatral entre o palco e a plateia, as distinções daquela reunião com o prefeito também "respeitavam" seus limites entre *lideranças* e *base*, representantes e representados, homens e mulheres.

manifestou seu apoio aos ocupantes e, por fim, o pastor da igreja presbiteriana de uma localidade próxima também defendeu os ocupantes. Além deste, outros "poderes" também se manifestaram em apoio aos ocupantes: os vereadores e seus partidos, os sindicatos, as associações e a grande lista de demais *entidades* que compunham o *grupo de apoio*.

Não demorou muito para que o prefeito percebesse que não estava negociando apenas com os ocupantes mas com um conjunto de antigos e novos interlocutores. Levando isto em conta, o prefeito iniciou sua fala na reunião referindo-se a gravidade do problema da migração, da falta de emprego e de moradia e das inúmeras tentativas de sua administração para solucionar o problema. Para aquele grupo, segundo ele, também haveria de ter uma solução. No entanto, insistia que a permanência naquela área era inviável. Teriam que encontrar uma "área alternativa". Para tanto deveria ser formada uma comissão de ocupantes e *técnicos* da prefeitura com objetivo de estudar o caso e fazer um projeto para obtenção de recursos.

Para começar a concretizar a sua proposta, era necessário, segundo o prefeito, fazer um "cadastro" das famílias contendo dados tais como procedência, profissão, número de dependentes, bens e imóveis que possui etc. Enquanto isto, "para que as famílias pudessem viver em condições melhores", ele propunha que os ocupantes fossem todos morar, provisoriamente, no ginásio da prefeitura. Falando sobre os benefícios que teriam no ginásio citou a água, a luz, os banheiros e o teto para se abrigarem. Porém, antes de acabar, fez questão de frisar que a nova área escolhida seria paga pelos ocupantes:

"Não sairá de graça(...), para que cada um tenha consciência de que está adquirindo um imóvel para si e sua família(...) Além disto, temos também que responder as condições de saneamento, isto tudo será pago pelos moradores." (Prefeito)

A medida que o prefeito falava, as *lideranças* dos ocupantes e demais apoiadores se olhavam e ensaiavam entre si respostas para cada ponto colocado. As propostas do prefeito não eram satisfatórias e faziam afirmações com as quais eles não concordavam. A última observação, sobre a importância do pagamento para a "consciência" das famílias, foi interpretada como uma insinuação de que as famílias que ocupavam o terreno da prefeitura não eram trabalhadores e queriam conseguir qualquer terreno de graça, sem trabalhar, como "vadios". Aliado a isto, a "necessidade" de fazer um "cadastro", revelava a desconfiança do prefeito sobre a real necessidade daquelas famílias. Sobre estas desconfianças, a representante dos ocupantes respondeu enfurecida ao prefeito, aproveitando sua fala para responder também algumas das acusações feitas pelos jornais locais contra o CAPROM e as *lideranças* dos *sem teto*.

"Estas famílias não são famílias de "favelados", são famílias de Florianópolis, ou que já moram aqui há mais de 20 anos, seus filhos já nasceram aqui. Não são famílias recém chegadas. São famílias que construíram esta cidade, são famílias que residem aqui e conseguiram resistir até agora. São famílias atingidas pelo tipo de Plano de governo que tem aí, pelo arrocho salarial e pelos altos aluguéis(...) Estas famílias ainda não caíram na via expressa porque lá sim é uma área de risco. Fizemos muitos estudos e negociações e esta ocupação foi apresentada com último recurso." (representante dos ocupantes)

Conforme dizia a representante, uma das grandes diferenças desta *ocupação*, além do fato de ser uma *ocupação organizada*, era o tipo de ocupante que nela predominava, ou seja, pessoas que haviam nascido em Florianópolis ou que

viviam aqui a, pelo menos, mais de 20 anos. Esta "característica" respondia as acusações contra as *lideranças* dos *sem teto*, e reforçava suas avaliações sobre o futuro. Enquanto os jornais lhes acusavam de trazer mendigos e marginais para invadir a capital, eles diziam que não tardaria para que os trabalhadores, filhos da terra, estivessem na situação dos migrantes pobres.

O prefeito voltou a falar das dificuldades para resolver este tipo de problema, principalmente em função da falta de recursos da prefeitura e do não funcionamento do "fundo de terras", um órgão da prefeitura que deveria canalizar recursos do município para investir em "habitações populares". A prefeitura, desde a criação do "fundo", acusava o Movimento dos Sem Teto de inviabilizar seu funcionamento pela sua não participação²¹. A referência ao "fundo de terras" soava, naquele momento, como uma espécie de "puchão de orelhas". Com a declaração do prefeito, sobre o "fundo", começa um "pingue-pongue" entre o prefeito e um dos ocupantes que estava na "platéia" e que falava de forma bastante impaciente e nervosa. Como que preocupado com rumo que fosse tomar aquela discussão, para a qual já se arvoravam outros falantes, um dos *vereadores de oposição*, escolhidos para representar o *grupo de apoio*, pediu a palavra e falou em nome do "*comitê de entidades*" (assim chamado em público o *grupo de apoio*). Sua fala reforçava as palavras da representante dos ocupantes e aproveitava para fazer as *reivindicações* do "*comitê de entidades*".

21. A criação do "fundo de terras" deu-se no ano de 1989, por reivindicação do Movimento dos Sem Teto. No entanto, este não veio a participar da composição do "fundo" pois contestaram a forma como a prefeitura definiu a formação do "fundo".

"Após ouvir a discussão e a forma como a coisa foi colocada queríamos dizer que a forma como está sendo tratada a questão é motivo de preocupação(...) A maioria das pessoas trabalham e não estão ainda na condição de mendigos, são vizinhos seus, pessoas de dignidade(...) Estas pessoas sentiram-se ameaçadas, e ofendidas. Pedimos que o tratamento seja dado igual a qualquer cidadão do município. É fundamental o nível de tratamento destas pessoas(...) Em pedido a garantia das condições de vida destas pessoas pedimos a ligação da água e de alguns pontos de luz, para garantir a condição humana, as pessoas não vão ficar ali definitivamente, mas estas condições tem que ser garantidas." (representante do grupo de apoio)

A esta altura, o prefeito, já inquieto, voltava a insistir na proposta do ginásio de esportes da prefeitura, ou mesmo do salão paroquial da capela do bairro que havia sido colocado à disposição em função de um pedido seu. Insistia para que a comissão discutisse logo essas propostas, para que se saísse do impasse junto aos moradores do bairro e ao terreno da prefeitura. A representante dos ocupantes, por sua vez, voltava a insistir nas necessidades do grupo, apresentada pelo *grupo de apoio*. Falava também sobre os problemas com a polícia e a relação de violenta intimidação que vinham sofrendo os ocupantes. Um parecia não ouvir o outro, repetindo cada um a sua fala. Somente quando o nome da polícia foi citado é que um outro "personagem" entrou em cena. Sentindo-se atingido pelas acusações, o capitão da polícia militar pediu a palavra: "A polícia esta lá não para defender nem um nem outro, mas para garantir a segurança dos moradores (...) a polícia só quer garantir a segurança."

Antes mesmo que o capitão acabasse de falar, o prefeito reforçou suas palavras e fez uma série de elogios ao trabalho da polícia no estado. Exigiu respeito a este trabalho e em tom de ameaça concluiu: "Ela só esta ali para garantir que não tenha que voltar em outras condições". A discussão

parecia ficar cada vez mais tensa, apesar das constantes falas de ponderação. No entanto poucas eram as falas que se cruzavam, ou melhor, que dialogavam, as falas pareciam desencontradas, como se fossem monólogos intercalados, repetidos de forma diferente, por pessoas diferentes. Um morador, temendo que a situação não se alterasse, e que os "invasores" permanecessem, em seu bairro, repete as duas propostas, como que num eco, apelando ao "entendimento" dos ocupantes, como se daquela forma se fizesse ouvir:

"A medida que vai sendo colocada luz e água a coisa complica e a situação não será resolvida(...) o que acontece hoje está abrindo um precedente(...) vocês vão ver que no ginásio vai ser melhor pra vocês, vocês vão ficar bem melhor lá. Lá vai ter água, vai ter luz, vai ter banheiro, vocês não vão ficar num barraco preto, com friu e chuva, vão pra lá, vai ser bem melhor do que aqui." (morador)

Sem demora, um dos ocupantes, se levanta e fala:

"Nós viemos fazer uma exigência para a prefeitura(...) a gente esta coagido(...) tão ameaçando as irmãs que tão ajudando a gente. Estamos pedindo ao prefeito que deixe nós levantar os barracos provisórios, não dá pra ficar como tá. Tem friu e tem chuva, é só até a gente negociá outro local. Quanto mais rápido a prefeitura negociá, mais rápido a gente vai" (ocupante)

O prefeito, impaciente, volta a insistir:

"Ninguém pode alegar que as condições ali são melhores que no ginásio onde tem esgoto, água, alojamento... lá as mulheres vão poder lavar as roupas, tem água, não é tão friu. A prefeitura vai dar as condições pra ficar lá. Tem chuveiro, tem tudo. Vocês verão que será bem melhor, as condições do ginásio são bem melhores."

Naquele momento, como se buscasse nos ocupantes uma referência comum, que pudesse identificar com ela, pelo menos alguns deles, ou melhor, algumas delas, uma das moradoras tentou quebrar a polarização entre moradores e ocupantes, buscando uma outra identificação que pudesse ser ouvida. A moradora fez então um "apelo" às mulheres - às mães -

"iguais" a ela que haviam entre os ocupantes. Nesta fala, como na do outro morador, aparecia uma outra desconfiança, além daquelas já apresentadas pelo prefeito, a suspeita de que os ocupantes não pensavam por si mesmos, que eram "manipulados" por suas *lideranças*:

"Gostaria que as mães se posicionassem, sem manipulação das lideranças, eu sei muito bem o que é ser mãe, o que é passar por condições como essas, eu queria que as mães fossem ouvidas ... nós mulheres sabemos das dificuldades de nosso filhos, dos sofrimentos. As mães, eu queria ouvir uma mãe falar, dar seu depoimento, dizer o que quer. Eu também sou mãe ... Eu queria que as mães fossem ouvidas."

A resposta no entanto, não foi a esperada e reforçava a oposição contrastiva em relação aos moradores e a prefeitura, "nossa posição" (dos ocupantes) - e não "a minha posição" (mulher e mãe) -, foi o termo usado pela ocupante que, ao mesmo tempo, reforçava afirmativamente sua posição de *lideranças*. Numa única e incisiva frase, contrastando com o "apelo" emocionado e repetitivo da moradora, a resposta da ocupante foi a seguinte: "Eu sou membro da comissão central, e a nossa posição é de não arredar o pé dali". O monólogo continuava e muito pouco foi modificado da parte de cada um. Concordaram contudo em criar uma comissão formada por quatro moradores, quatro ocupantes e dois membros da prefeitura, marcaram uma data para começar a ver outras opções de terrenos e fazer uma visita ao ginásio, mas, antes de terminarem a reunião, um dos ocupantes reafirmou para o prefeito sua posição quanto ao ginásio: "Cada um quer ter seu lugar pra morar, agora o senhor quer que a gente, com 48 famílias, vá morar tudo num ginásio de esportes?..."

Sem resposta, a pergunta ficou no ar. Não era mais o momento para discussões, as decisões estavam sendo tomadas e assim como o prefeito queria encaminhar logo as visitas e a retirada "daquela gente" do seu terreno, também o *grupo de apoio*, incumbido de obter algumas melhorias (água, luz etc) para os ocupantes, precisava obter respostas positivas e algumas garantias do prefeito. A fala parecia dizer que "o drama" não havia acabado, lançando ao próximo "ato" sua continuidade.

II.7 - Significados e mudanças

Ainda que na reunião com o prefeito eu tivesse presenciado momentos de muita tensão, enfrentamentos e ameaças constantes, aparentemente beirando o limite da possibilidade de diálogo - e, no diálogo, o aparente monólogo -, me pareceu, com o tempo, que o desenvolvimento da reunião se dava como num drama ritualizado. Num primeiro momento a apresentação inicial e a fala de cada um, em seguida a discórdia e o debate - cada um marcando sua posição -, por fim, as decisões comuns, resultando das várias posições apresentadas, mais de umas, menos de outras, porém, delas todas. As posições tomadas, as falas, tudo lembrava outras posições, outras relações, outras falas cujas histórias eu já tinha ouvido. Ao mesmo tempo, o "drama" parecia estabelecer novas formas de relações, criando novas possibilidades, novas situações, novos "atores".

Se por um lado as situações geradas pelos processos de *ocupações organizadas* traziam à tona um conjunto de relações

relativamente estabelecidas, por outro, elas engendravam, do ponto de vista de sua história, novas formas de relações entre Movimento dos Sem Teto e administração pública, pois não só colocavam novas questões e impasses a serem resolvidos como alteravam a própria correlação de forças entre ambos. Além disto, os resultados obtidos tanto na primeira *ocupação* como nesta que tive oportunidade de observar, trouxeram mudanças significativas na vida dos ocupantes, obtendo não só a terra desejada como um novo olhar sobre si, contando sua história, como uma história de "lutas" e de "vitórias"²². Da mesma forma, o Movimento dos Sem Teto, as *entidades* que com eles trabalhavam, as atividades que desenvolviam, e as pessoas que se constituíram como suas referências, também passaram a desfrutar entre os movimentos sociais locais de maior prestígio, estabelecendo políticas e referências a serem seguidas ou recusadas. Por fim, do ponto de vista das políticas adotadas pela prefeitura em relação aos processos de desapropriação, foi também possível notar significativa mudança, à medida que a prefeitura passou a adotar uma posição mais cuidadosa, menos ousada.

As impressões deixadas pela reunião com o prefeito, aliadas ao ponto de vista comparativo do olhar sobre a história das relações entre movimento popular/comunitário e administração pública, me fez considerar mais alguns

22. Durante o período em que se reuniu o *grupo de apoio* foram se incorporando vários outros integrantes, entre eles havia representantes de localidades de *ocupações* "irregulares" que haviam conseguido a legalização de suas terras e, também, representantes da primeira *ocupação organizada*. Estes últimos, nas reuniões e eventos públicos, contavam a história de suas vidas e como ela havia mudado após a *ocupação*. Descreviam-se como autores de um ato inédito, impensável, e como membros de uma *comunidade* que tendo passado pelas mesmas dificuldades e sofrimentos, se solidarizavam e se identificavam com aquela. Descreviam-se como heróis poderosos, que mesmo nos momentos mais difíceis tinham certeza da vitória.

elementos, para os quais foram necessários ampliar as referências teóricas com as quais estava trabalhando. Neste sentido, ainda que o conceito de "campo político" de Bourdieu, ao qual fiz referência anteriormente, me ajudasse a chamar atenção para aspectos importante do posicionamento dos vários grupos no momento do conflito (1989: 164), da articulação de "blocos" aparentemente homogêneos constituindo pólos de oposição tais como "direita" e "esquerda" num jogo relacional (p. 179) e da "contestação herética" que leva muitas vezes a própria reprodução, por parte dos contestadores, de mecanismos como a disciplina, a autoridade e a violência, para combater elas mesmas (p. 181), este conceito não me possibilitava elementos para perceber as mudanças que pareciam estar acontecendo²³.

Minha intuição era de que a forma ritualizada como se deu a reunião com o prefeito, não significava unicamente a reprodução das relações existentes, ainda que em alguns momentos assim parecesse, mas também, a instauração de novas relações e possibilidades. A leitura de dois pequenos textos de Leach - "Nascimento virgem" (1983b) e "Cabelo mágico" (1983a) - apontaram alguns elementos importantes neste sentido. No primeiro texto, interessado em refutar uma suposta ignorância dos povos primitivos em relação à paternidade física defendida por alguns autores, Leach chama atenção para o fato de que, um ritual fala "sobre as relações sociais formais que estão sendo estabelecidas entre as várias partes envolvidas" (p. 121), pois um rito "estabelece categorias e afirma relações" (p.

23. Um texto que me ajudou a perceber algumas das limitações dos conceitos de "campo" e de "habitus" de Bourdieu em relação aos processos de transformação e mudança foi o texto "A procura de uma sociologia da prática" de Renato Ortiz (1983).

126). No segundo texto, no qual discute a conexão entre o "simbolismo privado" e o "simbolismo público", aponta para o fato de que o "comportamento ritual é essencialmente uma forma de comunicação externa entre dois ou mais indivíduos", e, neste processo de comunicação, ambos os "simbolismos" não só dizem algo sobre o estado de coisas, como também alteram o estado de coisas, são porém comportamentos públicos, onde "os atores sabem o que estão fazendo" (p. 147).

Ao chamar atenção para o caráter ritual da reunião e, do ritual enquanto um momento que focaliza as relações sociais estabelecidas e, ao mesmo tempo, que altera o estado das coisas, procuro perceber os resultados das negociações daí advindas como a união entre as possibilidades dadas e aquelas que foram criadas pelo encontro e seus impasses. Assim aponto também um outro momento ritual importante, o *culto ecumênico*²⁴, sobre o qual falo no próximo item. Antes do culto porém várias outras reuniões do *grupo de apoio* foram realizadas e, na medida das vontades, os encaminhamentos da reunião com o prefeito foram sendo cumpridos.

Como resultado da reunião com o prefeito, este concordou em ceder algumas melhorias para a *ocupação*, enquanto que os ocupantes, por sua vez, concordaram em "visitar" outros terrenos para os quais poderiam ir. Para a "visita" os

24. O *culto ecumênico* é uma celebração religiosa que procura congregar várias religiões diferentes. No entanto, ainda que a palavra ecumênico - oikoumenikós - signifique algo que é relativo a toda a terra, a igreja católica só admite o ecúmenismo com as demais igrejas cristãs, ou seja, as protestantes, não realizando celebrações com religiões africanas, indígenas e orientais, por exemplo. Assim foi o caso da *celebração* realizada com os ocupantes, onde a maioria dos religiosos eram católicos, havendo um pastor protestante. Ainda que seja bastante comum encontrar entre as populações empobrecidas um conjunto de outras manifestações religiosas, principalmente de origem africana.

representantes da prefeitura selecionaram dois terrenos, tendo em vista o *assentamento* "daquelas" famílias. Numa das visitas, para a surpresa e mesmo um certo alívio dos ocupantes que integravam a comissão, o secretário da prefeitura apresentou-lhes, sem disto saber, um dos terrenos que os próprios ocupantes haviam considerado como uma possibilidade para aquela *ocupação*. Era um terreno, segundo eles, sob muitos aspectos, melhor do que aquele em que estavam.

A situação da *ocupação organizada*, criada pelos ocupantes e pelo Movimento dos Sem Teto, invertia uma antiga relação estabelecida com a administração pública. Se antes era o movimento que "corria atrás da prefeitura" para resolver as situações de "despejo", agora era a prefeitura que, em função dos impasses criados, precisava resolver as situações de *ocupação*. Mas a relação não havia apenas se invertido a medida que a situação criada estabelecia também novas referências, novos valores e novas formas de negociação. E a relação assumia também novos significados para aqueles que estavam diretamente envolvidos no processo de *ocupação*.

"A prefeitura sabe da falta de terras e moradias pros sem teto, e nem tinha procurado alternativa para isto. Quando a gente se organizou e ocupou a terra, forçou a prefeitura a agir, a procurar o terreno disponível, inclusive terreno que os próprios sem teto, já tinham visto como possibilidade de moradia. Agora é eles que tem que sair correndo atrás." (ocupante)

O terreno era uma hipótese já discutida e praticamente aceita pelos ocupantes e suas *lideranças*. Restava saber dentro de quanto tempo poderiam se mudar, em que condições e com que garantias. Foi negociado o tempo de demarcação e desapropriação da nova área, de forma que tudo fosse resolvido da maneira mais rápida possível. Este fato fez com que

houvesse, por parte das *lideranças*, uma avaliação bastante positiva sobre os resultados da negociação. Vindo a tona, em suas falas, seus próprios "poderes" e suas forças diante da prefeitura que, até então, tudo podia e tudo fazia.

II.8 - O culto

Conforme estava programado no 6º dia foi realizado o *culto ecumênico*. Os objetivos do *grupo de apoio* com o culto eram vários. Primeiro a idéia surgiu em função do apoio às irmãs e ao padre local, mas à medida que se falava do culto, vários outros motivos foram surgindo. Alguns diziam que a *celebração* era importante para "fortalecer" os ocupantes, outros diziam que a "fé" poderia conseguir alguns aliados entre os moradores, outros que era um *ato político*, uma *manifestação pública* e assim por diante. Entre os membros do *grupo de apoio*, foi designado um grupo para preparar o culto. Nele ficaram os padres, o pastor, as irmãs, um teólogo e os seminaristas. Aos outros cabia a divulgação, de forma que o culto atraísse muita gente. Foi programada uma grande passeata em volta da quadra que circundava a *ocupação*, durante o caminho, se celebraria o culto. Buscava-se com isto envolver também os moradores. No entanto, na noite do culto, como em vários dias e noites anteriores, chovia muito e a celebração foi transferida para a capela da igreja católica. A mesma capela de cujo padre o *grupo de apoio* pretendia ajudar com a celebração.

O culto foi realizado por três padres católicos e um pastor protestante, que em suas vestimentas se diferenciavam dos presentes pelo uso de uma estola, comumente usada pelos padres da igreja católica. Os padres e o pastor que neste tipo de *celebração* ocupam o lugar de "representantes de Deus", autoridade máxima do culto, ficaram no altar, ou "palco". Enquanto os "fiéis" sentaram-se nos bancos enfileirados de frente para o altar. A organização do espaço da *celebração* era a mesma da reunião com o prefeito, "palco" e "plateia". Foram ao culto vários ocupantes, principalmente as mulheres e as crianças, pois vários homens ficaram cuidando dos barracos com medo de alguma investida da polícia. Foram também os membros do *grupo de apoio* (vereadores, sindicalistas, presidentes e diretores de associações e grupos diversos), além de professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Teológico de Santa Catarina (escola para formação de padres) que também foram convidados para apoiar os ocupantes e prestar solidariedade ao padre e às irmãs locais. Havia aproximadamente 60 pessoas. Entre os presentes, ao fundo da igreja, encontravam-se também algumas mulheres que, segundo comentava-se, eram moradoras locais. O padre local, não estava junto com os outros padres ministrando o culto, ele andava de um lado para o outro com uma filmadora, gravando toda a celebração, como um repórter, escondido atrás da câmera.

A celebração falava de coisas tristes como a morte, a fome, o abandono, porém o ritmo dos músicos e o bater das palmas davam um tom alegre para o culto. As letras das músicas protestavam contra as *injustiças* e a *opressão* e falavam da

libertação, denunciavam a fome e a concentração de rendas, e louvavam a um Deus que tinha feito sua escolha pelos pobres. Com violão e instrumentos de percussão todos cantavam alto e batiam palmas no ritmo da música. As leituras da bíblia, falavam da opção de Deus pelos oprimidos e sofredores e foram lidas por ocupantes e religiosas.

Se os moradores haviam chamado as autoridades terrenas para expulsar os ocupantes, o culto procurava mostrar que as autoridades religiosas e celestiais estavam ao lado dos ocupantes. Se a lei dos homens não os reconhecia, a lei de Deus, conforme diziam as leituras e orações, estava ao seu lado, só ela era justa e certa, estava acima de todas as leis. Conforme a lei de Deus, a terra era de quem nela plantava, de quem nela morava. As falas do culto invertiam a posição em que estavam colocados os ocupantes, apresentava-os do lado da lei e dava-lhes a razão. Como nos "ritos de reversão de status" descritos por Turner (1974), por poucos momentos os ocupantes tornaram-se donos da lei, podendo condenar a todos que se punham contra eles²⁵. Assim como haviam se tornado também os agentes da ação a medida que criaram a situação da *ocupação organizada*, "invertendo" a relação com a prefeitura.

Após a leitura do texto bíblico, começaram os depoimentos de pessoas que vieram dar seu apoio aos ocupantes

25. Para Turner, os "ritos de reversão de status", fazem parte de um sistema de ritos cujo efeito final é o de "promover a reconciliação entre os diferentes estratos da hierarquia estrutural" (p. 229), este não é o caso da situação vivida pelos ocupantes, que querem, na verdade, a permanência do status invertido. Sobre um caso parecido, o próprio Turner cita um exemplo de "religião de reversão de estatus", onde o grupo também pretende a permanência da inversão. É o estudo realizado por Sunokler sobre o separatismo banto na África do Sul, onde as igrejas independentes africanas da Zululândia usam a cor como "bandeira de reversão para o céu", ou seja onde os brancos e os ricos não entram no céu e Cristo é negro (p. 228).

e aos religiosos locais. Um dos depoimentos mais significativos foi dado por uma moradora de outra *ocupação* cujas terras já haviam sido regularizadas e a maior parte da infra-estrutura (água, luz, esgoto etc), instalada. Ela contou sua história pessoal de pobreza e sofrimento e a história do grupo com suas dificuldades sempre superadas pela união. A história se desenvolvia emocionada mas cheia de certeza; da certeza da vitória. Sua conclusão era afirmativa: "daqueles que tinham o direito, que lutavam e que se uniam, Deus estava ao lado. Deus estava do lado dos pobres". As palavras do padre confirmavam o "compromisso de Deus". A *ocupação* que estava acontecendo, era para ele "sinal de vida" e "sinal de Deus". Sinal de que estava sendo construída, "aqui na terra [e não mais no céu] uma outra sociedade, mais justa, mais humana e mais digna".

Aparecia aqui, novamente, o "poder" dos ocupantes. Um poder dado por estarem ao lado da *verdade*, critério construído a partir da comparação com a "verdade de Deus", medida pela religião cristã a partir do *sofrimento*, situação que sustenta e comprova o caminho na busca de Deus. Seria, no dizer de Nietzsche uma moral que se assemelha a "moral dos escravos": passiva, reativa, negativa, fundada naquilo que lhe é exterior e diferente, transformando o miserável, o pobre e o necessitado em bom (Machado, 1985: 71-2). É o *sofrimento* e a situação de "não poder" que lhes credita a certeza de serem merecedores da vitória final. Ainda assim, a referência a "inversão" das relações de poder, a partir da *ocupação organizada*, aparece com frequência em suas falas como um

"sinal" é não ainda como o estabelecimento de uma situação definitiva.

Ao falar dos "sinais da vida", o padre falou também dos "sinais da morte" e da "sociedade injusta". Neste momento, convidou algumas pessoas (que já haviam se preparado) para trazerem para a frente do altar os "pecados" que levavam ao sofrimento na "sociedade injusta". Neste momento, vários ocupantes, religiosas e membros do grupo de apoio, levaram papéis (pequenos cartazes) onde estavam escritos os seguintes "pecados": "Concentração de terras", "ganância", "poder da polícia e da prefeitura", "fome", "desunião", "falta de organização", "falta de perseverança das lideranças" e outros. Além destes, outros também foram ditos pelos demais participantes. Por fim, todos os papéis foram queimados, e por alguns segundos o silêncio tomou conta da capela enquanto o fogo era o foco da atenção de todos que ali estavam.

Para encerrar a celebração, os ocupantes presentes foram chamados para perto do altar, em seguida, foram para junto deles todos aqueles que haviam sido ameaçados (religiosos, religiosas e moradores que apoiavam a *ocupação*), por fim foram chamados também todos os que estavam ali para dar seu apoio e sua proteção àquelas pessoas. Os ocupantes e os demais ameaçados ficaram no centro do círculo formado pelos outros. O padre pediu então que os apoiadores ficassem bem próximos, como se fossem um muro de proteção, sem deixar nenhuma brecha, para que nada lhes acontecesse. Quando estavam bem próximos, outro padre pediu que cada um botasse a mão direita sobre o ombro de seu vizinho e com a outra cobrisse aqueles que estavam no centro, protegendo assim estes últimos.

Foi lido então mais um trecho da bíblia que falava sobre a proteção de Deus àqueles que eram injustiçados em seu nome. Neste momento encerra-se a celebração.

No fogo que ardera os "pecados" da sociedade, ardera também os "pecados" do movimento: a desunião, a falta de perseverança e de fé. Queimados estes "perigos", com o fogo que purifica, todos podiam se unir. Uniam-se porém para proteger os outros, se uniam contra uma coisa comum, e era esta coisa que os fazia tornarem-se um muro sem brechas. Uma mesma coisa, um bloco. A diferença se estabelecia apenas entre eles e aqueles que protegiam. Sua união era o que os fazia fortes e protetores, como um muro, mas era também o que os indiferenciava, os tornava homogêneos. E, todos os motivos que os levavam a se unir parecia, ao fim das contas, ser a contra-posição às forças que os ameaçavam, que representavam o "perigo".

Aqueles a quem protegiam eram conhecidos - era em nome deles que "construíam" o muro, era em nome deles que falavam - , no entanto, a ameaça que sobre eles pairava, não lhes aparecia muito definida. No "círculo de proteção" que haviam formado, ainda que o "perigo" aparecesse como sendo externo todos estavam virados para o centro do círculo. Olhando para aqueles em nome do qual ali estavam, ainda que os "alertas" fossem todos direcionados para aquilo que era externo. Nebuloso, indefinido, o "perigo" aparecia rondando, buscando qualquer descuido, qualquer brecha. Contra este "perigo", só "o grupo", sem falhas, sem brechas, sem pecados, sem diferenças. Desta forma, se era em nome de seus protegidos que se uniam, era também em nome de uma ameaça externa, "perigosa"

e a eles contra posta, que mantinham esta união e a renovavam quando era preciso.

Lembro aqui Douglas (1966: 82), para quem o ritual é o momento que "focaliza a atenção por enquadramento; ele anima a memória e liga o presente com o passado relevante", ele muda a percepção porque muda os princípios seletivos. Para ela "o ritual não desempenha apenas um papel secundário - pós facto - ele pode vir primeiro e formular a experiência". Pode permitir o conhecimento de algo que, de outra maneira, não seria conhecido. Neste sentido, o culto possibilita a visualização de como se dá a construção do sentimento de pertencimento ao grupo²⁶, enquanto identidade contrastiva - como é próprio dos processos de construção de identidade (Cardoso de Oliveira, 1976) - em relação ao *Estado*, elaborado como "perigo" constante.

26. Da mesma forma, o ritual possibilita a reafirmação da identidade em momentos emocionais fortes, criadores de laços e crenças comuns, onde o próprio conteúdo do ritual é determinado pela mediação entre o que Leach (1983a) chama de "simbolismo privado" (individual) e "simbolismo público" (coletivo) despertando emoções significativas tanto no plano da história de cada um como na história do grupo em questão. O culto, elaborado e vivenciado, num forte envolvimento emocional, mechia com sentimentos individuais, vividos de forma coletiva: o medo, a coragem, a fé na proteção de Deus, a fé na proteção dos homens, o pecado, a virtude, etc.

CAPÍTULO III

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Conforme escrevi no capítulo anterior, o acompanhamento das reuniões de negociação entre movimento popular/comunitário e prefeitura, no caso da *ocupação organizada*, aconteceu praticamente no final de meu trabalho de campo, constituindo-se num momento de grande riqueza para a análise e com privilegiada visibilidade das relações que me propus estudar. Neste sentido inclusive, foi que justifiquei a presença do último momento do trabalho de campo, na "porta de entrada" do trabalho escrito. Suponho contudo, que a esta altura, o leitor já tenha adquirido certa familiaridade com o "objeto" da pesquisa, podendo eu então, apresentar-lhe o percurso desde o início, quando meu "objeto" parecia outro. E, quando eu ainda não me havia dado conta de quanto estava presa aos olhares de meus outros e, de certa forma, o quanto me via ameaçada pelo mesmo "perigo" que parecia rondar o *grupo de apoio* dos ocupantes.

No segundo semestre de 1989, tendo iniciado meu trabalho de campo, sob uma forte influência de leitura de Foucault (1979 e 1988), eu tinha como objetivo investigar o conjunto das correlações de forças (reconstrução da "cena") onde se configuraram determinadas políticas públicas e determinadas concepções sobre a *Ilha*. Mais precisamente, as falas dos novos administradores municipais e seus primeiros projetos apresentados à Câmara de Vereadores do município.

Para tanto, eu pretendia "explicitar" a forma de articulação de determinadas instituições governamentais envolvidas com o planejamento urbano na *Ilha*, estudar os "processos de constituição dos saberes" sobre a população e seus diferentes espaços e refletir sobre as concepções acerca do "estado" na antropologia (Franzoni, 1989: 15-17). Meu projeto de dissertação trazia no título - "Ilha de Santa Catarina: a Construção do Paraíso Internacional"-, o principal lema da campanha publicitária do prefeito eleito, que era o de transformar a *Ilha* num "paraíso internacional".

A primeira etapa da pesquisa estava impregnada pela visibilidade que a campanha publicitária da administração municipal havia adquirido no primeiro ano de governo e eu, até certo ponto, havia caído no mesmo "encantamento" que a figura do prefeito parecia exercer sobre aqueles que acreditavam estar em suas mãos a magia de tudo realizar. Observo que tentei carregar, por vários meses, a impossível missão de separar da "aparência" a "essência". Ou, em outras palavras, de procurar usar a minha pesquisa, travestida de "boa ciência", para descortinar o "mal" que supostamente se escondia sob as propostas de "desenvolvimento" e "progresso" apresentadas pela nova administração municipal. Através da pesquisa, e isto transparece no texto do projeto de dissertação, eu buscava uma verdade reveladora por si só. Como as *lideranças* do capítulo anterior, eu iniciara minha pesquisa olhando para a administração pública municipal como uma ameaça, um "perigo", cujas propostas escondiam verdadeiros malefícios contra a população.

Diferente dos demais trabalhos de antropologia urbana que eu havia lido, a minha pesquisa não era feita com minorias sociológicas (geralmente maiorias numéricas), mas com maiorias sociológicas (no caso, minorias numéricas). A pesquisa foi realizada com administradores públicos (e não funcionários municipais, ou trabalhadores) e, posteriormente com *lideranças* do movimento popular/comunitário (e não "moradores" de algum bairro). Por outro lado, o trabalho de campo, se comparado às experiências dos antropólogos que foram morar nas localidades que estudaram, fora por demais "fragmentado". Não havia um *locus* da pesquisa, mas sim momentos de pesquisa. A observação que realizei deu-se durante as entrevistas, durante as visitas e, principalmente, durante as reuniões e encontros de negociação. Não obstante, os recursos metodológicos que eu dispunha, eram aqueles que me foram ensinados pela antropologia.

A não constituição de um grupo propriamente dito por parte de meus entrevistados, a não ser uma identificação genérica e contextual - administradores e *lideranças* - por vezes atribuída bem mais por mim do que por eles próprios, fez com que eu procurasse me cercar de múltiplas fontes de informação que me possibilitassem, ao final das contas, compensar a fragmentação, juntar os "pedaços", dar-lhes uma forma. Era preciso porém, não perder, de cada "pedaço", a singularidade. Esta preocupação, aliada à desconfiada observação antropológica, atenta às partes menos importantes, às formas secundárias, às tentativas inglórias, aos detalhes singulares, às irregularidades, às ausências e tantas outras

"coisinhas", foi o que me ajudou a estranhar minhas próprias verdades e alguns de meus "fantasmas".

Este capítulo conta um pouco da história deste processo de estranhamento, procurando reconstruir os dados desta primeira etapa de pesquisa, quando em busca do "Estado" - aquele da teoria política clássica, também usado com letra maiúscula -, encontrei a administração pública, repleta de famílias, amigos, padrinhos, inimigos etc. Os dados, realocados e olhados de um ponto de vista crítico, trazem consigo o percurso do recorte do próprio "objeto". Assim, apresentados de uma nova forma, que não aquela sob a qual os procurei inicialmente, as entrevistas, documentos e visitas a setores da administração e outras instituições governamentais apresentam elementos importantes, inscritos agora em sua própria positividade¹.

Graças ao setor de documentação (hemeroteca) do curso de jornalismo da UFSC, pude selecionar todas as notícias que saíram nos principais jornais do estado sobre a administração municipal de Florianópolis nos seis primeiros meses de governo². Através das notícias observei a frequência com que determinados setores da administração e outras instituições, além de determinadas políticas e projetos,

1. É preciso observar que a inspiração foucaultiana não foi abandonada por mim, ao contrário, sofreu um aprofundamento, principalmente no que se refere à forma como Foucault trabalha as relações de poder na História da Sexualidade (1988). E, além de Foucault, também Nietzsche, que conheci basicamente através de Roberto Machado (1985), com sua discussão sobre a "verdade" e a positividade do conhecimento.

2. Os jornais a que me refiro são: O Estado, Diário Catarinense e A Notícia, os dois primeiros com sede em Florianópolis e o segundo em Joinville. A importância deste material deu-se principalmente para a identificação de "agências" governamentais e projetos. Infelizmente, não foi possível fazer a catalogação deste material e sua referência no trabalho pois as notícias selecionadas foram todas perdidas durante a enchente de 1991 em Florianópolis que atingiu várias casas na cidade, entre as quais, a minha.

apareciam relacionadas às ações da prefeitura naquele período. Este mapeamento, via imprensa local, possibilitou a seleção dos setores da administração que deveriam ser visitados, os primeiros projetos a serem procurados e, em alguns casos, até mesmo as pessoas que deveriam ser consultadas. À medida que estes contatos foram realizados, outros surgiram.

Do ponto de vista de minha relação com os entrevistados, este momento da pesquisa foi bastante singular. Diferente das reuniões do *grupo de apoio*, as quais não envolviam de minha parte nenhuma alteração no vestuário, ou acessórios, as visitas que realizei nas "agências" governamentais me faziam passar por uma espécie de rito corporal. As roupas que costumo vestir estão bem mais próximas do "modelo militante", uma espécie de mistura entre o "estilo hippie" e o "estilo comunista" (Menezes Bastos, 1990: 7): calça de brim, tênis, camiseta, cabelos compridos e soltos, bolsa de cor, uma pequena agenda, cadernos de anotação com alguns adesivos e, vez ou outra, algum "boton". Este não era exatamente o tipo de roupa que meus futuros entrevistados usavam. Minhas visitas seriam curtas, com pouco tempo de convívio, era preciso estabelecer proximidades e não distanciamentos. Se por um lado, uma vestimenta mais próxima não me dava qualquer garantia de aproximação, por outro, não precisaria ser a minha roupa o motivo da distância.

Decidi então que seria de "bom senso" vestir-me de acordo com os costumes de meus entrevistados. Desta forma, o "ritual" das visitas iniciava antes mesmo que eu saísse de casa, com a escolha da roupa mais adequada que, na maioria das vezes, eram minhas roupas mais novas, usadas nas ocasiões de

feira. As primeiras entrevistas e visitas foram marcadas antecipadamente, tinham data e horário determinado. No caso de alguns entrevistados, o meu retorno, para outras visitas, era mais informal, com um tempo aleatório: "numa tarde", "qualquer dia". Diferente das reuniões na *ocupação organizada*, o outro aparecia nestas visitas bem mais visível: suas roupas, suas idéias, seu local de trabalho.

III.1 - O administrador; "progamas" e "projetos"

Antes de começar a falar sobre as visitas e projetos da administração que assumiu a prefeitura em 1989, motivação inicial de minha pesquisa, é preciso falar um pouco sobre o administrador propriamente dito. Pois, muitas das polêmicas e contestações que giravam em torno dos projetos apresentados pela prefeitura não se esgotavam em seu conteúdo³. As discussões faziam referência a um tempo anterior àquele, a outros projetos e programas e a outros momentos em que aquele mesmo administrador relacionou-se com seus contestadores. A administração que iniciou em 1989 teve dois prefeitos.

3. Para a realização de qualquer obra, melhorias ou convênios, a prefeitura depende da aprovação da Câmara de Vereadores, através da votação de seus membros. Para isto, a prefeitura encaminha projetos de calçamento de ruas, construção e reformas de creches e pequenas escolas, algumas melhorias na cidade etc. São projetos que, de modo geral, envolvem um investimento bastante modesto da prefeitura, e representam, no conjunto do orçamento, uma pequena parcela (geralmente menos de 10%, pois o restante está comprometido com o pagamento de salários e dívidas). Os projetos que começaram a ser encaminhados para a Câmara de Vereadores, em fevereiro de 1989 e que geraram polêmica, no entanto, apresentavam obras muito caras, para as quais a prefeitura não possuía recursos. Eram obras como a construção de uma sede para a prefeitura, a despoluição da baía Norte através da implantação de dois sistemas de esgoto e a construção da beira-mar continental através da implantação de um aterro de 470.000 m². Projetos sobre os quais falarei adiante.

Primeiro, Esperidião Amim, que assumiu a Prefeitura Municipal em janeiro de 1989, tendo aí ficado até setembro deste mesmo ano, quando pediu afastamento para concorrer ao cargo de Senador da República. Eleito senador, Amim deixou em seu lugar o vice-prefeito Bulcão Vianna que administrou a prefeitura até o final de seu mandato. É sobre o primeiro administrador que dedico aqui minha atenção.

Em 1975, quando ainda não haviam sido reestabelecidas as eleições diretas para prefeito das capitais⁴, Amim foi indicado pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis para ser o prefeito de Florianópolis. Desta forma Amim fazia sua entrada na "política" *apadrinhado* pelo sistema familiar que governava o estado de Santa Catarina, os Ramos, Konder e Bornhausen⁵. Neste período Amim desenvolveu na prefeitura vários "programas populares", tais como o Projeto Sapé, onde a população construía sua própria casa com materiais de demolição, o Projeto Mutirão, onde a prefeitura fornecia o material e a própria população pavimentava sua rua, e alguns Programas de Alimentação Popular. Estes programas voltavam-se principalmente para a população pobre do

4. Só em 13 de novembro de 1980, com a emenda Constitucional que aprovava eleições diretas para governadores dos estados é que foi revogado o Ato Institucional nº 3, de 05/02/1966, que impunha a nomeação pelo governo federal dos governadores e vice governadores e, por estes, dos prefeitos das capitais e áreas de "segurança nacional".

5. Conforme Auras (1991: 43), Desde a República Velha, "quando a família Ramos chegou ao poder estadual através do coronel Vidal Ramos", Santa Catarina tem sido governada pelas famílias Ramos, Konder e Bornhausen, ou por quem delas seja merecedor de confiança. Sobre isto, cita uma entrevista de Aderbal Ramos da Silva, concedida ao laboratório de história oral da UFSC em fins de 1979:

"(...) a minha família ... deve ter governado de (...) mil e novecentos para cá, oito anos do meu avô, dez anos de Nereu são dezoito, quase quatro meu são vinte e dois, mais quatro do Celso são vinte e seis anos, né? (...) O Aristiliano (...) primo do Hereu (...) também governou quase dois anos, então são quase vinte e oito anos de governo".

município. E foi esta característica que começou a construir a imagem pública do então prefeito.

No período em que a Prefeitura de Florianópolis desenvolveu os "programas populares", o governo federal começava a sofrer seus primeiros golpes e via-se obrigado a canalizar a insatisfação da população para instâncias que estivessem sob seu controle. Em meados de 70 o presidente Geisel criou o "Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos", cujo objetivo era o de criar estruturas de serviços e organizações de moradores que estivessem sob sua tutela. Para implantar este programa em Santa Catarina, o governador Konder Reis, criou a Superintendência da Ação Comunitária (Machado, 1990). Esta nova instituição, responsável pelo recebimento de recursos federais, passa a se integrar também nos programas municipais desenvolvidos pela prefeitura (Auras, 1991)

No ano de 1978 Amim candidata-se a deputado federal, sendo o mais votado na região de Florianópolis e no estado de Santa Catarina. Quando Konder Reis finalizou seu mandato, seu primo Jorge Konder Bornhausen, foi indicado para ocupar o governo. Ao assumir, Bornhausen escolheu Amim para ser seu Secretário de Obras. Neste cargo, o antigo prefeito de Florianópolis foi um dos principais responsáveis pela construção e pavimentação de várias estradas e rodovias que ligavam o "interior" do estado à capital. Dependeu também de sua assinatura a construção do terminal rodoviário Rita Maria e a construção da Beira-Mar Norte, ligando o *Centro* à UFSC. Amim encontrava-se então em perfeita sintonia com o que Popini Vaz (1991: 51) chamou de segunda fase do "período rodoviário", quando Florianópolis reintegrava-se ao interior do estado,

centralizava o serviço público e já recebia um contingente migratório que lhe causava uma série de problemas.

Em 1982 é eleito governador com forte apelo aos eleitores pobres fazendo propaganda dos programas que havia desenvolvido quando prefeito. As pesquisas apontavam para a certeza de sua vitória. Naquele período eram poucos os candidatos do PDS, Partido Democrático Social, que tinham popularidade. E, contrariando as pesquisas que haviam sido divulgadas pela imprensa, a vitória de Amim foi bastante apertada. Enquanto ele recebeu 838.150 votos (45,75%), Jaison Barreto, candidato do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, recebeu 825.500 votos (45,06%) (Fontana, 1983). A expressiva votação do PMDB refletia uma tendência que se dava em todo o Brasil, a *oposição* ao regime militar começava a aparecer também nas urnas. Mas, se aos olhos da *oposição* Amim aparecia diretamente ligado ao PDS, partido do governo federal, às oligarquias catarinenses e portanto aos "donos do poder", esta não era a imagem que predominava nos olhos de boa parte da população catarinense. Esta última o via como promotor das melhorias de suas vidas.

Como administrador público, prefeito e governador, Amim relacionou-se com a "população", de uma forma bastante peculiar. Ao visitar as localidades, ele fazia questão de visitar algumas casas (geralmente as mais pobres), tomar um cafezinho, beijar as crianças e posar para as fotografias ao lado do morador. Gravava com facilidade seus nomes e o local onde moravam e fazia questão de demonstrar que conhecia as pessoas do "povo" com intimidade. Ao seu lado, os indivíduos transformavam-se em pessoas importantes. Além disto, ele não

procurava trabalhar com grupos constituídos (associações de moradores, categorias de trabalhadores, grupo de mulheres ou de outra ordem), não queria "mediadores". Era ele quem deveria estar lá, inaugurar a rua, desfazer o laço, colocar a pedra fundamental, o primeiro tijolo etc.

Ainda que, até início da década de 80, houvesse poucos grupos organizados por local de moradia, ou por categorias específicas (com exceção dos sindicatos) que se reivindicassem interlocutores privilegiados na mediação entre prefeitura/governo do estado e os "cidadãos", os poucos que haviam, não eram assim considerados. Os programas desenvolvidos por Amim, não previam uma relação entre administração, enquanto instituição, e setores organizados da população, com possibilidades de continuidade independentemente do administrador. Os programas dependiam da presença e da vontade do governador ou do prefeito em questão. Eles apareciam como "dádivas" de sua bondade, pagas a preço de voto. Graças a esta forma de fazer política, Amin foi chamado por seus adversários de "populista" - por sua relação personalizada com os pobres - e "paternalista" - por "oferecer" para a população programas que resolviam, paleativamente alguns de seus problemas.

Quando Amim candidatou-se a prefeito da capital nas eleições de 1988, o contexto era bastante diferente dos outros períodos em que fora administrador. Havia em Florianópolis várias *entidades* do movimento popular/comunitário, que se constituíram como interlocutores privilegiados da administração municipal. A década de 80 havia sido pródiga na criação de grupos e movimentos de origens diversas. A

administração anterior, principalmente em seu primeiro ano, criara um série de canais que fortaleceram e legitimaram vários interlocutores. A campanha de Amim, lembrava na televisão seus "programas populares", como prefeito e governador, caracterizando sua aliança com a população (todos indistintamente) e com cada um que nele "confiava" (pessoas, rostos, nomes). Mas suas propostas para a administração, não eram mais constituídas de "programas populares" e sim de "projetos para o desenvolvimento e o progresso da cidade". Não falava mais da "prioridade aos pequenos" mas da "aliança com a iniciativa privada".

A mudança da tônica das propostas para administrar a cidade apareceu para os contestadores do candidato do PDS, como a possibilidade de "desmascarar" o seu antigo "populismo". Neste sentido, a polêmica gerada em torno dos projetos apresentados por Amim, não se esgotava no conteúdo dos projetos e na avaliação de suas conseqüências para a "população". Através deles discutiam-se alianças políticas, concepções de cidade e formas de vida, sistemas de governo e possibilidades de participação.

"Estamos diante de um indivíduo capaz, com iniciativa permanente, articulador político de grande envergadura ("rachou" com as oligarquias tradicionais do Estado e "reatou" quando isto lhe rendeu os melhores dividendos políticos) e que sonha muito alto. A cada obra realizada, em cada articulação política, buscou construir sua projeção no cenário político de Santa Catarina e de todo o Brasil. (...) Dentro deste contexto, os projetos anunciados de construção de três monumentais obras na Capital neste atual mandato, sem dúvida têm um endereço certo: a sua projeção política, uma vez que realizar este conjunto de obras numa conjuntura de prefeitura falida é uma demonstração de capacidade e ousadia incomparáveis nos dias de hoje. É uma resposta à incapacidade dos governos do PMDB e à justificação da importância da participação da iniciativa privada na gestão pública. Nesta cartada Amim consegue reunir elementos do populismo, iniciativa, defesa da ecologia, passando uma mensagem

ideológica de sustentação das bases capitalistas no desenvolvimento da sociedade". (Schmidt, 1989: 2-3)⁶

Quando o vice prefeito assumiu não pareceu ter havido uma mudança significativa nas relações entre movimento popular/comunitário e prefeitura. No entanto, no que se refere aos dados da pesquisa, não tenho elementos suficientes para fazer tal avaliação. Nas entrevistas com as *lideranças*, perguntei como ficou a relação com a prefeitura depois que Amim saiu, se havia diferenças entre ele e Bulcão Vianna. Meus entrevistados, falaram que com Amim não havia "relação", que ele não ouvia o movimento. Já o Bulcão conversava, recebia, mas não resolvia muita coisa. Destas curtas resposta ficou-me a impressão de que, no olhar das *lideranças*, enquanto Amim se destacava no *Estado*, personificando-o, Bulcão se diluía, sendo engolido por ele. Distinguia-se o administrador do "lugar do poder" (Caldeira, 1984), ainda que o "lugar", no caso, parecesse determinar a capacidade de ação do administrador.

III.2 - Os projetos e os vereadores de oposição

Este pequeno tópico sobre alguns dos projetos apresentados pelo prefeito eleito em 1989, não deve criar demasiada expectativa no leitor. Preocupe-me em identificar os projetos, alguns de seus argumentos e alguns passos de sua tramitação no interior da Câmara de Vereadores, à medida que são eles parte significativa da polêmica e das disputas entre

6. Este trecho foi retirado de um documento, produzido no gabinete do vereador do PT, Partido dos Trabalhadores, em fevereiro de 1989. O documento, elaborado inicialmente para discussão interna no PT, acabou se tornando uma *cartilha* para distribuição pública, divulgada por diversas entidades do movimento popular/comunitário e do movimento sindical de Florianópolis.

administração pública e movimento popular/comunitário naquele período. Não fiz contudo uma análise específica de cada projeto, já que meu interesse está justamente em seu "entorno", nas dinâmicas que os envolveram.

A primeira "mensagem" (001/89) enviada pelo prefeito para a Câmara de Vereadores, em 14 de fevereiro, tornava público o primeiro "grande projeto" da prefeitura. O referido Projeto de Lei tratava da "doação onerosa de bem imóvel de propriedade do município de Florianópolis". Ou seja, a prefeitura pretendia "doar" um terreno com área de 27.809 m², localizado na cabeceira da ponte Hercílio Luz, na parte insular, ficando o beneficiado obrigado a construir no local um Centro de Convenções com capacidade mínima de 1.000 lugares e um hotel, categoria cinco estrelas, com no mínimo 200 apartamentos - de posse do beneficiado pela doação -, e a construção da sede da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com área mínima de 4.000 m², em terreno de propriedade da prefeitura, junto a Praça Tancredo Neves.

Na exposição de motivos, subscrita pelo Secretário do GAPLAN (Gabinete de Planejamento da Prefeitura) e pelo Presidente do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), falava-se da necessidade de desenvolver o turismo, "segmento econômico ímpar para garantir o desenvolvimento auto-sustentado de Florianópolis". Daí a necessidade de hotéis e centros de convenções que permitiriam eventos diversos em vários meses do ano, reduzindo a sazonalidade do turismo. Como a prefeitura não dispunha de recursos, a "parceria" com a "iniciativa privada", conforme o documento, possibilitaria este projeto. No processo de

tramitação do projeto na Câmara de Vereadores, o parecer da comissão de justiça deu eco a estas justificativas⁷:

"O Projeto é legal e constitucional, porquanto o seu autor é competente para fazê-lo obedecidos os preceitos legais, e está redigido dentro da melhor técnica legal.

No mérito, há que se ressaltar o empenho da municipalidade em solucionar angustiantes problemas da cidade. (...) Ninguém contesta que o progresso da cidade e sua vocação turística passa por um moderno centro de convenções anexado a um hotel internacional, ou seja do maior número de estrelas. (...)

No entanto, as noções de legalidade pareciam bastante relativas na Câmara de Vereadores. Um outro parecer, anexado ao primeiro, escrito por um dos membros da própria comissão de justiça, questionava o projeto neste sentido. O parecer da então vereadora do PSDB, Partido Socialista Democrático Brasileiro, Clair Castilhos, contestava não só a legalidade do projeto, como a própria legalidade do parecer dado pelo presidente da comissão. Segundo a vereadora, a comissão não havia sequer se reunido - conforme previa o regimento interno da câmara - e o parecer havia sido feito a revelia de qualquer reunião ou discussão dos membros da comissão da qual ela fazia parte. Sobre a ilegalidade do projeto, alegava a ausência de um "laudo de avaliação", realizado por uma comissão especial e assinado pelo prefeito, requisito legal para qualquer "alienação" de imóvel da prefeitura⁸. Alegava também que o projeto implicava em alteração do Plano Diretor do município sem motivo que o

7. Ao dar entrada na Câmara de Vereadores, cada projeto passa por uma série de comissões, formadas por grupos de vereadores (comissão de transporte, justiça, meio ambiente etc.). Cada comissão deve dar seu parecer e, à medida que o projeto vai seguindo adiante vão lhe sendo anexados mais e mais papéis. Chamo atenção no entanto, que mesmo contraditórios, um papel não anula o outro, não impede a tramitação, nem passa a ter qualquer significado, a menos que a maioria dos vereadores assim o decida.

8. O "laudo" existente no projeto, segundo a vereadora, fora feito por uma única empresa, não continha a assinatura do prefeito e estava muito abaixo do valor real do imóvel.

justificasse efetivamente e sem um "levantamento prévio do impacto ambiental que tal medida propiciaria". Anexava a seus argumentos uma série de leis que estariam sendo infringidas pela Câmara caso os vereadores aprovassem o projeto. Eram leis de ordem federal, estadual e municipal, além dos problemas ambientais daí decorrentes⁹.

Os questionamentos e irregularidades apontadas pela vereadora, entretanto, não pareciam ter sido levados em conta e o projeto continuava a tramitar livremente pelas demais comissões da Câmara a caminho de sua aprovação. A esta altura, os *vereadores de oposição* já haviam se reunido para procurar sustar a aprovação do projeto. Além disto, uma espécie de rede de partidos e *entidades* fora acionada para colher subsídios e fazer pressão junto aos demais vereadores, pela não aprovação do projeto¹⁰. Os processos próprios para a protelação da aprovação também foram acionados. Uma das tentativas - redigida inicialmente pelo vereador do PCB, Partido Comunista Brasileiro, Vilson Rosalino, e posteriormente assinada por vários outros -, foi a elaboração de um "substitutivo global",

9. No mesmo parecer, ao falar sobre a alteração do Plano Diretor, a vereadora argumentava:
"É inaceitável que a Câmara Municipal aprove um Projeto de Lei que transforme área verde de lazer em área comercial, ou seja, trocar PRAÇA PÚBLICA por HOTEL PRIVADO de cinco estrelas e CENTRO DE CONVENÇÕES, igualmente PRIVADO. Isto tudo num momento em que existe amplo clamor mundial, em defesa do meio ambiente, aqui em Florianópolis se volta atrás."

Além disto, o parecer da vereadora questionava também qual seria o "interesse público" deste projeto. Florianópolis, argumentava ela, necessitava de um Centro de Convenções de grande porte pois, para a capacidade prevista no projeto, o município já dispunha de alternativas. Dispondo inclusive do Centro Integrado de Cultura, de propriedade do governo do estado, com a mesma capacidade de lugares. Quanto à construção do prédio da prefeitura, o argumento era de que a necessidade real do município, para abrigar o "Paço Municipal" (prefeitura e Câmara) era de 13.903 m² e não 4.000 m², como previa o projeto, "tal obra nasceria obsoleta", escrevia ela.

10. Uma destas redes, por exemplo foi acionada pelo vereador do PT, através do documento citado anteriormente (Schmidt, 1989).

ou seja, um outro projeto, baseado naquele. As alterações eram as seguintes: a prefeitura doaria apenas parte do terreno em questão (7.809 m²), para a construção do hotel, situada na parte leste da área global; o vencedor construiria o edifício da prefeitura com no mínimo 6.000 m², junto ao vértice nordeste da área remanescente; a alteração do zoneamento da área dar-se-ia apenas na área doada (para "zona comercial") e na faixa de 8.000 m² onde seria edificado o prédio da prefeitura (para área "comunitária institucional"), ambas com densidade de 250/500 hab/ha; o restante da área continuava destinada a "área verde/equipamento"¹¹.

Além disto, como se não houvesse muita esperança na aprovação do "substitutivo global", alguns dos vereadores que o haviam assinado, apresentaram também "emendas modificativas", cujo objetivo era alterar, por partes, ou pelo menos algumas partes, o projeto da prefeitura, seguindo a orientação dada pelo "substitutivo global". A esta altura, já estávamos no mês de maio e o projeto 4.102/89, ainda tramitava na Câmara. Numa nova tentativa, agora mais isolada, a vereadora do PV, Partido Verde, Jalila El Achkar, também

11. Junto ao "substitutivo global", os vereadores encaminhavam também uma justificativa. Nela alguns dos argumentos se repetiam àqueles já apresentados no parecer da vereadora do PSDB, mas, além daqueles haviam outros. Através de cálculos com unidades padrão de imóveis e construções, os vereadores demonstraram que o valor comercial estimado do terreno em cruzados novos - em abril de 1989 - era NCz\$ 11.262.660,00 enquanto o custo do edifício sede da prefeitura atingiria apenas NCz\$ 3.260.000,00, desta forma o projeto da prefeitura iria "onerar o Patrimônio Público" em, pelo menos, NCz\$ 8.002.660,00. Desaconselhavam também a construção da sede da prefeitura na Praça Tancredo Neves conforme previa o projeto, "principalmente porque não haveria nela possibilidade das inevitáveis expansões futuras que a racionalidade administrativa exige". Além disto, chamavam atenção para o valor histórico da área em questão "a área da Cabeceira da Ponte é a mais tipicamente florianopolitana".

considerada como sendo de *oposição*, apresentou um outro "substitutivo global"¹².

Durante o período em que este e os demais projetos estavam tramitando na Câmara, aconteceram várias reuniões, audiências públicas com vereadores e *entidades*, algumas manifestações públicas na cabeceira da ponte, declarações na imprensa etc. Os *vereadores de oposição* subsidiavam as pessoas interessadas em discutir ou mesmo pesquisar estes projetos, forneciam fotocópias dos projetos da prefeitura, documentos e estudos, ministravam palestras e orientações em reuniões e encontros. Por outro lado, as pessoas interessadas, forneciam dados, estudos, opiniões, propostas alternativas, além de documentos de pressão junto aos órgãos públicos (Câmara e prefeitura) para que o projeto não fosse encaminhado daquela forma¹³.

A segunda "mensagem" do prefeito para a Câmara de Vereadores, continha o segundo "grande projeto". O projeto de

12. Neste, as alterações propostas em relação ao projeto da prefeitura eram as seguintes: doação de parte da área global de referência (6.952 m²) para a construção do hotel; na área restante construir o PARQUE MUNICIPAL com bar, restaurante e um anfiteatro de no mínimo 250 lugares (somando todos, pelo menos, 750 m² construídos), além de playground, praça urbanizada, quadra polivalente, concha acústica, "todo circundado com espécies nativas de Santa Catarina e adequação viária necessária aos equipamentos (...) sem nenhum ônus para o erário público"; altera o zoneamento da área doada para "zona comercial" e do restante para "área comunitária institucional", ambas com densidade de 250/500 hab/ha; e mantém a construção da sede da prefeitura com 4.000 m², junto à Praça Tancredo Neves.

13. Um dos "papéis" que segue anexo junto à documentação do projeto 4.102/89, obtida na câmara de vereadores, é o ofício n^o 067.88.89 do IAB/SC, Instituto de Arquitetos do Brasil departamento de Santa Catarina, que apresentava suas conclusões sobre o referido projeto, após, conforme escrevem, "sucessivas e exaustivas reuniões com profissionais de diversas áreas atuantes no município". As conclusões do IAB/SC, manifestavam basicamente as preocupações já apresentadas no parecer da vereadora do PSDE e nos dois "substitutivos globais" apresentados. Havia entre estes documentos, uma grande sintonia.

lei, que recebeu o número 4.103/89 - tendo dado entrada no mesmo dia que o primeiro -, tratava da "implantação do aterro da baía Norte Continental e da urbanização da respectiva área". Tinha como objetivo autorizar o aterro de uma área de aproximadamente 450.000 m², que ia na forma de uma faixa, da cabeceira da ponte Hercílio Luz, lado continental, até a Ponta do Leal (Conforme mapa número 2: Localização do Aterro da Beira Mar Norte Continental). Incluindo-se aí, equipamento urbano pronto e acabado¹⁴. Os custos da obra, também seriam pagos pela "iniciativa privada" através da "cessão dos direitos de exploração imobiliária e comercial das áreas comerciais e residenciais do empreendimento"¹⁵. Além disto, o proponente vencedor ficaria isento do pagamento do IPTU, Imposto Predial Territorial Urbano, "no que se refere a qualquer área ou edificação compreendida no empreendimento, por um prazo de cinco anos contados da data da adjudicação" (transferência). A exposição de motivos que acompanhava o projeto ressaltava a perspectiva de "modernização da região". Além disto, a preocupação com a "legalidade" do projeto parecia ser bem maior do que no primeiro.

"(...)

Estamos plenamente convencidos de que a construção da Beira-Mar Continental criará novas formas de expansão e modernização

14. O artigo 3^o do Projeto 4.103/89, detalhava quais eram os equipamentos urbanos:

"Equipamentos urbanos públicos abrangendo, sem se limitar, sistema viário, áreas verdes, praças, edificações para lazer, sistema de distribuição de água, sistema de iluminação pública, rede telefônica. Sistema de coleta de esgoto e redes pluviais, facilidades subterrâneas diversas e outras instalações de infra-estrutura urbana com suas obras afins e complementares".

15. A distribuição das respectivas áreas do projeto, detalhadas no artigo 6^o, com previsão de uma tolerância de 10% para mais ou para menos, é a seguinte: área verde de 150.000 m², destinada a parques, jardins e equipamentos de lazer público; 110.000 m² destinada a edificações residenciais/comerciais; área destinada a edificação para exploração comercial/lazer de 20.000 m²; área para estacionamento público de 60.000 m²; área de 10.000 m² destinada a creches e escola de 1^o e 2^o grau; 100.000 m² para o sistema viário.

dos bairros do Estreito e do Balneário, hoje nitidamente contidos no seu processo de desenvolvimento e apresentando marcadas carências em termos de equipamentos de lazer, quadro não condizente com as potencialidades da região, nem com o nível de crescimento econômico já alcançado.

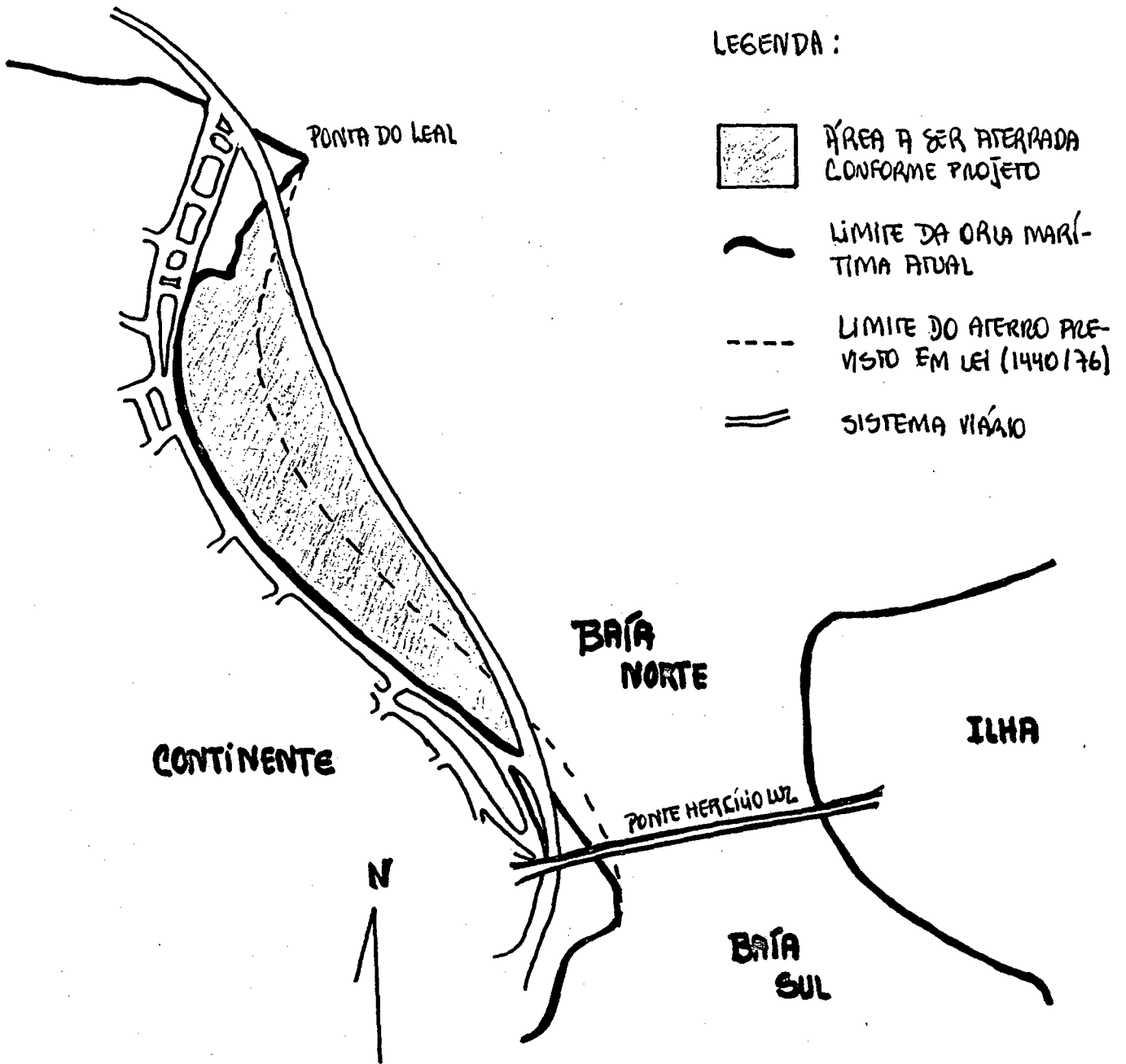
(...)

Dois aspectos merecem ser assinalados, ainda. Primeiramente a licitação somente será lançada após a aprovação do referido projeto pela Câmara Municipal. Finalmente a execução das obras somente será contratada após a aprovação, pelos órgãos competentes, do relatório de Impacto Ambiental e, ainda, por se tratar de área acrescida do mar, após a obtenção das autorizações do Governo Federal para a execução das obras e cessão das áreas acrescidas. (...)

O parecer da Comissão de Justiça foi dado, desta vez, pela mesma vereadora do PSDB que havia contestado o projeto anterior. Neste caso ela apontava a impossibilidade de legislar sobre terras da União (acréscimo ao mar), sobre as quais ainda não se tinha autorização, dependendo desta qualquer parecer sobre o assunto. Os demais *vereadores de oposição*, continuavam tentando "ganhar tempo". Como no projeto anterior realizaram várias consultas, pediram esclarecimentos, encaminharam substitutivos globais e parciais e outros papéis que deveriam ser analisados, lidos, catalogados etc. Continuaram também as tentativas de articular pessoas interessadas em discutir e *entidades* do movimento que pudessem se posicionar quanto aos projetos. Porém, o envolvimento de *lideranças* do movimento popular/comunitário nas reuniões convocadas pelos vereadores, ainda era muito pequeno.

Para estes vereadores, era o movimento popular/comunitário o interlocutor privilegiado com o qual seria possível discutir os projetos e obter uma "aliança" em suas tentativas de impedir a aprovação dos projetos. No entanto, nenhum dos *vereadores de oposição* (sete entre os vinte e um que compunham a Câmara), eram oriundos deste

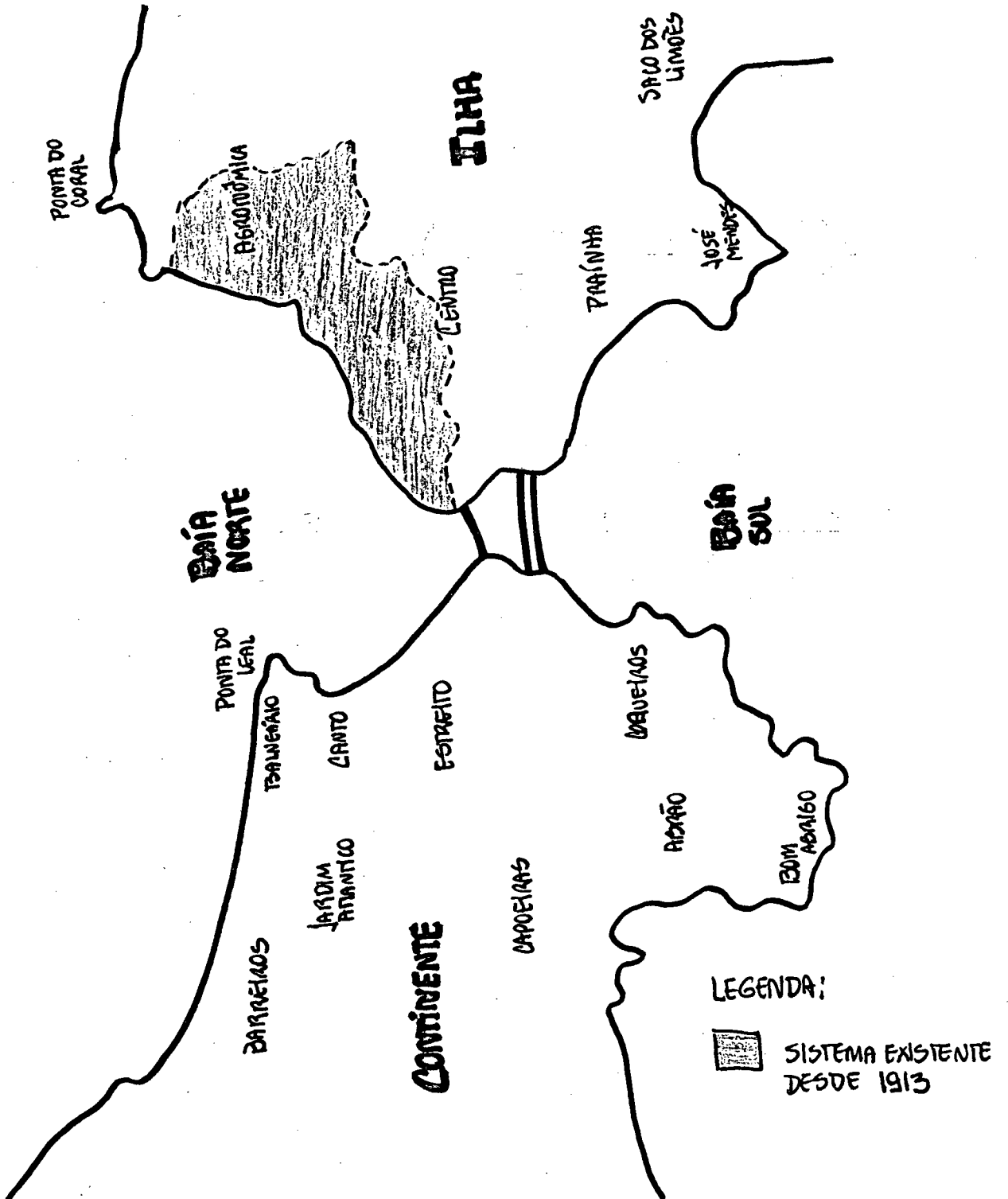
MAPA Nº 2: LOCALIZAÇÃO DO
ATERRO DA BEIRA MAR NORTE CONTINENTAL



movimento, ou possuíam com ele, uma história de identificação. Os sete vereadores possuíam vínculos com seus partidos e com movimentos cujas características diferenciavam-se do movimento popular/comunitário, como era o caso do movimento ecológico, feminista e sindical. O estreitamento das relações só vão se dar quando o próprio movimento começa a ver nestes vereadores a possibilidade de encaminhar seus projetos e ver atendidas as suas reivindicações.

Por fim, apresento o terceiro "grande projeto" - no caso um convênio. Trata-se de um dos poucos projetos que obteve quase total consenso e cuja justificativa é a "questão ecológica", sob a ótica da "preservação da natureza", um dos principais argumentos de campanha daquela administração. O ofício número 0515 de 18 de abril de 1989, assinado pelo prefeito, encaminhava a Câmara o convênio celebrado com a CASAN, Companhia de Águas e Saneamento, "visando viabilizar a implantação do Sistema de Interceptação e Afastamento dos Esgotos Sanitários da Bacia da Beira Mar Norte, em Florianópolis". O projeto abrange a interceptação dos esgotos de uma área de aproximadamente 183 hectares, cuja extensão vai do Palácio da Agrônômica (residência do governador) até a ponte Hercílio Luz. O custo da obra seria rateado: 50% da prefeitura e 50% da CASAN; sendo que os recursos aplicados retornariam aos cofres da prefeitura e da CASAN, através da cobrança de "contribuição de melhoria", imposto cobrado do usuário, após concluída a obra.

MAPA Nº 3: LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA
DE ESGOTO EXISTENTE E ÁREAS A SEREM
ATINGIDAS PELO NOVO PROJETO



Entre as considerações que antecederiam as cláusulas do convênio, uma delas lembrava os discursos da campanha eleitoral: "o saneamento preconizado vem ao encontro do equilíbrio ecológico cada vez mais exigido, para plena satisfação do homem, sem comprometimento da vida das gerações futuras". Além disto o convênio não envolvia qualquer relação financeira formal com a "iniciativa privada". A justificativa "ecológica" aliada a ausência da "iniciativa privada", parecem ter sido os motivos pelos quais este projeto foi tratado de forma diferente de seus anteriores. Ele logo foi aprovado na Comissão de Justiça, cuja relatora favorável era a vereadora do PSDB, e pela Comissão de Obras Públicas e Transporte, cujo relator favorável era o vereador do PT, Vitor Schmidt, este tendo feito apenas algumas recomendações quanto à forma de cobrança das taxas e os devidos encaminhamentos. Em 3 de julho a aprovação do convênio era publicada no Diário Oficial.

Em termos de carência de sistema de esgoto, Florianópolis possuía áreas bem mais críticas do que a beira mar Norte. Havia (e ainda há) áreas de poluição de mangues e favelas, onde os moradores estavam diretamente ameaçados, dadas as condições de saúde, pela falta de saneamento básico. No entanto, a despoluição das praias da *Ilha* - condição para seu "desenvolvimento" através do turismo, como alternativa econômica - e a implantação do saneamento como obra própria do serviço público (e não da "iniciativa privada") eram consensos estabelecidos entre os *grupos das oposições* e no campo mais amplo do corpo administrativo, dos parlamentares e da imprensa local. Os *vereadores de oposição* parecem não ter visto neste projeto elementos que justificassem uma *oposição* sistemática,

ainda que não fosse este o tipo de projeto que elaborariam para o tema em questão. Além disto, a recusa de tal projeto poderia justificar o aprofundamento da imagem negativa que vinham carregando por estarem votando contra a maioria dos projetos da prefeitura.

Os três "grandes projetos" citados aliados aos outros que foram apresentados no decorrer daquela administração¹⁶, demarcavam determinados territórios (águas e terras) onde a administração, através da "iniciativa privada", executaria uma profunda transformação dos usos do espaço. Esta transformação tinha em vista não a "população" local mas o uso que delas fariam os periódicos e numerosos visitantes que se esperava receber na *Ilha*. Por vezes os projetos se direcionavam especificamente a um determinado tipo de "turista imaginário" que havia no pensamento daqueles administradores. Alguém que aqui viria em busca de um "paraíso internacional". Um "turista", que pagaria com suas riquezas a "domesticação" da "natureza". Ou seja, alguém que se encantaria com o mar e o verde "selvagens", neles se aventurando com equipamentos da mais alta tecnologia que, ao final da tarde, iria para seu

16. Vários "grandes projetos" foram apresentados, muitos já na administração de Bulcão Vianna. Sobre a maioria deles, sucedeu-se uma dinâmica parecida com os dois primeiros projetos aqui citados. Muitas dúvidas, muita contestação em pareceres escritos, prolongadas falasões nas sessões de votação, reuniões, manifestações públicas, mas, ao final das contas, o projeto era aprovado pela maioria dos vereadores. Para citar alguns exemplos, cujas datas inclusive extrapolam o período desta pesquisa, cito os seguintes projetos: O projeto da Marina Baía Norte, próximo à cabeceira da ponte, com capacidade para 300 barcos; O hotel da Ponta do Coral de nível internacional, a ser construído numa ponta de terra que avança sobre o mar na região da Agrônômica; a duplicação da Avenida das Rendeiras - rua principal da Lagoa da Conceição que circunda parte da Lagoa; a construção de um Parque Tecnológico (Technópolis) no lugar do Horto botânico do IBAMA, Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente, no Córrego Grande; e outros.

hotél 5 estrelas saborear comidas exóticas e a noite, por fim, buscaria as "benesses" das grandes cidades, com sua velocidade e movimento.

Todos os projetos acima citados, com pequenas modificações sofridas no decorrer dos embates, foram aprovados pela Câmara de Vereadores. No entanto, até o início deste ano (1993), com exceção do convênio com a CASAN, para a implantação do sistema de esgoto, nenhum dos projetos havia sido iniciado em suas obras. O recurso à justiça, através de ações populares; a "assessoria" de pessoas ligadas as instituições ambientais estaduais e federais; os momentos de contensão da economia nacional, com poucas "sobras" para investimentos, por parte do empresariado local; as irregularidades legais¹⁷; a inexperiência empresarial em determinadas áreas; e o diversificado processo de contestação, além de outros fatores, não permitiram com que fosse efetivado na *Ilha* os projetos para a "construção do paraíso internacional".

17. Alguns fatos sobre as irregularidades legais e, através delas, a possibilidade de se impedir a realização dos projetos, ficaram conhecidas da população. No caso da doação onerosa do terreno na cabeceira da ponte, por exemplo, o terreno foi doado à empresa paulista Paulitec, porém, "antes do projeto ser executado, uma ação popular denunciou na justiça a diferença entre o preço do terreno e o custo da nova sede da prefeitura" (Zero, 1992). No caso da Marina da Beira Mar, os empresários não tinham previsto que, segundo legislação federal o preço pago pelo m² de aterro seria muito elevado, então, para driblar a legislação fizeram um contrato com a prefeitura para explorar o local por 50 anos, sendo o mesmo entregue à prefeitura no final deste período. Isto porém possibilitava que os empresários requisassem, ao final deste tempo, usucapião do local. O contrato "foi para a justiça" e lá está até hoje (Zero, 1992).

III.3 - Administradores-empresários e suas idéias

Dos "grandes projetos" da prefeitura que pude ter acesso na Câmara de Vereadores, quase todos haviam sido elaborados pelo GAPLAN e pelo IPUF. Posteriormente fiquei sabendo do envolvimento do NEC, Núcleo de Estudos Catarinenses, da UFSC, na idealização de alguns dos projetos. Selecionei então estas "agências" para realizar minhas visitas e observações¹⁸. Os elementos fornecidos pelas visitas, no entanto, mais do que falar dos projetos, falaram-me da própria administração pública e de algumas das formas de relações sobre as quais ela se constituiu.

O Gabinete de Planejamento, como setor interno da prefeitura, foi escolhido para minha primeira visita. O GAPLAN, era conhecido na época, dentro da administração, como Secretaria de Projetos Especiais, justamente pela sua "função" de elaborador de projetos. O "secretário" que assumira a pasta, era um empresário conhecido na cidade, iniciando sua "carreira política" naquele cargo. Possuía grandes investimentos no setor turístico da capital e era sabido que trabalhava como secretário daquela administração sem qualquer ônus para a prefeitura. Ele havia sido um dos grandes apoiadores da candidatura daquele prefeito e, como secretário, fazia a mediação entre a prefeitura e os empresários.

O setor empresarial, enquanto grupo específico com o qual a administração se relaciona, é um setor que valeria a

18. Ainda que eu suspeitasse que o processo de elaboração dos projetos, passasse por redes de relações bem mais complexas, decidi limitar minhas investigações a estas três "agências", procurando nelas elementos para compreender os desejos inscritos naqueles projetos e as relações sobre as quais eles se constituíam e, ao mesmo tempo, que relações eles reconstruíam.

pena investigar, principalmente na gestão 1989-92. Infelizmente não havia "pernas" para tanto nesta pesquisa. Contudo, ainda que muito superficialmente, os empresários acabaram aparecendo em meus textos, seja nos "grandes projetos", na direção de determinados setores da administração, na promoção de campanhas e propagandas contra os contestadores da administração, ou mesmo, na fala das lideranças, como uma "sombra perigosa" que ora rondava, ora se confundia com o *Estado*. Eu aproveito aqui os dados da visita ao GAPLAN para falar um pouco sobre esta relação.

Especificamente no que se refere à Secretaria de Projetos Especiais, a presença de um empresário de reconhecido sucesso na área de turismo, parece ter oferecido uma grande capacidade de articulação dos projetos da prefeitura neste setor. Um dos exemplos das articulações bem sucedidas foi a criação da PROTUR, Fundação pro turismo de Florianópolis, criada por um grupo de empresários com o incentivo da administração¹⁹. A PROTUR, enquanto fundação, sem fins lucrativos e com participação permanente da Secretaria de Turismo em sua direção, possibilitava uma relação de acordos, convênios e parcerias com a prefeitura sem as constantes acusações de favorecimento de um ou outro empresário. Possibilitava também um espaço comum e formalizado, entre empresários e administração pública, cujo objetivo era

19. A PROTUR foi criada no ano de 1989, com o objetivo de desenvolver o turismo de Florianópolis. Os empresários são sócios contribuintes da fundação, que funciona como uma organização sem fins lucrativos. Além deles, existem também, como membros natos não contribuintes, as "entidades de classe" (sindicatos de hoteleiros, restaurantes, agências de viagens etc) e a Secretaria de Turismo do município, cargo que na época era também ocupado pelo Secretário de Projetos Especiais. O Secretário, por sua vez, era também sócio contribuinte, filiado à fundação como empresário. Nesta última condição, fora eleito o primeiro presidente da organização.

justamente discutir políticas de turismo para Florianópolis, sem a demora da tramitação burocrática pela qual tinham que passar os projetos que dependiam da aprovação da Câmara. A relação entre fundação sem fins lucrativos, e não "pool de empresários", estabelecia um canal melhor aceito pelos contestadores da prefeitura, e mais dinâmico no campo da burocracia estatal²⁰.

O objetivo da Secretaria de Projetos Especiais parece ter sido justamente o de criar possibilidades de políticas e projetos junto ao setor empresarial. Além dos "grandes projetos" a Secretaria elaborava "pequenos projetos" que também seriam financiados pelos empresários²¹. Um dos projetos que me chamou atenção, foi o projeto "adote um boi". O projeto previa a criação de 16 grupos de *Boi de Mamão* - uma brincadeira ilhéu de origem açoriana, onde um boi fictício, feito de madeira e pano (com uma cabeça de mamão) e outros bichos, também fictícios, encenam uma apresentação musicalizada (os meninos ficam embaixo dos bichos, vestidos deles, como se fossem eles)²². Conforme o projeto a

20. A PROTUR era uma fundação de empresários, por eles organizada, e com total autonomia jurídico-institucional em relação à prefeitura. A participação do Secretário de Turismo do Município, que desfrutava de "cadeira cativa" independente da administração, era de bom tom, à medida que se pretendia uma relação constante com os administradores do município. No entanto, a capacidade de intervenção do secretário na fundação dependia muito mais de seu poder de influência junto aos empresários (poder que não estava diretamente relacionado ao cargo), e do tipo de propostas que podia oferecer para a fundação (cujas relações passariam pelo campo da afinidade).

21. Entre os "pequenos projetos" uns deram mais certo que outros, um deles de significativa visibilidade na cidade era o projeto "adote uma praça", onde as empresas cuidariam dos serviços de limpeza e reflorestamento das praças públicas, em troca da colocação de placas (proporcionais ao tamanho da praça) com propaganda das empresas. Outro, era o projeto "adote uma praia", que também previa a limpeza e conservação das praias por empresas privadas em troca de propaganda.

22. A organização dos grupos que fazem o *Boi de Mamão* é espontânea, constituem-se "turmas" de meninos (geralmente moradores de uma mesma rua, ou mesmo bairro), que fazem a apresentação em troca de dinheiro para comprar o material de confecção do *Boi*. Neste sentido a "brincadeira"

brincadeira seria ensinada nas escolas e o material, para a confecção dos animais, seria doado pelas empresas.

O projeto "adote um boi", em comparação com outras políticas desta administração, também em relação ao "boi", parecem apontar algumas pistas para entender como era pensada, através dos projetos, a relação com o setor empresarial. E, nesta relação, porque as idéias de "preservação da natureza" e "preservação da cultura" não apareciam como contraditórias à idéia de "progresso". Sugiro que a relação com o setor empresarial foi pensada como um negócio, onde a prefeitura transformaria em mercadoria as possibilidades de investimento deste setor, sendo estas mercadorias posteriormente vendidas aos "turistas".

Das vezes que assisti ao *Boi de Mamão*, pude observar que a brincadeira possui uma delimitação clara entre os "atores" e o público que os assiste - ainda que haja na brincadeira constante apelo ao envolvimento do público. No *Boi no Campo*, ou *Farra do Boi*, no entanto, a coisa é bem diferente. Nesta brincadeira, o *Boi*, *In natura*, brinca com todas as pessoas presentes, não há distinção entre público e atores. O *Boi* envolve a todos, tira-os de seu lugar e seus limites, todos correm atrás dele, ele corre atrás de todos. A representação não se dá nos limites tradicionais, no *Boi no Campo*, os homens viram *Bois*, o *Boi* vira gente (Menezes Bastos, 1990).

também se auto-sustenta. O projeto "adote um boi", pretendia criar "turmas" de "boi" nas escolas, financiando o material para a sua confecção.

A diferença da política adotada pela administração para estas duas "manifestações culturais", foi muito significativa, Lacerda (1991) também chama atenção para este fato. Enquanto o *Boi de Mamão*, devia ser ensinado nas escolas, o *Boi no Campo* era proibido por lei e reprimido pela polícia²³ - ainda que saiba-se que isto não tenha acabado com a brincadeira. Mas, como não houve jeito de fazer com que os homens parassem de brincar, os administradores permitiram que a brincadeira fosse feita num "mangueirão", lugar cercado, espaço delimitado - quem está dentro brinca, quem está fora assiste. Tentava-se assim controlar o *Boi* e os homens, para que virassem, ambos, um "espetáculo" que pudesse ser visitado, fotografado, apreciado e vendido. Com espaços e "atores" definidos.

O que me parecia ligar a forma como eram pensados os projetos com as tentativas de "domesticar" o *Boi*, era a vontade de objetificar todas as coisas, tornando-as mercadorias. A "natureza" e a "cultura", separadas cada qual em seu canto, apareciam nos projetos como "coisas" a serem expostas e mercantilizadas. A brincadeira do *Boi no Campo*, confundia homens e animais, portanto "natureza" e "cultura", confundia público e atores, (não seriam vendedores e compradores?), recusava os limites (cercas, terrenos, casa) e, por fim, transformava o "paraíso internacional" em espaço de "barbárie"²⁴.

23. Durante as perseguições da polícia ao *Boi no Campo*, vários homens foram presos e indiciados. Numa das perseguições, ocorrida em 1990, um policial, sem conseguir intimidar os homens, acabou matando o *Boi*.

24. Longe de parecer exagero, "barbarismo" era o nome que a imprensa freqüentemente usava para caracterizar a brincadeira.

III.4 - Administradores e técnicos

A segunda instituição que visitei foi o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, o IPUF. Diferente da Secretaria de Projetos Especiais, o IPUF não possui sua estrutura toda voltada para a prefeitura. Na condição de "instituto", desfruta de maior liberdade em relação a administração, desenvolvendo projetos próprios e convênios específicos com outras instituições²⁵. Contudo, tal qual as secretarias, a presidência do IPUF, é também nomeada pelo prefeito, ou seja, é um "cargo de confiança" da prefeitura, e seu "conselho deliberativo" se divide em "cargos de confiança" (administradores provisórios) e "corpo técnico" (funcionários permanentes)²⁶.

O conjunto de pessoas que trabalha no IPUF, pelo que pude observar, se alto divide em três categorias: "cargos de confiança" - que podem ser chamados também de "cargos

25. Entre os objetivos do IPUF encontram-se os seguintes:

"Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do município e, mediante convênios, para o de outras áreas, especialmente com os da micro região da Grande Florianópolis, com vistas ao desenvolvimento do processo de planejamento integrado da região; (...) Elaborar e encaminhar ao prefeito municipal estudos para a implantação e atualização do Plano Diretor de Florianópolis; (...) Exercer a função de controle e avaliação do uso do solo no município de Florianópolis e, se necessário, em convênio, nos da micro região da Grande Florianópolis; (...) Promover convênios com entidades técnicas e de ensino superior visando a consecução de seus objetivos e o aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e superior;" Ele é também, segundo seus objetivos, "órgão central do sistema de planejamento do município".

26. O "conselho deliberativo" do IPUF é formado por seu presidente, pelos diversos secretários municipais, um representante da COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital, que cuida da limpeza pública -, dois representantes da câmara de vereadores e a diretoria executiva que é formada pelos coordenadores de área, escolhidos pelo presidente, entre os funcionários da instituição. Na época da pesquisa as coordenadorias eram as seguintes: Planejamento; Programas e Projetos executivos; Meio Ambiente; Patrimônio Histórico Artístico e Natural; Avaliação; Administração; Tesouraria e Contabilidade; Pessoal; e Planejamento Institucional.

políticos" - "corpo técnico" e funcionários. Os "cargos de confiança" são indicados pelo prefeito, não possuindo vínculo empregatício permanente com a prefeitura e podem ser substituídos a qualquer hora. O "corpo técnico" é formado por profissionais de nível superior que são contratados mediante concurso público, para trabalharem na área de sua habilitação específica. No caso do IPUF são engenheiros, arquitetos, sanitaristas, bibliotecários, economistas etc. Por fim os funcionários, geralmente de nível médio e primário, desenvolvem funções variadas e nem sempre têm uma habilitação específica. No caso das visitas ao IPUF, foi a relação entre "cargos de confiança" e *técnicos* que me chamou atenção.

No período em que realizei a pesquisa, a relação entre "cargos de confiança" e "corpo técnico", era bastante conflituosa e resultava, por parte do IPUF enquanto instituição, em tomadas de posições contraditórias, aparentemente inexplicáveis. No caso dos "grandes projetos" apresentados pela prefeitura e de determinadas iniciativas de modificação dos espaços da cidade, isto ficou bastante evidente. Ainda que os projetos fossem elaborados segundo as orientações dos administradores, e os *técnicos* procurassem dar-lhes forma e coerência, segundo as regras vigentes - seguindo com eles a assinatura do IPUF -, estes mesmos *técnicos* possuíam sua própria visão sobre como deveria ser organizada a cidade e como deveriam dar-se os processos de decisão e participação no planejamento urbano. Além disto, possuíam seus próprios grupos externos à administração e suas próprias redes de influências. Por um lado alguns destes *técnicos* contrapunham-se aos projetos da prefeitura proibindo

que ela demolisse determinadas casas antigas, que efetivamente eram consideradas patrimônio histórico. Com isto, várias áreas da cidade não puderam ser alteradas. Por outro, estes mesmos *técnicos*, participavam de várias reuniões, onde orientavam sobre os problemas e ilegalidades dos projetos da prefeitura.

No ano de 1990, tive oportunidade de participar de vários grupos de reuniões. Um deles, chamava-se "Projeto Ilha Verde" e se reunia na UFSC. Era um grupo inicialmente criado por pesquisadores da UFSC e *lideranças* do movimento. No período em que acompanhei este "projeto" ele reinia em torno de 30 pessoas (nem sempre fixas). Lá encontrei não só *técnicos* do IPUF, como também *técnicos* de várias outras secretarias e instituições ligadas à prefeitura. Um outro grupo foi o do "Plano diretor". Este, menos estável, foi criado por iniciativa de vereadores e *entidades* dos movimentos, para discutir propostas de reformulação para o Plano Diretor do município. Nele juntamente com alguns dos *técnicos* do IPUF que explicavam e propunham leis e redimensionamentos para o Plano. Ali encontrei um grande número de pesquisadores dos programas de pós graduação da UFSC²⁷. Por fim (ainda que não tenham sido apenas estas as reuniões que acompanhei), o grupo que discutia a transferência do depósito de lixo da capital. Este último, criado por iniciativa do movimento, reunia além dos *técnicos* da administração municipal, também alguns pertencentes as administrações estadual e federal²⁸.

27. Numa das reuniões do Plano Diretor, entre as 25 pessoas presentes, 5 eram pesquisadoras dos programas de pós graduação da UFSC. Comecei a perceber então que nós, pesquisadores, éramos também, componentes importantes neste processo de infindáveis reuniões. Vez ou outra, era possível observar um grupo apresentando ao outro, o "seu" pesquisador.

28. Nestas reuniões, possivelmente tendo os administradores percebido as "relações perigosas" aí estabelecidas, os *técnicos* da COHCAP foram proibidos de participar sem autorização de sua chefia, ficando seu comparecimento - sempre presentes - condenado à clandestinidade.

Era interessante perceber, nas reuniões das quais estes *técnicos* participavam, a constante mudança da forma como se identificavam perante o grupo. Inicialmente, para apresentação de algum projeto, ou orientação sob determinado aspecto de alguma proposta, a categoria de *técnico* era assumida por eles com bom tom. À medida que havia situações de confronto onde estavam em questão as políticas da prefeitura, ou do setor que o *técnico* trabalhava, era comum vê-los assumir a condição de "minoría opositora" em seu trabalho, ou mesmo, identificar-se com um dos grupos presentes em contra-posição à prefeitura.

Pude observar também, que ainda que seu sentido de pertencimento a determinado grupo fosse por vezes correspondido, estes *técnicos* possuíam sua própria especificidade, introduzindo nos grupos novas concepções e formas de entendimentos. Enquanto os demais participantes das reuniões propunham soluções imediatamente vinculadas aos seus objetivos, contestando sem maiores problemas as políticas adotadas pela prefeitura, estes *técnicos* introduziam impedimentos próprios de uma lógica interna dos planos e projetos elaborados pela administração (por eles próprios, em algumas das vezes). O "melhor" traçado para uma rua, a "forma" de construir e localizar uma casa, a "melhor" definição de um Plano Diretor, o "perfeito" funcionamento de uma secretaria eram os assuntos dos quais eles falavam, partindo da mesma lógica com a qual a administração costumava elaborar seus projetos. Nas propostas elaboradas durante estas reuniões eles exerciam a mediação entre os objetivos dos grupos ali reunidos e a forma e critérios exigidos pela administração. A

observação destes *técnicos*, considerando-os parte da administração em relação com o movimento, foi muito importante para esta pesquisa.

III.5 - Afinidades e Instituições

Por fim, realizei a visita ao Núcleo de Estudos Catarinenses. O NEC, não aparecia diretamente relacionado aos projetos. Sua relação aparecia nas falas dos funcionários e *técnicos* das outras "agências" que visitei e nos jornais locais, principalmente porque era justamente o coordenador do NEC quem apresentava os projetos à imprensa. Nas visitas ao NEC, dois aspectos me chamaram atenção. De um lado, a forma como o coordenador do NEC explicou-me a relação do núcleo com a prefeitura, como se esta se desse como uma relação entre amigos e parentes. Por outro lado, a visão de uma prefeitura fragmentada, polarizada entre aqueles que defendiam o "progresso" e aqueles que o "contestavam". Sendo estes últimos, a seu ver, uma "temeridade" para a instituição.

O NEC é um núcleo de pesquisa da UFSC, subordinado e subsidiado por ela. Foi criado em 1981, com o nome de Coordenadoria de Estudos Urbanísticos. Tendo como objetivo nesta época realizar estudos sobre a interação entre "desenvolvimento urbano" e as "políticas de desenvolvimento", podendo, para isto, realizar contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas visando a cooperação técnica ou financeira (Portaria, 065/81 UFSC). Este caráter, já no início da criação do NEC, possibilitou uma constante interação

entre este e o Governo do Estado. Em 1985, tornou-se um núcleo propriamente dito, passando a desfrutar de maior autonomia em relação à UFSC e de uma relação formalizada mais permanente com o Governo do Estado, tendo inclusive um representante do governo em sua estrutura administrativa. Os objetivos do núcleo passaram então a ser definidos da seguinte forma:

"... o estudo permanente das estruturas político-administrativa, econômica social e cultural do estado de Santa Catarina, visando a formulação de políticas de desenvolvimento."
(Portaria 889/GR/85 UFSC)

Estes passos da história do NEC, estavam escritos em seus documentos; no entanto a entrevista com o coordenador do NEC, chamado aqui apenas de Professor, contava-me uma história mais colorida, repleta de vontades e ideais pessoais. Quando falava da história do NEC, assim como do processo de "planejamento urbano" em Florianópolis, ele falava de seus amigos, suas brigas e histórias pessoais, suas vontades e projetos, os anseios de suas famílias, suas doenças, seus costumes. A constituição do NEC, aparece, em sua fala, como resultado exclusivo de sua própria vontade e da vontade de alguns amigos. E, neste mesmo "tom", contou-me como se deu a relação do NEC com os projetos da Prefeitura.

Disse-me que conhecia o Prefeito desde pequeno, sua família e seus amigos. E, à medida que ia me contando sobre ele, falava também de outros nomes, eram governadores, prefeitos, deputados e vereadores. Eles não eram contudo, tratados desta forma. O Professor falava-me de primos, sobrinhos, filhos, colegas de universidade etc. A história destas pessoas, e seus feitos, conforme me dizia o Professor, era a história do "desenvolvimento urbano" da cidade. Em suas

palavras, era a história daqueles que acreditavam que Florianópolis deveria tornar-se uma "cidade moderna, seguindo sua vocação turística e portuária". Este era o sonho que vinha implantando e foi o motivo pelo qual o NEC desenvolveu vários dos projetos daquela administração. Foi também o motivo que, segundo o Professor, fez com que o prefeito assumisse implantá-los.

Enquanto ouvia as histórias do Professor, eu sabia que cabia a mim a dúvida sobre a unilateralidade dos determinantes históricos que ele atribuía a seus desejos e as vontades do grupo do qual me falava. Como nas demais entrevistas, a história contada pelo Professor, selecionava fatos e lembranças do passado, construindo com eles sua própria lógica, buscando neles o que mais lhe convinha. Mesmo assim oscilei muitas vezes entre a vontade de confirmar esta história e a vontade de "destruí-la", o que, ao fim das contas, me levaria a uma confirmação ao inverso. Ao re-elaborar os dados da visita ao NEC procurei ouvir mais o Professor, o que me diziam suas histórias, sobre quem elas falavam e que tipo de relação estabeleciam.

O Professor havia coordenado a campanha eleitoral do Prefeito eleito, conhecia a maioria de seus apoiadores pessoalmente. Além disto, é também membro de uma das famílias mais tradicionais de Florianópolis, perfeitamente integrado às famílias que por aqui, "cuidam" do governo. Era disto que ele estava a me falar. O Professor me dizia que os projetos, em linhas gerais faziam parte de um antigo "desejo" e que vários dos "grandes projetos" daquela administração, seguindo estas linhas, haviam sido elaborados pelo NEC. A elaboração dos

projetos, no entanto, não havia sido feita a partir de convênios com aquela administração, eles já estavam prontos antes mesmo dela assumir, e fizeram parte do próprio material de campanha durante o período eleitoral. A institucionalização das relações deu-se posteriormente.

A relação do NEC - e, portanto de parte da Estrutura da UFSC, com seus equipamentos de pesquisa, profissionais e estudos - com aquela administração municipal - e, neste sentido, não só com o prefeito mas com parte da estrutura administrativa envolvida nos convênios e acordos posteriormente assinados - deu-se inicialmente através das afinidades do grupo do qual me falava o Professor. Eram "afinidades políticas" entre parentes e entre amigos. Só posteriormente, as relações entre NEC e Prefeitura tiveram sua formalização no campo institucional, graças as possibilidades (características e objetivos do NEC) já existentes. Poderia também, a exemplo da PROTUR, ter se criado um novo mecanismo para institucionalizar a relação.

Por fim, algumas considerações sobre a forma como o Professor divide a administração. Em seus depoimentos e nos documentos e publicações do NEC, ele fala de dois grupos que se contrapõem: aqueles que querem o "progresso" e aqueles que o impedem. Assim como nos "grandes projetos", a idéia de "progresso" aparece aqui relacionada à grandiosidade (grandes obras, grandes concentrações populacionais, "grandes projetos", grandes edifícios), e ao "novo" (novas casas, novas estradas, nova cidade). Aos seus olhos, quem está contra o grandioso e o novo, está contra o "progresso". Assim, se dividiria também a administração pública. Num dos officios

enviados ao prefeito, em 22 de fevereiro de 1989, o coordenador do NEC dizia o seguinte:

"(...)

Voltamos a V.S. com mais veemência, acrescentando a estudos que apresentamos para a elaboração de seu programa de governo, a informação de que essa pretensão a atualização do plano - referência feita ao plano diretor - deve ser discutida com muito cuidado, antes da volta à Câmara Municipal, porque propõe absurdos tão flagrantes, que permite imaginar uma atividade, dolosa, uma premeditação de liquidar Florianópolis forçando a cidade a abandonar "vertentes e pretensões metropolitanas", para continuar pelo tempo afora, como cidade pequena do Terceiro Mundo.

(...)

Renovamos a V.S. a nossa certeza de que a falta de um exame profundo do questionado trabalho do IPUF, sem autoria registrada, antes da remessa para apreciação pela colenda Câmara de Vereadores, é uma temeridade que poderá liquidar as pretensões e o direito ao progresso de todos os habitantes desta cidade, e principalmente dos que são catarinenses." (Of, 22/NEC/89)

A referência genérica feita ao IPUF, está aqui, diretamente relacionada aos seus *técnicos*, os quais em suas entrevistas referia-se como sendo os "barbudinhos do IPUF"²⁹ - ainda que eu tivesse tido a oportunidade de constatar que bem poucos usassem barba. Sobre o "questionado trabalho" do IPUF, ou de seus *técnicos*, o Professor fala de suas temeridades, apontando portanto para os "poderes" ("perigos") que estes *técnicos* exercem. A fragmentação da administração, com seus grupos, divergências e discussões pode ser também aqui percebida. A administração na *Ilha* cada vez mais aparecia formada por grupos, parentes, amigos, colegas etc.

29. A referência ao uso da barba era uma menção indireta aos grupos de contestação. Voltamos aqui a imagem dos "hippies" e dos "comunistas". Uma referência também usada pelo Professor, no casos da barba, era a do candidato do PT, para a Presidência da República, assunto que não se deixava de falar naquele final de 1989.

CAPÍTULO IV

A ADMINISTRAÇÃO E ALGUNS DE SEUS INTERLOCUTORES

Continuando a discussão do capítulo anterior em relação á administração pública, dando agora mais atenção aos seus interlocutores, procuro aprofundar aqui a discussão sobre a "ética burocrática" e a "ética hierárquica", co-existentes na administração, tendo como base os estudos de Da Matta (1990). Retomo questões levantadas no capítulo anterior, procurando recolocá-las na estrutura mais ampla da administração local e em sua forma de funcionamento (extrapolando assim o próprio período estudado). Com isto procuro introduzir o movimento popular/comunitário, no contexto histórico-cultural das relações entre administração e "população". Um contexto que possui suas generalidades, à medida que se dá num momento bastante específico da realidade brasileira, mas que, ao mesmo tempo, se desenvolve de um modo bastante particular.

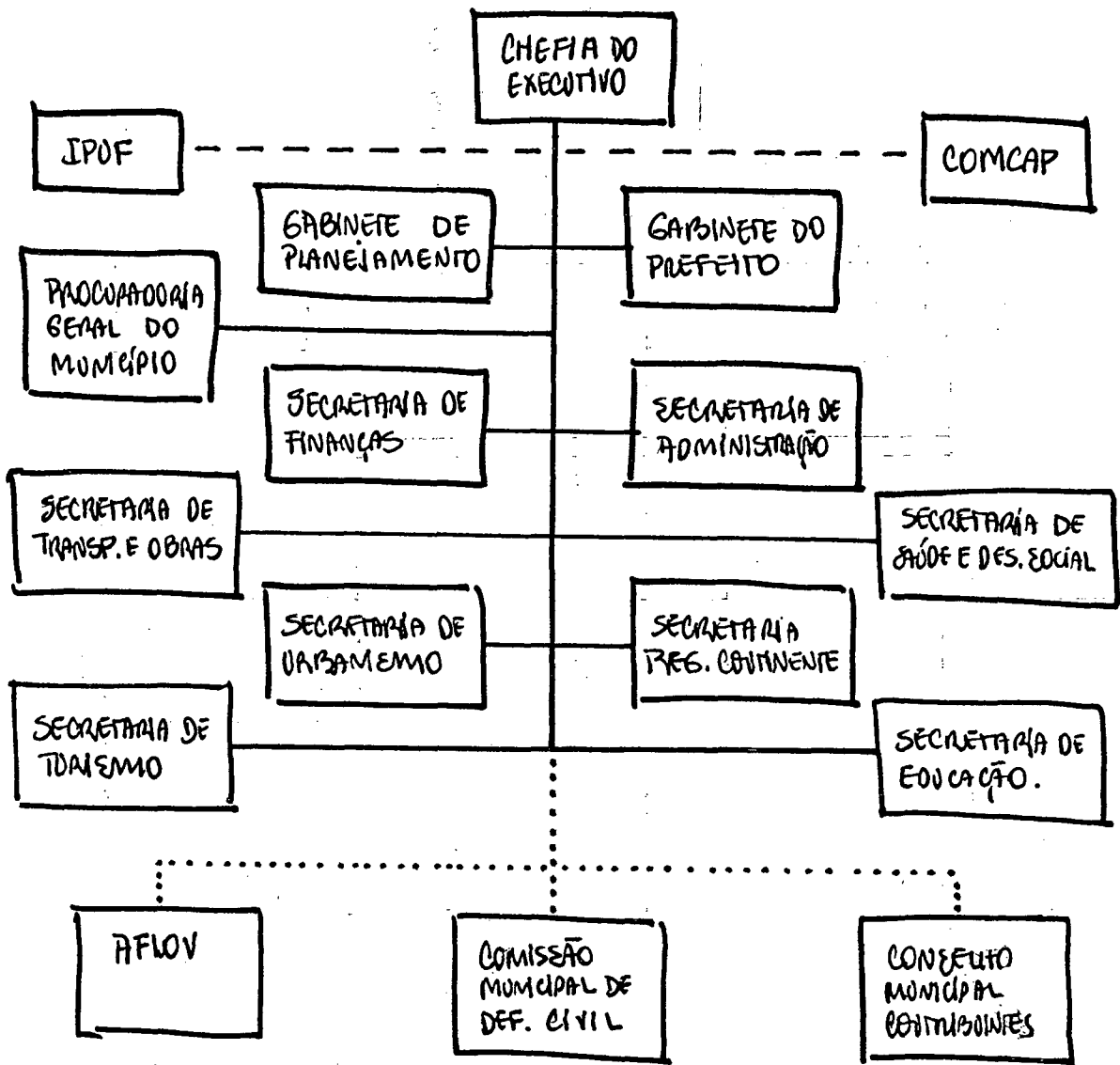
Ao inserir-se no contexto das relações administração-"população", o movimento procura inaugurar uma "nova" forma de relação, colocada para ele, e para muitos dos intelectuais que o estudaram, a partir da categoria nativa - e conceito cultivado (Menezes Bastos, 1991) - *autonomia*. O que procuro mostrar neste capítulo é que esta "nova" forma está profundamente relacionada com o conjunto das relações já estabelecidas, buscando nelas seus elementos e se construindo em relação a elas, com novos significados, constantemente reelaborados nos processos de negociação política.

IV.1 - Aspectos da "estrutura" da administração

A "estrutura organizacional" da Prefeitura Municipal de Florianópolis, é bastante parecida com as demais estruturas organizacionais de tantas outras prefeituras encontradas no Brasil. Existe uma espécie de "modelo" das administrações públicas modernas que atribui para cada uma não só uma mesma forma como também as mesmas funções, independente das diferentes cidades que administrem. Assim a estrutura de "secretarias", "coordenadorias" e "departamentos", e seus nomes, tendem a se repetir. Na prefeitura de Florianópolis percebe-se a mesma coisa, ainda que seja possível perceber também, na mesma estrutura organizacional, outras coisas.

A visualização da "estrutura" da prefeitura, possibilita uma noção da forma de organização da estrutura administrativa local. Ainda que não seja esta a única base de funcionamento da prefeitura - por vezes não passando apenas de uma ficção -, ela regula relações e possibilidades, funcionando como uma espécie de regra e, neste sentido é esta a referência comparativa presente nas falas de meus entrevistados. Na "estrutura" é possível localizar também o GAPLAN e o IPUF, sobre os quais falei no capítulo anterior, e sua relação institucional com o prefeito. Este "desenho" serve assim como uma espécie de "informante oficial" ao qual é possível recorrer para saber sobre as relações de subordinação, proximidade e grau de importância institucionais de cada entidade, "secretaria", "setor" ou "instituto". Mas, além disto, a "estrutura" possibilita também a visualização de outros aspectos significativos que fornecem pistas para discutir o funcionamento da administração.

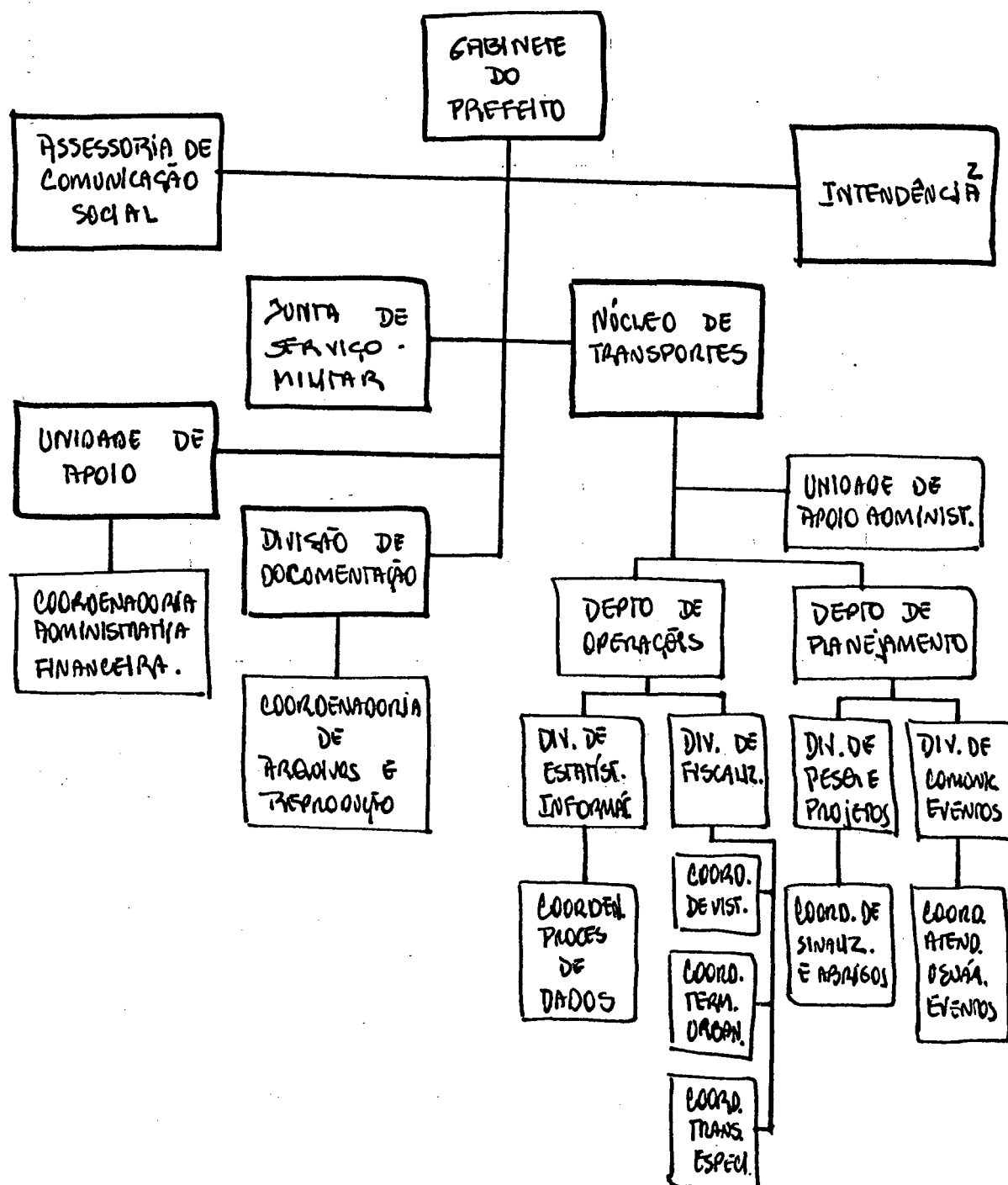
**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**



LEGENDA: — ADMINISTRAÇÃO DIRETA¹
 - - - - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
 ÓRGÃOS COLEGIADOS

1. Na "estrutura organizacional" da prefeitura, aparecem as seguintes "relações institucionais" indicadas na legenda: "administração direta", "administração indireta" e "órgãos colegiados". Segundo o IPUF (1988), a "administração direta" corresponde as instâncias que estão diretamente subordinadas ao prefeito, como por exemplo o GAPLAN. A "administração indireta" corresponde as instituições dotadas de personalidade jurídica própria, a exemplo do IPUF. Neste caso, apesar dos cargos de chefia serem indicados pelo prefeito, da mesma forma que na "administração direta", a gestão da entidade goza de uma dinâmica própria e maior autonomia em suas decisões. Os "órgãos colegiados" são grupos que se reúnem, formados por membros de instituições públicas e privadas, assim como por pessoas de reconhecido saber no assunto para o qual são solicitadas. Estes órgãos têm como finalidade assessorar as ações da prefeitura em determinadas áreas. Não estão propriamente subordinados ao prefeito mas também não tem poder de decisão dentro da prefeitura.

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO GABINETE DO PREFEITO



2. As *intendências* são representações da prefeitura em povoados do interior da *Ilha* - antigas *freguesias* -, e o *intendente* é um dos moradores locais escolhido pelo prefeito para administrar a *intendência* e servir como mediador entre prefeitura e moradores. No Brasil do final do século XIX, *intendente* era o nome geralmente dado ao chefe do poder municipal (Meirinho, 1991).

O primeiro aspecto refere-se aos temas que dão nome a cada "secretaria". Cabe dizer que as "secretarias" que constam na "estrutura" acima existem a muitos anos, não sendo específicas da administração que estou estudando. No entanto, a cada eleição para prefeito, apesar da diversidade de partidos e candidatos, são justamente nas áreas próprias de cada "secretaria" onde se concentram as propostas e prioridades de cada concorrente. As "secretarias", com suas áreas temáticas, estabelecem assim a orientação do que deva ser e fazer uma administração pública municipal condicionando os programas e as propostas dos candidatos.

O que é interessante observar no entanto, é que as áreas temáticas de cada "secretaria", correspondem também às demandas mais comuns do movimento popular/comunitário da Ilha³ que, aparentemente, não teria uma relação direta com a prefeitura e sua "estrutura organizacional". Este tipo de correspondência foi observado também em outros estudos, não só em diferentes municípios (Jacob, 1987), como também em períodos não tão recentes (Cardoso, 1983). O fato é bastante sugestivo, à medida que, como colocam os estudos citados, leva a repensar a forma como é trabalhada a relação entre administração pública - citada nas denominações de "Estado" e "serviço público" - e movimentos sociais⁴.

3. Uma demanda que não aparece diretamente explicitada nas áreas temáticas citadas acima é a referente a "terra para morar", o que possivelmente deveria corresponder a uma "secretaria de habitação". No entanto, as últimas administrações vêm se ocupando constantemente deste tema, criando "fundos" para a compra de terras, servindo de mediador nas situações de conflito, ou sendo o próprio interlocutor do conflito, como no caso da ocupação narrada no capítulo 2. Para os candidatos, por outro lado, em época de campanha, este é um assunto muito polêmico, dificultando sua explicitação neste período.

4. Gloria Maria dos Santos Diógenes (1988), falando sobre sua tese de doutorado, no XI Encontro anual da ANPOCS, utiliza o conceito de "identidade relacional" para propor uma nova

Por exemplo, Cardoso (1983) ao fazer um "balanço crítico" sobre os "movimentos sociais urbanos no Brasil pós 64", aponta a necessidade de observarmos as transformações ocorridas pela burocracia pública em relação as demandas populares. Conforme a autora, estas demandas se concentraram justamente em determinadas áreas consideradas prioritárias nas políticas públicas, o que talvez "indique que a formulação destas políticas e a criação de mecanismos para implanta-las tem um efeito indutor de reivindicações" (1983: 229). Em texto mais recente, no entanto, sem descartar a hipótese acima, Cardoso (1991) considera outros fatores de mudança nos serviços públicos, diz ela:

"E de fato, ocorreram mudanças importantes no gerenciamento dos serviços públicos. As burocracias estatais cresceram abrigando os antigos profissionais liberais, agora sujeitos ao assalariamento. Estes profissionais, ex-militantes estudantis, trouxeram para dentro do serviço público expectativas de participação popular que ajudaram a abrir espaço para reivindicação de grupos solidários⁵. Estabeleceu-se um diálogo através do qual as clientelas foram sendo reconhecidas como interlocutores das carências públicas." (Cardoso, 1991: 131)

Estas duas hipóteses apontam elementos bastante significativos. De um lado, é a própria dinâmica da administração pública, em sua estrutura burocrática que

forma de abordar a relação entre "Estado" e movimentos sociais. A autora faz uma crítica a dois modelos de análise dos movimentos sociais urbanos: a "forma tradicional", onde os elementos externos são definidores dos processos em que estão envolvidos os movimentos sociais; e a análise dos movimentos como novos paradigmas, onde o "Estado", assim como outras instituições ficam fora da análise. O pressuposto desta autora é de que a "identidade política dos movimentos sociais urbanos" é constituída em relação ao "Estado", que assim como o movimento, é dinâmico e se redefine constantemente em relação aos demais setores da sociedade.

5. A denominação de "grupos solidários" atribuída por Cardoso (1991) aos movimentos sociais urbanos (Cardoso, 1983), procura questionar o conceito de "novos sujeitos", atribuído a estes movimentos por estudos mais recentes. Cardoso (1991) acha "exagerada e precipitada", a importância atribuída aos movimentos como atores de um "papel a desempenhar na transformação do quadro político", a medida que existem muitas coisas e serem consideradas e já muitas críticas aos estudos realizados (1991: 134).

"induz" um movimento de reivindicação que tende a fazer coincidir "prioridades das políticas públicas" com "demandas populares". Por outro lado, são setores, facções e pessoas do movimento que, dentro da burocracia, "abrem espaços" para as reivindicações dos movimentos e fazem deles, "interlocutores" reconhecidos pela administração. É importante considerar que estes são elementos que constituem parte da complexidade da relação entre administração e movimentos.

No caso do estudo que desenvolvi, estas considerações apontam para questões de fundamental importância, pois levam a uma abordagem relacional, onde administração e "população" (seja organizada em movimentos sociais ou qualquer outra forma) não aparecem como pólos opostos e estanques, mas como resultantes de processos de relações e redefinições constantes. A relação entre demandas populares e estrutura organizacional da prefeitura, no sentido da busca de processos históricos que levaram a definições de ordem nacional e transformações organizacionais no serviço público como um todo, não é objeto deste trabalho. No entanto, as histórias das relações entre administração municipal e movimento popular/comunitário na *Ilha*, contadas nos depoimentos que pude colher podem levar a questionamentos importantes para os estudos dos processos históricos mais amplos.

O segundo aspecto a ser ressaltado, refere-se á diferença de concepções embutidas na estrutura das "secretarias" e na estrutura das *intendências*. As

"secretarias" se distribuem por áreas de atuação temáticas⁶, visando atender às demandas da "população", enquanto "usuária" dos serviços públicos. A "população" é agrupada em categorias genéricas como "passageiros", "alunos", "carentes", "doentes", "favelados", "turistas" e "cidadãos". A forma como estão estruturadas as secretarias pressupõe uma relação para com "indivíduos", igualados todos como "usuários" ou "contribuintes". A estrutura das secretarias aparece assim organizada a partir do que Da Matta (1990: 177) chama de uma "ética burocrática", ou seja, uma ética baseada em leis universais que procuram igualar os "indivíduos". Uma "ética" própria das "instituições modernas".

As *intendências*⁷, por outro lado, ainda que fazendo parte da estrutura de uma "instituição moderna", parecem estar

6. A única secretaria que não está definida em função de uma área temática e sim de um local é a Secretaria Regional do Continente. Este é um dado bastante sugestivo pois o *Continente* não possui características, do ponto de vista administrativo, que justifique esta diferenciação. Sua localização é bastante próxima da sede da prefeitura e das demais secretarias, havendo na *Ilha* localidades bem mais distantes. Esta região, como qualquer outra da *Ilha*, é atendida pelas demais secretarias, setorizada em suas diversas áreas. Suponho que a centralidade que a *Ilha* exerce no município, e que exerceu ao longo da história - somente em 1944 é que a parte continental foi anexada ao município-, faz com que o *Continente* carregue o estigma de "agregado". Possivelmente, levando isto em conta, as administrações criaram e mantêm uma secretaria do continente como um artifício burocrático que estabelece uma aparente prioridade.

7. Para a administração local, a *Ilha* está dividida em 10 distritos, nos quais se distribuem as *intendências*. Estes distritos, conforme Beck (1979), correspondem às antigas *freguesias* que aqui foram implantadas pela colonização portuguesa. Os distritos de Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Canasvieiras, Lagoa da Conceição e Ribeirão da Ilha, tiveram sua origem na colonização açoriana. Os demais - Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Pântano do Sul e Ratores - no final do século XIX, já haviam se tornado *freguesias*. Além destes, há também o distrito correspondente a primeira *freguesia* da *Ilha*, o povoado de Nossa Senhora do Desterro, que hoje, ampliado pela parte continental do município, forma o distrito sede (*centro e continente*). Além das *intendências* correspondentes a cada um destes distritos há também as *intendências* de: Jurerê (no distrito de Canasvieiras); Campeche e Rio Tavares (no distrito de Lagoa da Conceição); e Ponta das Canas e Vargem Grande (no distrito de Cachoeira do Bom Jesus). O distrito sede não possui *intendência*. Adotei aqui a lista de *intendências* que me foi fornecida pela Assessoria de Informática da prefeitura e que trazia ao lado do nome da *intendência* o nome do respectivo *intendente*. Em outra lista, fornecida pela secretaria de administração, aparecem duas novas *intendências*: Armação e

longe desta "ética burocrática". Ao contrário das secretarias, estão instituídas sobre relações pessoais e sobre valores como "confiança", "reconhecimento" e "poder de influência". O *intendente*, por exemplo, é escolhido pelo prefeito entre os moradores da localidade. Não existe, a priori, nenhum critério que qualifique um possível *intendente*. A sua escolha depende geralmente da "confiança" nele depositada e de sua capacidade de "influência". O morador escolhido torna-se um funcionário da prefeitura, contratado e remunerado por tempo indeterminado, ocupando a mesma categoria dos chamados "cargos políticos" ou "cargos de confiança".

O tempo de permanência de um *intendente* no cargo, depende de sua capacidade de influir junto ao povoado que representa, devendo este reconhecê-lo como *liderança* local. A contra-partida está em sua capacidade de influência junto à prefeitura na resolução dos problemas do povoado. Deste fluxo, depende o funcionamento das *intendências*. Por um lado, o *intendente* é um funcionário da prefeitura, "familiarizado" com seu funcionamento e "pessoa" de confiança do prefeito. Por outro, é membro da localidade, morador que conhece seus problemas e suas relações de poder. Por ser reconhecido nos dois meios - prefeitura e povoado -, tende a estabelecer entre eles, relações de proximidade, a partir de relações pessoais. A ética que permeia estas relações é a "ética hierárquica" ou "tradicional".

Caiera da Barra do Sul; e não aparecem as de Jurerê, Rio Tavares, Vargem Grande e Ponta das Canas. Pude observar que o número de *intendências* é um dado que varia de uma secretaria para outra, sabendo dele com precisão, talvez, apenas o prefeito, que é quem escolhe e fala diretamente com cada *intendentes*.

As *intendências* estão diretamente subordinadas ao gabinete do prefeito, mantendo com ele uma relação direta no que se refere à liberação de verbas, obras e serviços. Através do *intendente*, os moradores de uma determinada localidade podem conseguir benefícios junto à prefeitura com maior facilidade do que se tivessem que procurar uma "secretaria" específica. "Secretarias" e *intendências* são recursos utilizados pelos mesmos moradores, porém de forma diferenciada. Enquanto as "secretarias" atuam de forma fragmentada - uma hora sobre a saúde, outra sobre o esgoto -, tratando de partes do corpo ou da vida dos habitantes do município; as *intendências* atuam sobre vizinhos, amigos, parentes, compadres, que compartilham de situações e necessidades parecidas e reconhecidas por aquele a quem estas "pessoas" procuram, o *intendente*.

IV.2 - Relações de hierarquia e apadrinhamento

Para estabelecer um contraste com as *intendências*, interessou-me até o momento, falar da estrutura formal das "secretarias", onde predomina o tratamento impessoal e as leis universalizantes. No entanto, este é um dos aspectos das "secretarias". O outro, já conhecido dos estudos de antropologia, é que a estrutura burocrática das administrações públicas, como tão bem mostra Da Matta (1990), apesar da predominância de uma "ética burocrática", é constantemente assediada pela "ética hierárquica", que transforma os "indivíduos" em "pessoas", concedendo-lhes atalhos, facilidades e favores que os diferenciam dos demais.

A prefeitura local não foge à regra, ou melhor, a constante necessidade de rompê-la. Conforme citei no capítulo 1, na tabela referente à distribuição da "População Economicamente Ativa no município entre 1970 e 1980", o setor que mais absorveu mão-de-obra foi o de serviços, com significativa relevância no número de empregados na administração pública⁸. Existe assim uma grande quantidade de pessoas direta ou indiretamente envolvidas com o serviço público. Seja porque nele estão empregadas, seja porque possuem pais, tios, primos ou amigos nele trabalhando. A relação destas pessoas com a prefeitura, geralmente, não se dá apenas enquanto "usuárias" ou "contribuintes", à medida que tem para com ela, certa familiaridade, utilizando-se de outros recursos que não apenas aqueles estabelecidos formalmente, para a "população" em geral.

Tal como em outros locais do Brasil, a tentativa de estabelecer formas de manter uma "ética burocrática" na administração pública local tem sofrido uma intermitente resistência daqueles que se recusam a ser tratados como "indivíduos". Da Matta (1990), diz ser este o dilema da sociedade brasileira que vive a meio caminho entre a igualdade e a hierarquia. No Brasil como nas sociedades mediterrâneas, de um lado é a lei universal e igual para todos que conta, "o sujeito é o indivíduo", de outro lado, existe a exigência de uma curvatura especial da lei para determinadas "pessoas"

8. Chamo atenção para o fato de que a administração pública municipal - assim como a estadual e a federal aqui instaladas - tem cada vez mais se utilizado do sistema de prestação de serviços como forma indireta de contratação de empregados. Sendo assim, o número de pessoas trabalhando na administração pública tende a ser ainda maior do que aquele que aparece nos dados oficiais.

(1990: 188). Temos assim duas noções operando de modo simultâneo: igualdade e hierarquia; "indivíduo" e "pessoa"⁹.

Começo a delinear então, o terceiro aspecto para o qual desejo chamar atenção: as "relações pessoais", como relações não formalizadas institucionalmente - diferentes portanto da relação estabelecida entre *intendentes* e prefeitura - porém, como elementos constituintes fundamentais de todo o funcionamento institucional. Falo aqui, além das relações de proximidade e familiaridade, dadas pelo fato de se estar trabalhando no "serviço público", ou de aí se ter algum parente ou amigo, de outras relações que permeiam a estrutura administrativa e que tendem a ser mais permanentes. São as relações de apadrinhamento (Woortmann, 1990) estabelecidas aqui entre "pessoas" de condições sociais hierarquicamente diferenciadas, envolvendo dívidas permanentes de favores e compromissos. É uma espécie de "compadrio vertical", onde a relação entre *padrinho* e *afilhado* prevalece sobre a simetria do compadrio¹⁰. A meu ver, este tipo de relação é fundamental para entender os processos que envolvem os moradores da *Ilha*, suas formas de organização política e a administração pública. Assim como, para entender a permanência de formas de

9. Da Matta mostra que no caso brasileiro as relações pessoais são "valores estruturais do sistema" e não apenas sobrevivências do passado, daí porque as noções de "indivíduo" e "pessoa" são, segundo ele, fundamentais para a sociologia brasileira (p. 203).

10. Inspiro-me aqui na leitura de Klaas Woortmann, em seu texto "Com Parente Não se Neguceia" (1990), que fala da relação *padrinho-afilhado* como forma de estabelecer relações de reciprocidade. No caso descrito por Woortmann, na "ética camponesa", esta relação se estabelece de forma horizontal, através do compadrio, onde duas famílias ou dois grupos passam a estabelecer uma relação de reciprocidade direta (p. 30-33). Para o caso que descrevo, no entanto, a relação se dá de forma verticalizada, prevalecendo a relação *padrinho-afilhado*, numa espécie de dívida nunca saldada. Prevalece assim a figura do *padrinho* (sobre o *afilhado*), que é inclusive o termo usado por meus entrevistado.

administração tradicionais originadas no processo de colonização açoriana da *Ilha* ¹¹.

A prefeitura municipal de *Florianópolis*, só há bem pouco tempo (menos de 10 anos), passou a realizar concurso público para a admissão de novos funcionários, até então a contratação de empregados se dava através da mediação de vereadores, *intendentes*, *cabos eleitorais*, e do próprio prefeito. Desta forma, a maioria do "quadro funcional" da prefeitura obteve seu emprego, por intermédio destes mediadores, para com quem tem - se não individualmente mas, sua família - uma dívida que dificilmente conseguirão pagar, procurando remediá-la das mais diversas formas.

Estes mediadores, chamados pelos ilhéus de *padrinhos*, aparecem para seus favorecidos, como homens bons, aos quais se deve respeito. A retribuição dos favores, através do voto, do trabalho nas campanhas políticas, da concessão de facilidades, abre a possibilidade de outras benfeitorias para os demais membros da família. Com o tempo, à medida que esta relação se torna constante, surgem também outras manifestações de gratidão, que são, ao mesmo tempo, formas de garantir a continuidade da reciprocidade, aumentando o compromisso do benfeitor e tornando a relação cada vez mais permanente. Uma manifestação bastante comum é a de convidar os benfeitores

11. Chamo atenção para o fato, e Da Matta trabalha neste sentido, que possivelmente estas considerações servem também para as administrações públicas estadual e federal, ainda que aqui eu esteja me atendo apenas a administração municipal. Além disto cabe registrar que, possivelmente, com a implantação dos mecanismos de concurso público, as relações de apadrinhamento devem, a longo prazo, sofrer alterações significativas.

para serem *padrinhos* de batismo dos filhos e netos, assim como de casamentos e outras manifestações culturais e religiosas¹².

A forma como cada mediador negocia com seus favorecidos é diferenciada, assim como sua capacidade de influência junto à prefeitura. Os vereadores, por exemplo, dependem geralmente da relação do partido político que representam com os partidos que estão compondo a administração. Mas, dependem também, do seu "poder de barganha", ou seja, daquilo que tem a oferecer para os administradores e do que querem em troca. Neste segundo caso podem predominar também as "relações pessoais", sobre as "relações partidárias" formais. No caso dos *intendentes*, como já falei, existe uma relação de negociação e reciprocidade já instituídas na própria estrutura da prefeitura.

O *cabo eleitoral*, por sua vez, se parece muito com a figura do *intendente*, pois ele é a pessoa que faz a mediação entre o candidato (a vereador, prefeito, deputado etc), e seus possíveis eleitores, atuando geralmente em seu próprio bairro e usando de seu poder de influência para, junto aos seus vizinhos e amigos, conseguir votos em troca de favores do candidato. O "pagamento" de seus serviços pode se dar tanto através de dinheiro como de favores, empregos, melhorias para o bairro ou de muitas outras formas. Os *cabos eleitorais* mais tradicionais, continuam com suas funções mesmo depois de seu candidato ter sido eleito, procurando então influenciá-lo para

12. Na *Ilha* é comum o convite de pessoas que ocupam cargos públicos para serem "patronos" e "paraninfos" - que são os *padrinhos* de solenidades - de turmas escolares em solenidades de formatura. No convite, já está implícito que o escolhido terá como compromisso ajudar nas festas de formatura seja com dinheiro seja facilitando o acesso a clubes de festa, bandas de música ou mesmo a passeios e viagens.

obter os favores e as promessas feitas durante a campanha. Desta forma, não só o *cabo eleitoral* fortalece seu candidato, como também o inverso acontece e a troca do voto pelo favor, se realiza. A relação de apadrinhamento, neste caso, pode se dar tanto com o *cabo eleitoral* como com o próprio candidato, dependendo de sua maior ou menor proximidade.

É possível visualizar então, como disse Da Matta (1990: 156), uma "estrutura social onde a hierarquia parece estar baseada na intimidade social", onde mesmo as relações que começam marcadas pelo eixo econômico, logo adquirem uma tonalidade pessoal e valores como a intimidade, a consideração, o favor, o respeito e categorias éticas e estéticas como limpo, bem apessoado, sagaz, bom e outras, "possibilitam uma hierarquização contínua e múltipla de todas as posições do sistema". As relações de apadrinhamento parecem demonstrar o peso desta estrutura e a complexidade de seu funcionamento.

"... uma estrutura social onde as classes sociais também se comunicam por meio de um sistema de relações entrecortadas (cf. Gluckman, 1965) que, provavelmente termina por inibir parcialmente os conflitos e os sistemas de diferenciação social e político fundado na dimensão econômica do sistema " ... (Da Matta: 156)

IV.3 - O outro do Estado: população e movimentos

Até agora precepei-me em mostrar um pouco da complexa diversidade com que a administração se relaciona com a "população". Relação que utiliza mecanismos diversos que extrapolam as estruturas formais estabelecidas, permeando-as com as redes de sociabilidade experimentadas pela sociedade

mais ampla. É preciso no entanto, olhar com mais cuidado o que venho chamando até aqui de "população". É preciso agora tirar este (ou estes) outro da administração do conceito homogeneizador e atribuir-lhe a diversidade que lhe é própria.

A "população", enquanto um conjunto de "indivíduos", dotados de "necessidades" e "vontades" iguais, aparece nos relatórios, estatísticas, pesquisas e projetos da prefeitura. Ela existe enquanto tentativa de unificar a diversidade relacional sobre a qual a administração se constrói enquanto tal¹³. Lembro aqui que no decorrer deste trabalho procurei apresentar a "população" de forma diversificada. No primeiro capítulo pude detalhar algumas das diferenças sócio-culturais dos "indivíduos" que moram na cidade. Diferenças que envolvem vontades e posicionamentos bastante conflitivos. No segundo capítulo, no caso da ocupação, detalhei uma série de grupos com características também significativamente diferentes e de interesses contrapostos.

Cabe lembrar que a própria administração, enquanto conjunto de *técnicos* e "funcionários" é formada pelos mesmos "indivíduos" que, em situações diferenciadas, são enquadrados, e se enquadram, na categoria de "população", como no exemplo dos *técnicos* do IPUF (cuja referência aparece no terceiro capítulo) que transitavam, conforme a situação, entre a

13. Foucault (1979: 277-293), em seu texto "A Governamentabilidade", procura mostrar como surgiu historicamente o "problema da população" e o que conduziu a "questão do governo". Para o autor é a introdução da economia, enquanto saber ao nível da realidade, assumida no seu sentido moderno, que terá um papel essencial nas novas concepções sobre a "arte de governar". Através da economia isolada enquanto nível da realidade, e da estatística como saber teórico, isolaram-se os "problemas específicos da população". Esta, por sua vez, passa a ser olhada como tendo regularidades, características e fenômenos próprios, irreduzíveis a família, antigo modelo de governo que, ao desaparecer enquanto modelo, reaparece como elemento no interior da população e instrumento privilegiado para o governo.

identificação com a administração e a identificação com grupos específicos da "população". Os demais moradores da cidade, para estabelecerem relações com a administração, também transitam entre as mais diversas identidades que possuem, negociando a melhor situação para "usar" cada uma delas, assim como o menor "custo" (Da Matta, 1976).

Como diz Goodenough (1965), cada indivíduo tem a sua disposição um número diferente de identidades sociais que assume em cada interação, passando a ter também, para cada uma delas, um conjunto de atribuições variadas, chamadas por ele de uma "coleção de direitos e deveres"¹⁴. Assim as identidades sociais são selecionadas num processo complexo, que envolve diversas possibilidades e critérios tais como: sexo, idade, contextos específicos e a contra posição a outras identidades. É possível visualizar a partir daí um processo dinâmico de seleção/constituição de identidades sociais múltiplas e relacionais¹⁵.

Até agora, neste capítulo, falei de duas formas através das quais a "população" procura a administração que,

14. Goodenough (1965), procura através do exame dos conceitos de "status" e "papel" trabalhar o método de descrição etnográfica. Para isto utiliza o conceito de status de Ralph Linton (1936) definido como posições polares dentro de padrões de comportamento recíprocos, onde uma posição polar consiste de uma coleção de direitos e deveres e o "papel" é o aspecto dinâmico do "status". Passa a tratar então status unicamente como combinação de direitos e deveres, enfatiza sua autonomia conceitual a partir das "posições sociais num sentido categórico para referir mais tarde como identidades sociais" (p. 2). Os direitos e deveres servem para definir limites dentro dos quais se espera que as partes das relações sociais confinem seu comportamento.

15. Ao discutir o texto de Goodenough, Da Matta (1976), chama atenção para outros aspectos a partir dos problemas que surgem quando as regras de seleção de identidade não são seguidas. Saliencia então o problema do "custo" de certas identidades sociais:

"Existem, assim, custos sociais que se expressam em vantagens e desvantagens palpáveis tanto nos conjuntos de identidades "normais" e positivas, quanto naquelas vistas como negativas ou estigmatizantes." (p. 36)

simplificadamente falando, seria: enquanto "indivíduos", em busca das "secretarias", "departamentos" e "sub-departamentos" e enquanto "pessoas", em busca de parentes, amigos, cabos eleitorais, intendentes, padrinhos. Uma outra forma, caracterizada pela contestação destas duas, é a procura da administração por parte de "grupos de indivíduos", que reivindicam um tratamento diferenciado, ou seja, ser tratados enquanto "pessoas". Eles não só formam um coletivo, como representam um coletivo mais amplo, e é em nome deste coletivo que reivindicam uma distinção. Não buscam uma "mediação", pois se constituem eles mesmos nos mediadores, aqueles que falam em nome da "população".

Trata-se aqui, especificamente do movimento popular/comunitário, sobre o qual, a partir de alguns de seus grupos, fiz referência no segundo capítulo. São grupos que se reúnem com o objetivo de negociar com a prefeitura reivindicações para suas localidades (como as associações de moradores) ou para determinados setores da "população" (como os ocupantes, por exemplo). Estes grupos, como procuro demonstrar, na sua relação com a administração, tendem a recorrer a muitos dos mecanismos das relações entre administração e "indivíduos" ou "pessoas". No entanto, sua particularidade está justamente na tentativa de se contrapor a estes dois tipos de relação, na forma como tradicionalmente vem sendo mantidos, instituindo-se como novos interlocutores da "população".

Estes novos interlocutores procuram no caráter coletivo, não homogeneizador (são moradores de um determinado bairro, pobres de um determinado grupo), no pertencimento ao

grupo e a condição vivida por ele (fazem parte do grupo que representam e vivem nas mesmas condições que ele) e na "pureza" de seus interesses (dizem não haver entre eles interesses "partidários", "pessoais", ou qualquer outro, mas unicamente os interesses do grupo a que representam) o reconhecimento da legitimidade de sua representação. Desta forma querem ser reconhecidos como os "verdadeiros" interlocutores da administração na relação com a "população", agora diferenciada, em grupos, localidades, diferenças sociais, econômicas e culturais. Saem da categoria genérica e atitude "individualizada" e identificam-se diante da administração.

De um lado estes grupos recusaram ser tratados como "indivíduos", não se submetendo ao anonimato do trâmite burocrático pelo qual passam os pedidos da "população", por outro recusaram também os canais formais e informais instituídos a partir das relações pessoais. Não concordam com o "jeitinho", variante cordial do "você sabe com quem está falando?" (Da Matta 1990: 195), e de outras variantes que permitem "pular a lei" ou fazê-la ser cumprida (p. 6). É preciso no entanto, chamar a atenção desde já, para o fato de que esta recusa, envolve também a incorporação dos mecanismos recusados, olhados agora sob um novo significado. É a compreensão desta dinâmica que possibilita olhar a relação entre administração e movimentos de forma mais complexa. Não super valorizando um dos pólos da relação em detrimento do outro. Não tornando um "estático" para mostrar a mobilidade do outro.

Uma categoria nativa, muito usada também como conceito explicativo nos estudos sobre movimentos sociais, que me ajudou na percepção da complexidade das relações entre movimentos e administração foi a categoria *autonomia*¹⁶. Esta categoria é utilizada não só para definir as relações com a administração, como também para definir as diferenciações internas do movimento (tendo como referência esta relação) e a relação com outros grupos que disputam, com o movimento, a legitimidade da representação, como a exemplo dos partidos políticos. A forma como esta categoria é usada por meus entrevistados será trabalhada no capítulo seguinte. Cabe no entanto, algumas considerações de como a categoria *autonomia* surgiu no meio acadêmico, no contexto dos estudos das relações entre administrações públicas e movimentos sociais.

Um dos textos freqüentemente citados nos estudos sobre movimentos sociais e que, a meu ver, permanece bastante atualizado em suas considerações, é o texto "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico" (Cardoso, 1983). Neste texto Cardoso faz uma revisão da forma como vinham sendo estudados

16. O uso da categoria nativa *autonomia* pode ser observada também, nos depoimentos de alguns dos mesmos grupos que estudei, nos trabalhos de Luchmann (1991) e Canella (1992). Da mesma forma, estes dois autores, utilizam esta categoria como conceito cultivo, explicativo das diferenciações internas dos movimentos ou *entidades* estudados. O uso desta categoria com caráter explicativo no entanto, encontra suas dificuldades à medida que seus múltiplos significados nativos acabam não sendo explicitados. Luchmann (p. 48-56), por exemplo, ao discutir o processo de formação da primeira diretoria da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, UFECO, separa os integrantes da diretoria em duas tendências, "independentes" e "conservadores". A *autonomia* dos primeiros estava relacionada ao fato de seus integrantes não estarem vinculados a partidos que ocupavam instância administrativa (municipal, estadual ou federal), não estando portanto vinculados aos mecanismos "clientelistas" de fazer política. Este critério, no entanto, vai mudar quando, explica a "autonomia" da UFECO, num momento posterior, quando ela estabelece sua sede numa sala da Secretaria do Trabalho do Governo do Estado, possuindo também uma funcionária cedida pelo mesmo. Conforme Luchmann, neste caso, o que parece garantir a *autonomia* é a oposição entre governo estadual (do PMDB) e governo municipal (do PDS e PFL).

os movimentos sociais e chama atenção para várias questões que precisariam ser melhor trabalhadas¹⁷. Conforme esta autora, na década de 70, as surpresas do surgimento "espontâneo" de "novas organizações populares", num processo posterior ao golpe de 1964, leva a uma rediscussão das teorias sobre os movimentos sociais urbanos, revisão que tem como referência os estudos sobre o "populismo", período anterior ao "autoritário". Isto vai levar a uma grande valorização do conceito de *autonomia*, enquanto categoria explicativa que procurava mostrar a distância entre estes "novos" movimentos e os movimentos do período populista. Ressalto que o período populista era identificado pela "personificação" do "Estado" e das diversas formas de representação política. As relações eram identificadas e marcadas pelas relações pessoais, pelo "carisma" de determinados nomes e pelo "controle" do "Estado" sobre a "população".

Na tese de doutorado de Éder Sader (1988) sobre o "surgimento" dos "novos movimentos sociais", elaborada já no final da década de 80, o autor enfatiza que é a partir desta década que os pequenos atos, antes considerados "sinais de imaturidade política", começam a ser olhados como "expressão de resistência, de autonomia e criatividade", o que, segundo este autor, representava uma "crise nos referenciais políticos

17. Para Cardoso, os estudos realizados na América Latina, inspirados em autores das "sociedades desenvolvidas" como Castells, Borja e Lojkin, vão desconsiderar progressivamente a "análise específica das funções do Estado, permanecendo apenas com seu caráter disciplinar e autoritário, como pano de fundo onde se projetam as análises concretas" (p. 218)..., "o Estado aparece pobre, apenas como inimigo autoritário ou mira contra a qual se movia a sociedade civil [esta sim] diversificada, conflitiva, dinâmica e espontânea" (p. 220). Chamo atenção para o fato de que a autora, como muitos estudos sobre movimentos sociais, faz referência a administração sob o nome de "Estado" incorporando aí os significados da teoria política. Para diferenciar este uso da categoria nativa (*Estado*), uso-o entre aspas e sem itálico ("Estado").

e analíticos que balizavam as representações sociais sobre o estado e a sociedade em nosso país" (p. 32). Citando Francisco Wefort, diz que foi neste momento que o "terror do Estado" deriva a elaboração da "sociedade civil", engendrando-a (quando parecia pequena), inventando-a (quando não existia). Dizia ele que era uma alteração do próprio modo de elaborar as questões políticas, uma alteração que se dava tanto nos movimentos sociais, como na produção intelectual universitária.

Em sua busca dos "novos movimentos sociais" Sader apresentou um profundo trabalho de pesquisa e de envolvimento, conseguindo mostrar como poucos a grande diversidade de formas com que a "população" daquele período relacionou-se com as administrações públicas. Ele atende também a crítica feita por Cardoso (1983), sobre os estudos anteriores que teriam constantemente deixado de lado as interferências externas aos grupos, como a Igreja, os profissionais liberais, e as instituições que auxiliavam na mobilização e divulgação das manifestações (p. 230)¹⁸. Sader (1988), ao trabalhar com as "matrizes discursivas" da teologia da libertação, do marxismo e do novo sindicalismo, busca este diálogo até então recusado e efetivamente o encontra.

No entanto, talvez por trazer tão presente a idéia/valor da *autonomia* como caráter diferenciador destes "novos personagens", Sader, de certa forma, parece resistir em aprofundar o diálogo com a administração, ainda que traga

18. Neste sentido, também Jacob (1987), fazendo um balanço dos estudos sobre movimentos sociais, já no final da década de 80, ainda chama atenção para uma super valorização do caráter "espontâneo" das manifestações estudadas.

elementos bastante ricos para isto, como o caso do grupo de médicos sanitaristas, inseridos no movimento da saúde da periferia leste de São Paulo e o dilema dos conselhos de saúde, aos quais dedica apenas algumas páginas (p. 261-77). Esta mesma "dificuldade", encontrada por Sader, parece ter sido freqüente nas pesquisas sobre movimentos sociais, onde os pesquisadores efetivamente envolvidos pelo momento vivido por seus "sujeitos" de pesquisa, tomaram como seu, o "outro" de seus entrevistados, colocando-o distante, com seus "perigos" e sob pouca visibilidade.

Como a "população" havia sido homogeneizada pelos administradores, constituindo-se o "outro" com o qual a administração se relaciona, os movimentos sociais homogeneizaram a administração sob o nome de *Estado*, atribuindo-lhe características específicas e vontade própria. Estabeleceram suas diferenças para com ele, identificando-se contra ele. Os estudos sobre movimentos sociais acabaram incorporando esta "outrificação" da administração, na figura do *Estado*, assumindo-o em bloco, com diferenciações que acabavam reforçando sua homogeneidade: "populista", "autoritário", "democrático". A *autonomia*, estabelecida inicialmente como um elemento diferenciador interno dos próprios movimentos, múltiplo em seus significados, perde sua multiplicidade, no mundo cultivado, assumindo apenas o significado da total "separação" do *Estado*.

A discussão sobre a *autonomia*, começa a tomar um outro rumo quando as relações entre administrações e movimentos, no plano formal, tornam-se mais próximas, ou seja, quando o apelo à "participação popular", começa a encontrar

eco na burocracia estatal (Cardoso, 1988). Este é também o momento em que os movimentos sociais se constituem como interlocutores que dialogam em nome da "população". Sua proximidade com o *Estado*, agora formado por muitos dos antigos contestadores, colocam novas questões a cerca do tema da *autonomia* e, mais amplamente, das "perigosas" relações entre administração e movimentos sociais.

CAPÍTULO V

A CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS INTERLOCUTORES

O período em que surgiu o maior número de associações de moradores e grupos de contestação da administração municipal na cidade foi a década de 80. Foi também neste período que as associações, grupos e suas redes de articulação se constituíram como novos interlocutores da administração. O movimento popular/comunitário, nome que dei até agora a este conjunto de interlocutores, tem aí suas histórias e a maior parte das explicações e "justificativas" para suas divisões e para a forma como se relacionam com a administração. Nestas histórias pode-se encontrar também a relatividade da *autonomia*, e a importância desta categoria no processo de constituição e diferenciação dos grupos.

Alguns dos conflitos e concepções sobre os quais falei no segundo capítulo, quando narrei os acontecimentos da *ocupação organizada*, são aqui retomados e reconstruídos a partir das histórias contadas por seus "atores". Da mesma forma, as "perigosas" e constantes relações entre movimento e administração, e a tensão entre a "ética igualitária" e a "ética hierárquica" estão presentes nestas histórias. No entanto, falar sobre coisas até hoje polêmicas, cisões e "relações perigosas", apenas através de uma única voz é, no mínimo, muito empobrecedor. A multiplicidade, ainda que assumida sob uma autoria, deve permanecer, sob pena de não se conseguir resgatar das histórias, o conflito (as forças que se

debateram), mas apenas o seu resultado (a força que se sobrepos)¹.

Por outro lado, não é possível dar conta de todas as "vozes" envolvidas num acontecimento, ainda que muitas sejam identificadas com precisão. Nos limites da pesquisa as "vozes" que ficam de fora são muitas. Neste sentido, procurei, na medida do possível, fazer referência ao conjunto dos envolvidos que tive conhecimento, fazendo-os aparecer em algum momento, ainda que em seu silêncio, em sua ausência. Em meu texto, procurei fazer com que outros "textos" também falassem. Transcrevi partes de outras falas, de outros comentários, de outras interpretações. Não busquei uma unidade, ou o que havia de comum entre eles, procurei manter suas discordâncias, suas lacunas. Mas falei também sobre mim, fornecendo pistas não só sobre as possíveis "armadilhas do método" (Cardoso, 1986), como também sobre as "armadilhas" próprias da autora.

As entrevistas que serviram de referência para a elaboração deste capítulo e do seguinte, foram coletadas entre maio e dezembro de 1990, sobre elas cabe dizer algumas palavras. Uma primeira especificidade de meus entrevistados é o fato de serem todos *lideranças* do movimento popular/comunitário, ou seja, pessoas que representam os

1. Ao falar do "método genealógico", Foucault (1979: 15-8), descreve uma espécie de "pesquisa do conflito", opondo a ela o que chama de "pesquisa de origem". Sobre esta última, diz ele:

"A pesquisa de origem se esforça para recolher nela (origem) a essência exata das coisas, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo." No entanto, diz ele, o que se encontra no começo das coisas, "é a discórdia entre as coisas, é o disparate".

Fica faltando porém, nestas observações de Foucault, olhar o próprio "genealogista", aquele que faz a "pesquisa do conflito", como alguém permeado por outros conflitos que, com certeza, assumido em sua autoria, orienta a multiplicidade que quer fazer ver.

diversos grupos do movimento. O termo *lideranças* foi constantemente usado por meus entrevistados e se refere àqueles que, entre outras coisas, coordenam as reuniões, assumem os cargos de presidência nas associações de moradores, participam de reuniões fora do grupo (representando-o), falam nos meios de comunicação e contam a história do seu grupo estruturando-a e analisando-a de uma forma particular, recorrendo a uma "memória" que vai além de sua própria experiência no grupo, falando inclusive sobre fatos que não presenciaram, contando-os em detalhes, como se lá estivessem².

Alguns dos participantes do movimento acreditam que as *lideranças* sabem mais que os outros, o que lhes permitiria "liderar", "orientar" e "coordenar" o grupo. Além disto, a *liderança* seria olhada como alguém que se "sacrifica" pelo grupo, trabalhando para resolver o problema dos outros e não apenas o seu. Nestas concepções, os demais participantes do movimento são chamados de *base*. Na *base*, a participação nas atividades seria motivada pelos problemas imediatos e este seria o limite da visão sobre o movimento, ela não teria

2. Num contexto de pesquisa bastante diferente, Caldeira (1984: 149-280), ao trabalhar com um grupo de moradores de uma localidade da "periferia" de São Paulo, encontra diferentes concepções sobre a política e os governantes a partir da distinção de seus entrevistados em relação ao sexo, a idade, e a história de participação política. Um tipo de concepção, que em algumas de suas características, principalmente na forma de recontar a história, se assemelha às *lideranças* que entrevistei, são aquelas referentes ao "grupo 1", assim denominado por Caldeira. O "grupo 1", formado por cabos eleitorais e pessoas mais velhas - neste sentido diferentes de meus entrevistados -, possui uma experiência que os particulariza em relação aos demais:

"o fato de terem aprendido uma noção de cidadania e vivido uma forma de participação política permite que dêem às informações que recolhem da realidade um certo tipo de estruturação que os outros, por não terem esta noção e esta experiência a explicam e ordenam de outra maneira. Ou melhor, estes não explicam muitos dos acontecimentos políticos, limitam-se a descrevê-los" (p. 246)

As *lideranças*, da mesma forma, possuem uma experiência no movimento que as distingue dos demais, particularizando sua forma de ver e contar os acontecimentos vividos, ou por ela conhecidos.

consciência dos "verdadeiros" problemas. Este tipo de concepção, ainda que tenha prevalecido nas entrevistas que fiz, não é a única forma de olhar as relações entre representantes e representados dentro do movimento popular³.

A crença de que as *lideranças* detêm um poder especial que as tornam superiores, encontra sustentação na própria experiência vivida por estas pessoas no movimento e que, efetivamente, as diferenciam dos demais. A experiência não as torna contudo, superiores ou inferiores, nem tão pouco torna suas falas mais "verdadeiras" que as outras, esta classificação fica por conta daqueles que com elas se relacionam. Neste sentido, uma pesquisa realizada apenas com *lideranças* se diferencia de outra que tenha se realizado com o conjunto dos participantes de determinado grupo ou movimento, pois elas são pessoas que possuem uma forma particular de relação com o movimento. Estas características, no caso da pesquisa que realizei, delineiam não só alguns dos limites da análise como os aspectos que foram privilegiados. Escolhi *lideranças*, justamente pela sua capacidade de "guardar" o conjunto da história dos grupos que participam, por estarem presentes na maioria dos momentos de negociação e confronto com a prefeitura e com os demais grupos do movimento e por terem sido pessoas que constituíram sua própria identidade - ou pelo menos algumas delas, como diria Goodenough (1965) - no

3. A contestação da divisão hierárquica entre *lideranças* e *bases*, tem sua inspiração nas teorias anarquistas, ou *libertárias*, como são também chamadas. Em sua contestação atribuem ao modelo que separa e hierarquiza *lideranças* e *bases*, o título de "autoritário". Como este último (modelo "autoritário") em vários casos possui inspiração marxista, algumas das discussões sobre o assunto, parecem reproduzir as polêmicas entre marxistas e anarquistas do século XVIII. Tive oportunidade de acompanhar esta polêmica em algumas reuniões, geralmente quando era preciso definir a forma como seria estabelecido algum processo decisório, ou quando alguma decisão era tomada sem que algum interessado fosse consultado.

processo de constituição dos grupos do movimento e suas relações.

A escolha das *lideranças*, como qualquer outra, descortina suas próprias possibilidades e encontra-se com seus próprios limites. As histórias sobre o movimento popular/comunitário na década de 80, me foram sendo contadas a partir de lembranças, se constituindo num olhar para o passado, procurando lembrar e recontar experiências da vida de alguns grupos e pessoas daquele período. Um olhar que, situado na segunda metade do ano de 1990, estabelece uma coerência explicativa sobre acontecimentos passados, a partir da seleção de outros acontecimentos que a eles se sucederam e, principalmente, a partir do olhar que a vivência da história contada e que o momento presente lhes possibilita.

Esta "coerência explicativa" possivelmente foi ainda mais reforçada pelo fato de que são justamente as *lideranças* que, ao representarem seus grupos, estão constantemente recontando sua história junto a outros grupos, às instituições públicas, à imprensa etc. Em função disto, estas pessoas não só concentram a história das negociações, conflitos, vitórias e derrotas do grupo, como também estão constantemente elaborando o seu discurso a cerca do movimento e selecionando acontecimentos e opiniões a serem emitidos de acordo com o outro com o qual se relacionam, seja este outro a prefeitura, a imprensa ou a pesquisadora. Neste sentido minha preocupação foi a de buscar entender primeiro cada entrevista e o que ela queria dizer sobre cada coisa, depois cruzar as várias

histórias, perceber suas contradições, suas lacunas e suas diferenças⁴.

No decorrer do texto, não procurei estabelecer uma versão única a partir destas histórias, nem tão pouco, eliminar seus antagonismos e contra-sensos, ou responder suas lacunas. Ao contrário eles são a matéria-prima para a análise. É desta forma que procuro resguardar a multiplicidade das vozes que falam sobre os acontecimentos, estabelecendo não uma versão sobre a "origem" dos grupos que vieram a formar o movimento popular/comunitário mas, várias versões. Das dez entrevistas que fiz junto às *lideranças*, selecionei quatro para trabalhar de forma mais detalhada servindo cada uma como referência para as opiniões dos grupos dos quais participam. Sobre estas *lideranças*, especificamente, falei da trajetória pessoal que as levaram a se encontrar numa *articulação de entidades* em 1985, representando cada uma, respectivamente, seu grupo. A partir daí procuro falar dos grupos, sempre que possível, com referências dadas pelo depoimento das quatro *lideranças*, reforçados pelo conjunto dos depoimentos dos demais entrevistados. A identificação do depoimento, ainda que sob nome fictício, procura justamente a diferenciação das falas, a partir das posições em que estiveram cada uma das *lideranças*, e da relação destas falas e posições com sua

4. O roteiro de entrevistas utilizado buscou apenas motivar a fala dos entrevistados, primeiro na história pessoal de cada um, depois na história do grupo do qual ele fazia parte e, por fim, na história de determinados acontecimentos e períodos específicos que não houvessem sido referenciados. As entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, tendo aproximadamente duas horas cada uma. Num primeiro momento procurei construir uma espécie de perfil de cada entrevista, procurando entender cada uma, em seus ditos e contra ditos, o que e sobre o que falava. Num segundo momento procurei os contrastes entre as várias entrevistas, por fim, o cruzamento de períodos e acontecimentos específicos, suas semelhanças e diferenças.

própria história. As outras entrevistas me ajudam a compor cada história, compreender algumas das posições e conflitos e fornecer uma quantidade mais significativa de referências com as quais eu pudesse trabalhar.

V.1 - Quatro caminhos, quatro histórias

V.1.1 - Pedro e os conselhos comunitários

Na época da pesquisa eu vinha acompanhando algumas reuniões do movimento popular/comunitário. Nestas reuniões selecionei vários dos entrevistados, entre eles Pedro. Pedro morava no mesmo bairro que eu, o que me possibilitaria acompanhá-lo em algumas de suas "atuações" locais. Na época da entrevista ele era um dos diretores da UFECO, União Florianopolitana de Entidades Comunitária. Eu já o conhecia do bairro onde morávamos. Participamos juntos de um comitê de campanha no bairro, durante o segundo turno das eleições para Presidente do Brasil, nos últimos meses de 1989. Posteriormente, parte do grupo continuou a se reunir com o objetivo de fortalecer um projeto de triagem domiciliar do lixo implantado no bairro pela administração municipal anterior. Nesta ocasião eu já havia iniciado a pesquisa e via no grupo a possibilidade de acompanhar um processo de organização local que possuía fortes vínculos com *técnicos* da administração municipal⁵. Pedro participava do grupo

5. O grupo era constituído por moradores jovens e bastante recentes no bairro, entre os quais eu me encontrava, não se identificava como uma "associação de moradores" (já havia uma no bairro), nem estava ligado a qualquer partido político, à igreja local ou à prefeitura. O

representando a associação de moradores, principal responsável no bairro pela administração do Projeto Beija-Flor, como era chamado⁶. Ele não era considerado contudo, um membro do grupo, condição por ele atribuída a mim.

Por várias vezes Pedro recorreu a este período para fazer referência a outros momentos, ou a posições que havia tomado em outras ocasiões. Ora me incluía em suas apreciações ("nós, que militamos no movimento ..."), ora me excluía ("vocês"). Algumas vezes conversei com Pedro sobre o trabalho de campo na antropologia e de como ele envolve o pesquisador, confundido-o, transformando-o. Eu tentava falar a ele sobre o "outro" e o "mesmo", na relação que estabelecia com ele enquanto pesquisadora/vizinha - e tantas outras identidades (Goodenough, 1965). Sobre este assunto, no entanto, falávamos linguagens diferentes. E, ainda que algumas "confusões" tenham sido inevitáveis, a possibilidade de observar Pedro nas reuniões do grupo de moradores e, ao mesmo tempo, a relação da associação local com o conselho comunitário, conversando e

grupo formou-se através das redes de amizade e vizinhança e durou apenas alguns meses. Seus integrantes diziam ser seu objetivo a divulgação da "separação do lixo", não se identificando porém como um "grupo ecológico", nome aliás não muito bem quisto pelo grupo. Suas reuniões eram quase sempre muito lúdicas, geralmente havia bebidas e comidas, e a organização de festas era "ponto de pauta" constante. O grupo fazia também reuniões formais com os funcionários da COMCAP (entre os quais alguns amigos que faziam parte das festas e reuniões lúdicas) e com os representantes da associação de moradores, entre os quais estavam Pedro e Sandra, sua esposa.

6. Segundo Paulino de Jesus Cardoso (1988), em 1986, a prefeitura, então administrada pelo prefeito eleito do PMDB, elegeu uma comissão formada pela FATMA (Fundação de Amparo e Tecnologia do Meio Ambiente), UFSC, COMCAP, IPUF e MEL (Movimento Ecológico Livre), para resolver problema do "deposito de resíduos sólidos", ou seja, do lixo produzido na cidade de Florianópolis. Entre as soluções encontradas estava a implantação da triagem domiciliar do lixo nos bairros da capital. Esta implantação seria feita através de um projeto, com financiamento de bancos federais e utilização de funcionários da prefeitura. O Projeto Viva Melhor, foi posteriormente rebatizado de Projeto Beija-Flor. Seu gerenciamento institucional ficou a cargo da COMCAP e a administração local sob cuidado das associações de moradores envolvidas.

consultando alguns de seus membros, foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que se refere à relativização de minhas próprias conclusões sobre as entrevistas⁷.

Meu entrevistado, como oito dos entrevistados, não nasceu na *Ilha*, mas numa cidade do "interior" do estado, e veio para Florianópolis estudar e trabalhar. Tomou contato com a "política", através de alguns grupos do movimento estudantil, por volta de 1975. No entanto, mesmo quando entrou na universidade, seu envolvimento com estes grupos era pequeno pois, segundo ele, tinha que dedicar muito tempo aos estudos. Além disto, seu envolvimento com a política deu-se também através do trabalho desenvolvido no Projeto Rondon⁸, onde manteve contato com várias "realidades diferentes" e com alguns processos de "organização comunitária". Mas o envolvimento de Pedro com o movimento popular/comunitário propriamente dito, se deu em 1979, quando Sandra, sua mulher,

7. Acredito que uma coisa que também influenciou a constante lembrança de Pedro sobre os grupos dos quais participamos no Bairro, foi que, as duas entrevistas que realizei com ele foram feitas em sua casa, conforme sua escolha. Morávamos relativamente perto e no entanto nunca havíamos nos visitado. Quando cheguei a sua casa Pedro fez questão de me mostrar as reformas que havia feito (sendo um conjunto habitacional, todas as casas do bairro eram inicialmente iguais), contar histórias sobre o local e as dificuldades que passaram quando foram morar ali. Depois de minhas entrevistas, pela primeira vez, Pedro e Sandra vieram me visitar.

8. O Projeto Rondon, era um programa de trabalho para jovens universitários promovido pelo governo federal. O programa consistia em fornecer um pequeno treinamento para os interessados e levá-los para localidades distantes e pobres, trabalhando principalmente com índios, camponeses e populações urbanas empobrecidas. Nestas localidades, os universitários prestavam assistência técnica em diversas áreas. Apesar da predominância da orientação nacionalista e positivista: "levar o desenvolvimento e o progresso para todo o Brasil", este tipo de experiência foi, para alguns jovens, o primeiro contato com as situações de pobreza e miséria existentes no interior do país, o que fez com que eles, posteriormente, se engajassem em grupos que procuravam explicar as causas desta situação e propunham a construção de uma "nova sociedade".

inicia um trabalho de orientação jurídica na Vila Maria, um bairro pobre, localizado no *Continente*.

"Primeiro tinha a questão do trabalho jurídico junto á igreja⁹. E, posteriormente também passou a ter um trabalho de acompanhamento, de organização junto aquela mesma comunidade. E com a ida de Sandra ... Nas primeiras vezes eu fui levar, depois começou a ter que fazer alguma coisa, daí fomos entrando. (...) Eu, particularmente tinha mais a visão de caridade. Era como se eles estavam precisando e eu estava ajudando. Sem a preocupação de educação das pessoas ao movimento comunitário, a convivência comunitária, depois é que a gente pegou mesmo¹⁰."

Os outros entrevistados, cada um a seu modo, e com situações bastante diferentes, também descrevem, como Pedro, um determinado momento em suas histórias pessoais que funciona como uma espécie de marco, um momento de passagem. Não é necessariamente o momento em que entram para o movimento, ainda que em alguns casos isto coincida, mas é o momento em que passam a ter uma concepção diferente sobre o movimento, as pessoas que dele participam, e sobre sua própria participação. Para Pedro, este é o momento da passagem de uma "visão de ajuda e caridade" para o "trabalho de organização". É o momento em que ele, e o trabalho do grupo que participa, se diferenciam das relações tradicionalmente estabelecidas com a

9. A Igreja Católica, chamada aqui simplesmente de igreja, através de seus trabalhos pastorais junto aos bairros pobres, foi uma das grandes mediadoras no processo de inserção de estudantes e profissionais liberais no movimento popular/comunitário, principalmente no que se refere as experiências das CEB's, Comunidades Eclesiais de Base (Sader, 1988 e Betto, 1981).

10. Nas várias entrevistas da pesquisa é comum aparecer o termo *comunidade*, designando um grupo específico de pessoas que moram num mesmo local, cujas "necessidades" e "vontades" são meios de identificação. A *comunidade* pode equivaler ao território ocupado pelo bairro, mas pode também ser bem menor do que ele. Diferente do bairro, que fala em territórios e características físicas (ruas, casas, rios, postes etc), a *comunidade*, fala sobre as pessoas e sobre territórios identitários. Macedo (1986 : 96-102) discute a forma como esta categoria é usada nas CEB's, ali encontrei muitas semelhanças. No mesmo sentido o *trabalho comunitário*, faz referência ao trabalho no local da *comunidade*, com a *comunidade*. O termo *trabalho comunitário* é predominantemente utilizado pelas associações de moradores e conselhos comunitários. No caso do Movimento dos Sem Teto e dos grupos a eles ligados o termo é *trabalho popular*.

"população". É a descoberta da forma mais "verdadeira" de atuar no movimento popular/comunitário, a forma que leva a *autonomia* do grupo com o qual se trabalha¹¹. Esta é a tônica que Pedro procura chamar atenção no decorrer de sua história, da qual destacarei neste tópico o processo de fundação da associação de moradores do Morro das Cachoeiras, em 1982.

"Deparando com uma comunidade com uma situação difícil, a gente acreditou que podia fazer alguma coisa. Então pintou uma eleição no conselho comunitário¹², e a gente viu que tinha o fulano, o ciclano lá num canto berrando sozinho. Saia aqui a noite e sentia que as pessoas estavam afogadas, mas não tinha alguém que pegasse. (...) Então fomos, numa chapa chamada comunidade. Fomos para a eleição, ganhamos a eleição. Ganhamos 150 votos aqui dentro e a gente estava um mês. Prá ti ver a situação que estava, que ninguém queria esses caras aí. Ganhamos mas não levamos, e sabe por quê? (...) Eles trouxeram gente de fora, do Centro, de Sarará. 2/3 veio de fora. Isso que uns dias antes da eleição, o prefeito Claudio Ávila, veio aqui fazer uma série de coisinhas, limpar etc. O Esperidião Amim mandou distribuir sacola¹³ aqui no morro e mandou quitar algumas parcelas de mensalidades de pessoas que eram da COHAB¹⁴, em compensação ao voto.

11. Sader (1988: 200-2), falando do clube de mães da periferia sul de São Paulo, chama atenção para a existência, na história do grupo, de uma espécie de "mito fundador", relacionado ao "despertar da consciência". Sobre este momento Sader descreve como a passagem de um "trabalho beneficente", para um "trabalho de auto-organização", caracterizando a *autonomia* do grupo. De forma parecida, Pedro falava também de "educação ao movimento comunitário", de "organização junto àquela comunidade", ou seja, da busca da *autonomia* do grupo.

12. Sobre os Conselhos Comunitários, já fiz algumas referências nos capítulos 2 e 3, cabem porém mais alguns detalhes. Lembro que os Centros Sociais Urbanos (CSU's), chamados pelo nome do conselho de moradores que os administra, conselho comunitário, é uma *entidade* mantida pelo governo do estado e administrada por um grupo de moradores do bairro, que apesar de eleito, precisa ser aprovado pelo governo. De 1978 a 1986, o órgão responsável pelos conselhos comunitários era a Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade (FUCADESC), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social (Mattos, 1990). Ao fim deste período, é extinto o Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos e, a nível estadual, sob novo governo, é extinta também a FUCADESC. A partir de 1986, é criada a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (STDC), que assume a administração dos convênios que mantinham até então os Centros Sociais Urbanos (Luchmann, 1991).

13. Pedro refere-se aqui aos "programa de alimentação popular" intitulado "o sacolão", onde o governo do estado distribuía sacolas de alimentos para famílias pobres. Neste caso porém Pedro acusa o governador de vincular a distribuição de alimentos à eleição do conselho comunitário.

14. O Morro das Cachoeiras foi criado a partir da instalação numa região de mangue, de um conjunto habitacional - um conjunto de casas e apartamentos construídos para população de baixa renda -, feito pelo governo do estado, com verbas do Governo federal, administradas

E mesmo assim eles levaram esta paulada. Ganhamos, houve esta fraude toda, a gente entrou com processo na FUCADESC e o advogado da FUCADESC, sabe quem é? Francisco Campos Ferreira, hoje vereador do PMDB. O maior puxa-saco, picareta, direitista que tinha lá dentro. E este cara engavetou o processo. E isto não ocorreu só aqui mas em vários locais."

O grupo de moradores que se reuniu para concorrer às eleições do conselho comunitário pretendia resolver junto à prefeitura problemas do bairro. Uma das pontes havia caído, as ruas não eram limpas há muito tempo, havia enchentes, e muito mais. No entanto, não estavam inseridos no tipo de relação que a prefeitura e o governo do estado mantinham com aquela "população". Em troca do voto, sem contestação, o prefeito limpou as ruas, o governador distribuiu comida e, por fim, mesmo no que se refere as leis, o advogado engavetou o processo. Este grupo viu então que não possuía muitas chances no campo das relações políticas tradicionais ali estabelecidas. Resolveram investir num outro campo. Em 1984, fundaram a associação de moradores. Esta, para que assumissem, não precisaria aval do governo e, sob vários aspectos, se contrapunha ao conselho comunitário ao mesmo tempo que falava em nome daquela mesma "população". Reivindicavam assim uma legitimidade maior do que aquela dada ao conselho comunitário.

A criação de uma outra representação para os mesmos moradores, dividiu parte das pessoas que ali viviam em dois grupos: os que "eram do conselho" e os que "eram da associação". Esta divisão veio se refletir inclusive nos motivos alegados para a não separação do lixo domiciliar realizada no bairro, na época em que eu realizei meu trabalho

pela Companhia de Habitação, COHAB. Estas casas são conhecidas como "casas da COHAB", ou simplesmente "Cohab".

de campo, em 1990¹⁵. No depoimento de Pedro pude observar como esta divisão foi carregada através dos anos e mantida inclusive num período (1990) em que a composição do conselho era completamente diferente daquela encontrada por Pedro quando foi morar no Morro das Cachoeiras. Na época da fundação da associação, a "rixa" com o conselho comunitário, significou também uma tomada de atitude em relação à política partidária local e as eleições municipais daquele ano. O grupo procurava garantir com isto suas próprias possibilidades de aproximação junto à prefeitura.

"Nesse meio tempo pintou a eleição em 85, a eleição pra prefeito. E nós, na época, já tínhamos uma aversão ferrenha ... porque quando a gente começou a aparecer, a turma do Esperidião começou a ficar em cima da gente e dar paulada. A gente sabia, que nós tínhamos que botar na prefeitura, alguém que, no mínimo, fosse desorganizado, que pudesse dar abertura para que o movimento comunitário ... que a gente, naquele momento, já tinha consciência do potencial. E a gente, não como associação, mas o grupo, saiu na campanha pro Édson Andrino. E elegemos o Édson, felizmente."

Além da promessa de campanha do PMDB de garantir a "participação popular" na prefeitura, Pedro possuía elementos para avaliar a garantia desta "participação". A medida que seu depoimento vai se desenvolvendo, Pedro vai relatando sobre seus amigos e conhecidos do PMDB, futuros administradores da prefeitura. Ele próprio, antes de ir morar no Morro das Cachoeiras, Pedro havia participado do antigo MDB, do qual se originou a maioria dos *militantes* do PMDB, estabelecendo com eles vários laços de amizade. Por fim, durante a época de campanha, a associação de Pedro, através de sua representação,

15. O grupo de moradores que divulgava o Projeto Beija-Flor realizou uma pesquisa com todos os moradores do conjunto. Entre as perguntas dirigidas aqueles que não separavam o lixo, constava uma que pedia os motivos para a não separação. Uma das respostas que obteve frequência significativa na tabulação dos dados foi a de que a separação do lixo era coisa da associação e a pessoa, no caso, era do conselho.

começou a participar de uma *articulação* de várias associações e grupos para discutir com os candidatos a prefeito. Este processo também irá determinar o apoio ao candidato do PMDB e muitas das características da associação que Pedro fazia parte.

V.1.2 - Carlos: nativos e natureza

Um outro diretor da UFECO que teve oportunidade de conhecer e entrevistar foi Carlos, um dos poucos nascidos na cidade. Meus entrevistados já haviam me dito que era mais comum encontrar os "nativos", assumindo os papéis de *cabo eleitoral* e *intendente*, tendo, só mais recentemente, começado a participar das associações de moradores. Neste sentido Carlos também não chega a ser uma exceção pois, de certa forma, era um "estrangeiro" no bairro em que iniciou sua história no movimento. Nasceria numa localidade próxima ao *Centro* e só em meados de 70 foi morar em Açude Grande, uma localidade do interior da *Ilha*, onde ajudou a formar um pequeno grupo de moradores chamado "conselho de moradores"¹⁶, do qual foi presidente durante duas gestões. A relação dos "nativos" com os novos interlocutores que estavam surgindo, foi um dos primeiros aspectos que me chamou atenção na

16. O "conselho de moradores", citado no depoimento de Carlos era um grupo de moradores, que se reunia para promover eventos "culturais" (termo utilizado por Carlos), tais como resgate das tradições locais, e preservação do meio ambiente. Este grupo não deve ser confundido com os conselhos comunitários, do qual falei anteriormente. No caso do "conselho de moradores" de Açude Grande, fiquei sabendo depois através de outros informantes, que ele foi, inclusive, um dos maiores entraves para a implantação do conselho comunitário na localidade, dado ao forte questionamento que este grupo de moradores fazia em relação a *autonomia* que teria esta nova instituição. Sobre um caso específico de oposição aos conselhos comunitários na Ilha de Santa Catarina, ver Machado, S. (1990).

história de Carlos. O outro foi a forma como a idéia de "preservação da natureza" encontrou resistência tanto entre os "nativos" como entre os novos interlocutores.

"... no interior da Ilha só existia este tipo de movimento, no Açude Grande e em Santo Ambrósio. Em Cana Verde tinha, mas era só do pessoal veranista, uma 'sociedade pró-desenvolvimento'. Mas no Açude Grande e em Santo Ambrósio, já era assumida por um pessoal que já estava vindo morar nestas comunidades, juntamente com algumas pessoas destas comunidades."

Neste pequeno trecho, por exemplo, Carlos faz uma distinção entre o "pessoal", que mesmo sendo de fora "estava vindo morar nestas comunidades" e o "pessoal veranista", este último não considerado como sendo do movimento. Por um lado, aparece no depoimento o "pessoal" que organiza os primeiros grupos aos quais Carlos atribuiu o título de "movimento". Por outro, há uma distinção entre quem vai morar e quem vai apenas "veranear", passar o verão. Os novos moradores, na distinção feita por Carlos, constituem um novo grupo na divisão já existente nestas localidades entre "nativos" e "não nativos". A diferenciação entre moradores descendentes de açorianos e os "turistas de verão" (e também com os novos moradores) demarca um traço profundamente distintivo nas localidades do (e também com os novos moradores) interior da *Ilha* (Schmell, 1992).

Até fins da década de 70, os veranistas eram predominantemente moradores da cidade e das redondezas. Construíram suas próprias "casas de praia" ou que alugavam casas de moradores do local para "passar o verão". Havia entre os antigos veranistas e os "nativos" uma relação mais fixa, à medida que os veranistas tendiam a voltar aos mesmos lugares, retomando, a cada verão, antigas relações. A partir do final dos anos 70 começam a vir para o verão ilhéu, argentinos,

gaúchos, paulistas, e vários outros, num fluxo cada vez maior e com uma rotatividade muito grande. A própria *Ilha* passa a receber um grande número de novos moradores, isto vai alterar profundamente não só as relações "nativos"-veranistas, como a própria configuração da paisagem sócio-cultural das localidades do interior da *Ilha*.

Na época em que Carlos foi morar em Açude Grande, conforme me contou, as formas de obter melhorias para a localidade davam-se basicamente através do *intendente* ou de algum político "amigo da comunidade". Os mecanismos de negociação com a prefeitura eram aqueles tradicionalmente conhecidos, sobre os quais falei no quarto capítulo, baseados nas relações pessoais. Os moradores "nativos" moviam-se com facilidade com tais mecanismos. Os novos moradores, no entanto, começaram a criar formas alternativas aos mecanismos tradicionais. Quando o "conselho de moradores" iniciou sua atuação na comunidade, ele não interferiu diretamente nas relações políticas mais tradicionais. Porém, posteriormente, quando começou a mudar suas "preocupações", suas ações começaram a entrar em conflito com as formas tradicionais de negociação existentes. Isto vai acontecer no momento em que o grupo começa a se constituir num representante da localidade, para assuntos que antes eram encaminhados pelo *intendente* e por outros mediadores tradicionais.

"Aí nessa época, uma tônica do nosso trabalho era, tanto em Santo Ambrósio como em Açude Grande, era mais numa linha das raízes, cultura popular e meio ambiente. Mas, à medida que a gente começou a fazer o trabalho nesta perspectiva, a gente começou a ter uma visão mais ampla do trabalho de bairro. A ver a necessidade de auto organização e a própria diferença entre o nível de preocupação da comunidade, que era relativamente isolado. Quando a gente foi montando um trabalho com o pessoal, a gente começou a se abrir para

outros tipos de preocupação, que era a questão do transporte coletivo, do saneamento ... Em síntese, o movimento foi assumindo as características normais de um movimento de bairro."

A mudança de "preocupação" do "conselho" de moradores" é o momento em que Carlos estabelece como sendo o seu marco para a compreensão de como atuar no movimento. Quando o conselho de moradores "assume as características normais de um movimento de bairro" a partir da "necessidade de auto organização", ou *autonomia*, e do tipo de preocupação - "transporte, saneamento ...". Para esta mudança é também importante a diferença entre o que seria, segundo ele, uma visão restrita ("tônica cultural e de meio ambiente"), e uma "visão mais ampla do trabalho de bairro". Neste sentido, vale esclarecer que, o discurso sobre "preservação da natureza" e "meio ambiente", na *Ilha*, até metade da década de 80, não era um discurso bem aceito no movimento popular/comunitário, tendo sido incorporado aos poucos, vindo a se tornar significativo só a partir de 1989¹⁷. Os utilizadores deste discurso eram considerados "estrangeiros", acontecendo por vezes conflitos entre estes e os "nativos".

17. A idéia da "natureza" na *Ilha*, foi sendo construída com a implantação do turismo como atividade econômica. A "natureza" da qual se falava era basicamente as praias rodeadas de morros verdejantes: "Ilha de Santa Catarina, terra de sol e mar". Sobre Santa Catarina falava-se (e ainda se fala) da colonização alemã, da colonização italiana e das "belas praias" (estariam elas desabitadas?). Os "problemas ambientais", por sua vez, foram atribuídos aos pobres (dos morros, dos mangues, das construções irregulares das praias) e, algumas vezes, aos "nativos" que gostavam de brincar com o *Boi*. Os discursos sobre a "natureza" vinham de administradores, empresários, e intelectuais "estrangeiros" e, via de regra, pretendiam "preservar a natureza" justamente dos pobres e dos "nativos". A partir da metade da década de 80 é que algumas lideranças mais ligadas a UFECO, passam a falar em "preservação da natureza", agora sob as referências do movimento ecológico procurando novos significados para este termo. No final dos anos 80, as principais lideranças do Movimento dos Sem Teto também haviam incorporado parte deste discurso ecológico, atribuindo a ele seus próprios significados.

Sobre um dos conflitos com a administração em torno da idéia de "preservação da natureza", Carlos falou do período em que foi morar em Açude Pequeno, uma outra localidade do interior da *Ilha*. Lá, um grupo de moradores apoiado pelo sindicato dos trabalhadores rurais, "fez um movimento" contra a forma como estava sendo implantada uma reserva florestal na região. A implantação da reserva implicaria na retirada de todos os pescadores "nativos" e na destruição de seus *ranchos*¹⁸ e casas. O movimento do qual Carlos participou, reivindicava a permanência dos moradores no local e o reconhecimento de seus *sítios*¹⁹. Esta não era contudo a visão da administração que acreditava que a "preservação da natureza" só seria possível com a retirada do "elemento humano" que lá existia²⁰. A exemplo de outros conflitos que foram narrados por meus entrevistados, conforme contou-me Carlos, o caso da instalação da reserva em Açude Pequeno teve como resultado uma conciliação dos interesses. Colocou-se algumas cercas, placas e vigilantes mas os pescadores e seus *ranchos* permaneceram, assim como as várias casas de veraneio que ali existiam.

18. Abrigo para barcos de pesca, normalmente localizados na beira das praias, rios e lagoas da *Ilha*.

19. Alguns destes pescadores, cujas famílias viviam há anos no local, possuíam *sítios* - um terreno de delimitação pouco precisa onde se cultivava frutas, verduras e muitas das tradições ilhoas. Na *Ilha*, haviam muitos *sítios*, na sua maioria pertencentes aos "nativos", que foram desaparecendo com a chegada das estradas e loteamentos.

20. Ao escrever um artigo sobre parques naturais na França, Joseph Sax (1982), mostra a diferença de concepção entre os parques franceses, onde a população local era profundamente integrada na vida do parque, e os parques americanos, onde o maior inimigo dos parques parece ser justamente os homens, contra os quais se estabelecem as proibições, as cercas, a vigilância. No caso francês, inclusive o turista é inserido no modo de vida e nas condições ambientais da população nativa. A política de parques e reservas no Brasil, tem se assemelhado ao caso americano, considerando o homem "elemento externo" à "natureza" (Franzoni, 1990).

No ano de 1980, quando Carlos voltou para a localidade de Açude Grande, o conselho de moradores não estava mais funcionando. Ele decidiu então, junto com alguns amigos, criar um jornal do bairro que, conforme me disse, teria sido o segundo jornal de bairro da *Ilha*. Mas é só em 1985, que Carlos, juntamente com outros moradores do local, funda a associação de moradores de Açude Grande, fato que sofreu influência de diversos fatores, entre eles da tentativa de *articulação* de outras associações com objetivo de discutir as eleições municipais. Como vários outros grupos que estavam formando suas associações de moradores, o grupo de Carlos, através de sua representação, começou a participar desta *articulação de entidades*.

V.1.3 - Antônio e o movimento estudantil

A entrevista com Antônio foi um pouco diferente das demais. Na época em que fui entrevistá-lo eu estava discutindo com um grupo de pesquisadores do mestrado em sociologia política da UFSC. Durante este período o grupo procurou estabelecer uma certa rede de solidariedade entre seus membros. Repartíamos alguns de nossos medos, angústias e opiniões sobre as pesquisas. Numa das conversas percebemos que Canella e eu iríamos entrevistar a mesma pessoa, ao que decidimos fazer uma entrevista conjunta²¹, evitando assim o

21. A pesquisa de Canella também privilegiava a década de 80, período que eu pesquisava. Trocávamos várias opiniões sobre o período e as entrevistas que estávamos colhendo. Antônio era uma das pessoas que Canella havia selecionado para entrevistar, assim como eu. Isto levou-nos a decidir pela entrevista conjunta, ainda que os interesses fossem diversos. A leitura do conjunto das dissertações elaboradas pelos pesquisadores daquele grupo de

assédio exagerado a um mesmo informante. Elaboramos um roteiro comum, e consultamos Antônio, o entrevistado, sobre a proposta. Devo acrescentar aqui que Antônio foi muito paciente conosco, dado que os meus interesses e os de Canella, nem sempre coincidiram, o que fez aumentar o detalhamento das perguntas e redobrar o tempo da entrevista.

Como Carlos, Antônio também optou por nos conceder a entrevista em seu local de trabalho. Atualmente Antônio não participa do movimento popular/comunitário, sendo sua "atuação política", como nos disse, no movimento sindical. Participou do movimento até 1988, quando foi candidato a vereador, não tendo contudo sido eleito. Nesta época, segundo ele, começou a investir em sua carreira profissional. A história de Antônio no movimento popular/comunitário começa através do movimento estudantil, origem comum a outras *lideranças* que, como ele, já haviam saído do movimento popular/comunitário, privilegiando a atuação partidária ou sindical. O movimento estudantil foi um dos importantes espaços de formação de muitos participantes de outros movimentos e partidos políticos. Este foi o aspecto que privilegiei na história de Antônio.

"Quando entrei na universidade, eu tinha as mesmas aspirações da maioria dos estudantes com relação à ascensão social. Mas, de certa forma, a gente não tinha como ficar fora destes movimentos porque, até a programação pros calouros, eram programações bem organizadas. Então, praticamente atingia todos os calouros, e com uma programação bem efetiva. com participação de gente que tinha uma história no período da repressão (...) E foi a partir desta experiência, que a gente começou a tomar conta da realidade que a gente não tinha consciência".

O começo da história de Antônio, é também o momento em que ele "toma conta da realidade", em que ele adquire *consciência* e o faz a partir da história do "período da repressão". O olhar a realidade, o ter *consciência*, para muitos dos *militantes* do movimento estudantil daquele período, era saber o que tinha acontecido depois de 1964. Era descobrir, e se "revoltar", como se estivesse vivendo a história naquele momento. O próprio movimento estudantil havia ficado sem poder se organizar durante os anos 70. Em Santa Catarina foi apenas no final deste período, em 1979 (Moretti, 1984) que este movimento se rearticulava. Os novos participantes do movimento estudantil carregavam consigo as histórias deste período. Foram estas histórias, agora publicamente contada no período pós abertura, que fizeram Antônio ter *consciência*. Eram histórias sobre um *Estado* violento, repressor, traiçoeiro e perigoso.

Antônio vai fazer parte de uma "geração"²² de estudantes que descobriu um outro Brasil ao entrar na universidade. E, por contraste, um outro *Estado*. Uma geração que passou a infância e a adolescência aprendendo sobre a paz, as riquezas e os heróis brasileiros, para iniciar a juventude como se houvessem sido enganados. Os "heróis" viraram "bandidos". Os "bandidos" transformaram-se nos mais novos "heróis". A retomada da organização estudantil, em muitos lugares, se deu pela retomada das lutas reprimidas durante o regime militar. Muitos daqueles que foram perseguidos,

22. No mesmo sentido utilizado por Velho (1986), a idéia de "geração" é aqui atribuída a um grupo de pessoas com uma idade aproximada e que, tendo vivido um mesmo momento histórico, passaram por experiência parecidas, tendo estas experiências e este momento como um referencial significativo em suas vidas.

exilados e torturados, participavam de debates, palestras, reuniões e conversas as mais diversas, para testemunharem as atrocidades do regime militar. O "Brasil" passou a viver, aos olhos de quem recomeçava a olhá-lo, o momento das denúncias, e da negação de toda forma de poder que fosse centralizado, coercitivo, estatal e militar.

A opção por atuar no movimento popular, para muitos destes estudantes, se deu a partir do sentimento de revolta contra as histórias que lhes iam sendo contadas. Além disto, diversas organizações estudantis recomeçavam as discussões sobre os temas antes proibidos da "educação popular", do "papel da universidade", da "relação da universidade com o povo" etc. As teorias marxistas, anarquistas e tantas outras retomavam seu espaço público. A aceitação deste novo Brasil, por parte dos estudantes, contudo, não era generalizada e passou por várias mediações. Uma delas, que particularmente me interessa, foi vivenciada por Antônio, qual seja, a da igreja católica, através de suas pastorais.

"Então os debates que estavam acontecendo dentro do movimento pastoral, principalmente dentro da área da juventude universitária, eram basicamente os temas que vinham acontecendo dentro do movimento estudantil, que era a questão da opção pelo pobre, do marxismo. Puebla²³ faz referência a isto. Então, de certa forma, a gente começou a ter um trabalho de reflexão interna, dentro do espaço da pastoral universitária, e buscando através deste espaço, estabelecer um diálogo entre as correntes estudantis, num primeiro momento." (...) "Hoje, fazendo uma avaliação, o espaço pastoral era mais uma tendência dentro da universidade. Tanto que o grupo que a

23. Puebla de Los Angeles, é o nome da cidade do México em que foi realizada a III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, de 27/01 a 13/02 de 1979. Conferência que ficou conhecida pelas novas posições tomadas pela igreja católica latino americana em sua "opção pelo pobre", condenando muitas das violências cometidas pelos regimes militares na América Latina. A mudança de posição da igreja, propriamente dita, deu-se contudo em 1968 na cidade de Medellin na Colômbia. O encontro de Puebla foi quase uma confirmação daquele anterior. No entanto, foi a conferência de 1979 que se tornou conhecida e seus documentos amplamente divulgados.

gente participava, se chamava alternativa cristã. Você tinha todas as alternativas marxistas e tu tinha uma alternativa cristã que era representada pelo grupo que a gente participava²⁴."

Foi o "espaço pastoral" que, segundo Antônio, buscou vincular o *movimento estudantil* com o *movimento popular*, principalmente no que se refere às *Comunidades Eclesiais de Base*. Neste sentido as pastorais da igreja católica tiveram um importante papel não só de mediação e denúncia, como de mudanças na própria estrutura da igreja (Moura, 1981). A vinculação com a "experiência concreta do movimento popular" foi vivenciada por estes estudantes, através da ida para os bairros pobres da região - alguns deles foram também para outras regiões do Brasil, como o nordeste, por exemplo. Eles começaram a realizar visitas aos bairros, participar das reuniões da associação de moradores, alfabetizar adultos, ajudar nos mutirões e em várias outras atividades. Muitos procuraram "viver intensamente a vida de uma comunidade". Saíram de suas casas e foram "morar no morro". A idéia era viver como viviam os pobres, para poder compreendê-los e falar com eles.

Para estes estudantes, a "opção pelos pobres", significava experimentar a situação de pobreza "despojando-se" de toda riqueza. Mais radical seria esta opção, quanto mais sacrifícios fossem feitos. Era como um ritual de purificação:

24. O processo descrito por Antônio, onde um grupo da igreja católica se equivale a uma das tendências do movimento estudantil se constituindo uma "alternativa" não é incomum. Moretti (1984), relata que em 1962, a Juventude Universitária Católica, JUC, participando da UNE, União Nacional de Estudantes, dá origem a Ação Popular, AP, formada por jovens estudantes, profissionais e políticos, na sua maioria católicos, com o objetivo de criar uma "esquerda cristã" (p. 75). Antes disso, a JUC que participava da União Catarinense de Estudantes, UCE, nos anos de 1959 e 1960, unindo-se a um grupo de estudantes chamados "independentes" (nome que fazia referência ao fato de não terem nenhuma vinculação com os partidos estudantis existentes), formam a "terceira força" para concorrer a presidência da UCE, ganhando as gestões seguintes, até 1966, quando então a UCE deixa de funcionar (p. 76).

brigar com a família, morar numa comunidade pobre, deixar de lado tudo que fosse supérfluo ou que viesse das "classes dominantes" (a coca-cola, os produtos norte americanos, as roupas caras e bem arrumadas), andar de chinelo de dedo, camiseta e calça de brim²⁵. O "mundo popular" era um mundo purificado pelo sofrimento, pela pobreza. Era o povo para o qual Deus prometia o reino, e a "história", como diziam os marxistas, prometia a glória²⁶. Era também um mundo dotado de *sabedoria*, mas sem *consciência*. Daí a justificativa de alguns dos processos de educação popular e a ida destes estudantes para os morros²⁷.

Os estudantes do início da década de 80, tinham várias opções para *militar* no movimento pois começavam a surgir muitas *organizações populares*, além dos partidos políticos. No caso de Antônio, o *movimento popular*, e o Partido dos Trabalhadores, foram sua escolha, assim como a da maior parte do grupo da pastoral do qual fazia parte naquela época. Quando surgiu o processo eleitoral de 1985, Antônio já

25. Brincando com as palavras, podemos chamá-los de "hippies cristões", pois a contestação e a forma de se vestir possuem singular semelhança com o movimento hippie norte-americano, porém, os limites desta contestação, eram bem definidos no que se referia a alguns valores cristões. Não eram bem vistos o sexo, as drogas e o rock-and-roll, ainda que isto não os eliminasse.

26. Castoriadis (1982: 42-6) falando sobre o "determinismo" marxista da história, diz que as "classes" passam a ser verdadeiros "atores" no sentido em que representam papéis determinados com textos determinados. Para o autor, quando o marxismo fala em "ação e tomada de consciência do proletariado" ele fala de uma "liberdade de mudança" que de nada vale pois, nesta concepção, o socialismo é inevitável, daí porque, se o proletariado tiver alguma ação, será neste sentido. As teorias marxistas que se mesclavam nos movimentos pastorais, acabavam incorporando tal "determinismo" à medida que a promessa do reino, também inevitável, poderia agora ser atingida ainda em vida, conforme a nova doutrina social da igreja (Moura, 1981).

27. A idéia da *conscientização* como um processo que possibilita a compreensão das condições de vida e suas possibilidades de mudança, tornou-se bastante conhecida entre os estudantes e *educadores populares* dos anos 80, através de alguns livros de Paulo Freire, tais como "A Pedagogia do Oprimido" e "O que é conscientização". As combinações realizadas pelos grupos pastorais, no entanto eram diversas e envolviam não só Paulo Freire, como os conceitos marxistas de "classe em si" e "classe para si", "alienação" e "consciência de classe".

havia experimentado a ida para os morros e atuava mais demoradamente no Partido dos Trabalhadores. Isto não fez, no entanto, que apoiasse o candidato do PT. O grupo que Antônio participava (uma das "tendências políticas" do PT), decidiu apoiar o candidato do PMDB, o que gerou uma série de conflitos internos no PT e, posteriormente no interior do próprio movimento popular/comunitário. Antônio estabeleceu seu primeiro contato com a *articulação de entidades*, ainda que já conhecesse muitos de seus participantes, como coordenador dos *comitês de bairro* da campanha do candidato a prefeito do PMDB.

V.1.4 - O Padre Bruno e a Igreja

Por fim, a história do pe. Bruno, uma das *lideranças* do Movimento dos Sem Teto. Sua *militância* no *movimento popular* teve início da década de 80, ainda como estudante de teologia. Quando tornou-se padre, foi, como disse, "liberado para o trabalho de periferia", ou seja, passou a receber uma remuneração para trabalhar com o movimento²⁸ e pelos serviços de mediação com as divindades católicas, próprios dos padres. Neste período, conforme falei no segundo capítulo, já haviam vários "conflitos de terras" na cidade. Bruno se insere no trabalho com algumas das *comunidades* que estavam na "luta pela terra". É com este processo e com estes grupos (CEB's, grupos de famílias migrantes e localidades em conflito) que Bruno vai se envolver e os quais vai chamar de *movimento popular*.

28. A atuação no movimento popular/comunitário é geralmente de caráter voluntário, sendo feita nos horários em que as pessoas não estão trabalhando. Quando o emprego é a própria atuação no movimento, diz-se que a pessoa é *liberada*, talvez no sentido de que não precise trabalhar, o que faz desta atividade não um "trabalho" mas uma *militância*.

Seu trabalho como padre começa numa localidade pobre situada num morro próximo ao *Centro*, passa a ser então responsável pela capela local. Bruno encontrava-se assim na condição de padre da localidade, subordinado ao pároco da paróquia do *Centro*. No caso da igreja católica, suas divisões territoriais acompanham as divisões territoriais da administração pública, sendo o padre uma espécie de equivalente administrativo com poderes diferenciados. A capela corresponde às pequenas localidades; várias capelas formam uma paróquia que corresponde ao bairro; as paróquias, por sua vez formam a comarca que corresponde à cidade (ou a grandes divisões dentro dela, como a comarca da Ilha e a comarca do Estreito - *Continente*); as comarcas de uma mesma região, formam a diocese que no caso da capital é uma arquidiocese, se assemelhando ao território da micro-região de Florianópolis; e assim sucessivamente²⁹. Nestes territórios religiosos Bruno não só se inseria, como inseria também os grupos com os quais trabalhava, colocando-os em pouco tempo, numa "rede" de encontros e reuniões nacionais. Nestas articulações, promovida pelas "redes" e instâncias criadas pela igreja católica, Bruno passa a representar os grupos ligados a igreja nos encontros da *articulação de entidades*, em 1985.

29. Continuando o rol das equivalências: As dioceses de um mesmo estado (ou de vários, dependendo do número de dioceses, padres e leigos) formam um regional, que ainda se reúnem por região (sul, norte, nordeste ...). Por fim, no plano nacional, quando os bispos se reúnem, formam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, representante máximo da igreja no Brasil. Depois disso, a igreja possui instâncias por continentes (no caso da América Latina é a Conferência do Episcopado Latino Americano, CELAM) e, finalmente, como capital de seu mundo, a igreja possui o Vaticano, situado em Roma, um pequeno país de grande influência nas políticas governamentais dos demais países do mundo, administrado por um "chefe de Estado", representante máximo do governante do universo, o Papa.

Sobre sua história propriamente dita, Bruno me falou muito pouco mas, ainda assim, considere importante colocá-lo neste espaço e falar sobre seu silêncio, refletindo sobre ele, à luz do que me contou sobre a história do movimento. Sobre este último Bruno contou e explicou os acontecimentos sem qualquer particularização em relação a sua pessoa, diferentemente dos demais entrevistados, que mesmo usando constantemente o pronome na primeira pessoa do plural, acabavam ponderando sobre si mesmos em determinadas situações.

Bruno deixa de lado, como se fosse menos importante para a história do movimento, aquilo que seria particular de sua história, estabelecendo os acontecimentos à partir dos momentos coletivos e dos grupos³⁰. Ele fala como se fosse apenas mais um na história do grupo³¹ e como se não houvesse diferenças entre as pessoas que dele participam. Por outro lado, os demais entrevistados, principalmente aqueles que tiveram algumas divergências com ele, citam-no como fator determinante das posições e conquistas dos grupos dos quais ele participa, chamando-os inclusive de "pessoal do Pe. Bruno". Acredito que esta ausência do "particular" na fala de Bruno, em contraste com a constante presença de sua pessoa nos depoimentos dos demais entrevistados, tem fortes significados

30. Falando sobre as Comunidades Eclesiais de Base, Macedo (1986: 62), lembra que o "imaginário católico" incorporou a predominância da anterioridade do todo em relação às partes, sendo o coletivo superior a cada indivíduo isolado. Sendo Bruno um pe. católico acredito que este "traço", descrito por Macedo, tenha predominado em toda a sua fala.

31. Enquanto os demais entrevistados falavam-me sobre os cargos que haviam assumido, as negociações que haviam participado e suas opiniões nos momentos de conflito, Bruno não mencionava estes acontecimentos, nem tão pouco sua posição particular.

no fato de ser ele um padre e, por isto, um "símbolo de poder", da igreja instituição³² (Macedo, 1986: 100).

Os críticos de Bruno, no movimento, apontam nele o padre e atribuem a esta condição o seu poder junto aos demais participantes de seu grupo e junto aos administradores com os quais negocia. No seu caso, a representação que exerce não corresponde apenas a um determinado grupo do movimento mas à igreja católica. O seu apelo não é apenas o apelo de um morador do bairro, mas o apelo do padre. Macedo (1986), quando fala das Comunidades Eclesiais de Base, diz que a figura do padre, é justamente o "nó" entre as CEB's - "estrutura democrática", que "surge das bases" - e a Igreja, fundada na hierarquia, pois a "caminhada" que torna todos iguais é "animada" pelo mesmo padre que é o "símbolo do poder para o povo" (p. 100). No trabalho sobre as CEB's, Macedo conclui que apesar da "caminhada" e da "luta para todos", o padre permanece como "figura fundamental" e a "idéia de comunidade" está sempre associada a ele (p. 138).

Bruno aparece nas histórias sobre o movimento como um "personagem carismático", motivo de polêmica sobre o qual a atenção se atrai. A narrativa que faço sobre sua história,

32. Enquanto instituição, como disse Macedo (1986: 41), "a igreja se constrói por referência a grupos sociais e existe como tal na representação de seus membros, sendo organizada em função da reprodução de uma determinada prática", e ainda, "enquanto instituição religiosa, a igreja se apresenta como uma estrutura hierárquica, marcada por pretensões comunitárias e de caráter universal (...)". Nela, o clero - nome atribuído aos padres em seu conjunto, sem distinção do grau que ocupam na hierarquia - aparece como figura central, representante primeiro e incontestável desta instituição. É o elemento que, em nome dela, reúne os leigos - pessoas ou grupos que se congregam através da igreja. Além disto, frente as demais instituições, é o padre quem fala, representa ou contesta. Nas relações entre "Igreja e Estado", como foram tradicionalmente chamadas as relações com as administrações nos seus diversos níveis, os conflitos se explicitam no embate entre padres e governantes. Assim como as alianças, são feitas também entre eles.

privilegiando sua relação com a igreja católica e o lado místico que isto envolve, acabou por conservar muitas das características que este "personagem" detem. Minha narrativa reflete também os caminhos e limites da relação entre pesquisadora e entrevistado que, no momento das entrevistas, não estão isentos das hierarquias e papéis que lhes são socialmente atribuídos - e que são por eles (nós) assumidos.

V.2 - Dos Fragmentos aos grupos

Por volta de 1984, já existia na *Ilha*, várias formas de organização popular/comunitária que haviam surgido por oposição as formas tradicionais de organização vinculadas à administração. Além delas, havia também as oposições que se faziam dentro da própria estrutura criada pela administração e que, pela situação de ambigüidade que acabavam se encontrando, se aproximaram das novas organizações populares e comunitárias que estavam surgindo. A aproximação de alguns conselhos comunitários com as novas organizações, parece ter se dado neste contexto, numa conjuntura de enfraquecimento do controle das administrações sobre os conselhos, com o concomitante fortalecimento dos grupos locais que não estavam satisfeitos com sua atuação. Desta forma o conselho comunitário tornou-se também foco de atenção e disputa de diversos grupos de moradores que possuíam idéias distintas sobre a forma de resolver os problemas do bairro.

"(...) Em 83/84 quando o PDS racha, surge o PFL. A FUCADESC, que era um órgão administrativo que gerenciava os convênios, fazia todo o repasse de verbas e distribuição destes convênios, era controlada pelo PFL. Na época que houve a divisão interna, dentro do governo do Amim, eles esvaziaram bastante este

órgão, o que deixou, por exemplo, à míngua boa parte dos conselhos comunitários. Aqueles que tinham uma salinha ou a diretoria, estes ficaram a míngua. O que sobreviveu foi os grandes Centros Sociais Urbanos. Estes sobreviveram. E isto aí de certa forma afrouxou um pouco o controle do governo sobre essas atividades de bairro. O que levou na época, várias chapas de oposição a ganharem conselhos comunitários. Por exemplo a experiência do Morro do Pacote³³ foi uma." (Antônio)

As *chapas de oposição* que assumiram ficaram numa posição bastante ambígua diante da administração e das novas organizações popular/comunitárias. Por um lado, para desenvolver algumas atividades na localidade precisavam do subsídio do governo do estado e dos convênios com a prefeitura, por outro lado, a não confiança do governo nestas diretorias, eleitas como oposição a seus porta vozes, colocaram-nas numa situação de marginalidade em relação aos demais conselhos. Além disto, em vários locais, era comum a formação das *chapas de oposição* a partir da opção partidária de seus membros (também de *oposição*). Isto fortalecia suas divergências com as administrações e a identificação com as associações de moradores e suas reivindicações de serem reconhecidas como legítimos representantes da *comunidade*.

Mas, como aparece no depoimento de Carlos, não havia apenas associações e conselhos. Em alguns bairros, quando muito, havia um pequeno grupo que procurava realizar atividades para congregar os moradores ou pleitear algum benefício junto aos órgãos públicos. Eram outras formas de organização que apareciam no local de moradia, como os "grupos culturais", "grupos de proteção do meio ambiente", "sociedade

33. O Morro do Pacote é o local onde mora Bruno, lá o conselho comunitário não só foi assumido pela chapa de oposição, como também estabeleceu uma relação diferenciada com o governo estadual à medida que alterou a estrutura organizativa e de deliberação do próprio conselho, incorporando em sua direção vários dos grupos que atuavam na *comunidade*. Sobre este tipo de experiência, na *Ilha* ver Müller (1992).

pro-desenvolvimento", "jornais de bairro" e grupos de pessoas que se reuniam esporadicamente em torno de alguma causa comum, como por exemplo o movimento em Açude Pequeno. Estes grupos e organizações pouco se conheciam, e poucas eram as atividades e reuniões realizadas em comum. Vários de seus membros no entanto compartilhavam espaços comuns, como por exemplo a universidade, os partidos políticos, o ambiente de trabalho e mesmo algumas manifestações públicas de caráter geral.

"Outras formas de "organizações" que se congregavam a partir do local de moradia, influenciando nos assuntos e reivindicações dos moradores, eram os grupos ligados a igreja católica, tais como as CEB's que se constituíam a partir de múltiplos grupos: de "reflexão", de "produção"³⁴, de crianças, de catequese etc." Não existia para elas propriamente um modelo de organização nem tão pouco grupos determinados (Macedo, 1986). Estes grupos, diferentes das associações já nasciam numa estrutura de articulações e encontros proporcionada pela estrutura da própria igreja. Os encontros proporcionavam a troca das experiências de organização e do cotidiano de cada *comunidade*, trabalhando no sentido de fortalecer cada grupo e, ao mesmo tempo a estrutura que os unia.

" Havia também na *Ilha*, outros grupos com finalidades distintas do movimento popular/comunitários, organizados a partir de outras referências que não o local de moradia . Era o caso do movimento sindical e suas entidades (organizado a partir do local de trabalho), do movimento estudantil

34. Os "grupos de produção", como são chamados, são grupos de moradores que se reúnem para produzir coisas (sabão, vela, pão, conservas etc) na localidade, com o objetivo de ensinar "alternativas de sobrevivência" e obter recursos para as pessoas envolvidas.

(organizado nas instituições de ensino), do movimento pela anistia e direitos humanos (organizados nos mais diferentes lugares) e, em menor escala, pequenos grupos do movimento negro e do movimento de mulheres. "A igreja católica e os partidos políticos possuíam *leigos* e *militantes* nestes diferentes movimentos, criando espaços de discussão específicos e cruzando campos inicialmente isolados. Este inter-cruzamento deu-se também em vários outros locais do país (Sader, 1988).

A relação entre estes diversos movimentos, intercruzados pelos vários campos (religioso, político partidário), não era porém muito tranqüila. O exemplo dos estudantes universitários, oriundos das pastorais da igreja que queriam atuar no movimento popular através das CEB's, é significativo. Um de meus entrevistados, que como Antônio havia participado da pastoral universitária, contou-me das dificuldades que esta pastoral tinha para participar em alguns encontros de CEB's, sendo até mesmo proibida pelo "pessoal do Pe. Bruno". Para participar dos encontros haviam sido estabelecidos critérios, tendo em vista, parece-me, resguardar a "pureza" das *bases*. Poderiam participar dos encontros, além dos moradores sob os quais se constituía as CEB's, apenas aqueles que eram considerados *agentes internos*, entre os quais estavam os padres, as religiosas, os estudantes de teologia e alguns poucos novos moradores por eles escolhidos. Os *agentes externos*, categoria em que se incluíam alguns daqueles estudantes, não podiam participar.

Os dois "setores" da igreja (CEB's e pastoral universitária) compreendiam de forma diferenciada os processos

de organização daquelas *comunidades*. Além disto, a própria interferência do clero, começava a ser questionada pelos estudantes. Eles questionavam a centralidade exercida pelo padre e o discurso *basista* - ou "populismo eclesial" (Betto, 1981: 41) -, como era chamada pejorativamente a super valorização das *bases*, que sacralizava o *povo* recusando a interferência dos *intelectuais*. De outro lado os *agentes internos*, acusavam os estudantes de não compreenderem o *povo*, de trazerem suas "fórmulas mágicas" dos livros que não tinham nada a ver com a realidade dos pobres e com as "verdadeiras agruras e sacrifícios da pobreza". Muitos eram os conflitos internos de cada grupo e de cada campo (religioso, político partidário etc). Estes grupos não só definiam diferenças, novos grupos, fragmentações internas ou novas alianças, como também formas de atuação, privilégio de determinadas áreas, reivindicações etc.

Contudo, apesar das diferenças, o início da década de 80 foi pródigo em oportunidades de encontro entre os diversos grupos do movimento popular/comunitário, criando também fortes momentos de identificação entre eles. O ano de 1984, ficou marcado pelas manifestações públicas. Era o ano em que o Congresso Nacional teria a oportunidade de restituir as eleições diretas para Presidente da República. Nas principais cidades do país, criou-se o "movimento diretas já"³⁵. Realizaram-se na *Ilha* muitas manifestações, comícios, passeatas, carreatas etc. Muita gente foi para o "Largo da

35. O "movimento diretas já" na *Ilha* foi formado por *entidades*, grupos e instituições que não estavam diretamente ligadas aos partidos que estavam no governo federal. Ainda que o então governador do estado, Esperidião Amin, tenha subido aos palanques defendendo o "movimento das diretas", chamando para os comícios pessoas que também defendiam as antigas formas de organização e de fazer política..

Catedral", manifestar seu apoio às *diretas*. Este processo foi muito rico no que se refere à reintrodução da "política" nos discursos: o falar sobre o poder, sobre a coisa pública e sobre a polis. Se na década de 70 a "política" carregava o estigma de coisa ruim e proibida, na década de 80 passa a fazer parte do cotidiano. O "movimento das diretas", ajudou a fomentar, em diversos espaços, novas (e também velhas) formas de organização política. Tanto por seus "novos atores", como pela nova cara dos antigos conhecidos.

"Porque a campanha das diretas deu uma sacudida geral aqui em Florianópolis, em todos os movimentos. E o posicionamento do Amim, na época, por exemplo, de participar da campanha das diretas fez com que várias lideranças de bairro acabassem assumindo também uma participação mais ativa, pelo menos assumindo neste processo aí. De certa forma, isto aproximou estes setores de visões mais progressistas. E queira ou não, eu acredito que houve mudanças em algumas cabeças." (Antônio).

Além do "movimento das diretas" que acabou sem a "vitória" nas urnas, a cidade de Florianópolis tinha eleições para prefeito em 1985. Isto já dava bastante discussão para aqueles grupos que haviam se conhecido nas manifestações públicas de 1984. As associações de moradores, os conselhos de *oposição* e os grupos das CEB's também começavam a se encontrar tendo em vista a intervenção neste processo. A reunião destes vários grupos foi por eles chamada de *articulação de entidades*, e tinha basicamente dois objetivos: criar uma forma de articular e reunir os grupos do movimento popular/comunitário, trocando experiências e ampliando sua capacidade de pressão junto as administrações, e intervir de forma conjunta no processo eleitoral de 1985, elaborando um conjunto de propostas que deveriam ser assumidas pelos diversos candidatos.

Em função do pouco tempo para a realização das eleições, a *articulação* privilegiou a intervenção no processo eleitoral e passou a elaborar o documento que continha suas principais propostas, com as quais os candidatos deveriam se comprometer ainda antes das eleições. O documento com as propostas, na opinião de vários dos entrevistados, não era propriamente uma síntese do conjunto das vontades daqueles grupos, mas um aglomerado de reivindicações e intenções que falava um pouco de cada um. Caracterizava-se pelo pedido de criação de mecanismos de participação na administração, apresentando aqueles grupos como os legítimos interlocutores da "população". A *articulação* organizou então um debate para o qual foram convidados todos os candidatos e no qual não compareceu apenas o candidato do PDS, partido que, naquele momento, ocupava a prefeitura. Todos os candidatos presentes no debate assinaram o documento e se comprometeram com ele.

Os membros da *articulação* possuíam opções partidárias diversas e, muitos deles, participavam dos comitês de campanha de algum partido. Desta forma, havia da parte de alguns candidatos, uma capacidade de influência e mobilização bem maior que a de outros. Antônio, por exemplo, participou da organização deste debate como um dos coordenadores do comitê de campanha do PMDB, onde também se encontravam várias lideranças dos grupos e *entidades* que ali estavam. A sua descrição do debate, e da maior parte do período da campanha eleitoral, se dá a partir deste ponto de vista.

"Então, a gente buscou influenciar na organização de um debate geral com todas as entidades na época, com os candidatos a prefeito. Então foi feito a organização de um debate unitário com todas as entidades lá no TAC que não participou o Chiquinho de Assis, mas participou o Andrino, o Lorenzetti e o ... Rozalino, que foi

candidato a Prefeito³⁶. Os três participaram do debate e assinaram o documento que continham as propostas. (...) Foi formulado um documento e boa parte das reivindicações deste documento faz referência a reivindicações das comunidades ligadas a comunidades de periferia. Então foi desta forma que a gente conseguiu amarrar o candidato para uma proposta de governo que buscasse trazer pra dentro de sua administração o conjunto das experiências de organização de bairro. Pelo menos a nível de audiência. A nível de você ter fóruns conjuntos do prefeito com as entidades e de manter a dinâmica de reuniões do prefeito nos bairros." (Antônio)

A campanha eleitoral foi bastante significativa para a ampliação do número de entidades do movimento popular/comunitário. A campanha do PMDB, por exemplo, teve como um de seus principais eixos os *comitês de bairro*, donde surgiram vários grupos de moradores com o objetivo de discutir os problemas do bairro e propor soluções, de modo a formar uma grande lista de propostas e alternativas que seria assumida pelo candidato do partido. Alguns destes *comitês* foram criados a partir das próprias associações de moradores, outros formaram novos grupos que vieram, num momento posterior, a formar novas associações. Os *comitês de bairro*, que privilegiavam a participação, mesclavam-se às tradicionais formas de fazer campanha, através dos *cabos eleitorais* e das "trocas de favores". No entanto, as tensões entre as novas e as antigas formas só foram propriamente sentidas quando o PMDB ganhou as eleições e passou a administrar a cidade. Estas tensões fizeram com que vários dos apoiadores do PMDB, antigos estruturadores dos *comitês de campanha*, rompessem com a administração, passando a criticá-la.

36. O local do debate foi o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), e os partidos dos candidatos eram os seguintes: Francisco de Assis, PDS; Edson Andrino, PMDB; Jorge Lorenzetti, PT e Wilson Rozalino, PCB. O maior *Partido de Oposição* era o PMDB. Dentro dos outros *Partidos de Oposição*, havia vários grupos que defendiam a coligação, com o PMDB. O candidato do PMDB, havia sido o Deputado Estadual mais votado nas eleições de 1982, com uma atuação parlamentar bastante destacada, o que ampliava suas chances no pleito. O PCB, apesar de já ser um partido político, tinha uma política de atuação e apoio junto a vários grupos do PMDB. No processo de definição do candidato do PMDB, o PCB apoiava a candidatura de Nelson Wedequim, adversário interno de Edson Andrino, como este não foi aprovado na convenção do PMDB, o PCB lançou candidato próprio. O PT, por sua vez, após várias discussões internas também decidiu lançar candidatura própria, decisão a qual o grupo de Antônio não se submeteu vindo a apoiar o candidato do PMDB.

Alguns dos novos grupos de moradores, que a partir dos *comitês*, formaram associações, ou criaram *chapas de oposição* aos conselhos comunitários locais, vieram também, posteriormente, a integrar a *articulação de entidades*. Assim a *articulação* tornava-se cada vez mais heterogênea e mais permeada pelos partidos políticos - inclusive partidos que estavam na administração municipal. As concepções sobre a atuação no movimento popular/comunitário, as visões sobre a administração pública e seu papel, as formas de relacionar-se com ela e as realidades específicas de cada grupo eram cada vez mais diversas. Neste processo os grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, começaram a se afastar cada vez mais, voltando-se para o fortalecimento de suas próprias articulações. As CEB's tinham referenciais comuns e estabeleciam com o conjunto dos demais grupos da *articulação* um contraste logo percebido. Além disto, a figura do pe. Bruno, exercia, na visão daqueles que não participavam das CEB's, a centralização da representação destes grupos, dificultando uma relação diferenciada com cada grupo e fortalecendo o contraste entre estes e os demais. Com a eleição do candidato do PMDB, os contrastes parecem ter se tornado ainda mais fortes levando à completa separação em 1987.

"Porque começaram duas articulações aí a gente se juntou. Porque o pessoal do Pe. Bruno já estava começando com esta perspectiva. Aí a gente tinha começado, algumas entidades. Foi umas oito entidades e a igreja tinha umas 5 ou 6, pessoal ligado a igreja também. Aí a gente soube que eles foram se articulando, a gente deixou passar a eleição e tal, que tinha pra prefeito, e começou a articulação. Logo depois da eleição a gente já fez algumas reuniões, aí recomeçamos. Em 86 a gente já fez o primeiro encontro das associações de moradores com o pessoal da igreja. Aí quando chegou 87, que a UFECO foi criada em 86/87. Em seguida teve a criação da UFECO. Aí quando teve a criação da UFECO o pessoal da igreja se separou."(Carlos)

V.3 - O movimento na administração do PMDB

Os dois primeiros anos da administração do PMDB foram muito significativos na história do movimento popular/comunitário, é sobre eles que falo aqui. Neste sentido, não faço uma análise da administração nem entro em maiores detalhes sobre ela, para isto remeto à leitura de Canella (1992) que aprofunda suas características na relação com o movimento. Falo apenas de alguns mecanismos de diálogo estabelecidos entre administração e os novos interlocutores, nas suas diferenças, conforme as especificidades de cada grupo. O depoimento que aqui predomina é o de Antônio que, estando na administração, num setor especialmente criado para acompanhar a relação com o movimento popular/comunitário, acaba privilegiando o detalhamento destas relações.

A administração, ao iniciar seu governo, criou a comissão de movimentos populares que tinha como objetivo fazer com que a prefeitura, em sua estrutura administrativa, dialogasse com o movimento, e não mais com as formas tradicionais de "falar" com a população. O grupo encarregado de trabalhar estas questões na prefeitura era o mesmo grupo que havia organizado os *comitês de campanha*, do qual Antônio fazia parte. Mas, ao mesmo tempo em que se criavam os mecanismos (muitos dos quais reivindicados pelo movimento e assumidos pelo prefeito ainda quando candidato), foi necessário, em alguns locais, criar o próprio interlocutor. A comissão de movimentos populares, procurava assim não só encaminhar as demandas, como também criar demandas pela organização popular/comunitária em determinados locais,

funcionando como uma espécie de centro aglutinador de dados sobre o movimento popular/comunitário e suas formas de organização³⁷.

A comissão dos movimentos, no entanto, enfrentou uma série de problemas para implantar suas propostas, tanto na administração como no movimento popular/comunitário, o que fazia com que o trabalho do grupo, por vezes, se dividisse entre a administração e o movimento. Havia problemas com o secretariado e demais membros do PMDB, com os vereadores da Câmara Municipal, com os membros do PT e com *militantes* do movimento popular comunitário. Havia também uma anacronia entre a dinâmica do movimento e a dinâmica da administração. Os prazos a serem cumpridos, as instâncias a serem percorridas, os estudos a serem feitos, destoavam de um lugar para o outro e principalmente no tempo necessário para cada coisa. A proposta da discussão do orçamento da prefeitura no primeiro ano de administração, por exemplo, além de outros condicionantes foi "vítima" desta anacronia³⁸.

37. Um dos participantes da "comissão de movimentos sociais", explicou-me como procuravam "tencionar o processo de organização":

"(...) a gente dizia, se você for sozinho, você não será atendido, vai lá no teu bairro e procura tua entidade, aí você volta aqui. Quando o cara dizia que não tinha entidade, a gente explicava como fazer, orientava gente, indicava alguém. Quando ele dizia que era pelega, a entidade, a gente dizia: se vira. Aí isso acabou criando as oposições. A maioria das entidades foi criada nesta época. Só era atendido pela prefeitura quem tinha entidade, sozinho não."

A comissão tinha também um fichário com o nome de todas as *entidades* que se tinha conhecimento, com data de criação, prazo de renovação das diretorias e os nomes dos diretores. Tive oportunidade de consultar este fichário quando de minha visita à prefeitura, em 1989. Nesta época ele já estava desatualizado, os nomes e *entidades* ainda eram os de 1987, quando a comissão ainda estava em funcionamento.

38. A proposta de orçamento da prefeitura precisava ser apresentada à Câmara de Vereadores até o mês de setembro e a discussão com o movimento começou em julho. A dinâmica dos grupos que estavam discutindo o orçamento envolvia uma série de reuniões e encontros que previa a participação de várias *entidades*. Esta dinâmica acabou levando bem mais tempo do que o existente para apresentar o projeto a Câmara, não sendo possível intervir naquele ano. Este episódio é contado como fazendo parte de uma *experiência* importante para o movimento.

Outra dificuldade foi o fato de que as novas propostas, mesmo quando conseguiam ser encaminhadas, esbarravam nos poderes tradicionais e na dificuldade de transformá-los a partir da administração, da instalação de mecanismos que implicam novos costumes. Um caso bastante esclarecedor neste sentido foi a eleição para as *intendências*, experiência inédita na *Ilha*. Mesmo sendo um cargo de confiança da prefeitura, o *intendente* era também, de certa forma, um representante da localidade e, neste sentido, a nova administração decidiu fazer eleição para o cargo de *intendente*. A prefeitura organizou as eleições junto com as *entidades* comunitárias de cada local. No entanto, ainda que houvessem aparecido vários candidatos, foram eleitos os antigos *cabos eleitorais* do PMDB que contaram com a ajuda da própria "máquina administrativa" para ganhar as eleições. Este exemplo mostra a tensão permanente que havia entre os membros da comissão, cujos laços eram muito frágeis no próprio PMDB e na estrutura da administração, e os *cabos eleitorais*, *padrinhos* e *afilhados*, que há muito se relacionavam com os novos administradores e que, inclusive, conheciam bem mais sobre o funcionamento da prefeitura e suas relações com a "população".

Por outro lado o movimento também tinha suas dificuldades. Poucos eram os momentos de reunião para elaboração de proposta ou preparação de alguma discussão. A participação nas novas instâncias, *conselhos populares*, *comissões* etc, dava-se num processo mais rápido do que os processos de discussão e decisão por parte dos grupos do movimento, em seus espaços coletivos. Nem sempre tinha-se

gente para participar dos espaços conquistados e a falta de propostas fazia com que os representantes trabalhassem a partir da recusa e da negação das propostas daqueles que eram considerados seus "inimigos". A representação era então uma delegação plena de poderes, à medida que o representante falaria em nome do grupo, sobre assuntos que o grupo sequer havia discutido.

"Aí eu tive lá. Participei de algumas reunião. Aí depois num fórum das entidades eu coloquei a situação de que não via mais condições de continuar lá, porque todos os setores que tinham assento na comissão, tinham sua proposta definida clara, chegava ali e dominava a situação. E a gente, enquanto movimento, não tinha uma proposta amadurecida. Eu ia tá fazendo ali o quê? Representando o quê? A minha opinião?".(Carlos)

Apesar das dificuldades, alguns dos espaços de *participação popular* foram implantados. No entanto, os grupos do movimento buscavam estratégias diferenciadas para relacionar-se com a prefeitura, à medida que seu poder de influência, e a dimensão do valor de sua representação, também eram diferenciados. A prefeitura, por sua vez, tinha interesse em relacionar-se com os vários setores da sociedade, ou, pelo menos, com os grupos que os representavam. Isto fez com que houvesse, por parte da administração, um tratamento distinto entre um grupo e outro, estabelecendo para alguns, privilégios que não possibilitava a outros. A relação do *grupo da igreja*, por exemplo, aponta elementos significativos neste sentido. Antônio relatou uma dupla recusa deste grupo, primeiro dos canais estabelecidos a partir da *articulação de entidades*, com suas reuniões conjuntas e periódicas com o prefeito e, segundo, a recusa da mediação interna da comissão de movimentos populares. Isto fez com que a prefeitura, interessada em manter a relação com este setor, estabelecesse

com ele uma forma "especial" de tratamento que se aproximava bastante das formas tradicionais de mediação estabelecidas diretamente com os *intendentes*.

"Primeiro eles buscaram um canal próprio, e aí era muito marcada a posição de liderança do Pe. Bruno(...) O Pe. Bruno, de certa forma, ele tinha canal aberto. Ele entrava no gabinete e falava com o prefeito. Prevalencia esta posição que eu considero uma posição de poder. Pela condição de padre, ele tinha a capacidade de mobilização deste setor, que era em torno de seis a sete entidades, aí então tinha livre acesso. E ele negociava diretamente. Com este setor o Andriano buscava negociar diretamente. Agora as reuniões que tinha com este setor sempre tava presente uma ou outra pessoa. Eu me lembro de estar presente numa reunião lá no Morro do Pacote, uma reunião geral." (Antonio)

O tipo de medição estabelecida pelo "grupo do pe. Bruno", garantiu-lhes vários "convênios" com a prefeitura municipal, tais como o empréstimo de funcionários da prefeitura para o CAPROM durante tempo indeterminado e a instalação de uma feira de produtos que vinham direto do produtor, transportados pelo caminhão da prefeitura, para as *comunidades de periferia*. Estes "convênios" foram implantados em várias localidades, tendo sido no Morro do Pacote o local em que eles duraram mais tempo. O pe. Bruno era um articulador importante para as relações da prefeitura pois pertencia a um campo onde o PMDB e a comissão de movimentos populares praticamente não possuíam acesso. Por outro lado, este tipo de convênio fortalecia o trabalho desenvolvido por aqueles grupos e a legitimidade da representação de suas *lideranças*.

A implantação de determinados projetos fez com que a prefeitura influenciasse não só no fortalecimento de determinadas *entidades e lideranças*, como também na dinâmica dos processos de conflito e organização em algumas localidades. O exemplo da implantação do "Projeto Beija-Flor",

que fiz referência na história de Pedro, no Morro das Cachoeiras, ilustra esta afirmação. Neste caso, a administração do "Projeto Beija-Flor" na localidade, pela associação de moradores, veio inicialmente a fortalecer esta última, aumentando a sua capacidade de intervenção no bairro e estabelecendo-a enquanto mediador privilegiado entre moradores e administração municipal naquele período. Ao mesmo tempo esta condição acirrou os conflitos entre associação e conselho comunitário. Quando o PMDB elegeu também o governador, em 1986, o conselho comunitário viu-se ainda mais fragilizado, à medida que sua diretoria havia sido aprovada pelo PDS, o que, possivelmente, faria com que levasse algum tempo até reestabelecer um diálogo amistoso com o novo governo, coisa que a associação já parecia ter.

"E a Associação de Moradores do Morro das Cachoeiras, começou a ter destaque. Passou a ser conhecida como uma entidade combativa, perante a comunidade também foi aparecendo. Neste meio tempo veio o Programa Beija-Flor, que era novidade, ajudou a divulgar a associação, a conhecer as pessoas. O pessoal do conselho não fazia nada e a gente foi crescendo. Por um lado nós tivemos uma briga com alguns vereadores que fizeram até abaixo assinado contra a associação. Mas, por outro, os jornais passaram a dar algum destaque pra gente e o conselho comunitário foi ficando cada vez mais pra trás."(PEDRO)

A comissão de movimentos populares, na medida de sua influência na administração, procurava intervir num ou noutro conflito local, fortalecendo os grupos que lhes eram preteridos. No entanto, dentro da administração, os critérios sobre que movimentos deveriam ser fortalecidos e a forma como isto deveria ser feito, nem sempre eram consenso. Nas horas em que as disputas vinham à tona, as diferenças e desconfianças que marcavam as distinções dos grupos internos da administração e suas ambigüidades prevaleciam. A comissão de

movimentos populares, onde predominava pessoas de um grupo já constituído (os *petistas*) e externo ao PMDB, concentrou muitas das tensões vividas por aquela administração, mantendo-se nela durante pouco mais de um ano e meio.

Lembro que a comissão era coordenada pelo "pessoal do PT", nome com o qual ficou conhecido o grupo que Antônio fazia parte. O rompimento deste grupo com a administração refletiu as ambigüidades por ele vivida na tentativa de assumir, enquanto grupo, as "perigosas relações" que ligavam a administração ao movimento e das quais eram o próprio objeto de mediação. Disseram-me alguns dos participantes da comissão que seu grupo (aqui falavam explicitamente do grupo que veio do PT), como é comum a um partido político, tinha "um braço no movimento e um braço no institucional", ou seja, uma parte de seu "corpo" em cada um dos campos relacionais. À medida que as relações vão ficando tensas e os "pólos" contrapostos, a tentativa de manter a permanência explícita nos dois "campos" vai se tornando insuportável para o grupo. O rompimento parece iniciar com a saída de algumas pessoas para depois acontecer, como diz Antônio, o "rompimento político", ou seja, de todo o grupo e de forma pública.

"Então eu participei da primeira fase deste trabalho da comissão, do primeiro ano dele. Porque neste intervalo eu comecei a participar mais ativamente do movimento de bairro lá onde eu moro, e na metade do ano de 86 a gente, em setembro, outubro, teve eleição do conselho comunitário, a gente formou uma chapa e ganhou. Então à medida que eu estava participando como diretor da entidade lá do conselho de bairro, eu fiquei bastante constrangido de participar do trabalho interno, mesmo porque já tinha todo um processo de queimação deste nosso trabalho por parte de um setor do movimento popular, principalmente ligado ao PT, que estava entendendo aquele trabalho como uma política de cooptação (...) Aí eu me afastei deste trabalho e fui pra outro setor, e foi neste momento que eu me afastei, que eu fiquei mais a vontade pra articular junto com setores do movimento de bairro, mais ligados, por exemplo, a setores do PMDB, principalmente

o Carlos, o Pedro, e outras pessoas, tentando puxar também, várias experiências novas que surgiram" (Antonio)

No depoimento de Antônio aparecem algumas tensões e constrangimentos que vinha sofrendo. Outros de meus entrevistados, passaram por processos parecidos durante a administração do PMDB, quando viram-se na condição de administradores, tendo que negociar com seus antigos companheiros de movimento e de contestação. O rompimento do grupo do qual Antônio participava, assumido em sua forma política - no sentido dado por ele: pública e coletiva (não pessoal) -, deu-se também num momento onde tendo sido acumulado um conjunto de tensões, cria-se uma situação de impasse, onde administração e movimento (no caso representado pelo sindicato dos funcionários da prefeitura), se colocam em pólos opostos. O grupo do qual Antônio fazia parte tanto participava do sindicato dos funcionários como tinha um de seus principais representantes no cargo de secretário de administração, instância da prefeitura que respondia por estes assuntos. O "braço do movimento" e o "braço institucional", viram-se frente a frente, em combate. O "corpo", optando por permanecer unido e tendo claro os custos que a opção pela prefeitura implicaria em seu conjunto de relações naquele momento, rompeu com a administração.

"A medida que a prefeitura não conseguia viabilizar os seus projetos maiores, porque precisava de aprovação da Câmara, começou a ver um processo de negociação com a Câmara. E aí a Câmara negociava no é dando que se recebe e foi se minando todo um trabalho, se privilegiando os cabos eleitorais, aí voltando uma prática antiga ... E começou a ter choques com este trabalho da comissão, na medida em que a gente começou a priorizar uma política de confronto, e não colocava panos quentes e isso estourou, no movimento paredista³⁹ dos servidores públicos municipais, quando aí se tomou uma posição de não

39 Movimento de greve de funcionários da prefeitura municipal por melhores salários e condições de trabalho.

negociação. Apolo estava na secretaria de administração, ficava difícil ele sustentar a posição, à medida que ele era o interlocutor: quem negociava era o secretário da administração. À medida que houve o rompimento na negociação, houve o rompimento político, foi pedido demissão, o pessoal pediu demissão."(Antonio)

CAPÍTULO VI

SOBRE AS "RELAÇÕES PERIGOSAS" NA CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS INTERLOCUTORES

VI.1 - A criação da UFECO

Passadas as eleições para prefeito da capital, a *articulação de entidades* organiza em 1986, o seu primeiro encontro, onde participaram todos grupos que haviam se reunido em torno do debate com os candidatos a prefeito. Neste encontro foram eleitas duas comissões. A "comissão do orçamento" ficou encarregada de preparar a intervenção da *articulação de entidades* no processo de discussão do orçamento municipal, que estava sendo convocado pelo novo Prefeito (Miranda, 1991). Esta comissão era coordenada por Bruno. A outra comissão, intitulada "comissão pró união municipal", ficou responsável por promover os encontros necessários e encaminhamentos práticos para fundar a *entidade* que deveria unificar todos aqueles grupos. Desta comissão, ficou responsável Carlos. A "comissão pró união municipal", apesar de ter sido criada no primeiro encontro da *articulação*, só veio a se reunir, praticamente, no final de 1986 (Canella, 1992), quando aconteceu a avaliação da primeira *experiência* de participação na discussão do orçamento da prefeitura. As opiniões sobre esta primeira *experiência*, e as dificuldades de articular a união municipal, são controversas, e revelam que os conflitos entre os grupos da *articulação* aumentavam a cada momento:

" A comissão da união não conseguia se reunir pois o pessoal da igreja não vinha, ela foi deliberadamente esvaziada pelo pessoal da igreja (...) Esta comissão do Orçamento ficou patinando por um longo tempo, que foi esse tempo que inviabilizou você desenvolver uma experiência mais significativa em 86 pra discussão do orçamento. Porque na prática ela acabou se fechando e excluindo da discussão a gente que já tava no movimento popular. Acabou sendo uma proposta fechada com algumas entidades, Conselhos Comunitários e o Pessoal do Pe. Bruno" (Antonio)

A opinião de Bruno, contudo, é bem diferente:

"(...) a tentativa era sempre de a gente interferir na questão do orçamento público. A tal ponto que nós conseguimos trabalhar o orçamento público. O problema foi que Andrino, teve toda aquela relação no passado com o pessoal do PT. E esta relação foi um tanto difícil, aonde de certa forma, a intervenção no orçamento público ficou um pouco prejudicada. Depois a prefeitura do Andrino convoca pra fazer o orçamento, mas o movimento já não tem a força da intervenção na máquina municipal pra, diríamos assim, pra centralizar esta força."(Bruno)

As divergências sobre quem devia ou não participar dos processos de discussão e do tipo de relação a ser estabelecido com a prefeitura, se multiplicavam. Além disto novamente era ano eleitoral, seria escolhido o governador do estado, muitas *lideranças* do movimento saíram em campanha pelo PMDB, que novamente tinham o candidato de *oposição* com maiores chances no pleito. Alguns integrantes dos *grupos da igreja*, diziam que, cada vez mais, aquela *articulação* se "atrelava" ao PMDB, se tornava "capacho" da prefeitura. Da outra parte, as acusações não eram menos sérias e diziam que o pe. Bruno tinha medo de deixar seu pessoal se envolver, ter outras opiniões e outras *lideranças*. Desta forma, o processo eleitoral para governador acabou complicando ainda mais as relações internas da *articulação*.

Estava sendo criada a nível estadual uma "federação de entidades comunitárias", que segundo o conjunto de meus

entrevistados, tinha como objetivo articular a campanha do candidato do PMDB para governador, servindo posteriormente como um canal de repasse das políticas estaduais do governo. Contudo, apesar do consenso sobre os "perigos" daquela nova instituição, tão próxima do domínio do partido político e do governo, as atitudes diante dela foram diferenciadas e marcaram novamente a distinção entre os dois principais grupos da *articulação de entidades*. Enquanto o *peçoal da igreja*, se afastou por completo da tal federação, e principalmente de suas tentativas de articular uma *entidade* municipal que lhe desse sustentação, as demais associações e conselhos de *oposição*, optaram por intervir naquele processo, procurando garantir nele mecanismos de *autonomia* e participação. A preocupação deste último grupo, não era propriamente com a federação estadual mas com as tentativas deste grupo para articular uma federação local, que entrava em concorrência com a *articulação de entidades*.

"Havia perspectivas nossas, a partir da base do movimento, que era a criação da UFEÇO. Aí teve uns espertalhões ... ia ter eleição para governador e eles estavam querendo criar uma entidade a nível estadual. Tu vê que nós não tínhamos uma entidade a nível municipal. Nós tínhamos um movimento, este movimento pró federação. E os caras já se anteciparam numa amizade com esses prefeitos do PMDB e com uma meia dúzia de associações que tinham por aí (...) Começaram a articular a tal da FAMESC¹, que era colocar a carroça na frente dos bois. O movimento não estava articulado a nível municipal e eles queriam criar uma federação estadual. Pra quê? Pra hora que o Pedro Ivo ganhasse a eleição. Pois todo mundo sabia que ele ia ser governador. Porque era hora do PMDB". (Carlos)

O grupo da FAMESC, além de alguns políticos do PMDB, que ajudavam a financiar seus encontros, reunia muitos dos

1. A FAMESC, Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina, foi criada naquele ano, independente dos protestos da *articulação de entidades*. Quanto a sua dependência ao governo do estado, acabou se confirmando no decorrer da gestão do PMDB no governo do estado.

conselhos comunitários do estado e várias associações de moradores recém criadas, numa composição que se assemelhava à *articulação de entidades*. As diferenças pareciam ser, novamente, a divergência de concepções sobre as relações entre movimentos e partidos e movimentos e administração. Não entrevistei os participantes do grupo da FAMESC, por isto minha visão sobre eles se dá pela opinião de meus próprios entrevistados. Neste sentido procurei observar justamente o que marcava o contraste, o que era destacado como diferença. O grupo da FAMESC era olhado como estando sob domínio do PMDB, ou seja, sua criação, suas propostas, sua estrutura, haviam sido pensadas no PMDB, e não nos espaços do movimento, com sua pluralidade de idéias e de partidos. Além disto, sua estrutura organizativa, também segundo meus entrevistados, estava voltada para a administração estadual, "atrelada" a ela, e não para a *autonomia da entidade*.

Quando o grupo da FAMESC, tentou criar a sua federação municipal em Florianópolis, a avaliação sobre a situação levou a *articulação de entidades*, a dividir-se em duas atitudes diferentes. O *grupo da igreja*, que já não andava comparecendo às reuniões da *articulação*, recusou qualquer tipo de relação com "aquele grupo". Um dos entrevistados do Movimento dos Sem Teto, disse-me: "... aquela gente era gente do governo, como é que iam lutá contra o Estado, eles eram do Estado". Os adjetivos utilizados pelos que participavam do chamado *grupo da igreja*, para classificar o grupo da FAMESC eram vários: "atrelados", "comprometidos", "gente do estado". Segundo esta visão, trabalhar com "aquele" grupo significava misturar-se, contaminar-se, por isto não deveria estabelecer-

se qualquer contato, nem qualquer ligação. Sob esta alegação, foi caracterizado o rompimento formal do *grupo da igreja* com os demais grupos da *articulação de entidades*, no momento em que estes últimos passam a se relacionar com outros grupos oriundos da articulação promovida pela FAMESC.

O posicionamento dos demais grupos da *articulação de entidades*, foi bem diferente. Acreditaram que era possível estabelecer as regras e os limites através dos estatutos, da coordenação e de sua participação. Desta forma garantiriam a *autonomia* na nova *entidade* municipal que iria ser criada. Além disto, eles se consideravam autores daquela proposta, e não pretendiam deixar que outros viessem "tomá-la". Assim, quando o grupo da FAMESC, reunindo algumas *entidades* locais, tentou criar a federação, o grupo da *articulação de entidades*, foi para o encontro disposto a alterar os planos de seus organizadores.

"E eles só não criaram a entidade municipal, passando por diversos encontros que tinha se tido, porque a gente conseguiu interferir e fomos no encontro que eles convocavam e desmanchamos este encontro(...) E este encontro foi desarticulado, a gente conseguiu desarticular e chamar um novo encontro. Foi chamado um 2º encontro das entidades comunitárias." (Antonio)

"Aí, como a gente tava contra a FAMESC e como a gente viu muita entidade envolvida, a gente não podia ficar fora. Pois a questão é que eles tinham criado um fato. Aí não dava mais prá gente parar a história. A gente tinha que tentar entrar e dar uma outra tônica."(Carlos)

Foi no encontro seguinte entre o grupo da *articulação de entidades* e o grupo local da FAMESC que o *pessoal da igreja*, resolveu caracterizar sua total isenção daquele processo, denunciando suas "impurezas" (o "atrelamento" ao *Estado* e aos Partidos Políticos) e sua

"maldade" (chamando-os de oportunistas). O *grupo da igreja*, reivindicava também para si, a autoria da proposta de criação de uma *entidade* municipal. De certa forma, este grupo encontrava-se numa situação parecida a de seus antigos "companheiros" de *articulação* diante da FAMESC, com uma atitude que era, no entanto, bastante diferente: a de total rompimento. A partir deste acontecimento, o *grupo da igreja*, ou "pessoal do pe. Bruno", como ficaram conhecidas as diversas entidades que participaram daquelas reuniões passou a ser uma referência constante nos depoimentos e histórias sobre a UFECO, e, por vezes, o "bode expiatório" dos problemas que os demais grupos da *articulação de entidades*, passaram a enfrentar com a nova composição de entidades da recém criada UFECO².

"E nós fizemos, elaboramos o estatuto e fomos para a assembléia, uma assembléia que deu muita gente, todos os segmentos, todas as linhas ideológicas estavam lá, menos uma, a turma do pe. Bruno. (...) Tudo programado, quando aparece a trupe. Bruno e companhia limitada. Num fuzuê desgraçado. Chamando a gente de oportunista, de pelegos. Porque eles estavam fundando a Federação Municipal e a gente tomou a dianteira. E a gente, pra não dividir o movimento naquele momento, chamamos para que eles participassem da chapa. Que tinha condições, porque o outro pessoal estava desarticulado, a direita. (...) Se eles tivessem participado a gente teria uma chapa ótima e boa. Hoje a UFECO teria muito mais respaldo. Mas não foram e a gente teve que, pra não perder o espaço, porque a direita quando viu esta situação ficou bem, e se a gente não pensa em conciliar, não pensa no consenso, a gente ficaria de fora, então entramos nesta chapa. Então ficou paritário né, esquerda e direita. E a partir daí, a gente começou a tentar fazer algum trabalho na UFECO" (Pedro)

2. Além disto, cabe adiantar, que o *grupo da igreja*, que não era formado apenas por *entidades* ou pessoas ligadas à igreja, veio a formar sua própria *articulação de entidades*, com características bastante diferentes da UFECO, constituindo-se também num dos interlocutores da administração. Este grupo ficou conhecido, mais recentemente, por um de seus principais grupos de referência, o Movimento dos Sem Teto.

A *chapa única*, ou *chapa do consenso* - alternativa encontrada para a composição da primeira diretoria da UFECO -, aparecia para meus entrevistados, que dela participaram, como estando dividida basicamente entre *esquerda* e *direita*, pólos equivalentes ao par "nós" e "eles". No primeiro grupo estariam incluídos todos aqueles que faziam parte da antiga *articulação de entidades*, inclusive o "pessoal do Pe. Bruno" que só não estava ali por auto exclusão. O segundo grupo, seria formado por aqueles que queriam criar a Federação Estadual. As novas *entidades* que foram se integrando na UFECO, eram incluídas num ou noutro grupo, conforme as afinidades que tinham e, no caso daquelas que não se mostravam de pronto identificadas com um dos grupos, as preferências partidárias de suas *lideranças* também serviam como critério de classificação. As características atribuídas à *esquerda* e à *direita*, no entanto variavam de um entrevistado para o outro e também em cada momento do depoimento. Estabelecendo uma certa semelhança no que se refere aos critérios utilizados para definir a relação com a administração e com os Partidos Políticos. Estariam na esquerda aqueles que defendem a *autonomia* do movimento em relação à administração e aos partidos e, freqüentemente, estariam também aí os que são *simpáticos* (votam, apóiam ou são filiados) aos partidos de *oposição*. Quanto ao que seja partido de *oposição* a referência básica é o governo federal, e neste caso o PMDB, mesmo tendo assumido a administração estadual e municipal, continuou, para muitos, sendo *oposição*.

A classificação do PMDB nos critérios acima é a que aparece nos depoimentos de forma mais polêmica. No caso de Bruno, por exemplo, "oposição é oposição e governo é governo",

ou seja, a partir do momento em que o PMDB passa a ser governo, ele deixa de ser oposição. Esta posição é compartilhada por vários dos entrevistados do Movimento dos Sem Teto. Já outros entrevistados fazem uma sub distinção no que se refere ao PMDB: a "ala da esquerda" e a "ala da direita". Na primeira estariam os apoiadores da administração municipal e os participantes da *articulação de entidades*, na segunda estariam os principais apoiadores do candidato ao governo do estado e o grupo da FAMESC. Continuando assim a predominar a distinção "nós"(*oposição*) e "eles"(*situação*).

A ambigüidade da situação do PMDB, meio dentro e meio fora da administração, colocou seus adeptos, simpatizantes e antigos aliados, sob suspeita. Quem era do PMDB passou a estar ligado ao *Estado*, possuir grupos em comum com os governantes, ser do mesmo partido, ter "parte" com eles. Os significados da *autonomia* para as pessoas e grupos que se encontraram nesta situação de inversão de suas posições em relação às administrações, tiveram que ser reelaborados, adaptando-se às novas situações. A "independência" e a "contestação" passaram a ser construídas a partir de referências com outras instâncias (ou outros níveis: estadual, federal), e a "pluralidade" partidária passa a substituir o critério da "ausência" de partidos como sinônimo de *autonomia*. Os novos significados, no entanto, não eliminaram os conflitos gerados por aqueles que os colocavam sob suspeita. As alternativas encontradas para sair de tais conflitos, por vezes incorporaram a "suspeita", preferindo uma "retirada silenciosa" ao enfrentamento público. Este parece ter sido o caso do grupo da *articulação de entidades* na *chapa de*

consenso. Não houve ali uma "ruptura política" no sentido dado por Antônio (coletiva e pública), mas uma "retirada silenciosa" explicada por uma série de "desculpas" individuais.

Um a um, praticamente todos os participantes da antiga *articulação de entidades* que estavam na diretoria da UFECO acabaram saindo. Os motivos alegados foram vários, novo emprego, mais tempo para dedicar-se a associação do bairro etc. Em quase todos os depoimentos aparecia também, junto aos "problemas principais", o seguinte problema: a dificuldade de trabalhar com "aquele grupo". O grupo da FAMESC continuou na diretoria da UFECO até 1989. No final de 1988, no entanto, o grupo da antiga *articulação de entidades* (entre os quais alguns dos mesmos que haviam saído da diretoria por "problemas pessoais"), ampliado por mais algumas *lideranças* formaram uma *chapa de oposição*, e concorreram nas eleições da UFECO, vencendo o pleito. A *chapa de oposição* contava com Carlos, Pedro e algumas das outras *lideranças* que entrevistei - Antônio já estava *militando* no movimento sindical. Na retomada de muitas de suas reivindicações de participação junto à administração, o grupo se aproximou novamente do *peçoal da igreja*, num processo sempre fricativo.

"Aí ano passado a gente começou um movimento pró tomada da UFECO. Na época chamamos o pessoal da igreja, mostrando que a gente estava tentando conquistar a UFECO, mas eles ficaram isolados. Aí a gente ficou quase um ano na batalha, aí a gente conseguiu em agosto do ano passado ganhar a diretoria, com quase totalidade do apoio das entidades, já que o pessoal ligado a outra diretoria não conseguiu articular uma chapa. Não conseguiu juntar o número suficiente de entidades e na última hora caíram fora."(Carlos)

"Reunimos mais de 30, 40 entidades e fechamos. A gente viu que tinha força pra ganhar. E o pessoal da direita começou a se apavorar e a gente começou a ter guerra. Eles se reuniam justamente

no gabinete do Amim (já era prefeito). E começou a guerra em cima da gente. E a gente foi. Em cima de uma proposta de moralização nós conseguimos desarticular eles. E chegou ao cúmulo de eles não ter mais nem o número pra formar uma chapa pra concorrer. E aí a gente ganhou a UFECO novamente." (Pedro)

VI.2 - O pessoal da igreja e o Movimento dos Sem teto

O *pessoal da igreja*, como já disse, reunia *entidades* de caráter diversos, recebendo este título contudo pela constante representação exercida pelo pe. Bruno na relação com os demais grupos da antiga *articulação de entidades*. É certo porém que a igreja católica teve uma presença muito forte na história deste *pessoal*, estabelecendo redes de relações e o próprio "fio" condutor de suas histórias. Como já disse, o *pessoal da igreja*, que a partir de agora passo a tratar por "estes grupos", atribuindo-lhe assim maior diversidade, tem um processo de encontros e reuniões que é anterior ao processo de criação da UFECO. Diferente das novas associações e dos conselhos de *oposição*, estes grupos já vinham se encontrando antes do debate com os candidatos a prefeito em 1985. Das entrevistas que recolhi, obtive vários depoimentos sobre antigas histórias. O depoimento de Bruno é, no entanto, um dos poucos que fornece aos fragmentos uma unidade.

Entre aqueles que participaram da *articulação de entidades* havia *lideranças* ligadas às CEB's (grupos de catequese, de produção etc) às associações de moradores e a um conselho comunitário (do Morro do Pacote). Estes grupos tinham como característica comum originarem-se em bairros pobres. Se auto denominavam *comunidades de periferias*, e daí saiu o nome

de sua articulação, a *articulação das comunidades de periferia*. Era comum também encontrar, em várias destas *comunidades*, trabalhos pastorais da igreja católica, com padres, estudantes de teologia, religiosas e *leigos* que trabalhavam no sentido de criar "grupos de reflexão", na linha da "igreja progressista", ou seja, aquela defendida no documento de Puebla.

Estes *agentes pastorais*, como eram chamados os religiosos e leigos que atuavam nestas *comunidades*, não só se reuniam como também promoviam reuniões entre seus grupos. Como houvesse em várias localidades, problemas de "conflitos de terra", os *agentes pastorais* - a exemplo de outros lugares no Brasil onde a igreja católica também tinha este tipo de trabalho - criaram a "Comissão do Solo Urbano" (por volta de 1983/84). A igreja católica, representada através da arquidiocese de Florianópolis, pagava uma *assessora*, para acompanhar esta *comissão*, e um advogado, para tratar dos casos de despejo e conflitos de terras com a polícia. A *comissão*, além de promover várias reuniões a nível local, participava de encontros estaduais e nacionais. Ela era encarregada também de procurar mediar as negociações com a administração municipal e estadual nos casos de conflito.

Posteriormente algumas das pessoas que trabalharam na *comissão*, juntamente com outros trabalhos realizados pela igreja católica em algumas *comunidades* (Canella, 1992: 86), criam o CAPROM, Centro de Apoio e Promoção ao Migrante. Enquanto a articulação criada inicialmente em torno da "Comissão de Solo Urbano", continuava a fazer suas próprias reuniões, a nova *entidade* tinha como objetivo receber e

orientar os migrantes que chegavam a cidade, e que eram, potencialmente, os futuros moradores das áreas de "conflitos de terra". Durante o desenvolvimento dos trabalhos do CAPROM e da *articulação das comunidades de periferia*, nos anos que se seguiram, foram se agregando a eles várias pessoas, além daquelas remuneradas pela igreja católica. Algumas delas combinavam o "trabalho voluntário" com uma espécie de remuneração indireta, à medida que utilizavam parte de seu tempo de trabalho pago no partido político, na administração municipal ou nas universidades locais, para realizar tarefas e atividades de sua atuação no CAPROM.

A criação do CAPROM, foi um elemento significativo para a ampliação do processo de articulação das *comunidades* ligadas à antiga "Comissão do Solo Urbano". O CAPROM recebia e encaminhava vários migrantes que chegavam à cidade, orientando-lhes quanto à moradia e às possibilidades de emprego. Conforme era esperado, vários destes migrantes vieram morar (e criar novas áreas) nas *áreas de periferia* da cidade. Estes novos moradores tiveram como seus primeiros amigos e "benfeitores" as pessoas que trabalhavam no CAPROM, estabelecendo com eles fortes vínculos de solidariedade e gratidão, elementos importantes para o estabelecimento de relações duradouras e para a confiança mútua. Desta forma, no processo de articulação entre *áreas de periferia*, o grupo do CAPROM tornou-se uma das principais referências, vindo mais tarde, a se constituir no representante privilegiado destas áreas em suas negociações com a administração pública.

Durante a administração do PMDB o CAPROM contou com vários funcionários pagos pela prefeitura para realizar o

trabalho de recepção e encaminhamento dos migrantes. Neste período, junto com a *articulação das periferia*, o CAPROM obteve sucesso em muitas de suas reivindicações, como a exemplo das "feiras de verduras", onde a prefeitura cedia gratuitamente o transporte para trazer alimentos direto dos produtores (agricultores e pescadores), para os consumidores (*comunidades de periferia*), estabelecendo redes diretas de "produção e consumo", e de organização entre estas localidades. Os relatos sobre este período, no entanto, não se dão no momento em que meus entrevistados falaram da administração do PMDB, para a qual não economizaram críticas, mas no momento em que vão falar do tipo de política do novo prefeito do PDS em 1989, em relação ao qual, a "época de Andrino" assume sua positividade.

"A COMCAP na época do Andrino estava tendo uma administração mais social. Uma perspectiva na área de feiras de verduras, um ensaio. Com a vinda do Amim a COMCAP toma sua origem na época do passado de novo, é uma empresa, onde uma empresa tem que gerar lucro. E como gerar lucro, ela não deve trabalhar na dimensão social. Então todos os projetos que nós tínhamos na questão social, na época com a COMCAP, na época foi tudo cortado. Que era o projeto da feira, o projeto do olha o peixe. Depois de eles terem tirado, a gente foi lá, fez um trabalho contínuo de discussão. Explicou a importância, e a única coisa que funciona é o caminhão. Mas as pessoas foram retiradas, inclusive as pessoas que a prefeitura pagava do CAPROM, da prefeitura e da COMCAP, foram chamadas de volta."(Bruno)

Em 1986, algumas das pessoas que atuavam junto ao CAPROM, e as *comunidades de periferia*, criaram o CEDEP, Centro de Educação e Documentação Popular, com objetivos diferentes do CAPROM. Enquanto este último tinha como objetivo articular e organizar grupos, o CEDEP foi criado para trabalhar com grupos já organizados: associações, grupos de reflexão etc; organizando cursos, encontros, documentos e cartilhas na linha

da "educação popular". O CEDEP - e posteriormente também o CAPROM - recebiam inicialmente ajuda financeira da igreja católica local para desenvolver seus trabalhos, passando depois a contar com financiamento estrangeiro das "agências de solidariedade internacionais" (agências que financiam projetos e organizações não governamentais em países do terceiro mundo). O CEDEP passou a ser também a possibilidade de estabelecer convênios com as universidades locais, conseguindo inclusive a *liberação* de pesquisadores e educadores para trabalhar na *entidade*.

"O CEDEP funciona mais numa linha de assessoria, não enquanto a questão organizativa. Mas numa linha de assessoria, no sentido de dar um salto qualitativo do movimento. De fazer, por exemplo, com que as entidades e associações combativas do movimento, tivessem uma perspectiva mais politizada e de trabalhar a função da associação de moradores. Não só uma associação que administra as migalhas que a prefeitura dá, mas a associação tem uma função política na sociedade (...)" (Bruno)

Na época da pesquisa, o CAPROM tinha sua sede num prédio do governo do estado, enquanto o CEDEP ficava localizado num prédio da igreja católica. Ambos tinham o desejo de ter uma sede própria - como diziam: *autônoma*. Mas fizeram questão de dizer que aquela situação não interferia em seus trabalhos. Estes grupos - *articulação das comunidades*, CAPROM e CEDEP - possuem suas próprias especificidades e divergências entre si. Ainda que seus participantes pouco tenham falado sobre isto, tive a oportunidade de tomar conhecimento de pequenas brigas e diferentes visões sobre a forma de trabalhar com as *periferias* no interior destes grupos. Neste sentido, diferente do grupo da *articulação de entidades* que privilegiou a narrativa dos conflitos, estes

grupos preferiram falar sobre os consensos³. Possivelmente, a não explicitação de suas diferenças para estranhos, aliado à predominância da representação de Bruno nos vários grupos, fez com que as demais *entidades* do movimento popular/comunitário, até hoje, os olhe como sendo a mesma coisa e os confunda com a própria igreja - o *grupo da igreja*, o *grupo do padre*.

O CEDEP adquiriu a dinâmica própria dos centros de educação popular, elaborando projetos específicos em áreas diversas, estabelecendo convênios com as universidades, realizando cursos e encontros para as *comunidades de periferia*. O CAPROM, por sua vez, mais inserido no processo de organização, esteve mais presente nos momentos de negociação e "conflitos de terra", assim como no acompanhamento da *articulação das comunidades de periferia*. Estas diferenças, contudo, devem ser entendidas no processo de construção dos grupos, à medida que várias das pessoas que atuavam em um, atuavam também em outro, acompanhando os processos de um e de outro. As *lideranças das comunidades de periferia*, por sua vez, tinham sua própria *articulação*, ainda que participassem de reuniões de ambas as *entidades*.

A *articulação das periferias*, o CAPROM e o CEDEP, num primeiro momento, traziam uma quase total recusa da presença dos partidos políticos. No entanto, o constante envolvimento nos processos eleitorais, com a retomada da "política" em todos os espaços, fez com que, em 1988, estes

3. Particularmente sobre esta diferença, além das características de cada grupo, penso que minha relação com cada um destes grupos também influenciou significativamente na ausência de depoimentos sobre os conflitos nos chamados *grupos da igreja*. Para meus entrevistados, pertencentes a estes grupos, eu era uma *intelectual* fazendo pesquisa e, quando muito, minha aproximação na "participação" do movimento se deu através de grupos e pessoas que não eram de sua inteira confiança. Daí por que não me falar de suas "fraquezas" e "fissuras".

grupos começassem a discutir e definir posições conjuntas sobre o candidato a apoiar e o tipo de campanha a ser feita nas *comunidades*. Diferente dos grupos da *articulação de entidades* que possuía diferentes candidatos nos processos eleitorais, aqueles grupos elegeram um único candidato, escolhido em reuniões próprias de suas *articulações*. Assim como o partido pelo qual este candidato deveria concorrer: o Partido dos Trabalhadores, opção partidária que predominava entre as *lideranças* dos grupos.

O PT era um partido caracterizado por sua total oposição às administrações públicas (municipal, estadual e federal). Neste sentido era um partido "puro", não corrompido pelo "poder" (ainda que sua constante presença nos processos eleitorais revelasse seu "desejo" por ele). O envolvimento na campanha eleitoral fez com que algumas pessoas destes grupos passassem a intervir na dinâmica interna do PT. O candidato era uma das *lideranças das periferias*, escolhido numa das reuniões de sua *articulação*. Esta escolha foi levada para dentro do PT, que não abriu mão das prerrogativas de decidir em sua própria assembléia os candidatos do partido, submetendo assim a decisão do movimento às suas instâncias partidárias.

Nesta época o *peçoal do PT* que havia participado da administração Andrino (tendo sido por isto quase expulsos do partido) e que ajudou a fundar a UFECO, já estava quase todo de volta as atividades partidárias, participando inclusive da direção do PT. Acontecia assim, nas instâncias partidárias, novamente o encontro entre o *grupo das periferias* e parte do *grupo de UFECO*. Este encontro, sob a "tônica" da discussão partidária, continuou a se dar a partir de antigas diferenças

que procuravam, inclusive, de certa forma, fazer com que o próprio partido, "tomasse partido" no conflito. O *grupo das periferias*, além de escolher dentre um de seus membros o novo secretário de movimentos populares do PT queria também que o PT reconhecesse apenas a sua *articulação* como "a" entidade municipal, e não, mais uma das *entidades* municipais. Entre as implicações deste reconhecimento estava o fato de que os dirigentes do PT não poderiam assumir cargos de direção na UFECO ou em suas entidades filiadas.

"Mas em 88 o partido dos trabalhadores começa a fazer uma discussão do partido sobre a questão de bairro, sobre o movimento. Então em 88 é que a gente consegue fazer com que o PT discuta qual é a sua política para os movimentos populares. Porque quando teve a renovação do diretório municipal, em 88, o pessoal do Pe. Bruno veio para o encontro para ganhar a secretaria de movimentos populares(...) Aí o pessoal veio pra dentro do PT, pra votar pra ganhar a secretaria do movimento popular. A gente acabou concordando, porque era o trabalho mais expressivo dentro do PT nos bairros, agora por outro lado, a gente não concordou, que a política da secretaria fosse a política dos caras, que era a política até de criar uma nova entidade municipal. Aí em função disto, foi trazido o debate pra dentro do PT, e esse debate é que vai fazer com que o tempo e o amadurecimento, passe a se ter uma relação bem mais cordial desse setor, principalmente comigo. Pena que nessa época eu já tinha saído do movimento popular. E que hoje a gente tem um bom relacionamento, mas passou por momentos tensos. E a gente de certa forma só não foi mais tenso, porque a minha companheira fazia parte do trabalho inicial da CEB's junto com o Pe. Bruno. E queira ou não a gente tinha um espaço de amizade que precisava ser preservado."(Antonio)

O depoimento de Antônio sobre este período é bastante denso, e revela muitas das antigas tensões vividas por estas pessoas e grupos durante seus freqüentes encontros. É possível perceber também outras relações que se cruzavam, relações familiares e antigas relações de amizade. Relações que precisavam ser negociadas entre os grupos à medida que eles se encontravam em suas múltiplas identidades. A incursão do *grupo das periferias* no PT, ainda que tenha fortalecido a

capacidade de influência destas pessoas no partido, não obteve o resultado final esperado, qual seja a eleição de seu candidato. O "candidato das periferias", foi o segundo candidato mais votado do PT (com 800 votos), não obtendo contudo número de votos de legenda, no PT, suficientes para ser eleito. O vereador eleito pelo PT era oriundo do movimento sindical, movimento que até então não tinha muita relação com os parlamentares da Câmara de Vereadores, e apenas ensaiava algumas "parcerias" com o movimento popular/comunitário.

Os grupos ligados à *articulação das periferias*, viram-se assim na condição de ter que relacionar-se com este novo vereador, que apesar de ser do partido que haviam escolhido para o seu candidato, nada tinha em comum com eles. Não era uma pessoa em quem confiassem a ponto de chamá-lo para suas reuniões e processos de decisão, ainda assim era o vereador para o qual apresentavam seus projetos. Esta situação criou vários conflitos entre estes grupos e o vereador do PT, principalmente no que diz respeito às discussões da constituinte municipal, quando estes grupos criaram um fórum de discussão para elaboração de várias "emendas populares" e projetos que apresentavam para que o vereador do PT encaminhasse, sem contudo chamá-lo para discutir. Durante todo o mandato do primeiro vereador do PT houve uma tensão permanente entre ele e o *movimento das periferias*, que, do ponto de vista das relações partidárias, seria o movimento que teria maiores possibilidades de contato. Esta tensão foi vivenciada também dentro do PT à medida que este vereador havia sido apoiado por tendências políticas minoritárias do partido (distantes também daquelas que tinham relações com o

grupo das periferias no PT), já conhecido por suas constantes brigas entre as *tendências*.

O Movimento dos Sem Teto, enquanto uma articulação própria que organiza *ocupações de terra*, surgiu neste contexto, na administração do PDS, a partir dos grupos ligados a *articulação das periferias*. No entanto sua possibilidade, seu "acontecimento" propriamente dito, envolve uma complexidade de situações bem maiores e sobre as quais falei no segundo capítulo (no item: Os caminhos da *ocupação organizada*). Quando o Movimento dos Sem Teto começou a aparecer publicamente com este nome, sua referência para negociação e representação diante da administração foi o CAPROM, que funcionando como uma entidade jurídica, falava e negociava em nome dos Sem Teto nas situações de conflito. No entanto o apoio e a articulação com as demais *comunidades das periferias* e com o CEDEP, constitui referência e sustentação de fundamental importância para as "redes" de solidariedade e à continuidade das *lutas*.

VI.3 - A Administração e o Movimento em 1989/90

Quando a nova administração assumiu em 1989, seus projetos logo se tornaram motivo de polêmica e algumas reações começaram a ser esboçadas por parte de vários setores do movimento popular/comunitário. Aos poucos, cada uma de seu

canto, as *entidades* populares e comunitárias foram reagindo aos projetos e políticas da nova administração. No entanto, as ações isoladas foram tomando corpo com a ajuda da própria administração, que começou a falar sobre um movimento contra a prefeitura, "os contras". "Os contra" foi uma categoria que surgiu das propagandas da administração e dos empresários locais que procuravam criar, com ela, uma imagem negativa sobre seus opositores. Contudo, a categoria foi incorporada pelo movimento e por muitas outras pessoas que se sentiram nesta condição. O contraste entre administração e movimentos, foi, com isto fortalecido, possibilitando a identificação e o estabelecimento de novas articulações entre o movimento popular/comunitário e a busca de novas estratégias para atingir suas reivindicações. Por outro lado, esta situação fortaleceu também as redes informais de relação com a administração à medida que os canais formais estavam praticamente todos fechados. No entanto, apesar da identificação, por oposição a prefeitura, as diferentes formas de atuação foram mantidas, assim como eram diferenciadas as políticas adotadas pela administração.

"Bom, no começo, foi em cima de questões específicas né, por exemplo com relação aos projetos, em coisas ligadas a nós. Por exemplo na Praia da Areia que fica na jurisdição da nossa associação. E sobre outros projetos que haviam ali na área a gente começou a se pronunciar. Principalmente exigindo que a gente participasse da discussão dos projetos. Porque a UFECO ainda tava nas mãos deles e quando a gente pegou, até a gente se encontra, foi cada um do seu jeito". (Carlos)

"O que a secretaria de obras fez, ela começou a rodar toda a cidade, e todo e qualquer barraco que entrava, a primeira coisa era tentar derrubar os barracos. Foi aonde nasceu com muito mais força o movimento de oposição a atual administração. O Movimento dos Sem Teto se formou a partir do primeiro mês do governo Amim. Nós tínhamos o movimento do solo urbano, que era uma organização, de urbanização. Com o primeiro mês do Amim nós tivemos doze comunidades

em conflito dentro de dois meses com ações de despejo, com ações de pressão, com ações em que a gente foi prá negociação com prefeito" (Bruno)

O período narrado sobre o primeiro ano da administração Amim/Bulcão, é rico em detalhes sobre as disputas, denúncias e brigas que caracterizaram uma "nova força" do movimento. O novo prefeito, por sua vez, aparece como a principal referência sobre a qual se estabelece o contraponto do movimento. No caso do depoimento de Bruno, por exemplo, há uma relação direta entre o nascimento do Movimento dos Sem Teto e aquela administração. Esta vai aparecer para ele querendo enfraquecer o movimento, fragmentá-lo e destruí-lo e, no entanto, é em contraposição a ela que o movimento surge e se articula mais forte. Um outro entrevistado do *grupo das periferias* disse-me que quando o novo prefeito assumiu, com todos os seus projetos, ficou mais fácil mostrar para as pessoas "quem ele era", o que teria causado uma "reação imediata". Da mesma forma Pedro e Carlos falam da força do movimento diante da recusa do prefeito em estabelecer um diálogo e manter os canais de participação anteriormente existentes. Como Bruno, eles também falam a partir da contraposição entre administração e movimento. Para eles, à medida que o prefeito percebe o fortalecimento do movimento, ele fecha seus acessos à administração e procura retomar suas tradicionais formas de relacionar-se com a "população".

"Então tivemos algumas reuniões iniciais e ele sentiu que a barra tava pesada. Que não era mais como quando ele saiu do governo do Estado. As associações já tinham evoluído muito e eles tinham que achar uma forma de não se queimar mais. Daí ele passou a não atender mais o movimento comunitário. Passou a optar pelo atendimento aos políticos, aos cabos eleitorais que ele tinha." (Pedro)

Conforme eu havia dito, o grupo da antiga *articulação de entidades*, havia formado uma *chapa de oposição* a sua própria diretoria, com a qual, em agosto de 1989, ganhou a eleição da UFECO. Paralelo a isto, este grupo vinha participando de vários encontros de discussão convocados por vereadores de *oposição* e por grupos específicos do movimento popular/comunitário, nos quais tinha oportunidade de encontrar várias das pessoas pertencentes a *articulação das periferias*. Estes grupos encontravam-se assim, por sua contra posição a administração, do "mesmo lado", ou seja, contra as propostas da prefeitura. Se isto não eliminava as antigas diferenças e as desconfianças, possibilitava os encontros e, com eles, a tentativa de realizar algumas atividades conjuntas e estabelecer a "solidariedade" para determinadas *lutas*. A UFECO, eleita a nova diretoria, era então, novamente, colocada no campo das *oposições*, aliada, portanto, daqueles que também se colocavam neste campo. Com a apresentação dos projetos e propostas da prefeitura para a cidade, muitas foram as reuniões, encontros e novas articulações próprias deste campo. Elas reuniram tanto grupos do movimento como técnicos da administração, vereadores e profissionais das mais diversas áreas.

A nova diretoria da UFECO, ainda que menos heterogênea que a primeira, manteve suas brigas e facções internas. Meus entrevistados, fizeram questão de narrar cada uma das polêmicas, discordâncias e brigas que os acompanharam. Na relação da UFECO com a nova administração, predominaram as reivindicações para reativar antigos espaços de participação na gestão da cidade, como o conselho municipal de saúde e o

conselho municipal do transporte, todos perdidos com a entrada da nova administração. Além disto discutiam também questões como a localização do depósito de lixo da capital. Deste último, além das narrativas dos entrevistados pude acompanhar também algumas das reuniões e polêmicas.

Nas tentativas de reativar os espaços de participação popular a UFECO praticamente não obteve muitos resultados, tendo conseguido apenas, em alguns casos, como no do conselho municipal de saúde, por exemplo, ao contrário do que esperavam, um retorno às antigas formas de vinculação administrativa (Canella, 1992: 69-70). No caso do conselho municipal de transporte, a avaliação também foi negativa. Segundo meus entrevistados, a "participação" nesta instância e a *luta* para o seu funcionamento, teriam servido apenas para justificar os aumentos das passagens de ônibus. O caso da discussão em torno da questão do depósito de lixo (assumido de forma polêmica pelo grupo da UFECO), ainda que não tenha se constituído num espaço de participação formal, reconhecido pela prefeitura, parece ter sido um dos poucos espaços criados pela UFECO que obteve resultados significativos. A intervenção neste espaço, além de protelar por vários meses a decisão definitiva da prefeitura, reativou muitas das redes informais que haviam se constituído durante a administração do PMDB.

A retirada do depósito de lixo da cidade estava incluída entre as muitas políticas da prefeitura para o embelezamento da cidade. Para isto havia sido assinado um acordo com a prefeitura de uma cidade vizinha para que recebesse o lixo da capital, e com uma empresa privada, para que o transportasse até seu novo depósito. Além das

desconfianças sobre os acordos assinados pela prefeitura, e as possíveis propinas que estariam sendo pagas ao empresário responsável pelo transporte, havia uma série de alternativas criadas pela administração anterior, (também bastante polêmicas em sua época⁴), que não haviam sequer sido levadas em consideração pelo novo prefeito. A nova diretoria da UFECO participou do processo de elaboração das propostas para resolver os problemas do lixo na capital, durante a administração anterior, discutindo e decidindo sobre uma série de alternativas. Não podiam admitir que o novo prefeito tivesse encontrado uma solução tão cara e inteiramente nova, sem levar em consideração todo o processo do qual haviam participado.

Quando a prefeitura anunciou o acordo com a empresa que iria transportar o lixo para o município vizinho, alguns dos diretores da UFECO se articularam com as associações de moradores daquele município e com vários *técnicos* da prefeitura e das agências ambientais do governo estadual e federal para acionar os mecanismos necessários para impedir os acordos que estavam sendo assinados. A UFECO convocava as

4. As propostas da antiga administração para os "problemas do lixo" eram as seguintes: Construir uma usina de reciclagem de lixo e implantar, nos bairros onde fosse possível, o Projeto Beija-Flor. O prefeito elegeu uma "comissão técnica" para escolher as possíveis localidades da usina. Quando foram selecionadas três localidades da *Ilha*, o "reboliço" começou, ninguém queria o lixo perto de sua casa. As associações das respectivas localidades apresentaram seus próprios *técnicos* (engenheiros, biólogos, ecologistas etc - moradores dos bairros, funcionários públicos, professores da universidade e grupos solidários aos moradores) para contestar os estudos da prefeitura. Um "jornal independente" ("No meio do ambiente coletivo", 1987), foi lançado naquele período e falava das "mentiras" dos modelos apresentados pelo prefeito. Nas reuniões públicas era plena a disputa e a hierarquia dos saberes: *técnicos* x "nativos". Os pescadores e moradores mais antigos contestavam com o "saber popular" os dados e a qualidade dos estudos dos engenheiros. As reuniões entre "comissão técnica" e "população" se prorrogou por meses e o resultado final foi a decisão pela localização da usina de reciclagem num município vizinho. Foram iniciadas as obras para a usina mas ela não chegou a receber o lixo da capital.

reuniões, os *técnicos* da prefeitura falavam sobre as alternativas, explicavam os processos de separação do lixo e falavam da usina de reciclagem, os *técnicos* das agências ambientais falavam dos mecanismos legais para impedir a prefeitura de continuar com seus acordos. Estas reuniões acabaram tomando tais proporções que a prefeitura proibiu os *técnicos* do Projeto Beija-Flor de participarem delas sem a prévia autorização do prefeito. Proibição que não foi atendida, ainda que tenha sido respeitada, pois os *técnicos* continuaram participando das reuniões, só que, clandestinamente. A UFECO, no que pese as suas divergências internas que acabaram impedindo uma atitude mais incisiva no final deste processo, conseguiu protelar durante vários meses a realização do acordo, revelando inclusive algumas de suas irregularidades. Ao final do processo, no entanto, a prefeitura conseguiu tirar o *lixão* da *Ilha*.

O caso do lixo me chamou atenção porque, ele se aproxima muito do caso da *ocupação organizada*. Por um lado, o lixo, como "aquela gente", era "perigoso", contaminava o ar e a água e desvalorizava o bairro e a *Ilha*. Ele precisava ser escondido, mandado para longe, colocado - ou *assentado* - em algum lugar. Defender sua permanência gerava desconfiança e suspeita. Este foi o motivo da polêmica no interior da UFECO⁵.

5. Pedro, como um dos defensores da proposta da UFECO de continuar na *briga do lixo*, explicou-me a sua versão sobre o motivo das divergências internas:

"Porque o Carlos tava fora e o Armando também, e voltaram querendo que não se entrasse com a ação contra a prefeitura, aí deu uma guerra e a gente quase se dividiu. E hoje ainda continua mais eu, dois ou três, assumindo a coisa. Porque a diretoria toda na sua grande maioria, ela não tem interesse, porque ela não quer se queimar. Disseram que iam usar isto contra a gente, dizendo que a gente queria que o lixo ficasse na Ilha. Porque a UFECO é uma entidade de Florianópolis então é a idéia de que se dane pra onde vai o lixo, desde que não fique na minha casa, pode ir pra casa do vizinho. Então essa é a imagem, o conceito que eles tem". (Pedro)

Por outro lado, a polarização das relações movimento-administração, levou a um ocultamento das relações entre os *técnicos* e as *lideranças*, e neste caso, uma proibição expressa desta reunião por parte da administração. A presença dos *técnicos*, por sua vez, se constituiu num dado sem o qual fica impossível compreender as ações do movimento. Neste sentido, sua presença, era fundamental. Eles iniciavam os debates, mostravam as alternativas e serviam de mediadores nos conflitos que apareciam. Além disto, o acúmulo de discussão sobre as alternativas conhecidas e a autoridade para falar sobre elas, estava em suas mãos.

No caso do grupo de entrevistados da *articulação das periferias*, selecionei as narrativas sobre o Movimento dos Sem Teto, grupo que surge no primeiro ano da nova administração e se destaca como um dos interlocutores privilegiados no enfrentamento com a prefeitura. Este movimento, como procurei demonstrar nas narrativas sobre sua história, possui características diferentes dos grupos da UFECO, estabelecendo formas de reivindicações - e as próprias reivindicações - com caráter bem diferente daqueles. Mesmo assim, como também procurei demonstrar, em função das especificidades das relações com a administração, ambos se utilizam de mecanismos comuns. No período 1989-90, foram ressaltados, pelas entrevistas, vários momentos importantes na relação com a

administração, destaquei aqui a "ocupação da prefeitura" e a "luta da lei orgânica"⁶.

"Acho que um dos momentos mais significativos foi o da ocupação da prefeitura. Porque aí o pessoal se deu conta do que significava a administração de Amim. Porque até então o pessoal olhava o Amim como governador e a partir daquele momento teve que olhar o Amim enquanto prefeito, na perspectiva dos empresários. Não mais da população empobrecida das camadas populares. E teve que se aperceber num segundo momento, que não adianta vir ao Amim com apenas reivindicações. Tinha que vir ao Amim com propostas negociáveis, concretas, para enfrentar a administração dele. Acho que este foi um salto qualitativo do movimento. Foi de gerar, com o próprio movimento, propostas alternativas e propor ao poder municipal, e não mais ficar à margem do poder municipal e chegar lá e dizer: nós estamos com problemas de despejo, nós viemos aqui e queremos outra terra. O pessoal chegava e dizia: Em tal lugar tem terra, então desapropria esta área porque é uma alternativa da gente ir pra lá. Então acho que este foi o grande salto que o movimento deu, de vir com propostas negociáveis, com levantamentos concretos, e saber onde é que a prefeitura dispunha de terras, e saber onde é que existia áreas particulares que o Amim poderia negociar com os empresários." (Bruno)

Os grupos que faziam parte do Movimento dos Sem Teto, tendo constituído uma pauta de reivindicações e propostas, marcaram uma assembléia no pátio da prefeitura⁷. Para esta assembleia convidaram o prefeito, para quem entregaram suas reivindicações. Como não houve resposta do prefeito, que inicialmente recusou-se a participar do evento, a assembléia decidiu permanecer em "caráter permanente", ficando no pátio da prefeitura, até que alguma negociação

6. Entre os momentos mais importantes, foi citado também a primeira *ocupação organizada*, sobre a qual falei no segundo capítulo. No entanto, escolhi aqui apenas os momentos em que meus entrevistados falam sobre os processos de negociação e conflito com a administração, detalhes que não foram privilegiados nas narrativas sobre a primeira ocupação. Como as negociações da *ocupação organizada* que acompanhei só aconteceram depois destas entrevistas, não falo sobre ela aqui.

7. A Prefeitura Municipal de Florianópolis, enquanto estrutura física, está dividida em várias edificações espalhadas pela cidade, na *Ilha* e no *Continente*. O gabinete do prefeito, juntamente com algumas secretarias, ficam localizadas num antigo colégio estadual, que possui um pátio interno, bem arborizado, rodeado por uma varanda que permite o acesso a várias salas da prefeitura, foi neste pátio que se realizou a assembléia do Movimento dos Sem Teto.

fosse feita. Ali permaneceu durante três dias, os quais foram intitulados, por aquele movimento, de "ocupação da prefeitura". Bruno relata este momento como sendo um momento de profunda importância para o movimento, pois marca "um salto qualitativo", onde o movimento passa do momento de apenas pedir que a prefeitura resolva seus problemas, para o momento de gerar suas próprias "propostas alternativas", "propostas negociáveis", "levantamentos concretos". Bruno aponta uma passagem que se estabelece tanto pelo contraste com o administrador como por uma mudança de atitude. Esta mudança, na qual é frisado o componente da *autonomia*, de maneira ainda mais forte, no sentido de uma completa independência da administração (não só pedir, mas dizer a ela o que fazer), só teve sua possibilidade em função da aproximação informal estabelecida com a administração, ou melhor, com as pessoas da administração. Aproximação que ficou ainda mais forte quando os canais formais de participação, acesso e decisão foram fechados.

A existência de "propostas negociáveis", pressupõe a existência de uma mesma linguagem. A escolha de um "terreno negociável", pressupõe um entendimento, por parte daqueles que fizeram esta proposta no movimento, do que seja, para a administração, um "terreno negociável". A forma como vinham sendo feitas as ocupações até então, não pressupunha um "levantamento" dos terrenos mais adequados. Os critérios para uma família de migrantes ocupar um pedaço de terra na capital relacionavam-se geralmente às relações familiares, às proximidades étnicas e às casualidades envolvidas no momento da ocupação. É a *ocupação organizada*, que possibilita a

reuniões, os *técnicos* da prefeitura falavam sobre as alternativas, explicavam os processos de separação do lixo e falavam da usina de reciclagem, os *técnicos* das agências ambientais falavam dos mecanismos legais para impedir a prefeitura de continuar com seus acordos. Estas reuniões acabaram tomando tais proporções que a prefeitura proibiu os *técnicos* do Projeto Beija-Flor de participarem delas sem a prévia autorização do prefeito. Proibição que não foi atendida, ainda que tenha sido respeitada, pois os *técnicos* continuaram participando das reuniões, só que, clandestinamente. A UFECO, no que pese as suas divergências internas que acabaram impedindo uma atitude mais incisiva no final deste processo, conseguiu protelar durante vários meses a realização do acordo, revelando inclusive algumas de suas irregularidades. Ao final do processo, no entanto, a prefeitura conseguiu tirar o *lixão* da *Ilha*.

O caso do lixo me chamou atenção porque, ele se aproxima muito do caso da *ocupação organizada*. Por um lado, o lixo, como "aquela gente", era "perigoso", contaminava o ar e a água e desvalorizava o bairro e a *Ilha*. Ele precisava ser escondido, mandado para longe, colocado - ou *assentado* - em algum lugar. Defender sua permanência gerava desconfiança e suspeita. Este foi o motivo da polêmica no interior da UFECO⁵.

5. Pedro, como um dos defensores da proposta da UFECO de continuar na *briga do lixo*, explicou-me a sua versão sobre o motivo das divergências internas:

"Porque o Carlos tava fora e o Armando também, e voltaram querendo que não se entrasse com a ação contra a prefeitura, aí deu uma guerra e a gente quase se dividiu. E hoje ainda continua mais eu, dois ou três, assumindo a coisa. Porque a diretoria toda na sua grande maioria, ela não tem interesse, porque ela não quer se queimar. Disseram que iam usar isto contra a gente, dizendo que a gente queria que o lixo ficasse na Ilha. Porque a UFECO é uma entidade de Florianópolis então é a idéia de que se dane pra onde vai o lixo, desde que não fique na minha casa, pode ir pra casa do vizinho. Então essa é a imagem, o conceito que eles tem". (Pedro)

Por outro lado, a polarização das relações movimento-administração, levou a um ocultamento das relações entre os *técnicos* e as *lideranças*, e neste caso, uma proibição expressa desta reunião por parte da administração. A presença dos *técnicos*, por sua vez, se constituiu num dado sem o qual fica impossível compreender as ações do movimento. Neste sentido, sua presença, era fundamental. Eles iniciavam os debates, mostravam as alternativas e serviam de mediadores nos conflitos que apareciam. Além disto, o acúmulo de discussão sobre as alternativas conhecidas e a autoridade para falar sobre elas, estava em suas mãos.

No caso do grupo de entrevistados da *articulação das periferias*, selecionei as narrativas sobre o Movimento dos Sem Teto, grupo que surge no primeiro ano da nova administração e se destaca como um dos interlocutores privilegiados no enfrentamento com a prefeitura. Este movimento, como procurei demonstrar nas narrativas sobre sua história, possui características diferentes dos grupos da UFECO, estabelecendo formas de reivindicações - e as próprias reivindicações - com caráter bem diferente daqueles. Mesmo assim, como também procurei demonstrar, em função das especificidades das relações com a administração, ambos se utilizam de mecanismos comuns. No período 1989-90, foram ressaltados, pelas entrevistas, vários momentos importantes na relação com a

administração, destaquei aqui a "ocupação da prefeitura" e a "luta da lei orgânica"⁶.

"Acho que um dos momentos mais significativos foi o da ocupação da prefeitura. Porque aí o pessoal se deu conta do que significava a administração de Amim. Porque até então o pessoal olhava o Amim como governador e a partir daquele momento teve que olhar o Amim enquanto prefeito, na perspectiva dos empresários. Não mais da população empobrecida das camadas populares. E teve que se aperceber num segundo momento, que não adianta vir ao Amim com apenas reivindicações. Tinha que vir ao Amim com propostas negociáveis, concretas, para enfrentar a administração dele. Acho que este foi um salto qualitativo do movimento. Foi de gerar, com o próprio movimento, propostas alternativas e propor ao poder municipal, e não mais ficar à margem do poder municipal e chegar lá e dizer: nós estamos com problemas de despejo, nós viemos aqui e queremos outra terra. O pessoal chegava e dizia: Em tal lugar tem terra, então desapropria esta área porque é uma alternativa da gente ir pra lá. Então acho que este foi o grande salto que o movimento deu, de vir com propostas negociáveis, com levantamentos concretos, e saber onde é que a prefeitura dispunha de terras, e saber onde é que existia áreas particulares que o Amim poderia negociar com os empresários."
(Bruno)

Os grupos que faziam parte do Movimento dos Sem Teto, tendo constituído uma pauta de reivindicações e propostas, marcaram uma assembléia no pátio da prefeitura⁷. Para esta assembleia convidaram o prefeito, para quem entregaram suas reivindicações. Como não houve resposta do prefeito, que inicialmente recusou-se a participar do evento, a assembléia decidiu permanecer em "caráter permanente", ficando no pátio da prefeitura, até que alguma negociação

6. Entre os momentos mais importantes, foi citado também a primeira *ocupação organizada*, sobre a qual falei no segundo capítulo. No entanto, escolhi aqui apenas os momentos em que meus entrevistados falam sobre os processos de negociação e conflito com a administração, detalhes que não foram privilegiados nas narrativas sobre a primeira ocupação. Como as negociações da *ocupação organizada* que acompanhei só aconteceram depois destas entrevistas, não falo sobre ela aqui.

7. A Prefeitura Municipal de Florianópolis, enquanto estrutura física, está dividida em várias edificações espalhadas pela cidade, na *Ilha* e no *Continente*. O gabinete do prefeito, juntamente com algumas secretarias, ficam localizadas num antigo colégio estadual, que possui um pátio interno, bem arborizado, rodeado por uma varanda que permite o acesso a várias salas da prefeitura, foi neste pátio que se realizou a assembléia do Movimento dos Sem Teto.

fosse feita. Ali permaneceu durante três dias, os quais foram intitulados, por aquele movimento, de "ocupação da prefeitura". Bruno relata este momento como sendo um momento de profunda importância para o movimento, pois marca "um salto qualitativo", onde o movimento passa do momento de apenas pedir que a prefeitura resolva seus problemas, para o momento de gerar suas próprias "propostas alternativas", "propostas negociáveis", "levantamentos concretos". Bruno aponta uma passagem que se estabelece tanto pelo contraste com o administrador como por uma mudança de atitude. Esta mudança, na qual é frisado o componente da *autonomia*, de maneira ainda mais forte, no sentido de uma completa independência da administração (não só pedir, mas dizer a ela o que fazer), só teve sua possibilidade em função da aproximação informal estabelecida com a administração, ou melhor, com as pessoas da administração. Aproximação que ficou ainda mais forte quando os canais formais de participação, acesso e decisão foram fechados.

A existência de "propostas negociáveis", pressupõe a existência de uma mesma linguagem. A escolha de um "terreno negociável", pressupõe um entendimento, por parte daqueles que fizeram esta proposta no movimento, do que seja, para a administração, um "terreno negociável". A forma como vinham sendo feitas as ocupações até então, não pressupunha um "levantamento" dos terrenos mais adequados. Os critérios para uma família de migrantes ocupar um pedaço de terra na capital relacionavam-se geralmente às relações familiares, às proximidades étnicas e às casualidades envolvidas no momento da ocupação. É a *ocupação organizada*, que possibilita a

introdução de novos critérios, critérios que têm como referência a negociação com as administrações públicas. Critérios que foram estabelecidos a partir do conhecimento de saberes *técnicos*, valores, classificações e informações possibilitadas pelas relações formais e informais já existentes. Enquanto no caso da UFECO estas "perigosas relações" aparecem bastante visíveis, a ponto da própria prefeitura tentar proibir o envolvimento de seus *técnicos*, no caso do Movimento dos Sem Teto, estas relações não são se quer comentadas, ficam escondidas sob o discurso da contestação e da *oposição* - sinônimo de separação - do *Estado*.

No caso das "conquistas" advindas da *ocupação da prefeitura*, ainda que não tenham sido muitas, conforme relataram meus entrevistados, a criação do "fundo de terras" foi considerada uma vitória. O "fundo" fazia parte das reivindicações do Movimento dos Sem Teto pela implantação de uma política municipal na área de habitação, o que também se aliava às necessidades da prefeitura que constantemente alegava a falta de recursos para construir casas populares (ou para desapropriar terrenos para isto). Foi decidido então, num acordo entre movimento e prefeitura, criar um "fundo de terras", ou seja, um órgão da prefeitura que receberia verbas com este fim e que seria administrado por um conselho formado por *técnicos* e secretários da prefeitura, juntamente com representantes do movimento. A prefeitura no entanto não aceitou a "paridade" na representação exigida pelo movimento, nem tão pouco que fosse ele, Movimento dos Sem Teto, a

escolher os representantes do movimento⁸. Este "fundo de terras", é o mesmo a que faz referência o prefeito durante o encontro de negociações da *ocupação organizada* relatada no segundo capítulo (item: O encontro com o prefeito).

Por fim, uma última consideração sobre a "luta da Lei orgânica", ou seja, o processo de elaboração de propostas de lei para intervir na constituinte municipal. Conforme havia sido determinado pela nova constituição nacional, a "população" poderia, através de "emendas populares", ajudar a elaborar as leis que passariam a reger o município. Tal qual havia sido o processo nacional. Na elaboração das propostas do Movimento dos Sem Teto para o município, foram levadas em consideração principalmente propostas oriundas das experiências acumuladas na administração do PMDB e muitas das reivindicações que tinham encaminhado junto à prefeitura do PDS. Houve, nestes e noutros momentos, a preocupação muito forte em transformar em lei, as reivindicações que não haviam sido atendidas pelas administrações, avaliando que só assim conseguiriam fazer ser ouvidas suas propostas e manter suas conquistas, independentemente do partido político ou do governante que estivesse na prefeitura. As formas, para passar as propostas foram várias. Através dos vereadores de *oposição*, "emendas populares" e audiências públicas. Não tendo, obtido contudo, muito resultado.

8. O Fundo de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, como é chamado pela prefeitura, conforme Canella (1992: 105), tinha como proposta do Movimento dos Sem Teto a composição paritária de 3 representantes da prefeitura e 3 representantes indicados pelo Movimento dos Sem Teto. No entanto a prefeitura define apenas duas vagas para o movimento sendo que uma seria da UFECO e a outra do CAPROM, além disto, o prefeito exigia que cada uma destas entidades fizesse uma lista sêxtupla de indicados, da qual ele escolheria um nome.

"Agora um grande trabalho de intervenção dentro do contexto da cidade, de outubro até março deste ano, foi com a lei orgânica, onde tivemos uma interferência com o movimento das associações, com o Movimento dos Sem Teto com o CEDEP, com o CAPROM, onde a gente conseguiu resgatar a história do orçamento, das prioridades, de toda aquela discussão que a gente fazia das lutas mais imediatas pra uma luta política.(...) Olha, nós conseguimos fazer propostas que surgiram destes movimentos, resgatando a história do movimento enquanto luta, mas dando um salto qualitativo pra ser o projeto de lei, pra ser uma perspectiva política futura, de assegurar políticas municipais. Este era o pano de fundo das discussões. (...) A primeira coisa era a criação de uma lei que desse condições que todas as áreas de favela fossem urbanizadas e contempladas no plano diretor.(...) "(Bruno)

É interessante observar que as *lideranças* que denunciaram as irregularidades, as ilegalidades e a impunidade dos governantes, são as mesmas *lideranças* que agora, no processo de elaboração da constituinte municipal, investem todo o seu tempo e organização para a preparação de leis que, segundo elas mesmas, garantirão a permanência de suas conquistas. Nas narrativas das histórias dos grupos, não foram poupados detalhes sobre os projetos de lei que haviam sido aprovados e que nesta administração não eram cumpridos. Da mesma forma falaram também sobre sua capacidade de burlar a lei, considerada injusta, com situações que colocavam em questão o que era certo ou errado, como no caso da *ocupação organizada*. As opiniões sobre as leis e seu cumprimento mudaram constantemente no interior de cada depoimento, conforme a situação vivida. Ora falavam da importância e da necessidade da lei para garantir a justiça como possibilidade da igualdade, ora falavam que ela só servia aos poderosos e, portanto, para a manutenção da desigualdade social.

A "luta da lei orgânica", envolveu praticamente todos os grupos relacionados ao Movimento dos Sem Teto. Numa dimensão menor envolveu também outros grupos de movimentos que

havia se fortalecido naquele período, como por exemplo o movimento de meninos de rua e o movimento ecológico. Em proporções bem menores, alguns dos grupos da UFECO também se viram envolvidos quando da coleta de assinaturas para as emendas populares e das reuniões conjuntas promovidas por alguns vereadores. Este envolvimento, por parte dos vários movimentos, refletia uma grande esperança, não só na força da lei (como instrumento que poderia submeter a todos como iguais, sem privilégios), como na possibilidade de fazer leis que lhes fossem favoráveis e, neste sentido, corrigir as desigualdades criadas por outras leis. Estas esperanças, aparentemente contraditórias, têm seu fundamento na própria ambigüidade do funcionamento das leis: como diz Da Matta, um conjunto de regras "universalizantes" que supostamente deveria corrigir as desigualdades mas que, ao contrário, as tem fortalecido.

"Eis o que parece ser o dilema brasileiro. Pois temos a regra universalizante que supostamente deveria corrigir as desigualdades servindo apenas para legitimá-las, posto que as leis tornam o sistema de relações pessoais mais solidário, mais operativo e mais preparado para superar as dificuldades colocadas pela autoridade impessoal da regra. Por termos leis geralmente drásticas e impossíveis de serem rigorosamente acatadas, acabamos por não cumprir a lei. Assim utilizamos o clássico "jeitinho" que nada mais é do que uma variante cordial do "Você sabe com quem está falando?" e outras formas mais autoritárias que facilitam e permitem pular a lei ou nela abrir uma honrosa exceção que a confirma socialmente. Mas o uso do "jeitinho" e do "Você sabe com quem está falando?" acaba por engendrar um fenômeno muito conhecido e generalizado entre nós: a total desconfiança nas regras e decretos universalizantes. Essa desconfiança, entretanto, gera sua própria antítese, que é a esperança permanente de vermos as leis serem finalmente implementadas e cumpridas. Julgamos, deste modo, que a sociedade pode ser modificada pelas boas leis que algum Governo venha finalmente estabelecer e fazer cumprir. A força da lei é, pois, uma esperança. Para os destituídos, ela serve como alavanca para exprimir um futuro melhor (leis para nós e não contra nós), para os poderosos ela serve como um instrumento para destruir o adversário político." (Da Matta, 1990: 195)

Acredito que no caso dos novos interlocutores da administração municipal da *Ilha*, a esperança na lei como forma de garantir suas conquistas e como possibilidade de enfrentamento - daí porque não só esperar o cumprimento da lei, mas elaborar suas próprias leis - foi ainda mais fortalecida pelas relações informais com as "pessoas" da administração, que efetivamente informavam sobre os "problemas legais" de determinados projetos da prefeitura ou sobre as "possibilidades legais" para implementar determinados mecanismos de intervenção do movimento na administração. Por um lado, as leis eram vistas como uma das possibilidades de conter determinadas ações dos administradores, como a exemplo dos "grandes projetos" apresentados pela prefeitura em 1989 e que foram, na sua maioria, impedidos de serem realizados por leis acionadas contra a prefeitura. Por outro lado, a lei poderia ser também a possibilidade de criar espaços de participação popular que, numa conjuntura favorável poderiam ser acionados. Estes últimos, no entanto, não tiveram o resultado esperado na administração de 1989/90.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização deste trabalho tornou-se, de certa forma, a busca de uma síntese praticamente recusada durante todo o texto. Pois, na tentativa de mostrar os detalhes e as especificidades de cada momento acabei atribuindo ao texto a própria fragmentação encontrada durante a pesquisa. Assim minhas considerações finais procuram relembrar os "fragmentos" trabalhados, apontando possibilidades de análises e relações entre eles. Inicialmente fiz referência aos processos históricos vivenciados pelos moradores da *Ilha*. Eram dinâmicas e histórias que caracterizavam determinadas diferenças entre os moradores, estabelecendo grupos e conflitos étnico-espaciais que passaram a influenciar em várias outras formas de relações aqui estabelecidas. Quando comecei a falar sobre a administração local e o movimento popular/comunitário, procurei relacioná-los a estas dinâmicas, mostrando sua presença na definição dos grupos e características do movimento e nas formas de relação entre administração e "população".

Ao falar da administração pública, observei que a própria administração incorporou e criou formas de atendimentos diferenciados à "população", contemplando, de certa forma, muitas das dinâmicas estabelecidas entre os diferentes grupos de moradores em suas particularidades. Daí porque mostrei formas sob as quais a administração interagiu com as dinâmicas estabelecidas, incorporando antigos mecanismos e criando novos para as novas formas de interlocução. A recusa dos "usuários" do serviço público em

serem tratados como "indivíduos", por exemplo, fortaleceu a proliferação dos mecanismos de diferenciação internos da administração e aumentou a tensão vivenciada no interior da mesma. O próprio movimento de passagem entre a "ética burocrática", tentativa de igualar todos, e a "ética hierárquica", busca da diferenciação, passou a se realizar de forma mais tensa.

Foi possível observar também que a mesma administração, que estabelece planos, relatórios e projetos para uma "população" homogeneizada pelas estatísticas, mantém formas de atendimentos completamente diferenciados para os moradores da cidade. O exemplo das *intendências* é aqui muito importante. Pois a prefeitura manteve uma estrutura administrativa localizada nas *comunidades* do interior da Ilha, cujos administradores eram vizinhos, amigos e parentes. E, cuja forma de relação interna na prefeitura obedecia a prioridade estabelecida pela "indicação". Conviam assim, na mesma estrutura administrativa, formas "individualizantes" e formas "personalizantes" que ora se complementam, ora se chocam.

As especificidades de cada administração podiam ser encontradas também no grupo de administradores que assumiam a cada eleição. Eles traziam consigo novas concepções de funcionamento da administração, novos mecanismos para a comunicação com a população e um conjunto de novos grupos e pessoas que passavam a interagir de forma direta com a estrutura administrativa. As especificidades de cada equipe administrativa - comparando a gestão que foi de 1985 a 1988 e a gestão que iniciou em 1989 -, no caso da pesquisa, foram

trabalhadas a partir das diferenças e semelhanças nas relações estabelecidos com a "população", o que me fez considerar o tipo de interlocutor privilegiado por cada equipe administrativa.

Neste sentido foi possível perceber que tanto a administração iniciada em 1985 (do PMDB), como a administração iniciada em 1989 (do PDS-PFL), se estabeleceram a partir de relações pessoais de parentesco, amizade e identidade. Interagindo, cada uma a seu modo, com a estrutura administrativa e suas tensões. No entanto, as especificidades de cada uma determinaram diferentes formas de relações com a "população". A administração do PMDB, por exemplo, em seu primeiro ano, privilegiou um novo interlocutor que surgia da tentativa de superar as formas "tradicionais" de relação, tentando superar tanto o atendimento "individualizante" como as formas "personalizantes". Era um interlocutor, pelo menos em parte, identificado com algumas das pessoas daquela administração, sendo por vezes até confundido com ela. As relações aí estabelecidas possibilitaram o aparecimento de muitos dos grupos do movimento popular/comunitário, ainda que a parcial identificação com a administração tenha mantido sua fragmentação. Ou seja, não possibilitou, de forma coletiva, sua constituição como pólo contrastivo oposto a administração.

A administração do PDS-PFL, por outro lado, privilegiou um conjunto de relações completamente diferentes. Os grupos com os quais estavam identificados e as relações pessoais passaram por um outro plano. Eram pessoas de outras instituições governamentais e de empresas privadas. Este tipo de relação alijava por completo os grupos do movimento

popular/comunitário que durante a administração do PMDB haviam conquistado espaços formais e informais de participação. Mas a administração do PDS-PFL não só escolheu um outro conjunto de relações, como estabeleceu uma posição de confronto com os grupos do movimento popular/comunitário. Retirou seus antigos espaços de participação, adotou uma política ofensiva em relação as ocupações de terra e respondeu através da imprensa suas manifestações de oposição. As contestações que estavam inicialmente fragmentadas, começaram então a "tomar corpo", por contraste. Desta forma, esta administração uniu os fragmentos, estabelecendo o contraste por oposição e a conseqüente identificação entre os segmentos do pólo oposto.

O movimento, de sua parte, também carrega suas próprias especificidades, e cada grupo enfrenta as situações de forma diferenciada. Procurei mostrar que, na formação dos grupos do movimento, as dinâmicas da realidade da *Ilha* aparecem mais facilmente, e nelas a recusa inicial dos "nativos" (descendentes de açorianos) diante do "jeito" estrangeiro de fazer política. O Movimento dos Sem Teto, por exemplo, trabalhou inicialmente com as localidades pobres migrantes, onde a igreja católica possuía grupos de fiéis organizados. Religião e política se misturavam como formas de diálogo nos processos de reivindicação junto a administração e as distinções entre o "bem e o mal", o "certo e o errado" foram usadas para a política num sentido correlato ao da religião. A partir deles se estabelecem os critérios entre a "pureza" e o "perigo". As situações de vida e as situações de enfrentamento com a prefeitura foram para este grupo mais dramáticas e mais extremadas. A condição de "indivíduo" dos

membros do grupo (estrangeiros pobres) para a administração foi bem maior, sendo poucos os que possuíam alternativas "pessoais" para influir junto a ela (ainda que assim não tenha sido o caso de algumas de suas *lideranças*).

A situação da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias foi significativamente diferente. Ela reunia outros grupo, também migrantes (em boa parte), porém das camadas médias. Não reivindicavam casa, água ou luz, mas melhorias no bairro e participação política. Suas relações com os governantes e os funcionários da administração era mais frequentes. Algumas de suas *lideranças*, assumiram cargos na administração e com facilidade conseguiram determinadas concessões. A passagem para a condição de "pessoa" não é tão dramática e já fazia parte da experiência individual de seus participantes junto ao serviço público. As relações com a administração também eram contrastivas, mas os participantes destes grupos estavam mais integrados aos mecanismos de acesso à administração. O conjunto de suas relações e uma linguagem mais próxima, possibilita um outro tipo de relação. Esta "proximidade", no entanto, causou algumas "confusões", principalmente quando o contraste com a administração não estava bem demarcado e a polarização se diluiu na visibilidade das relações de proximidade.

As especificidades de cada grupo interagiam com a história individual daqueles que deles participaram e, principalmente, que os *lideram*. Cruzaram-se assim outros grupos referenciais e possibilidades de relações, assim como concepções sobre as formas de organização política e sobre a própria administração com a qual estes grupos se relacionaram.

As histórias individuais demarcaram limites e possibilidades e interagiram com os demais condicionantes do processo de constituição de cada grupo e de suas ações. O conjunto das especificidades da administração e do movimento, devidamente contextualizados, forma então necessários para minha compreensão dos processos de constituição de novos interlocutores, à partir de sua própria positividade. E, no caso específico da administração, para não correr o risco de encaixa-la em algum modelo já pronto, como se mais nada houvesse a dizer sobre ela. Pude observar que, por um lado existiam novas transformações por que passou a administração mas, ao mesmo tempo, não podia deixar de chamar atenção para o fato de que as observações não se restringiram as "novas" relações, mas também, aos antigos processo e costumes que assumiram novos significados e que se estabeleceram a partir de novas e antigas relações.

A partir destas observações, passei a pensar a recusa do *Estado* a partir da construção de identidades contrastivas em relação a administração. E a indéia de *autonomia*, como uma categoria nativa cujo significado se transformava profundamente de um grupo para o outro e no interior de cada grupo a cada nova situação. Neste sentido eu sugeri a discussão sobre o "perigo" das relações entre administração e movimento e sobre as tensões geradas em torno dos momentos em que elas foram assumidas publicamente por determinados grupos. Como no caso do grupo dos *petistas*, na comissão de movimentos populares da prefeitura, e do grupo da *articulação de entidades*, na *chapa de consenso* da primeira diretoria da UFECO. Quanto aos os significados do "perigo" das

relações com o *Estado*, pude trabalhar mais detalhadamente na discussão sobre a participação dos *técnicos* da prefeitura nas reuniões do movimento. As duas situações, vivenciadas pelos dois principais grupos do movimento serviram de ilustração para o assunto. De um lado a quase total clandestinidade dos *técnicos* no Movimento dos Sem Teto, uma participação "perigosa" sob vários aspectos. Por outro lado, a participação pública destes *técnicos* nas reuniões promovidas pela UFECO, nas quais passaram a sofrer as proibições da própria prefeitura.

No processo de constituição dos grupos do movimento popular/comunitário na *Ilha*, as relações com as administrações, nas suas mais diferentes formas, foram determinantes. No caso específico das relações informais com os *técnicos* da prefeitura e outros profissionais ligados a administração estas relações foram responsáveis por novas características destes movimentos e pelo desencadeamento de novos processos sociais. Com base nesta pesquisa, que apenas aponta para alguns caminhos, acredito que a antropologia, com todos os seus dilemas sobre a autoria e a "polifonia", as "armadilhas" e os "deslises", tem muito a contribuir nos estudos sobre movimentos sociais e administrações públicas. O trabalho de campo aliado a possibilidade de realizar etnografias sobre estes dois "atores" com seus diversos grupos, conflitos e suas múltiplas relações formais e informais, com certeza podem descortinar questões ainda pouco trabalhadas. Este trabalho procurou mostrar algumas destas possibilidades contribuindo com os estudos de Antropologia Política no meio urbano.

BIBLIOGRAFIA

(Araújo, 1989)

ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 1989.

(Auras, 1991)

AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pobres". São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 1991.

(Beck, 1979)

BECK, Anamaria. A Situação Sócio-Econômica das Populações do Sul da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, mimeografado, 1979.

(Betto, 1981)

BETTO, Frei. O Que É Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, Brasiliense, 1981.

(Bourdieu, 1982)

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1982.

(Bourdieu, 1983)

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

(Bourdieu, 1989)

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S. A, 1989.

(Cabral, 1979)

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Lunardelli, v. 1, 1979.

(Cabral, 1979)

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Lunardelli, v. 2, 1979.

(Caldeira, 1984)

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A Política dos Outros - O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

(Caldeira, 1988)

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Presença do Autor e a Pós Modernidade em Antropologia. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, Brasileira de Ciências Sociais, n. 21, jun. 1988.

(Canella, 1992)

CANELLA, Francisco. A UFECO e o Movimento dos Sem Teto - Práticas Instituintes nos Espaços Políticos da Cidade. Florianópolis, Dissertação de Mestrado UFSC, 1992.

(Cardoso, 1983)

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: Sociedade e Política no Brasil Pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1983.

(Cardoso, 1988)

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Isso é Política? Dilemas da Participação Entre o Moderno e o Pós - Moderno. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, Brasileira de Ciências Sociais, n. 20, mar. 1988.

(Cardoso, 1991)

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A Sociedade em Movimento: Novos Atores Dialogam com o Estado. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 32, 1991.

(Cardoso de Oliveira, 1976)

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutural Social. São Paulo, Ênio Matheus Guazzelli, 1976.

(Carreirão, 1989)

CARREIRÃO, Yan S.. Partidos Políticos em Santa Catarina 1922 a 1979. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1989.

(Castoriadis, 1982)

CASTORIADIS, Cornélios. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed., 1982.

(Chaves, 1992)

CHAVES, Yara Maria. Ecologia Ética e Política: A Análise da Conduta Ética e Política do Movimento Ecológico a Propósito da Farra do Boi. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1992.

(Clastres, 1978)

CLASTRES, Helene. Terra Sem Mal o Profetismo Tupi-Guarani. São Paulo, Brasiliense, 1978.

(Clastres, 1978)

CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

(Coradini, 1992)

CORADINI, Lizabete. Redes de Sociabilidade e Apropriação do Espaço em uma Área Central de Florianópolis. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1992.

(Da Matta, 1990)

DA MATTA, Roberto. Carnavais Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, Guanabara, 8 ed., 1990.

(Da Matta, 1976)

DA MATTA, Roberto. Quanto Custa ser índio no Brasil? Considerações Sobre o Problema da Identidade Étnica. In: Dados. Rio de Janeiro, n. 13, 1976.

(Douglas, 1966)

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo, Perspectiva, 1966.

(Diógenes, 1988)

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. A Constituição da Identidade Política nos Movimentos Sociais Urbanos em sua Relação com o Estado. In: XI Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, mimeografado, out. 1988.

(Durhan, 1984)

DURHAN, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania. In: Revista Novos Estudos. São Paulo, CEBRAP, n. 10, out. 1984.

(Durhan, 1986)

DURHAN, Eunice Ribeiro. A Sociedade Vista da Periferia. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, v. 1, n. 1, jun. 1986.

(Evans-Pritchard, 1978)

EVANS-PRITCHARD, E.E.. O Sistema Político. In: Os Nuers. São Paulo, Perspectiva, 1978.

(Fontana, 1993)

FONTANA, Remy. Governo Amin, um Voto de Desconfiança. In: Educação e Sociedade, n. 15, ago. 1993.

(Foucault, 1988)

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Rio de Janeiro, Graal, v. 1, 9 ed., 1988.

(Foucault, 1979)

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 7 ed., 1979.

(Franzoni, 1989)

FRANZONI, Tereza Mara. Ilha de Santa Catarina: A Construção do "Paraíso Internacional". Florianópolis, mimeografado, 1989.

(Franzoni, 1990)

FRANZONI, Tereza Mara. Natureza e Cultura no Fenômeno Turismo. Florianópolis, mimeografado, 1990.

(Franzoni, 1991)

FRANZONI, Tereza Mara & CANELLA, Francisco. A Luta pela Terra na Periferia Urbana. In: Encontro Estadual de História. Florianópolis, 1991.

(Geertz, 1973)

GEERTZ, Clifford. A Religião Como Sistema Cultural. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

(Geertz, 1989)

GEERTZ, Clifford. *El Antropólogo Como Autor*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1989.

(Gomes, 1987)

GOMES, Maria Soledad de Arruda. *Coletivismo no Bairro: Uma Análise Sobre o Fenômeno da Participação*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado UFSC, 1987.

(Gonçalves, 1989)

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os Descaminhos do Meio Ambiente*. São Paulo, Contexto, 1989.

(Goodenough, 1969)

GOODENOUGH, Ward H.. *Rethinking "Status" and "Role" Toward a General Model of the Cultural Organization of Social Relationships*. In: BANTON, Michael. *The Relevance of Models for Social Anthropology*. London, Tavistok, 1969.

(Hübener, 1981)

HÜBENER, Laura Machado. *O Comércio da Cidade de Desterro no Século XIX*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1981.

(Jacobi, 1987)

JACOBI, Pedro Roberto. *Movimentos Sociais - Teoria e Prática em Questão*. In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Brasiliense, 1987.

(Jesus Cardoso, 1988)

JESUS CARDOSO, Paulino de. A Problemática do Lixo. Florianópolis, mimeografado, 1988.

(Kleba Lisboa, 1987)

KLEBA LISBOA, Teresa. A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense. Florianópolis, UFSC, 1987

(Lacerda, 1990)

LACERDA, Eugênio P.. Farra do Boi - Introdução ao Debate. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1990.

(Lacerda, 1991)

LACERDA, Eugênio P.. Bom Para Brincar e Bom Para Comer: Por uma Etnografia do " Boi no Campo" ("Farra do Boi") Catarinense. Florianópolis, Projeto de Dissertação de Mestrado, PPGAS-UFSC, 1991.

(Laclau, 1986)

LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, v. 1, n. 2, out. 1986.

(Leach, 1983a)

LEACH, Edmund. Cabelo Mágico. In: Edmund Ronald Leach: Antropologia. São Paulo, Ática, 1983.

(Leach, 1983b)

LEACH, Edmund. Nascimento Virgem. In: Edmund Ronald Leach: Antropologia. São Paulo, Ática, 1983.

(Luchmann, 1991)

LUCHAMM, Lígia Helena. Cotidiano e Democracia na Organização da UFECO. Florianópolis, Dissertação de Mestrado UFSC, 1991.

(Macedo, 1986)

MACEDO, Carmen Cinira. Tempo de Gênesis: O Povo das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo, Brasiliense, 1986.

(Machado, 1981)

MACHADO, Roberto. Ciência e Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

(Machado, 1985)

MACHADO, Roberto. Nietzsche e a Verdade. Rio de Janeiro, Rocco, 2 ed., 1985.

(Machado, 1990)

MACHADO, Simone Matos. O Processo de Formalização Jurídica - Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977 - 1983): Um Caso de Oposição Sistemática. Florianópolis, Dissertação de Mestrado UFSC, 1990.

(Marcon, 1987)

MARCON, Maria Teresinha de R.. Patologia Urbana: Favelização no Aglomerado Urbano de Florianópolis. In: Revista Geosul, UFSC, n. 4, 1987.

(Meirinho, 1991)

MEIRINHO, Jali. Organização Politico Administrativa de Florianópolis na Capitania, na Província e na República. In: MELLO, Oswaldo Ferreira de. História Sócio Cultural de Florianópolis. Florianópolis, Lunardelli, 1991.

(Menezes Bastos, 1989)

MENEZES BASTOS, Rafael José de. A Festa da Jaguatirica - Uma Partitura Crítico Interpretativa. Dissertação de Doutorado, USP, 1989.

(Menezes Bastos, 1990)

MENEZES BASTOS, Rafael José de. A Luz de Dionisio - Uma Contribuição à Etnografia do Boi no Campo (Farra do Boi) Catarinense. In: XVII Reunião Brasileira de Antropologia. Florianópolis, 1990..

(Menezes Bastos, 1993)

MENEZES BASTOS, Rafael José de. Introdução. In: Farra do Boi. no prelo 1993.

(Moretti, 1984)

MORETTI, Serenito A.. Movimento Estudantil em Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, 1984.

(Moura, 1981)

In: SALEM, Helena et alli. A Igreja dos Oprimidos. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

(Müller, 1992)

MÜLLER, Kátia Terezinha. Dissertação de mestrado, UFSC, 1992.

(Oliven, 1984)

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

(Ortiz, 1983)

ORTIZ, Renato. Introdução: A Procura de uma Sociologia da Prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

(Pedro, 1988)

PEDRO, Joana Maria et alii. Negro em Terra de Branco. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

(Pereira, 1976)

PEREIRA, Carlos da Costa. A Revolução Federalista em Santa Catarina. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

(Popini Vaz, 1991)

POPINI VAZ, Nelson Popini. O Centro Histórico de Florianópolis - Espaço Público do Ritual. Florianópolis, UFSC, 1991.

(Pontual, 1986)

PONTUAL, Pedro. Os Centros de Educação Popular na Conjuntura Brasileira (1964- 1986). In: Texto de Apoio. São Paulo, CEPIS, n. 9, ago. 1986.

(Ramos, 1983)

RAMOS, Átila Alcides. O Saneamento em Dois Tempos Desterro e Florianópolis. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina/Artgraf, 1983.

(Rohr, 1960)

ROHR, Pe. João Alfredo. Contribuição para a Etnologia Indígena do Estado de Santa Catarina. In: Anais do Primeiro Congresso de História. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1960.

(Rohr, 1977)

ROHR, Pe. João Alfredo. O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

(Ribeiro, 1992)

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. In: Série Antropologia. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, n. 123, 1992.

(Sader, 1988)

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

(Santos, 1963)

SANTOS, Silvio Coelho. Rio Vermelho: Uma Povoação do Interior da Ilha de Santa Catarina. In: Cadernos da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, 1963.

(Santos, 1977)

SANTOS, Silvio Coelho. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1974.

(Sax, 1982)

SAX, Joseph L.. In Search of Past Harmony. In: Natural History, v. 8, n. 91, 1982.

(Scherer-Warren, 1987)

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J.. Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987.

(Schmidt, 1989)

SCHMIDT, Vitor et alii. O Sonho do Obreiro. Florianópolis, mimeografado, 1989.

(Schwade, 1993)

SCHWADE, Elisete. A Luta Não Faz Parte da Vida: É a Vida. O Projeto Político Religioso de um Assentamento de Trabalhadores Rurais no Oeste Catarinense. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, 1993.

(Sell, 1987)

SELL, S. & MARQUES, S.. Uma Visita ao CECA. Florianópolis, mimeografado, 1992.

(Sessa, 1983)

SESSA, Alberto. Turismo e Política de Desenvolvimento. Porto Alegre, UNIONTUR, 1983.

(Silva, 1990)

SILVA, Ana Amélia da . A Luta Pelos Direitos Urbanos em São Paulo: Novas Representações de Cidade e Cidadania. In: XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, mimeografado, 1990.

(Turner, 1974)

TURNER, Victor. O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

(Velho, 1977)

VELHO, Gilberto & MACHADO, Luiz Antônio. Organização Social do Meio Urbano. In: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, n. 76, Tempo Brasileiro, 1977.

(Velho, 1980)

VELHO, Gilberto. O Antropólogo Pesquisando em sua Cidade: Sobre Conhecimento e Heresia. In: O Desafio da Cidade. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

(Velho, 1986)

VELHO, Gilberto. Subjetividade e Sociedade - Uma Experiência de Geração. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2 ed., 1986.

(Woortmann, 1990)

WOORTMANN, Klaas. "Com Parente Não se Neguceia" - O Campesinato Como Ordem Moral. In: Anuário Antropológico/87, UnB e Tempo Brasileiro, 1990.

DOCUMENTOS E JORNAIS CONSULTADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Processo 20.309 - Projeto de Lei 4.102. Assunto: Projeto de Lei que trata da doação onerosa de bem imóvel de propriedade do município de Florianópolis. Florianópolis, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Substituto Global ao Projeto de lei 4.102/89. Assunto: Autoriza o Poder Executivo a empreender o aterro da baía norte continental, institui o zoneamento de uso e ocupação da área e dá outras providências. Florianópolis, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Carta ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina. Assunto: Solicitação de laudo de avaliação da área junto à cabeceira da ponte Hercílio Luz. Florianópolis, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Processo 20.310 - Projeto de lei 4.103/89. Assunto: Autoriza o Poder Executivo a empreender o aterro da baía norte continental, institui o zoneamento de uso e ocupação da área e dá outras providências. Florianópolis, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Processo 20.397 - Projeto de Decreto Legislativo 705/89. Assunto: Convênio entre CASAN e Prefeitura Municipal, visando viabilizar a implantação do sistema de interceptação e afastamento

dos esgotos sanitários da bacia da beira mar norte. Florianópolis, 1989.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. Ofício nº 0101/89-D. Assunto: Resposta a solicitação, feita pela câmara municipal de Florianópolis, de laudo de avaliação da área junto à cabeceira da ponte Hercílio Luz. Florianópolis, 1989.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto Legislativo 705/89. Florianópolis, 1989.

SECRETARIA DE ESTADO DA TECNOLOGIA, ENERGIA E MEIO AMBIENTE & PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Tecnópolis - O melhor lugar para o empresário ter um estilo de vida mais soft. Florianópolis, folheto publicitário, s. data.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Ofício nº 0628/89. Assunto: Respostas as formulações dos vereadores sobre o projeto de lei 4.102/89. Florianópolis, 1989.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Ofício nº 0111/89. Assunto: estudo de avaliação sobre o centro de convenções. Florianópolis, 1989.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Ofício nº 0515. Assunto: Convênio entre CASAN e Prefeitura Municipal, visando viabilizar a implantação do sistema

de interceptação e afastamento dos esgotos sanitários da
bacia da beira mar norte. Florianópolis, 1989.

IBGE. Geografia do Brasil - Região Sul. Rio de Janeiro, v.
2, 1990.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de
Janeiro, v. 12, 1988.

INFORMATIVO NÚCLEO DE ESTUDOS CARTARINENSES. Florianópolis,
mar. 1988.

INFORMATIVO NÚCLEO DE ESTUDOS CARTARINENSES. Florianópolis,
nov. 1988.

IPUF. Município de Florianópolis: Dados Sócio Econômicos.
Florianópolis, 1988.

JORNAL DAS COMUNIDADES. Florianópolis, C.C.A.M.G.F., n. 5,
jun. 1990.

JORNAL DAS COMUNIDADES. Florianópolis, C.C.A.M.G.F., n. 6,
jul/ago. 1990.

JORNAL DAS COMUNIDADES. Florianópolis, C.C.A.M.G.F., n. 6,
set. 1990.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis - A Cidade dos
Sonhos Realizados. Florianópolis, mar. 1989. Suplemento
Especial.

JORNAL O COMUNITÁRIO. Florianópolis, UFECO, mar. 1990.

JORNAL O COMUNITÁRIO. Florianópolis, UFECO, nov. 1989.

JORNAL O ESTADO. Florianópolis, mar. 1989. Número especial.

JORNAL VERDE S.O.S.. Florianópolis, jun. 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL. Mensagem nº 001/89. Assunto: Projeto de Lei que trata da doação onerosa de bem imóvel de propriedade do município de Florianópolis. Florianópolis, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL. Mensagem nº 002/89. Assunto: Projeto de Lei que trata da implantação de aterro na baía norte continental. Florianópolis, 1989.

SENA, Mariano. Megaprojetos Turísticos Beneficiam Só a Elite. In: Jornal Zero. Florianópolis, n. 3, nov. 1992.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Carta nº 164/89. Assunto: Análise feita por diversas entidades ao projeto de lei que trata da doação onerosa do imóvel de propriedade do município de Florianópolis. Florianópolis, 1989.